



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 077

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 14 DE MAIO DE 2015

ANO IV

SUMÁRIO

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO	Capa
ASSESSORIA DA MESA	1332
TAQUIGRAFIA	1334
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	1408
SECRETARIA GERAL	1408

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 099/2015

Acrescenta e altera dispositivos à Constituição Estadual.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do § 3º do artigo 38 da Constituição do Estado, promulga a seguinte Emenda ao texto Constitucional:

Art. 1º. Ficam acrescentados o inciso XXXVII ao artigo 29 e o inciso V ao § 2º do artigo 36, da Constituição do Estado, com as seguintes redações:

“Art. 29.....

.....
XXXVII – expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja fiscalização lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis, através de suas respectivas Comissões.
.....

Art. 36.
.....
§ 2º.

V – expedir recomendações, com base no inciso XXXVII do art. 29 desta Constituição, através das medidas contidas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa.”

Art. 2º. O inciso XIX do artigo 29 da Constituição do Estado, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29.....
.....
XIX – sustar os atos normativos dos Poderes e Órgãos do Estado de Rondônia, que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.”

Art. 3º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 13 de maio de 2015.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

Deputado EDSON MARTINS
1º Vice-Presidente – ALE/RO

Deputado HERMÍNIO COELHO
2º Vice-Presidente - ALE/RO

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 100/2015

Acrescenta dispositivo à Constituição Estadual.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do § 3º do artigo 38 da

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **LUIZINHO GOEBEL**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - *Carlos Alberto Martins Manvailer*
Divisão de Publicações e Anais - *Róbison Luz da Silva*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

Constituição do Estado, promulga a seguinte Emenda ao texto Constitucional:

Art. 1º. Fica acrescentado o artigo 99-A a Constituição do Estado de Rondônia, com a seguinte redação:

“Art. 99-A. O Procurador-Geral de Justiça fará jus a segurança pessoal mantida pelo Estado através da Secretaria de Segurança Pública, após encerramento do seu mandato pelo mesmo período que tenha exercido o respectivo cargo.

Parágrafo único. Caso o Procurador-Geral tenha sido reconduzido ao cargo, este prazo terá seu início após o encerramento do último mandato, tendo o tempo de garantia de segurança somando os 2 (dois) períodos.”

Art. 2º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 13 de maio de 2015.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

Deputado EDSON MARTINS
1º Vice-Presidente – ALE/RO

Deputado HERMÍNIO COELHO
2º Vice-Presidente - ALE/RO

RESOLUÇÃO Nº 296, DE 13 DE MAIO DE 2015.

Altera dispositivos do Regimento Interno.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA aprovou, e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. O § 3º do artigo 23 e o § 1º do artigo 76 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 32, de 21 de agosto de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 23.....
.....

§ 3º. O Deputado poderá, excepcionalmente, fazer parte como membro efetivo de mais de 4 (quatro) Comissões Permanentes.

Art. 76.....

§ 1º. A licença depende de requerimento fundamentado, dirigido ao Presidente da Casa, e lido na primeira sessão após o seu recebimento, exceto em relação ao disposto no inciso IV, sendo necessário apenas fazer o comunicado nos termos do artigo 70.”

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 13 de maio de 2015.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente - ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 589,
DE 13 DE MAIO DE 2015.**

Concede o Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Senhor **Irineu Barbieri**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com os artigos 166 e 167 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica concedido o Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Senhor **IRINEU BARBIERI**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 13 de maio de 2015.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

ASSESSORIA DA MESA

**ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA NONA LEGISLATURA**

Aos doze dias do mês de maio do ano dois mil e quinze, às vinte horas e treze minutos, reuniu-se a Assembleia Legislativa do Estado, extraordinariamente, sob a Presidência do Senhor Deputado Laerte Gomes; Secretariada pela Senhora Deputada Rosângela Donadon; com as presenças dos Senhores Deputados Adelino Follador, Aécio da TV, Ailton Gurgacz, Alex Redano, Cleiton Roque, Dr. Neidson, Edson Martins, Ezequiel Júnior, Hermínio Coelho, Jean Oliveira, Jesuíno Boabaid, Laerte Gomes, Lázinho da Fetagro, Marcelino Tenório, Maurão de Carvalho, Saulo Moreira, Só na Bença e Senhora Deputada Rosângela Donadon; e ausências dos Senhores Deputados Lebrão, Léo Moraes, Luizinho Goebel, Ribamar Araújo e Senhoras Deputadas Glaucione e Lúcia Tereza. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. A ata da sessão extraordinária anterior foi dada por lida e aprovada e o Senhor Presidente determinou a publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa. Passando-se à **ORDEM DO DIA**, foram aprovadas em segunda discussão e votação, pelo processo de votação nominal, pelo voto qualificado de 2/3: **Proposta de Emenda à Constituição nº 005/15** de autoria Coletiva que “Acrescenta dispositivo à Constituição Estadual”, com 17(dezessete) votos; **Proposta de Emenda à Constituição nº 006/15** de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid que “Acrescenta e altera dispositivos à Constituição Estadual”, com 18(dezoito) votos. Foi aprovado em segunda discussão e votação, pelo processo de votação simbólica, por

maioria de votos o **Projeto de Lei nº 051/15** de autoria do Poder Executivo/M 064 que “Acrescenta, altera e revoga dispositivos à Lei nº 3511, de 3 de fevereiro de 2015”. Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente sessão, o Senhor Presidente convocou sessão ordinária para o dia 13 de maio do corrente ano, no horário regimental, às 09:00 horas. Para constar, o Secretário da sessão determinou a lavratura desta ata, que após lida e aprovada será devidamente assinada pelo Presidente e Secretário da sessão. Plenário das Deliberações às vinte horas e dezenove minutos do dia doze de maio do ano dois mil e quinze.

ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA NONA LEGISLATURA

Aos treze dias do mês de maio do ano dois mil e quinze, às treze horas e quarenta e sete minutos, reuniu-se a Assembleia Legislativa do Estado, extraordinariamente, sob a Presidência do Senhor Deputado Maurão de Carvalho - Presidente; Secretariada pelo Senhor Deputado Marcelino Tenório; com as presenças dos Senhores Deputados Adelino Follador, Aécio da TV, Alex Redano, Cleiton Roque, Dr. Neidson, Edson Martins, Ezequiel Júnior, Hermínio Coelho, Jesuíno Boabaid, Laerte Gomes, Lazinho da Fetagro, Lebrão, Marcelino Tenório, Maurão de Carvalho, Ribamar Araújo, Só na Bença e Senhoras Deputadas Lúcia Tereza e Rosângela Donadon; e ausências dos Senhores Deputados Ailton Gurgacz, Jean Oliveira, Léo Moraes, Luizinho Goebel, Saulo Moreira e Senhora Deputada Glaucione. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. A ata da sessão extraordinária anterior foi dada por lida e aprovada e o Senhor Presidente determinou a publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa. O Senhor Secretário procedeu à leitura da Convocação de Sessão Extraordinária, bem como da Mensagem nº 090, de 13 de maio de 2015. Passando-se à **ORDEM DO DIA**, foi aprovado em primeira discussão e votação, pelo processo de votação simbólica, por maioria de votos, **Projeto de Lei nº 087/15** de autoria do Poder Executivo/M 090 que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o montante de R\$ 1.000.000,00 em favor da unidade orçamentária Ministério Público”. Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente sessão, o Senhor Presidente convocou sessão extraordinária para em seguida, com a finalidade de apreciar em segunda discussão e votação, o Projeto aprovado nesta sessão. Para constar, o Secretário da sessão determinou a lavratura desta ata, que após lida e aprovada será devidamente assinada pelo Presidente e Secretário da sessão. Plenário das Deliberações às catorze horas e quatro minutos do dia treze de maio do ano dois mil e quinze.

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA NONA LEGISLATURA

Aos treze dias do mês de maio do ano dois mil e quinze, às catorze horas e sete minutos, reuniu-se a Assembleia Legislativa

do Estado, extraordinariamente, sob a Presidência do Senhor Deputado Maurão de Carvalho - Presidente; Secretariada pelo Senhor Deputado Marcelino Tenório; com as presenças dos Senhores Deputados Adelino Follador, Aécio da TV, Alex Redano, Cleiton Roque, Dr. Neidson, Edson Martins, Ezequiel Júnior, Hermínio Coelho, Jesuíno Boabaid, Laerte Gomes, Lazinho da Fetagro, Lebrão, Marcelino Tenório, Maurão de Carvalho, Ribamar Araújo, Só na Bença e Senhoras Deputadas Lúcia Tereza e Rosângela Donadon; e ausências dos Senhores Deputados Ailton Gurgacz, Jean Oliveira, Léo Moraes, Luizinho Goebel, Saulo Moreira e Senhora Deputada Glaucione. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. A ata da sessão extraordinária anterior foi dada por lida e aprovada e o Senhor Presidente determinou a publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa. Passando-se à **ORDEM DO DIA**, foi aprovado em segunda discussão e votação, pelo processo de votação simbólica, por maioria de votos, **Projeto de Lei nº 087/15** de autoria do Poder Executivo/M 090 que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o montante de R\$ 1.000.000,00 em favor da unidade orçamentária Ministério Público”. Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente sessão, o Senhor Presidente convocou sessão extraordinária para em seguida, com a finalidade de apreciar o Projeto de Lei nº 069/15 de autoria do Poder Executivo. Para constar, o Secretário da sessão determinou a lavratura desta ata, que após lida e aprovada será devidamente assinada pelo Presidente e Secretário da sessão. Plenário das Deliberações às catorze horas e vinte e sete minutos do dia treze de maio do ano dois mil e quinze.

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA NONA LEGISLATURA

Aos treze dias do mês de maio do ano dois mil e quinze, às catorze horas e vinte e nove minutos, reuniu-se a Assembleia Legislativa do Estado, extraordinariamente, sob a Presidência do Senhor Deputado Maurão de Carvalho - Presidente; Secretariada pelo Senhor Deputado Marcelino Tenório; com as presenças dos Senhores Deputados Adelino Follador, Aécio da TV, Alex Redano, Cleiton Roque, Dr. Neidson, Edson Martins, Jesuíno Boabaid, Laerte Gomes, Lazinho da Fetagro, Marcelino Tenório, Maurão de Carvalho, Ribamar Araújo, Só na Bença e Senhora Deputada Rosângela Donadon; e ausências dos Senhores Deputados Ailton Gurgacz, Ezequiel Júnior, Hermínio Coelho, Jean Oliveira, Lebrão, Léo Moraes, Luizinho Goebel, Saulo Moreira e Senhoras Deputadas Glaucione e Lúcia Tereza. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. A ata da sessão extraordinária anterior foi dada por lida e aprovada e o Senhor Presidente determinou a publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa. Passando-se à **ORDEM DO DIA**, foi aprovado em primeira discussão e votação, pelo processo de votação simbólica, por maioria de votos, **Projeto de Lei nº 069/15** de autoria do Poder Executivo/M 072 que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o montante de R\$ 11.352.633,29 em favor das unidades orçamentárias Tribunal

de Contas – TC, Superintendência Estadual de Administração e Recursos Humanos – SEARH, Secretaria de Estados de Finanças – SEFIN, Departamento de Obras e Serviços Públicos – DEOSP, Fundo Estadual de Saúde – FES e Defensoria Pública do Estado - DPE”. Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente sessão, o Senhor Presidente convocou sessão extraordinária para em seguida, com a finalidade de apreciar em segunda discussão e votação o Projeto aprovado nesta sessão. Para constar, o Secretário da sessão determinou a lavratura desta ata, que após lida e aprovada será devidamente assinada pelo Presidente e Secretário da sessão. Plenário das Deliberações às catorze horas e quarenta e cinco minutos do dia treze de maio do ano dois mil e quinze.

TAQUIGRAFIA

ATA DA 6ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE O ASSENTAMENTO DILMA ROUSSEFF

(Em 16 de abril de 2015)

Presidência do Sr.
Dr. Neidson - Deputado

**(Às 14 horas e 27 minutos é aberta a Audiência
Pública)**

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores, boa tarde.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo requerimento do Exmº Deputado Dr. Neidson e também do Deputado Jesuíno Boabaid, realiza Audiência Pública para debater sobre o assentamento Dilma Rousseff localizado no bairro Novo Horizonte.

Convidamos para compor a mesa o Exmº Sr. Deputado Dr. Neidson, proponente desta Audiência Pública; o Exmº. Sr. Deputado Jesuíno Boabaid, proponente desta Audiência Pública; o Exmº. Sr. Deputado Cleiton Roque; o Exmº. Sr. Daniel Pereira, Vice-Governador do Estado de Rondônia; Sr. Antônio Roberto dos Santos, Superintendente do Patrimônio da União; Dr. Graciliano Ortega Sanches, representante dos condomínios; Sr. Geraldo de Souza, líder da comissão dos moradores do Bairro Dilma Rousseff.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Boa tarde a todos.

Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública, objetivando debater sobre o Assentamento Dilma Rousseff, localizado no Bairro Novo Horizonte, nesta capital.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) –

Convidamos a todos para, de pé, cantarmos o hino Céus de Rondônia.

(Execução do hino Céus de Rondônia).

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Boa tarde a todos novamente. Quero cumprimentar os componentes da Mesa, o Exmº Deputado Jesuíno Boabaid que é um dos proponentes desta Audiência Pública, que conhece essa situação também do bairro Dilma Rousseff; o Sr. Deputado vice-líder do Governo Cleiton Roque; o Deputado Ribamar Araújo que se faz presente em todas as audiências e faz questão de estar aqui conhecendo a situação da população; o Exmº. Sr. Daniel Pereira, vice-governador do Estado de Rondônia que já conhece também a situação do bairro, onde estivemos no dia 02 de fevereiro, foi até no meu primeiro dia de mandato, onde a Ismênia que é uma amiga lá de Guajará-Mirim e o Sr. Geraldo também que é de Guajará-Mirim nos procurou junto com várias pessoas aqui no primeiro dia de mandato nesta Casa e fomos lá conversar com o Exmº Sr. Daniel Pereira. Quero cumprimentar também o Sr. Antônio Roberto dos Santos, o Superintendente do Patrimônio da União; o Dr. Graciliano Ortega Sanches, representante dos condomínios, e o Sr. Geraldo de Souza, líder da comissão dos moradores do bairro Dilma Rousseff. Senhores, o Bairro Dilma Rousseff, se trata de uma invasão localizada na estrada do Areia Branca, próxima a Coca-Cola, com uma área total de mais ou menos 381 mil metros quadrados onde foi invadida por famílias carentes que necessitavam de um local para viver, um local para criar o seu teto vamos dizer, mais ou menos nos meados de 2012. Então, fui procurado nesta Casa já no dia 02 de fevereiro, no primeiro dia que estive aqui, onde várias pessoas estavam junto com o Geraldo, a Ismênia como já foi bem dito, me colocando a par da situação desse bairro, onde havia uma pretensão ou uma ordem judicial para a reintegração de posse. Essa área de 381 mil metros quadrados, mais ou menos, foi destinada da União, era uma área da União que está em processo de doação para o Governo do Estado, destinada para uma estação de tratamento de esgoto, mas só que foi ocupada por vários moradores, e são vocês que estão aqui. Claro, que não tinham um local onde viver, onde morar e entendo que isso é de competência do governo nas três esferas, federal, estadual e municipal, nos ajudar também a dar a nossa moradia. Então, por isso essas pessoas buscaram esse local para construir seus lares. E diante disso tivemos várias situações e eles mesmos repreendidos ou até aflitos pela situação no qual foram colocados para o reassentamento da posse, para que abandonem o local do assentamento, parte deles nos procurou e nós Deputados estaduais temos o dever de buscar também alguma saída, alguma solução para o problema. Então, fomos junto com o Exmº. Sr. Daniel Pereira para tentarmos resolver o problema antes da situação chegar se agravar mais. E estamos aqui nesta Audiência Pública já tentando, ainda, dar uma solução para o problema, e veremos aqui também a possibilidade do Governo, tanto o Governo Estadual como Municipal, eu acredito que não tem nenhum representante do município aqui, mas foram convidados, para ver se podemos dar alguma resolução a esse problema.

Quero deixar em aberto aqui na mesa aos Deputados, aos componentes da mesa, se quiserem fazer uso da palavra. Aqui está também o Deputado Jesuíno, um dos proponentes desta Audiência Pública.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Vamos registrar a presença do Exmº e já o convidamos para compor a mesa, o Exmº Juiz Titular da 1ª Vara e vice-diretor do Fórum, Juiz Federal Dimis da Costa Braga, juntamente com os Tenentes Marcelo e Henrique que são, que serão mediadores.

S. Exª Dr. Dimis, um dos nossos convidados a participar desta Audiência Pública... foram convidados também o Exmº Sr. Vice-Governador que está presente à mesa, o Coordenador Regional de Policiamento I, que é o Tenente-Coronel Ênedy Dias de Araújo; o 1º Batalhão da Polícia Militar na pessoa do Major PM Aurélio Viroti Serpa; Secretaria de Assistência Social de Rondônia, Márcio Antônio Félix Ribeiro; da SEMAS – Secretaria Municipal de Ação Social, foi convidada a Sra. Josélia Ferreira da Silva, da 17ª Brigada, o Comandante da 17ª Brigada, hoje deixa o cargo, o Exmº. Sr. General de Brigada André Luis Novaes Miranda. Convidado foi também o Sr. Antônio Carlos dos Reis e aqui está representado pelo Sr. Major da Polícia Militar do Estado de Rondônia, Moroni. Foi convidado também o gabinete da Gestão Integrada da Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania, o Coronel PM José Hélio Sisneiro Pachá; o Superintendente do Patrimônio da União no Estado de Rondônia, aqui está, Antônio Roberto dos Santos; Coordenador Geral de Gestão Patrimonial Imobiliário, Antônio Fortunato de Oliveira Neto; da PGE – Procuradoria Geral do Estado, Dr. Juracy Jorge da Silva; da AGU – Advocacia Geral da União, foi convidado o Dr. Fábio Rodrigues Fregona; da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, o Dr. Antônio Fontoura Coimbra; do assentamento dos moradores Dilma Rousseff, Geraldo Souza de Holanda; do Grupo Simões, Willame Herbert; convidados aqui os demais integrantes da Comissão da Assembleia Legislativa, Comissão de Direitos Humanos e Cidadania. Senhoras e Senhores, registramos ainda a presença do Exmº. Sr. Deputado Estadual Ribamar Araújo; do Sr. Ubiratan Bernardino Gomes, Diretor Executivo do DER; Major PM Davi Moroni Souza, representando a SESDEC; Sr. Antônio Calmon Ciriaco, Diretor de Patrimônio do Estado; Sra. Iacira Azamor, Diretora-Presidente da CAERD; Exmº. Sr. Antônio Fortunato de Oliveira, Coordenador de Patrimônio; senhores moradores do assentamento Dilma Rousseff; Eduardo Vicente, vice-líder da comissão dos moradores do bairro Dilma Rousseff, vai ser um dos palestrantes; o Sr. Daniel Retamuzo vai fazer uso da palavra, e a Sra. Valdenice Domingues, Secretária da SEAS.

Sr. Deputado Dr. Neidson, Presidente desta Audiência Pública, registramos ainda a presença do Exmº. Sr. Deputado Federal Lúcio Mosquini. “Cumprimentando-o cordialmente reporto-me a V.Ex.ª no sentido de comunicar que estarei impossibilitado de comparecer às Audiências Públicas marcadas no dia 16 de abril do corrente ano, devido a trabalhos na Câmara dos Deputados em Brasília. Em tempo, aproveito a oportunidade para renovar, é destaque de elevada consideração, cordialmente Lúcio Mosquini, Deputado Federal”.

E já convidar, com a permissão de V.Ex.ª, para abrir os debates com a palestra, neste momento, o Dr. Graciliano Ortega Sanches, representante dos condomínios.

O SR. GRACILIANO ORTEGA SANCHES – Exmº. Srs. Deputados Jesuíno Boabaid, Dr. Neidson, Dr. Cleiton, Dr. Ribamar Araújo, os meus cumprimentos; Exmº. Sr. Antônio, representante da SPU, meus cumprimentos; Exmº. Sr. Juiz

Federal Dr. Dimis, meus cumprimentos; as demais autoridades aqui presentes, aos moradores do Bairro Dilma Rousseff...

Inicialmente eu fui procurado a pedido do Deputado Jesuíno para acompanhar os moradores dessa localidade Dilma Rousseff a respeito dessa ação de reintegração de posse que estava ocorrendo, e que posteriormente alguns moradores lá do condomínio que faz divisa com essa invasão também nos procurou. Inicialmente, eu gostaria que os senhores visualizassem o vídeo que irá passar aqui, agora, e posteriormente nós vamos continuar a fala.

(Projeção do vídeo)

O SR. GRACILIANO ORTEGA SANCHES – Pois bem, senhores, essa área que acabou de passar nessa filmagem é alvo de reintegração de posse que tramita pela 1ª Vara Federal aos cuidados do Juiz Federal Dr. Dimis, e, como eu já disse aos senhores, a pedido do Deputado Jesuíno, ele solicitou que acompanhasse essa situação logo de começo e no dia da audiência que teve junto com a Vara Federal, analisando o processo junto com o colega advogado Dr. Renner que advoga junto ao Deputado Neidson, tivemos oportunidade de ver por cima alguns documentos que constam no processo que, em tese, eu não vou me aprofundar muito, que gera algumas dúvidas em relação a essa situação da titularidade ou propriedade dessa área. Nos próprios autos consta que essa área pertenceria ao município de Porto Velho através de um título expedido em julho de 80, eu requeri junto com os representantes da área que retirasse uma certidão atualizada para ver se confirmava essa situação, e há duas semanas foram tiradas a Certidão de Inteiro Teor da área, contendo 315 folhas, escrito frente e verso, e até então registrado no 1º Serviço Registral do Cartório de Porto Velho que essa área encontra-se sob titularidade da Prefeitura de Porto Velho.

Lembrando que a Ação de Reintegração de Posse que tramita pela Vara Federal, a União seria a autora para reintegrar e retirar os moradores dessa área para cá. Isso cabe não a mim analisar, até porque já tem advogado nos autos, só estou vendo o que foi constatado em si. O próprio colega que está atuando nos autos e o próprio colega Dr. Renner também viu essa situação toda, está a cargo do Magistrado verificar e julgar os autos e ver quem está com essa razão. Mais a frente, ainda, com relação a essa situação da viabilidade ou não da construção desse tratamento de esgoto naquela área onde está o Assentamento Dilma Rousseff, foi feito também um estudo, através de um Parecer técnico ambiental, assinado pelo senhor Francisco Lino Gomes, onde ele constata que devido a área ser cercada de Igarapés, áreas de APP e o local, propriamente em si, é área de preservação, ficaria inviável a situação da construção dessa estação de tratamento.

Colaborando com essa situação dessa inviabilidade, nos próprios autos, existe um juntado nos autos pela União, um Programa de Aceleração do Crescimento para cá, onde o Governo fez um estudo dessa área, contratando empresa e tem juntado aos autos, dizendo que foram definidos uns parâmetros para a construção dessa Estação de Tratamento onde se encontra a localidade Dilma Rousseff. E um dos quesitos é que existiria uma distância mínima para a construção desse tratamento de 500 metros de limite de Zona Urbana para ser

construído. Estranhamente, ao fundo dessa área existe um conjunto de condomínio da Caixa Econômica Federal, Morada do Sul, que foi construído no ano de 2008 e estão todos já habitados, certo? E justamente ele faz fundo com essa área, a área de reintegração de posse para ser construída essa Estação de Tratamento. O que contraria o próprio Parecer técnico juntado nos autos assinado na época, pela senhora Iacira Terezinha, Coordenadora da Secretaria Executiva do antigo Governo. Então, por essas e outras em si, constando os documentos que estão nos autos, justamente com a Certidão de Inteiro Teor, onde atualmente o próprio cartório, o qual emitiu a certidão de Inteiro Teor dizendo que a terra é de domínio, é de propriedade do município de Porto Velho.

Portanto, entendemos que essa situação da União... até o Doutor Antônio pode nos explicar nessa parafernália de documentos de 315 páginas. Nós não conseguimos localizar essa revogação do Termo de Doação ou pelo menos o registro dessa área pleiteada em nome da União. É por essas e outras em si, de acordo com o Parecer técnico e de acordo com a própria empresa especializada, à época que foi formulado no Programa de Aceleração do Crescimento que ficaria inviável a construção dessa estação de tratamento de acordo com a documentação. Uma coisa bastante importante aqui, Deputado, é que em momento algum, até então, estive presente junto a Procuradoria do município para saber em relação a essa área, e não deu tempo hábil da resposta desse Ofício para fazer a formulação em relação a resposta. Mas segundo informações essa terra pertence, realmente, ao município, até então. O Doutor Antônio estaria aqui para fazer a confirmação ou não dessa situação toda, e é por essas e outras que eu requereria que Vossa Senhoria oficiasse o município para que tenha essa resposta com a máxima urgência. No mais, essa é a minha exposição.

Muito obrigado a todos.

O SR. DOUTOR NEIDSON (Presidente) – Vamos ceder a palavra, agora, ao senhor Geraldo que é o Líder da Comissão dos Moradores do Bairro Dilma Rousseff.

O SR. GERALDO SOUZA – Boa tarde a todos.

Eu gostaria de agradecer, imensamente, em nome de toda comunidade lá do Dilma Rousseff, o apoio que esta Casa está dando, fazendo com que aconteça esta Audiência Pública.

Em nome do Deputado Doutor Neidson e do Deputado Jesuíno, em nome do Presidente desta Casa, Deputado Maurão de Carvalho, eu agradeço de coração, em nome de todas as famílias que moram ali.

Eu vou falar um pouco, como venho dizendo lá no plenário da Justiça Federal, eu falei para o Doutor Dimis, aqui presente... agradeço a presença também dele, e deixei bem claro que nós naquela comunidade não somos contra essa ETE, essa Estação de Tratamento de Esgotos, mas não temos para onde ir. Se tivesse eu garanto para o senhor que eu não mediria esforços para tirar toda essa população de lá e deixar essa área livre para ser feita a ETE. Mas tem casos, que venhamos conveniar, que está acontecendo naquela área, que não é certo, não é certo para nós e nem para ninguém. As pessoas ao invés de chegar para resolver a situação, querem tirar proveito e só sobra do lado das pessoas mais carentes. Eu vou mostrar

situações, que está nos autos do processo e, que acontecem dia a dia na nossa cidade, no nosso Estado de Rondônia. Eu gostaria de apresentar e vou comentar sobre esses slides que vou estar apresentando agora. Esse tema, descaso com o dinheiro público, é porque nós estamos prestes a sair daquela localidade aonde vai ser colocada uma Estação de Tratamento de Esgoto. Não cabe a mim decidir ou lutar para dizer se ali é viável ou não a Estação de Tratamento. Eu tenho a minha consciência tranquila que ali não é, até porque, nos autos do processo tem documentos que estão dizendo que não é. Porque o momento que a dona Iacira assinou um plano de desocupação dizendo que tinha feito os estudos técnicos e ambientais ali daquela área, que era viável para se fazer a Estação de Tratamento de Esgoto, eu contratei um ambientalista para fazer um Laudo, um Parecer Técnico Ambiental dali, e ele disse que não é viável que se faça. Porque a área está menos de 500 metros da beira do Igarapé Bate Estaca, dentro de uma área de APP, Área de Preservação Permanente, e a menos de 500 metros dos Condomínios, que é área urbana habitada legalmente, teve o projeto, a Caixa Econômica liberou para fazer aquele condomínio. Então, na minha concepção, não se pode fazer essa obra ali. Mas quem sou eu para dizer se pode ou não pode? Cabe às autoridades, como o doutor Dimis falou: 'cadê o Poder que fiscaliza?' Tem que ir lá e impedir. Eu vou mostrar as situações que esses Poderes não agiram. E o dinheiro desse povo sofrido está jogado no lixo, às traças, não serviu para nada. Vocês vão ver, e só prestem atenção um pouquinho, por gentileza. Essa obra, quem conhece Guajará-Mirim? eu sou de Guajará-Mirim, o Deputado Doutor Neidson também é de Guajará-Mirim. Isso aqui era para ser uma Estação de Tratamento de Esgoto, a mesma que está prestes a acontecer ali na nossa localidade. Isso era para ser. Ela fica localizada perto da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, perto do antigo matadouro, nas fazendas do Teló, dono da antiga Bolívar. Estão aí as fotos. Mostro a todos para essa Casa apreciar. O que é que se aproveitou do dinheiro público? Aí onde vocês estão vendo essa foto vai ser instalado um filtro, para filtrar todo esgoto público daquela cidade, mas serve somente para criar jacaré lá. Se você for lá vai encontrar jacaré, sucuri, lá no meio do mato. De que adianta o povo ter que pagar impostos absurdos para se ter um país melhor e ver o dinheiro do povo desse jeito? Onde está a nossa fiscalização para punir as pessoas que fazem isso com o dinheiro do povo? Eu sou cidadão, eu estou cobrando, todos têm que fazer isso. Essa ETE, Estação de Tratamento de Esgoto lá de Espigão do Oeste, fica a 7 km da cidade, está mais de quatro anos embargada pelo Ministério Público. Na época da eleição foi apresentado Emenda para fazer a estação porque ia servir, há quatro anos no meio do mato, não serve para nada.

Vamos falar um pouquinho de água. Nós temos, a nossa cidade de Porto Velho, dona Iacira mesmo sabe, saúde em primeiro lugar, o esgoto é saúde, como ela falou na mídia. Mas eu vou deixar bem claro, dona Iacira, ali na Zona Sul, são vários bairros que precisam de água encanada, vários bairros: Cidade Nova, Cidade do Lobo, Novo Horizonte, Castanheira, nenhum tem rede de água tratada para a população.

Ali, essa é a ETA, Estação de Tratamento de Água. Quem conhece na Estrada de Santo Antônio? Quantos reais, quantos milhões de reais estão investido nessa obra que serviria para tratar água da capital e abastecer toda a nossa capital? Olha como se encontra a Estação de Tratamento de Água!

Vou falar um pouquinho a respeito do laudo. Está aí o parecer técnico ambiental do Sr. Francisco Lino, Gestor Ambiental, e o motivo porque que não se pode construir a ETE. Com base na análise, de acordo com a “Lei de nº 97 de 29 de dezembro de 1999, que dispõe sobre o parcelamento e uso ocupacional do solo de Porto Velho e Zoneamento Ecológico ZEE, o terreno se encontra, o terreno se encontra dentro do perímetro urbano, área suburbana do município de Porto Velho em área de preservação permanente a APP. A partir da visita in loco, ao local destinado a construção e a Estação de Tratamento de Esgoto foram identificados curso d’água, área verde, com distância mínima do pilar de quatro a cinco metros que marca os divisores da área caracterizando a existência de proteção ambiental em conformidade com a Lei Complementar de nº 138 de dezembro de 2001 e Lei Complementar nº 097 de dezembro de 99. Este parecer técnico ambiental concluiu pela inviabilidade do empreendimento.

Então eu tenho a resposta que lá não dá para fazer uma obra, lá não serve para fazer uma obra, mas o que eu posso fazer se estão querendo nos tirar de lá? Agora, como eu falei para o Dr. Dimis: “Doutor, cabe a mim ver o melhor para esse povo, ver o melhor”. Nós estamos lá, fizemos nossa casa, nós temos onde morar, amanhã, será que nós vamos está passando como aquele pessoal da Três e Meio que foi jogado no Planalto? Passou uma matéria na televisão e aquilo é um absurdo, aquilo é desumano. O Tenente Marcelo e o Tenente Henrique, agradeço, são pessoas que estão ali fazendo o trabalho deles e vão concluir, se depender deles de dar um tiro em qualquer um que está lá eles vão dar. Eles têm o trabalho deles, eles têm que cumprir ordens, e se a ordem for dada eles vão executar, como eles mesmos falam: “nunca viu desocupação não ser cumprida, mas nós não vamos impedir”.

O SR. DIMIS DA COSTA BRAGA – Sr. Presidente, um Aparte?

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Tem o Aparte.

O SR. DIMIS DA COSTA BRAGA – Os Tenentes Marcelo e Henrique, não têm ordem minha para atirar em qualquer pessoa. A obrigação da Polícia Militar é vigiar e proteger as pessoas. É com essa função que eles assumiram os seus honrados cargos. Não tem o menor cabimento a afirmação de que eles vão atirar em qualquer pessoa. Eles estão designados por mim e foram indicados com muita responsabilidade, têm um curriculum invejável de mediadores policiais, treinados por outros qualificadíssimos, para essa atividade de dialogar, de levar o aspecto do debate público democrático e respeitável.

Por isso peço sempre, até peço desculpas por não ter cumprimentado essa população tão bonita, tão elegante, comportada, mil desculpas. Peço também desculpas ao Sr. Geraldo por interrompê-lo, mas fui obrigado, só porque nós devemos, o quanto possível, evitar um levante, os embates. Acho que todos têm sido testemunhas da forma respeitável e educada que o Tenente Marcelo e o Henrique estão levando

adiante esse trabalho de conversar com todos vocês, de colher informações socioeconômicas, porque o que eu tenho nos autos é uma decisão liminar, que tinha sido por um outro Magistrado, para reintegrar a área e na época era poucas pessoas, muito poucas pessoas. Então, já depois da sociedade saber da destinação socioambiental dessa área, houve, como sempre há, o incentivo de aproveitadores que procuram levar vantagens.

Eu soube que muitos venderam os terrenos, não eram donos, mas venderam as áreas que estavam ocupando. E esse tipo de situação é que tem que ser coibida, mas não com tiros, evidentemente que não. São pessoas humanas como nós somos, os seres humanos serão respeitados sempre, qualquer tipo de medida será ordeira e sem violência, seu Geraldo, e vai ser assim que vamos conduzir isso até o final, com toda certeza, e o resultando só será benefício para a população de Porto Velho.

Obrigado.

O SR. GERALDO SOUZA – Pode aplaudir o Dr. Dimis que ele tem razão.

O SR. DIMIS DA COSTA BRAGA – Presidente, muito obrigado.

O SR. GERALDO SOUZA – Gente, eu só estou continuando.

Tudo isso que estou falando são os fatos que ocorrem em todos os cantos, na mídia, todos os dias. Quem abrir a boca e falar que não acontece, acontece, acontece na mídia em todo o canto. Quem que não vê as desocupações que tem por aí? É bala mesmo, Dr. Dimis. É bala que pega, se o camarada não sair vai pegar bala, o senhor me desculpa falar, porque lá no processo, lá no processo...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Geraldo, Geraldo...

O SR. GERALDO SOUZA – Só um pouquinho...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Só assim, foi proposto esse debate aqui para discutirmos. O Dr. Dimis já se manifestou quanto à questão, até para, o que a comunidade quer ouvir aqui, eu juntamente com o Deputado Neidson, as proposições, ações que deverão ser tomadas. O Dr. Dimis, vai julgar o mérito da posse ali da localidade que foi pleiteada pela União. Então, essa questão sabemos que existe, mas como já bem disse o Magistrado aqui: “se depender da Polícia Militar, da sua ordem, se for ao final dada a ordem para a reintegração, não haverá...”

E a gente está lá, isso é uma questão. Eu acho que você tem que se ater, vamos passar ao foco para não ficarmos muito, até para não instigar uma situação. Como diz, vamos para os debates dentro de uma forma democrática e chegar a uma resolução na ação. Beleza? É só isso que eu estou te pedindo.

O SR. GERALDO SOUZA - Eu agradeço... mas é porque, Deputado, se o senhor observar no processo, lá no plano de mediação policial está falando bem assim: “independente do sucesso ou o insucesso da mediação vai-se tirar nem que se seja a força”. Não é isso que está escrito lá, Tenente Marcelo, Tenente Henrique? No plano de mediação policial está dizendo: “independente da negociação, da mediação policial ter sucesso ou insucesso vai-se tirar do mesmo jeito”. E isso o Tenente

Marcelo leu para todo aquele povo que está ali e para mim. Foi apresentado lá na Associação ASPEROM e todos nós sabemos da situação porque eu tenho o processo, também. E a gente vê, dia após dia, Deputado, acontecendo isso. Eu estou aqui, é hora de falar, tem que ser falado porque o povo vem aqui para ouvir isso. Precisamos ter uma segurança. O que nós queremos? Queremos uma segurança de que isso não venha a acontecer conosco. Como eu falei lá na casa do Dr. Dimis, como o Tenente Marcelo me falou: se depender de nós, não vai ser preciso gastar um litro de gasolina, nem de uma viatura policial para chegar ali para tirar ninguém. Não podemos ir para a rua, nós não temos para onde ir. Eu falei: e muito menos disparar uma bala de borracha em um cidadão de bem que vive dia a dia ali lutando para sair da chuva. Vou continuar só mais um pouquinho.

Gente, está aqui, olha. Baseado em tudo que eu estava falando, está ali meu notebook, acabei de comprar para eu fazer essa apresentação aqui. Quem observar aqui: tributos, por um notebook eu paguei, só de imposto, eu paguei R\$342,16, está lá, olha. Trouxe para mostrar nesta Casa aqui que esse monte de obra que passou aqui, no meio do mato, abandonada, não serve para nada, eu pago por ela. Está aí o valor, um notebook.

Todos nós pagamos. Então, por que não cobrar? Por quê? Eu fico impressionado quando eu vejo a Presidente falar: “não, o povo tem que pagar, o povo aprende se mexer no bolso dele”. Mas mexer no bolso do cidadão para jogar o dinheiro no mato? Não serve, não serve. Isso daí é um cupom fiscal, está aí, olha.

O que adianta eu meter a mão no bolso do cidadão para melhorar o País se andamos no meio da buraqueira, o dinheiro jogado lá? Isso não serve de nada. Isso tem que ter uma fiscalização, tem que ser punido. Isso aqui é uma oportunidade de se falar. Estou falando da nossa situação, esse dinheiro vai ser aplicado lá. Tem mais de quinhentos milhões de reais para serem aplicados naquele lugar. E se não é viável, o que vai acontecer? O Estado vai embargar, e para que serviu esse dinheiro? Para que serviu quinhentos milhões de reais? Para ficar no meio do mato, juntando jacaré? Tem que ser falado, Deputado. Eu estou mostrando obras aqui que está lá em Guajará-Mirim, há mais de dez anos, abriu no meio do mato, eu morava lá, vim para cá há pouco tempo. Está com três anos e pouco que eu estou morando naquela localidade. Está lá no meio do mato, quem quiser ir ver pode ir lá, fica lá perto do antigo matadouro, por detrás do Exército Brasileiro. Em Espigão do Oeste, é a mesma coisa. A estação de tratamento de água é a mesma coisa. Então, isso não pode acontecer, nós pagamos por isso. Todos nós pagamos por isso. O vídeo não vai ser mais executado porque já foi executado, nós já o assistimos.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Geraldo, vamos tentar focar mais no Bairro Dilma Rousseff que é para tentar dar uma solução para aquele problema, para tentar evitar desvios do foco.

Está aí o Termo de Cessão Provisória que a União fez com o Estado de Rondônia. Por que depois eu pedi para apresentar? Porque eu falei para o seu Antônio que aquela área estava ocupada quando foi feito o Termo de Cessão Provisória, estava ocupada. O Dr. Dimis, sabe disso, o seu Antonio também sabe disso. Só que na Câmara ele falou que

lá não tinha ninguém, que aquela área estava desocupada, estava limpa. Eu vou mostrar, isso daqui é o Termo de Cessão Provisória. Está aí, vocês podem ver o valor da área, está bem ali, R\$2.530.995,40, a área que nós estamos morando. Aqui na cláusula 3ª diz que aquela área está tendo finalidade, para o empreendimento do projeto do sistema de esgotamento sanitário de Porto Velho.

Está aí na cláusula 3ª. E na cláusula 6ª, vocês podem ver: “a presente Cessão Provisória foi feita nas seguintes condições: a cessão fica sujeita à fiscalização periódica pela parte da SPU. Não será permitida a invasão, cessão, locação ou utilização do imóvel para fins diversos do previsto na cláusula 3ª”, que é para fazer a estação de tratamento de esgoto. Não é isso, senhor Antonio? Está ali a assinatura do seu Antonio, do senhor Confúcio, o nosso Governador, está bem ali, está assinado. Só que essa área já tinha pessoas morando lá. Aonde que eu vou assinar, Excelência? como eu vou pegar o carro do cliente Marcelo e não vou deixar roubar, se já roubaram o carro dele a semana passada? Alguém vai assumir para eu devolver o carro dele, não deixar roubar, se já roubaram a semana passada? Não tem como, já roubaram o carro dele.

Como é que eu vou dizer que eu não vou deixar roubar? Não tem como! Eu vou mostrar para vocês o porquê. O nome dessas pessoas... foi lá um Oficial de Justiça, intimou, está nos autos do processo, está nos autos, está a data aqui para vocês verem. Aqui estão os nomes das pessoas que foram intimadas. A data que eles foram intimados, foi no dia 03 de abril de 2013. Quem observou a data do Termo de Cessão Provisória, que foi no dia 12 de abril? É só reparar que vocês vão ver que estava habitado, tinha gente morando lá. Tinha gente morando lá, estão aí as datas. Isso aqui é um processo, está lá, a Justiça Federal... foi de 78. Então, é igual eu falei, têm pessoas que querem dificultar a vida das pessoas que mais precisam. Chega ali, ele aproveita a situação para prejudicar e não quer resolver, Excelência, quer deixar o camarada pior do que já está.

Eu procurei o gabinete do Senhor Governador em 2013. Tinha cinquenta famílias morando lá dentro. Eu falei para o senhor Alan França e o Basílio, que nos receberam, eles eram assessores do Governador. Ficaram de resolver a situação, marcaram conosco que ia a Comissão no gabinete do Governador, da CAERD, da Superintendência do Patrimônio da União e iam lá resolver a situação, mas nunca foram. Eu tenho como fiscalizar para ninguém entrar lá, os aproveitadores entrarem naquela área, se nem a SPU consegue? Será que eu tenho condições de não deixar um invasor, aproveitador entrar naquela área? Eu não tenho. Eu não tenho culpa se hoje tem mais de setecentas famílias ou setecentas, eu não tenho culpa, tem pessoas que não tem para onde ir, não tem para onde ir.

Vou continuar mais. Aquela rua, aquele bairro tem ruas abertas com dinheiro público, está aqui à prova para vocês verem, as máquinas do DER entraram lá, meteram as máquinas, é dinheiro nosso, aquele imposto que eu paguei, Deputado, tem que ser, tem que ser mostrado. Aquele dinheiro que saiu do nosso bolso, ele foi usado para colocar as máquinas lá dentro, para colocar óleo, nem uma máquina vai ali com água tratada da CAERD no tanque, tem que ter dinheiro para comprar o combustível. É dinheiro público, mas como é antes das eleições, o cara vai lá e mete as máquinas, gasta o dinheiro público, abre as ruas e diz que vai construir uma estação em

tratamento. Para que serviu esse dinheiro? Dinheiro que o pobre ganhou com tanta dificuldade, suando dia após dia, para contribuir com o Governo, e foi jogado fora, não serviu para nada. Está aí, olha. O Senhor Jurandir Bengala enviou um ofício para a Secretaria de Obras em parceria com DER, que foi lá e abriu as ruas e encascalhou. Está aí, o senhor Gilson Nazif, assinou, foram abertas as ruas. A conta do limite está bem aqui, olha. Os parâmetros técnicos ambientais mínimos para escolhas das áreas. A dona Iacira, comentou lá no fórum federal, na casa do Doutor Dimis, que tinha sido conversas que tinham surgido nas secretárias, comentou conversas, está aí dona Iacira, as conversas vêm dos autos, está aí os parâmetros técnicos, distância mínima da estação de tratamento e esgoto.

Tem que ficar quinhentos metros do limite urbano do distrito sede, fora das áreas de preservação permanente APP.

Não foi conversa das Secretarias, esse papel foi assinado pela senhora dona Iacira. Eu vou mostrar a sua assinatura.

Isso aqui foi assinado pela senhora, está aí, esse plano de desocupação está aí, Dona Iacira Terezinha Rodrigues de Azamor, não foram comentários. O laudo eu já apresentei, só gostaria que o rapaz colocasse o mapa aqui para eu finalizar.

A parte do condomínio ali. Todos já observaram o que faz lá em cima, o que eu quero mostrar aqui são mais... essa legenda aqui em baixo, são as distâncias, aquele quadrado em amarelo e laranja que todo mundo está vendo ali, em amarelo, é a área em questão, respeitando as áreas de preservação permanente que está ali em baixo. Esse ponto final que está ali na linha amarela, são os marcos que estão lá, divisórios da área. Vocês podem observar, está aqui a distância, olha. Só que ela ficou muito lá em baixo que era para vocês compararem, para vocês verem que aquele laudo que o senhor Francisco Lino fez. Ele foi lá na área, isso aí foi tudo ele que fez, estão as medidas, tudo ali. Quem quiser comparar tem o documento no processo também. Só para provar que ali está dentro de uma área suburbana, dentro do perímetro urbano da cidade, aí nessa linha verde, perímetro urbano do município de Porto Velho.

Isso aí não sou eu que estou dizendo, bem aqui em baixo, se o rapaz puder subir um pouquinho. Está lá a lei do INCRA que é doado até aí para o município de Porto Velho.

Então, isso é perímetro urbano. Aquela área que nós estamos, está dentro do perímetro urbano da cidade, ao lado dos condomínios. Como eu acabei de falar, Excelência, eu não sou contra a estação, eu sou contra pegar o dinheiro público, o dinheiro do povo sofrido, ganhado com suor e jogar no mato, isso aí, eu sou contra, eu sou contra. Eu gostaria, como eu comentei com o Deputado Jesuíno, e com o Deputado Neidson, se não tivesse, para ele, teria que ter, mas tem, tem, eu já sei que tem a lei para punir as pessoas que pegam o dinheiro público e não fiscalizam onde vai aplicar e joga no mato. Eu quero dar um exemplo: Se um pedreiro for construir uma obra na casa do Dr. Dimis ou da dona Iacira ou do seu Daniel Pereira, ele vai cobrar do cara para ficar uma coisa bacana. O cara vai ter que fazer uma coisa bacana para ficar bom, para ter proveito, porque o dinheiro é dele, o cara tem que querer o melhor. Então, isso é do ser humano, e por que não com o dinheiro do povo? Não tem valor? Será que é só o meu dinheiro, o dinheiro da dona Iacira que vai ter valor? Não, o dinheiro público tem valor, não é para ser jogado fora.

Para eu finalizar, eu quero falar o seguinte: Excelência, Tenente Marcelo, Tenente Henrique, nós não estamos dificultando para sair daquela localidade. Se é viável ou não fazer a obra, não cabe a mim fiscalizar, mas eu quero lutar para aquele povo não ficar na situação da Três e Meio. Eles não vão ficar como aquele pessoal daquelas enchentes que saíram para debaixo daquelas lonas ali, porque estamos, pelo mono, debaixo de uma telha. Esta Audiência Pública foi para se achar um caminho e estou apresentando isso aqui, não é para tirar fora do foco, é porque futuramente, de onde nós vamos sair, vamos sair de nossas casas e ficar aquela área, vai ficar igual essas outras, ou pior. Antes era, só servia para os ladrões roubar os condomínios, os condomínios que o diga, antes era, só tinha mato.

Eu gostaria de finalizar minhas palavras, e dou oportunidade para os demais.

Eu agradeço a presença de todos, e em nome de toda comunidade Dilma Rousseff, obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado Geraldo.

Sabemos que foram designados o Tenente Marcelo e o Tenente Henrique, através do Excelentíssimo senhor Juiz Federal Dimas.

E queremos que faça uso da palavra também o Tenente Henrique ou Tenente Marcelo ou os dois também se quiserem, para ver como estão as negociações com os moradores daquele Bairro Dilma Rousseff.

O Tenente Henrique.

O SR. TENENTE HENRIQUE – Dr. Dimis, com a permissão para o uso da palavra, o senhor Daniel Pereira, caros Deputados.

Primeiro quero desejar boa tarde a todos os participantes que estão aqui nesta tarde.

Vamos fazer uma breve apresentação do que é o nosso trabalho de mediação policial, porque como o próprio Dr. Dimis falou, é um trabalho novo, inovador, não só no Estado de Rondônia, mas em todo Brasil. Então eu tive juntamente com o Marcelo, uma oportunidade de fazer esse curso de mediação policial e estar aplicando essa inovação aqui no Brasil iniciando pelo Estado de Rondônia. Então, é um trabalho que nós estamos desenvolvendo e que acredito, como foi colocado aqui pelo Geraldo, que vai dar certo. Não vou me ater às perguntas, às dúvidas, vou me ater aos fatos aqui. Primeiro, a nomeação.

Eu fui nomeado juntamente com o Tenente Marcelo por um Decreto do Governador, para atuar como mediador nessa ação lá da Estrada do Areia Branca. Uma vez nomeado, só fazer uma breve explanação do que é a mediação. Então, a mediação, como muitos sabem, é um meio de resolução pacífica de conflitos. A Polícia Militar, utilizando dessa técnica preventiva para resolução de conflitos, para poder resolver os conflitos que porventura a sociedade venha se deparar. Nesse caso específico, como foi colocado pelo Dr. Dimis, é uma ação de reintegração de posse. Então, Geraldo, eu não tenho o intuito e nem a Polícia Militar, de utilizar armas ou balas, como ele colocou aqui. O nosso intuito é resolver pacificamente os conflitos que forem gerados dentro da sociedade, no caso aqui em Rondônia. Então, esse é um dos casos, onde há um conflito e o nosso intuito, com essa mediação, é resolver pacificamente e é claro que todos têm colaborado com isso. Até agradeço a participação de todos, isso é importante. E o nosso principal objetivo é promover a paz social numa via não violenta para

resolução dos conflitos, esse é o nosso objetivo principal. Nesse trabalho específico, o nosso trabalho é outorgar as palavras às partes, nesse caso o Estado, a União e vocês que são os ocupantes lá da área, de forma que cheguemos ao final desse processo, conseguindo resultado satisfatório para o conflito.

Então, qual é esse resultado satisfatório? É um resultado que atenda ambas as partes, que atenda a decisão judicial, que no meu caso, não nos cabe aqui discutir, e também atender os anseios da população. Só que esse caso tem gerado algumas nuances, que eu tenho certeza que vocês têm se preocupado muito com o que vai acontecer. Então, não precisamos ser imediatista e já tentar adivinhar ou descobrir o que vai acontecer.

Esse é um processo, é um processo lento, um processo demorado, mas de forma que chegaremos ao final atendendo ambas as partes. Esse é o nosso papel como mediadores do processo. Dentro desse contexto, nós fizemos, uma vez nomeados, um plano de ação estratégico, que foi comentado aqui, agora há pouco, pelo próprio Geraldo. Esse plano de ação estratégico foi apresentado nos autos do processo para que a decisão judicial fosse feita dessa forma e não da forma como era feito antigamente, aonde a polícia ia lá, auxiliando o oficial de justiça e se necessário o uso da força. Então, a nossa idéia é não mais precisar do uso da força em nenhuma ação policial.

Porque, como o Dr. Dimis, bem colocou aqui, a nossa missão principal é servir e proteger. E nesse aspecto fazer isso de uma forma não violenta. É esse o nosso intuito principal.

Então, dentro desse plano de ação nós estamos aqui nos inteirando do conflito, foi a primeira parte aonde nós nos debruçamos em cima do processo administrativo, nos debruçamos em cima do processo judicial, depois difundimos o que era mediação. Foi feito isso com os moradores na reunião na ASPROMETRON, foi feito isso com o Estado, em reuniões que nós fizemos, depois em assembleia fomos lá com o Dr. Dimis, explicamos para eles o que era o processo de mediação, todos concordaram em participar, e isso é importante que se fale, e no final desse processo nós vamos tentar atender os anseios da sociedade pelas partes. Que anseios são esses? É o que vocês, o que o Geraldo trouxe aqui e os anseios do Estado, de forma que cheguemos ao final desse conflito atendendo os anseios. Talvez não atenda a contento a ambas as partes, mas a idéia é que se chegue num consenso de uma forma mediada.

E foram convidados para participar, vários órgãos dentro desse contexto. Inclusive em todas as reuniões que nós participamos, o Dr. Neidson, esteve na primeira, o Deputado Jesuíno, esteve na segunda, depois foram todos lá para a Audiência Pública, o vice-governador participou de algumas e no final, o Geraldo colocou aqui: - ah, mas não vai ser necessário gastar nada de gasolina para a polícia ir lá. Que bom! É isso que esperamos da sociedade, que não seja necessário o emprego da polícia, porque se nós tivéssemos uma sociedade com paz social, não precisava realmente. O nosso trabalho é prevenir o crime, e nesse caso aqui evitar um conflito. Então, esperamos realmente, e eu tenho certeza que todos aqui são trabalhadores, pais de família e que tem esse intento, que tem essa consciência, e nós já conversamos sobre isso e que estão dispostos a participar de uma forma que cheguemos ao final mostrando não só para Rondônia, mas para o Brasil todo, que existe forma de resolver o conflito sem uso da violência. É isso que nós precisamos. Dentro desse contexto, eu coloquei uma

foto de um remo, aonde todos nós precisamos trabalhar, mas trabalhar em conjunto, não adianta um lado só remar, porque senão o barco vai para um lado que ninguém espera. Então, nós precisamos remar em conjunto, remar fazendo esforços para que todos sejam atendidos, de forma que as forças se equilibrem, essa é a nossa idéia. Então a participação do Judiciário, o Dr. Dimis, está empenhado pessoalmente nesse caso, foi lá, acompanhou, reuniu conosco. Foi lá visitar o bairro durante a visitação da Secretaria de Assistência Social, foi in loco, nós temos aqui o mandato de reintegração de posse, na qual ele coloca a mediação como o trabalho a ser desenvolvido, visando a desocupação pacífica, isso é importante. Então, eu tenho certeza se todos nós trabalharmos em conjunto, nós vamos atingir o objetivo almejado, que é exatamente a resolução pacífica do conflito.

Esse aqui é um breve histórico para contextualizar, foi o que nós tiramos do resumo e para quem não conhece, essa é a área que foi mostrada, agora há pouco, na Estrada do Areia Branca, já foi comentado e é processo que se desenrola desde o ano de 2010. Então, em 2010, no dia 31 de março... isso aí são fotos como foi trazidas aqui, essa área, ela vinha sendo destinada pelo Patrimônio da União, como área de habitação para interesse social. Então, há, havia interesse dessa área de alguns movimentos populares de construir ali, casas que atendesse esses movimentos populares e aí foi feito através dessa Portaria 72 a destinação daquela área para construção dessas habitações de interesse social. Acontece que concomitante a isso houve o pedido do Estado para que se fosse construída ali a estação de tratamento de esgoto. Então, na época em 2010, foi feita uma reunião do Patrimônio da União com esses movimentos sociais, mostrando para eles, a importância da construção da estação de tratamento de esgoto.

E aí nós tínhamos 02 interesses em conflito: a habitação e a saúde, o esgoto público. Então, foi feita essa reunião com os movimentos sociais que eram já na época detentores da área e através dessa ata aqui, foi definido pelos movimentos sociais que se fosse apresentado uma outra área para eles, e essa área poderia ser cedida para construção dessa estação de tratamento de esgoto. Isso foi feito, foi apresentada 03 novas áreas, áreas essas, também da União, o próprio Antônio, fez uma tentativa, uma tratativa com essas áreas aí, que na época eram pertencentes ao Exército e o próprio Exército brasileiro, eu não sei mais quem... Antônio depois pode mostrar para nós, apresentou essas 03 áreas aqui, essa aqui denominada: HIS1, que é habitação de interesse social um; essa do meio HIS2 e essa de baixo HIS3. Essas foram as propostas apresentadas para os movimentos sociais e populares da época. Então, eles acordaram e aquela área onde havia sido destinada foi revestida para essas 03 áreas. Foi um acordo feito em ata. Então, hoje existem aquelas 03 áreas destinadas aos movimentos sociais representados, na época, por um grupo de trabalho existente no Estado e foram apresentadas de forma que essa Portaria 385, ela destina aquelas 03 áreas para áreas de habitação de interesse social. Então, esse foi feito na época. Em 2011, foi apresentada a reversão da revogação da Portaria 72, destinando aquela área para construção da estação de tratamento de esgoto e destinando aquelas outras 03 áreas lá, para construção da estação de tratamento de esgoto. Foi feito um projeto pela

CAERD, esse projeto foi apresentado a Caixa Econômica que viabilizou recurso de aproximadamente 500, 600 milhões de reais para construção dessa estação de tratamento de esgoto.

Não tenho os números corretos, inclusive com a licença ambiental apresentada na Caixa Econômica e sendo aprovado o projeto. Após isso, em 2012, iniciou-se algumas invasões naquela área. Então, a primeira invasão, aconteceu no início de 2012, a segunda invasão em 20 de agosto, e na época como já havia uma ação latente de esbulho possessório, houve a retirada de imediato daquelas poucas famílias que haviam ocupado indevidamente aquela área e desde então começou-se o comércio legal de terrenos ali. Eu tenho certeza que muitos de vocês que estão aqui não fazem parte dessas pessoas que entraram lá, que fizeram a ocupação em 2012, pelo contrário, compraram. Então, aqui alguns exemplos de a época em torno de 300, 500 reais, chegando até os valores de sete mil reais, que é o valor que estão sendo comercializados terrenos lá atualmente.

Aqui, alguns exemplos de pessoas que estavam vendendo terrenos ali. Então, houve na época, em 2012, como o Estado não era parte, algumas reuniões, algumas tratativas através da Secretaria de Segurança Pública para lidar com essa parte de invasões de terras públicas. Na época... isso aí são fotos da retirada das poucas famílias que existiam lá e em 2013 houve a última invasão. Então, desde fevereiro de 2013 é que essas pessoas que ocupam lá, hoje, foram ocupadas. Era uma ação, como foi falado, da União. Então, a competente era, a solicitação foi feita para Polícia Federal. A Polícia Federal já em 2013, solicitou que fosse feito primeiramente uma tentativa de negociação, na época tinha 130 casebres, números levantados pela Polícia Federal em 2013, e ficou parado, foi recolhido o mandato de reintegração de posse. Então, só isso aqui alguns.... A parada do processo, e só em março de 2013 essa área foi cedida para o Estado de uma forma destinada realmente, assinado o acordo, como o Geraldo mostrou aqui, para construção da estação de tratamento de esgoto ETE Sul.

Em 2014, o Estado entra no polo ativo do processo e requer a juntada de um plano de desocupação, que foi feito. Aí já em 2015, foi feito algumas reuniões, foi, inclusive com a participação do Vereador Sid Orleans, que fez questionamentos no processo, foi apresentado o parecer técnico ambiental que o Geraldo colocou aqui, agora a pouco, acho que contratado pelos próprios moradores, e por último fazendo parte do processo a participação minha e do Tenente Marcelo no processo de mediação.

Isso aqui é um breve resumo do que foi feito e uma vez nomeados, nós fizemos algumas reuniões. A primeira reunião foi feita com as famílias no dia 16 de março, lá no ASPOMETRON, nós tivemos lá aproximadamente umas 350 famílias presentes, fizemos uma relação de presenças. Eu acredito que os senhores, a grande maioria esteve presente na ASPOMETRON onde nós conversamos sobre o processo de mediação. Depois no dia 18 de março uma audiência na Justiça Federal presidida pelo Dr. Dimis e no dia 24 de março uma reunião com os movimentos sociais lá na SPU, versando sobre a possibilidade de os movimentos sociais abarcarem parte dessas famílias que estão lá na área. Então, o próprio, os próprios presidentes desses movimentos sociais se mostraram interessados em também ajudar. Então, o que eu vejo aqui é realmente uma

união de esforços para poder ajudar todos vocês, inclusive agora com esse próximo passo que a gente vai colocar com essa Audiência aqui na Assembleia, com certeza com intuito de somar esforços, eu acredito que seja esse o intuito dos Deputados, que se chegue nessa resolução desse conflito aqui.

Então, por aqui era o que havia sido feito, levantamos alguns pontos que foram questionados, dentro desses pontos já foi, como eu falei, reunido o próprio SPU tentando identificar local de destinação para essas famílias que porventura forem remanejadas de lá, já existe essa tratativa de tentar arrumar o local para tentar remanejar essas famílias. Já foi procurado o responsável pela obra daquelas 03 áreas de habitação de interesse social, uma delas já existe um projeto de construção de casas populares na HIS3, só que está sobre responsabilidade dos movimentos sociais. Então, existe a necessidade da participação dos movimentos sociais também nesse processo e que eles já estão cientes disto, foi feito e a possibilidade, ainda, da participação em um segundo ponto, isso não vai acontecer agora, da inclusão de algumas famílias nessas áreas de habitação de interesse social que foram área total. Tentando respeitar a dignidade da pessoa humana, que foi exatamente o tempo que nós nos preocupamos. Eu tenho certeza que todo o Judiciário se preocupa, e eu tenho certeza que os Deputados que estão aqui também. Foi feito um levantamento socioeconômico para a devida constatação do estado de vulnerabilidade social dessas famílias que estão lá. Então, solicitamos dentro dessas reuniões, que a Secretaria de Assistência Social do Estado, a Secretaria de Assistência Social do Município e todos os outros órgãos envolvidos no processo, pudessem disponibilizar Assistentes Sociais para que fosse feito os levantamentos socioeconômicos que foram realizados em três dias, sexta, sábado e domingo. Então, foram 25 equipes coordenadas pela Secretaria de Assistência Social. Foi feito o levantamento prévio com a participação do Geraldo, ele pegou a ficha de pré cadastro, nessas fichas de pré cadastro foram identificadas 516 fichas, foram levantadas e preenchidas e apresentadas, aliás, 561 fichas apresentadas, dessas 561 fichas, 226 delas estavam completos os endereços com rua e lote; 276 com nome de rua; 12 com rua, mas o número do lote não batia com o mapa apresentado; 17 só tinham número de lote e 30 só tinham o nome da pessoa que preencheu a ficha. De posse dessas informações, foi feita pela Secretaria de Assistência Social um trabalho coletivo, aonde foram designadas 25 equipes de Assistentes Sociais e outros profissionais que trabalharam na sexta, sábado e domingo e atenderam não só as 561 famílias, mas 604 famílias. Então, esse foi o resultado do trabalho das Assistentes Sociais, realizados naquele final de semana.

Então, dessas 561 fichas iniciais, 124 não foram localizadas, do restante, 167 não tinham preenchido o cadastro, mas ainda assim foram atendidas, ou seja, não estavam relacionadas pelo Geraldo, mas estavam no local, e a Secretaria de Assistência Social atendeu essas 167, ainda, famílias que estavam lá, mas não teriam preenchido esse pré-cadastro.

Então, nós estamos nesse passo da mediação. A partir do relatório da Secretaria de Assistência Social é que nós vamos poder começar a trabalhar com números reais dentro do processo de mediação. Os senhores percebam que são 604 famílias, fichas que foram feitas no trabalho de sexta, sábado

e domingo. Então, o trabalho que a SEAS está tendo agora para fazer a computação desses dados é um trabalho grande, e vai demorar ainda um pouco para serem processadas. Uma vez que terminado o processo da Secretaria de Assistência Social e nós tivermos números exatos do que existe, um raio X completo do que existe ali, de quantas famílias existem ali, quantas estão em estado de vulnerabilidade social, quantas não estão, quantas estão, realmente, se aproveitando da oportunização da ocupação de terras públicas, é que a gente vai poder sentar e apresentar as reuniões de mediação. Sentar com os representantes das famílias, sentar com o Estado e começar a discutir resoluções, alternativas de resolução do conflito. Porque até então, o que nós temos é muito vago, o que nós temos são falácias. Então, só a partir desse resultado é que nós vamos poder sentar nas reuniões de mediações e começar a discutir soluções para o problema. Então, eu sei, eu entendo, as famílias que estão ali, com certeza, preocupadas com o que vai acontecer, mas só pelo fato do que está circundando esse problema, vocês podem ficar tranquilos, que pelo menos o interesse não é só do Estado, aliás, não só do Executivo, mas também aqui do Legislativo e do Judiciário. Então, os três entes, do Brasil, a Federação, estão participando, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. E, agora, mais recentemente o Ministério Público e a Defensoria Pública. A Defensoria Pública tem participado das causas coletivas e o Ministério Público. Então, os senhores não estão desassistidos, podem contar com a participação dos Deputados, cedendo, inclusive, advogados para participarem do processo. Então, tudo o que vai ser feito vai ser feito às claras, vão ser feitas reuniões com vocês, vão ser feitas reuniões com o Estado, que são as reuniões que nós chamamos de reuniões privadas. E posteriormente, com dados exatos, sentarmos nas reuniões de mediações. Alguns questionamentos que foram feitos se vai ser construída a Estação de Tratamento de Esgotos ou se não vai. Não nos cabe decidir como mediadores, isso aí já vai ser o Executivo. O que há aqui é uma decisão Judicial. Então, só para vocês terem uma ideia do trabalho que foi feito pela SEAS. Foi feito todo o levantamento de quantos lotes haviam sido destinados, foram identificadas as ruas, o nome das ruas, foi uma equipe em cada rua. Foi uma equipe da SEAS em cada rua, passou casa por casa, até os lotes nós cadastramos, até a família que não está morando lá, tem famílias que não moram lá, mas tem um lote. E onde moram essas famílias? Ah, eu moro de aluguel, em outro bairro. Eu moro de favor com a minha mãe, ou com um parente. Essas famílias também foram atendidas. Porque por mais que não estivessem lá, mas que estavam em estado de vulnerabilidade social, também foram atendidas. Esse foi o levantamento que foi feito. É claro, durante a ...

O SR. EDUARDO VICENTE PEREIRA - Se a finalidade de tirar as pessoas que estão lá, é construir a Estação de Tratamento, como que não cabe ao senhor, aos senhores, e todos que estão aqui, verificar isso ou não? Está no processo, que a finalidade de se retirar as pessoas de lá, é pra construir a Estação de Tratamento. E como é que não cabe aos tenentes verificar isso? Eu estou com essa dúvida. Se puderem me responder...

O SR. TENENTE HENRIQUE – Respondendo a dúvida aqui. Nós, enquanto Mediadores, não podemos interferir no processo, se vai ser ou não construída alguma coisa lá. No nosso caso nós estamos fazendo a mediação do conflito. Há uma decisão judicial independentemente para que vai ser usada aquela área, a área é pública. Há um pedido judicial de retirada das famílias de lá. Agora, o que vai ser feito daquela área, não cabe a mim responder. Não cabe nesse ponto da mediação, discutir se cabe a viabilidade no meu caso e do tenente Marcelo como Mediadores.

O SR. DIMIS DA COSTA BRAGA - Posso tentar? É uma questão muito técnica isso que o Tenente Henrique... é que estou com um processo aqui, é como se eles fossem, como se eles fossem pessoas que chegam à situação, no conflito que eles não tivessem qualquer relação com nenhuma das partes. Eles são policiais do Estado de Rondônia? São. Só que eles foram treinados e foram treinados na sistemática mais moderna existente hoje no planeta, foram treinados em Madrid, na Espanha, para mediação, mediação, e o mediador não se envolve com interesse das partes, é interesse da União e do Estado de Rondônia a instalação, a construção e uma instalação de tratamento de esgoto, mas esse não é, é o interesse do Dimis, enquanto cidadão? Lógico.

Eu vim para Porto Velho com intuito de me tornar um rondoniano como os senhores, muitos que não nasceram aqui e para cá vieram com esse sentimento de amor a terra. É interesse do cidadão Dimis? É. Não tem nem um metro de esgoto tratado em Rondônia... vai beneficiar 200 mil pessoas, metade da população da nossa capital. Quantas crianças vão ser salvas das doenças causadas por ausência de tratamento de esgoto, de viver em condições subumanas? muitas, muitas! Então é importante que se faça a obra, mas é um problema grave, porque o Governo muitas vezes começa uma obra, seja por corrupção, seja por descaso, seja por incompetência ela não é concluída. Mas cabe a cada um de nós, nós que estamos aqui atrás dessa Mesa e aos senhores que estão aí, cobrar de quem é responsável que as obras sejam começadas e terminadas, que sejam construídas, como é a situação dos nossos sistemas de mobilidade urbana, com os viadutos que estão aí ao abandono. É obrigação de todos nós cobrar, não é por causa disso que nós não vamos cobrar, agora, os mediadores policiais são treinados para não se envolverem com interesse das partes, da mesma forma que eu como Juiz também sou treinado, estudei, me preparei e ao largo de 16 anos de exercício de magistratura por cinco Estados diferentes da Federação, já enfrentei situações como essa que estamos vivenciando aqui hoje em diversas ocasiões e sempre foram enfrentadas dessa forma. Vou ler para os senhores o primeiro despacho meu, não foi o primeiro, mas foi o segundo nos autos para que tenham noção da minha responsabilidade nesse caso. Eu recebi uma petição da AGU a União dizendo naquela ocasião que iria apresentar nos autos, pedindo um prazo de suspensão do mandado porque iria apresentar um Planejamento de Operação de Desocupação. Foi naquele momento em que ele comunicou que a área estava sendo cedida temporariamente com a finalidade de doação definitiva para

construção dessa Estação de Tratamento de Esgoto e que iria apresentar nos autos.

Eu escrevi, recebi hoje com a minha letra, escrevi na petição da União: “defiro como requerido, devendo o requerente após o fim do prazo...”, ele pedia uma suspensão do processo por 30 dias. Defiro após o fim do prazo apresentar plano de desocupação, desintrusão, observado o respeito, a dignidade da pessoa humana, conforme Ofício do Departamento de Polícia Federal das fls. 117”. Então, já havia a preocupação mesmo antes da integração dos mediadores policiais aos autos do respeito, a dignidade da pessoa humana.

Então, é preciso que se entenda a pergunta do cidadão.

Fica respondida desta forma. Eles não estão com essa finalidade de se envolver no interesse da parte, porque se eles se envolverem não serão mais mediadores, estão vinculados a uma das partes, eu também não estou vinculado a nenhuma das partes, enquanto Juiz. O Poder Judiciário precisa sempre se manter absolutamente inerte no que tange ao interesse das partes. É difícil não se envolver? É difícil. Mas nós somos treinados para isso.

Obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Gostaria de registrar a presença do Nobre Deputado também Aécio da TV, que é um defensor de Porto Velho, e do Estado de Rondônia. Nós temos também um membro do Ministério Público, temos um representante da OAB que é o Dr. José Cantídio Pinto, a Sra. Graça Capitelli, representante da Controladoria Geral do Estado e o Sr. Ricardo Fávaro, chefe de gabinete do Vice-Governador.

O SR. TENENTE HENRIQUE – Só para finalizar, existem alguns pontos, algumas fotos que nós trouxemos aqui, houve uma preocupação depois da informação que a Secretaria de Assistência Social iria fazer o levantamento, nós identificamos, inclusive, algumas mudanças, algumas pessoa que estavam mudando para lá no dia do levantamento socioeconômico. Isso aqui são fotos do dia, mas foi feito todo o levantamento, foram visitados aqui, um trabalho até, aproveito para agradecer a participação de todos da Secretaria de Assistência Social do Estado e do Município, as pessoas que se comprometeram para ir ao final de semana, dispor da sua folga para ir lá fazer esse trabalho, entenderam a importância do trabalho que ia ser desenvolvido, e foram lá trabalhar nesse final de semana nesse levantamento que eu acabei de falar, mais de 600 famílias atendidas.

Existe ainda, é claro, paralela à mediação, os outros procedimentos que foi comentado aqui que são os pedidos de Oficial de Justiça ao cumprimento da Ordem Judicial, mas existe também o apoio às famílias que já está sendo trabalhada, ou que seja através de aluguel social, de programas habitacionais ou através da própria realocação física. Isso aqui é interessante que vocês percebam que vai ser trabalhado depois, porque antes disso aqui nós vamos precisar sentar numa mesa e trocar ideias, discutir pontos positivos, pontos negativos, opiniões, e de repente, o próprio Legislativo participar criando ideias.

Então, nesse momento, a partir dessas informações reais, é que a gente, nós vamos poder sentar com vocês que são as partes, como o Dr. Dimis colocou aqui que são os moradores ocupantes de lá, com o Estado representado e a

União para discutir propostas, é onde a gente vai ter essa possibilidade de discussão para poder chegar ao final da mediação. E chegando ou não na unidade de tratamento de esgoto, seria o passo a ser atingido, que foi a finalidade, como você bem colocou, proposta para aquela área. Então, isso era o que nós tínhamos para apresentar, mostrar para vocês um pouco do que é a mediação. É claro que isso é muito novo, não só Estado de Rondônia, mas no Brasil todo, mas esperamos que seja uma crescente no Brasil, de que nós consigamos resolver os conflitos de forma pacífica, sem mais ser necessário o uso da força, como foi comentado agora, aqui, pelo próprio Geraldo, que estava preocupado se iam usar bala ou não. Então, Geraldo, se nós tivermos uma sociedade mais justa, como você colocou, vários problemas... e nós precisamos trabalhar para isso, para que haja realmente a justiça e para que haja realmente o entendimento das partes, sabendo que em determinado momento, e eu acredito que tenha que ser assim, a gente conseguir resolver as coisas de forma conversável, de uma forma pacífica, respeitando, como o doutor bem colocou aqui, a dignidade da pessoa humana. Esse é a nossa preocupação.

Passar ao Tenente Marcelo, para ver se quer fazer alguma colocação.

Agradeço a atenção de todos.

Muito obrigado.

O SR. TENENTE MARCELO – Só agradecer a participação de todos. Nós estivemos empenhados, nesse final de semana, até acompanhando as ações do Governo do Estado através da Secretaria de Assistência Social e acompanhando até para fins de mediar qualquer conflito que houvesse lá na localidade.

Então, nós estivemos conversando com o Geraldo, com a própria população e durante o final de semana foi feito o trabalho. A gente acompanhou e verificou que existem realmente vários terrenos que não estão sendo ocupados e existem alguns conflitos de cadastro. A gente acompanhou e verificou lá dificuldade da SEAS com relação a isso daí. Pessoas que fizeram cadastro no mesmo terreno. Então, é por isso que existe essa demanda, portanto, pedimos paciência da população porque tem que haver o cruzamento de dados para que não haja prejuízo. Então, têm terrenos que tem quatro cadastros de pessoas diferentes. Então, porque a pessoa foi no primeiro dia e como a pessoa não mora no terreno, no segundo dia foi outra pessoa pela parte da manhã cadastrar o mesmo terreno, no domingo tivemos um quarto cadastro. E isso verificando com somente um assistente social. Então, esse trabalho demanda um pouco de tempo para, a partir darmos início às próximas ações que foram desenvolvidas ali e informadas pelo Tenente Henrique. Estamos à disposição para dirimir quaisquer dúvidas com relação à mediação policial.

Agradecemos a participação de todos.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado, Tenente Henrique e Marcelo.

Eu quero passar a palavra agora, aos componentes da Mesa para que possam informar situações, o que o Governo tem em mente, se tem ações com relação a essas famílias e se tem algum projeto, alguma área para que seja

disponibilizada ou casas também para que sejam disponibilizadas.

Vamos passar a palavra ao senhor Antônio Roberto dos Santos, que é o Superintendente do Patrimônio da União.

O SR. ANTÔNIO ROBERTO DOS SANTOS – Primeiramente boa tarde a todos.

Saúdo em nome do Deputado Jesuíno Boabaid, a Mesa; saudação ao Dr. Dimis; Vice-Governador Daniel; em nome do Geraldo e restante dos componentes; em nome do Deputado Aécio da TV, saudar os Deputados nesta Casa. Em nome da Rosária, gostaria de saudar os movimentos sociais. Sinto-me feliz de você estar aqui, foi com essa sua história, essa questão dessa área. Enfim, saudação a todos.

Eu só vou esclarecer dois pontos que eu acho importante, que foi citado.

Primeiro, a questão do porquê que esse imóvel é da União. Em 1980 foi feita a demarcação, é bom a gente, as questões técnicas têm certas palavras que é bom a gente prestar a atenção. Em 1980, foi feita uma demarcação de área de oito mil, quinhentos e trinta e poucos hectares. Ou seja, estabeleceu-se o perímetro de Porto Velho. Desses oito mil e quinhentos, foram excluídos da doação 1.499 hectares, que depois, o restante, que são 7.034 foi doado ao município de Porto Velho, aonde aparece a matrícula 8903. Então, essa matrícula, representante dos condomínios, é a 8903 que se refere à área de 7.034 hectares.

Dentro dessa área excluída, são dezessete imóveis excluídos.

Então, quais são esses 17? É muito fácil, é muito simples de reconhecê-los. Primeiro, a área da 17ª Brigada; o campo da 17ª Brigada; as áreas das moradias do Exército que tem ao lado da Brigada, na frente e na lateral; a CSM, a chamada Balog, na Pinheiro Machado; tem as casas da CSM ao lado da Balog; a área, chamada quadra 33, que é hoje do Tribunal de Contas da União, junto com a Marinha, que foi uma parcela vendida à Justiça do Estado de Rondônia, lá na Pinheiro Machado com Jorge Teixeira; o Aeroclube de Porto Velho; a área da então chamada Torre de Controle, que é esta área que nós estamos falando. A então chamada Torre de Controle era uma área jurisdicionada à Aeronáutica. Essas áreas que eu estou citando estão na matrícula originária, ou seja, essa área da matrícula 8903, que é do município de Porto Velho, tem a origem de duas matrículas: a 1060 que é muito conhecida por ser imóveis da Estrada de Ferro Madeira Mamoré e a 6221 que é a Gleba Rio Madeira, que faz essa parte Sul e Leste da cidade.

Então, essa é a 6221. Essa área que nós estamos falando está na matrícula 6221. Está até inclusive no Termo, ali, colocado. Então, veja bem, essa área chamada Torre de Controle, era da Aeronáutica, aonde ela tinha, se vocês olharem as escavações que tem lá, tem área de cabos que a Aeronáutica fazia todo o controle de pousos e decolagens aqui na cidade de Porto Velho. E, ao longo do tempo, essa área foi perdendo a sua utilização, com equipamentos modernos daqui do aeroporto, e aí, a Aeronáutica efetuou a devolução, como nós chamamos no termo técnico, de reversão ao Patrimônio da União. Em um diálogo com o GT, chamado GT de HS, nós temos um Grupo de Trabalho de Habitação Social, aonde é formado pelos representantes do Estado de Rondônia, que é a SEAS, essa coisa não é, não é agora. Então, nós criamos esse grupo de

trabalho de destinação de áreas da União junto com os movimentos sociais. Nesse grupo de trabalho tem o Estado de Rondônia, a União, o Município, através da SEMUR, tem representantes da sociedade civil e organizada, no caso é o SINDUSCON, o IAB, o CREA tem algumas ONGS, no caso nós tínhamos atitude urbana, e lógico os principais componentes que são os movimentos sociais que eram representados pela CMP que é a Central de Movimentos Populares, a Rosália lembra bem, Central dos Movimentos Populares o EMP, União Estadual de Moradia Popular, a CUMPS Central Única de Moradia, da CONAN, do Conselho Nacional de Luta pela Moradia. Enfim, nós criamos um grupo dentro do patrimônio da União com a sociedade civil e organizada para destinarmos área da União de forma democrática, transparente em que toda sociedade pudesse participar. Então, nós demos início aquilo que o Tenente Henrique tão bem já colocou, como é que nasceu então a destinação ao movimento naquela área, e aí como eu disse em uma outra reunião, nós ficamos contra as correias do tempo, e aparece o Estado com a necessidade de esgoto. Realmente pessoal para nós, foi uma discussão dura, a Rosália que é dos movimentos, lembra bem as nossas discussões até em alguns momentos ríspidas, não é Rosália?

Mas lógico, dentro de um bom nível sobre a área que era dos movimentos e outro valor importante que era saneamento ambiental. Então, foi uma discussão, um debate, um embate que no fim... eu tenho uma pessoa que não, tem duas pessoas que é importantes citar nesse processo que não estão aqui, que é o então engenheiro Wagner, que estava lá no ministério das cidades, ele é daqui de Porto Velho, trabalhava na CAERD na época, o Eliezer que representava o movimento, deixou, eu pedi: Eliezer, eu preciso que você deposite na minha mão uma confiança, me dê oportunidade de negociar essa área e o que vier vai ser lucro para nós, e ele sentiu um pouco a responsabilidade e deixou eu iniciar essa negociação com o engenheiro Wagner. Nós conseguimos numa luta, e olha, áreas do exército, das forças armadas, eles têm um trato muito especial e muito seguro dessas áreas para eles se desfazerem, tem que ser uma negociação muito bem discutida. O exército, nós ajudou naquele momento, então, até foi uma atitude nobre das forças armadas naquele momento, e liberou três áreas e nós conseguimos atender naquele momento duas grandes importâncias para a população, habitação e saneamento.

Então, naquele momento essas áreas, não estavam ocupadas, logicamente, nós tivemos o processo eleitoral de 2012, e eu fiquei feliz tenente, por o senhor ter colocado aqui, que responde uma sequência à questão das ocupações e dizer que na verdade já existia em 2013. Em vários momentos durante o processo 2002 com a questão eleitoral, infelizmente, nós tivemos que fazer o desforço imediato de atitude administrativa naquele momento para não deixarmos não só aquela área da estação de tratamento Dr. Dimis, invadir ou ocuparem, como também essas três áreas que hoje estão destinadas aos movimentos. Naquele momento então, nós fizemos esse esforço com o apoio da polícia militar, com apoio da polícia federal, com apoio da prefeitura de Porto Velho.

Naquele momento do processo eleitoral, se conseguiu segurar e não ocorreram as ocupações. Mas essa área especificamente, por ela ficar um pouco mais afastada aqui do nosso controle continuou intensivamente, e através do grupo

de gestão integrada que ali acho que vocês viram quais são os componentes, chegou-se a conclusão que havia a necessidade de ajuizarmos a ação, foi inclusive uma orientação do então gabinete de gestão integrada. A juíza em ação, para nós, pelo menos termos o estarter de quem é o atual e se isso crescer, nós temos bem claro isso registrado, tanto através das Atas, como depois, através do processo de desocupação. Então, veja bem, quando nós efetivamos os atos de transferências tanto para o Estado como para os movimentos sociais, aquela área quer dizer, o ato de transferência ao Estado já tinha ação ajuizado porque nós já tínhamos a condição, nós já estávamos lutando e garantindo, procurando aquela área a devida destinação. E veja bem, aí tem aqui, foi citada a questão da cessão, o termo de cessão. Então, quando se fala que nós assinamos, a cessão, foi em 12 de abril, e a intimação foi em 3 de abril, ou seja, antes, porque nesse momento foi a ação judicial, mas, nós já tínhamos efeitos administrativos, ações administrativas para evitar. Então, nos atos anterior a isso as ações de evitar ocupação em que não tinha mesmo em 2002, a gente estava implementando. Então, a coisa veio acontecer depois, e lógico que com isso acabou aumentando. Então, isso eu acho que respondo aquela primeira etapa. Realmente os momentos que nós fizemos não tinham ocupações. A outra coisa que eu acho que é importante deixarmos bem claro, é quanto a forma que nós tratamos essa área pública federal, hoje, e é bom vermos representantes aqui, que trabalhou conosco. A União, anda procurando numa linha de diálogo as áreas da União, logicamente dentro de projetos bem elaborados, projetos que realmente atendam as políticas públicas sem haver qualquer desvio, e ali foi bem claro a finalidade desse termo de cessão para isso, estação de tratamento de esgoto, e ali vocês percebem que há amarrações de obrigações do Estado de Rondônia. Essa realmente é o grande, é o objetivo maior, está em vigor. E quando foi encaminhado, o Dr. Dimis, até falou, tem dentro do processo, consta que nós pedimos um prazo para transformar em doação, olha só, o pedido que o Estado ia transformar em doação, domínio pleno ao Estado de Rondônia, mas Brasília entendeu que só se transforma em doação ou se mantém a cessão provisória e se transforma em doação, após a efetiva implantação do impedimento. Então há uma condição também ao Estado de Rondônia, dar implementação desse empreendimento. A União também deseja que isso venha a acontecer. Então, nós estamos trabalhando, lógico que dentro da legalidade, dentro dos princípios que regem as normas dos direitos administrativos para buscar que esse móvel atenda e com certeza, eu tenho fé nisso, que vai atender. É lógico, essa forma de condução da mediação, eu acho importante e realmente temos que buscar o meio termo, temos que buscar atender o interesse da população que está ocupando esse imóvel, ser atendida, nos seus interesses de moradia, mas não podemos desligar da importância que representa o tratamento de esgoto dessa cidade, por quê? é muito simples.

Saúde de uma criança, não tem dinheiro, não tem casa, não tem nada que pague. A saúde é o nosso maior bem, sem saúde não adianta eu ter dinheiro, se eu tiver tudo na minha vida, mas não tiver saúde... a casa se consegue se tiver saúde para poder trabalhar, porque se não tiver saúde, não se consegue trabalhar. Agora, a moradia temos que lutar por ela,

não há dúvida, eu não tenho dúvida disso. Essa é a mensagem que eu gostaria de deixar nesse fechamento e já agradecendo pela oportunidade. Eu estou aqui para qualquer esclarecimento em relação aos casos, em relação a propriedade. Me coloco a disposição, doutor, para esclarecer, o texto é longo, é um texto técnico, mas eu já aproveitei para mostrar ao senhor aonde é que estão os pontos que mostram a exclusão dessa propriedade, deixando claro que ela é originária da União. Ficamos a disposição para qualquer esclarecimento nesse sentido.

Muito obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado, senhor Antônio.

Quero passar a palavra ao Excelentíssimo Senhor Daniel Pereira, Vice-Governador do Estado, e já deixar um questionamento ao Vice-Governador, se o Estado já tem alguma outra área para destinar essas pessoas ou tem algum planejamento para essas pessoas que estão saindo dessa área.

O SR. DANIEL PEREIRA – Quero, neste momento, saudar o Senhor Deputado ora presidindo esta Comissão, Deputado Neidson, saudar o Deputado Jesuíno, saudar o Deputado Aécio, também o Deputado Cleiton e o Deputado Ribamar, que estava aqui há momentos. Saudar o Dr. Dimis, saudar o meu amigo Antônio Roberto dos Santos, Superintendente do Patrimônio da União, o Dr. Graciliano Ortigas Sanches, aqui representando aqueles que nesse momento... o local que está em litígio. Quero saudar o senhor Geraldo Souza, que fez uma brilhante defesa de interesse dos moradores do bairro Dilma Rousseff; saudar a senhora Valdenice Domingues, que é Secretária de Estado de Assistência Social; saudar o Dr. José Cantídio, veio aqui representando a OAB, pessoa que eu aprendi a respeitar aqui nesta Casa Legislativa e que tem todo o nosso apreço; saudar a doutora Iacira, nossa Diretora Presidente da CAERD, juntamente com os demais assessores daquela instituição que estão com ela. Saudar o senhor Antônio Calmon Sirico, Diretor de Patrimônio do Estado e os demais técnicos que o acompanham, saudar o Major PM Davi Morone de Souza, que está aqui neste ato representando a SESDEC; saudar o senhor Ubiratan Bernardino Gomes, Diretor Executivo do DER e saudar cada um dos senhores e senhoras que no momento estão aqui neste plenário em busca de algo que é justo que toda pessoa faça, que e a busca por moradia.

Embora, hoje, esteja ocupando o honroso cargo de Vice-Governador, concedido pelo povo de Rondônia, é apenas um cargo transitório que tem dia para começar e tem dia para terminar, precisa ficar consignado aos senhores Deputados que nós temos o maior respeito pela Casa Legislativa, principalmente pelo fato de ter passado oito anos, dos melhores da minha vida aqui nesta Casa Legislativas, defendendo causas sociais. Eu nunca defendi em nenhum momento da minha vida, mesmo que fosse minha, pessoal, que não fosse uma causa coletiva.

Também quero saudar a minha companheira de muitas batalhas, a Rosária, companheira que está a frente da luta pela moradia aqui em Porto Velho, há mais de 20 anos. Há mais de 20 anos, porque já faz 20 anos que eu vim para esta Casa e ela já estava nessa luta. Tem ditado que diz o seguinte, tem pessoas que lutam um dia, não são tão importantes, tem gente que luta muito tempo, tem a sua importância e tem gente

que é muito importante porque luta a vida toda e a Rosária é uma dessas pessoas. E não posso deixar de saudar também os Tenentes, Marcelo e Henrique, que privilégio o Estado ter dois oficiais do nível desses dois oficiais que são uma representação da nossa Polícia Militar. Hoje, esse é o espírito da Polícia Militar do Estado de Rondônia. Não é mais o espírito da truculência, o espírito da resolução de conflito com gás lacrimogêneo, com cassete, com armas letais contra pessoas indefesas. Nós estamos aqui tentando buscar uma solução diante de dois direitos. O direito da moradia e o direito de ter o saneamento básico conforme já foi inclusive ressaltado aqui pelo Dr. Dimis e também pelo Antônio ao fazer uso de suas palavras. Eu fiquei muito atento as falas que foram feitas pelo ilustre advogado que estar representando com muita competência os representantes dos condôminos, também as palavras do senhor Geraldo, tirado alguns aspectos do ponto de vista mais de tentar aprofundar o seu argumento, todos eles são argumentos válidos, porque estão defendendo uma boa causa. E eu não vim aqui de forma alguma para criar uma situação e dizer o seguinte:

‘você são excluídos da sociedade, você têm que ficar abandonados’. Não se trata disso, mas por outro lado nós não podemos perder de vista alguns aspectos que eu gostaria, de a partir deste momento, assim que eu aprender a usar esse negócio aqui, passar para os senhores para conhecimento desta Casa Legislativa, porque tem pessoas sérias como representantes como é o caso do Deputado Jesuíno que está preocupado com a questão da figura A. Já lhe responderam Deputado, conversei com a Dra. Quilvia, ontem, a PGE já está para concluir o documento final da celebração do acordo com o município para nós darmos solução a um problema que o senhor trouxe para cá para esta Casa, que se arrasta há mais de 20 anos, mas que por sua iniciativa e por parceria nossa, o Governo municipal de Porto Velho... nós vamos resolver, vamos falar um pouquinho sobre saneamento básico de Porto Velho.

Manchetes dos nossos periódicos, Porto Velho, a pior do país em saneamento. Isso daqui não é figura de retórica. Se nós procurarmos no site de uma Instituição que avalia todas as capitais, as cem maiores cidades do Brasil, nós somos a nonagésima nona, ainda não somos a centésima, eu não sei porque nós não somos a centésima, porque nos não merecemos sequer esse título honroso de nonagésima nono, colocado em termo de saneamento básico.

A falta de saneamento básico incomoda moradores de Porto Velho. Vamos em frente, falta de saneamento faz de Porto Velho a campeã de mortalidade por diarreia. Isso é uma realidade que vivemos hoje em Porto Velho. Essas doenças que estão elencadas aqui, eu não vou ler uma por uma porque isso tornaria enfadonho, cansativo aos senhores. Mas, são doenças, são moléstia que o nosso povo é acometido, porque nós não temos saneamento básico em Porto Velho. Então, são milhões que nós gastamos com Postos de Saúde, que nós gastamos nos Hospitais para tratar da nossa população, e ainda perdemos muitas vidas por não termos saneamento básico de forma adequada na nossa capital. O recurso que nós gastamos, não tem problema, o recurso é público mesmo, o problema é a elevadíssima taxa de mortalidade infantil que nós temos, crianças que não tem oportunidade de se tornarem jovens, de se tornarem adultos, de viverem uma vida elevada e longa, porque são ceifadas na infância porque o poder público tem

falhado com relação ao saneamento básico. Mais doenças que atinge a população. Vamos para frente para ganhar tempo. 768 milhões de pessoas sem acesso a água, é o número do planeta, 2.5 milhões de pessoas sem acesso a saneamento.

De cada 03 pessoas do planeta, pelo menos uma delas, não tem acesso de saneamento, e infelizmente a maior parte delas estão no nosso País e a maioria, uma grande parte delas aqui na nossa cidade de Porto Velho. Porto Velho tem hoje, senhores Deputados, principalmente os Deputados que tem domicílio em Porto Velho, como é o caso do Deputado Jesuíno, do Deputado Aécio, do Deputado Aécio que foi vereador desse município e agora Deputado Estadual, apenas 2% do esgoto de Porto Velho é coletado, vou repetir, apenas 2% do esgoto de Porto Velho é coletado, e 0% do esgoto de Porto Velho é tratado. Essa é a nossa realidade. Vamos em frente. Isso daqui senhores, que deveria ser um cartão postal da nossa cidade, que nós deveríamos vender como um produto, que deveria dignificar o nosso povo, que é o nosso Rio Madeira, na verdade é a nossa estação de tratamento. Lembra, que eu falei de 2% coletado e 0% tratado? O esgoto de Porto Velho é jogado in natura, nessa beleza que a natureza nos deu e que nós estamos tornando na verdade num grande pinico a céu aberto. Esse é infelizmente o destino que nós estamos dando ao nosso querido Rio Madeira. Esse processo que nós estamos vivendo, iniciou-se em 2007, 2008, é verdade aquilo que o Geraldo disse, que o Poder Público se arrasta, mas se o Poder Público se arrasta, quando o Poder Público toma a iniciativa de fazer alguma coisa, nós não podemos, pelo fato de que até então era inerte, a gente pegar e deixar de fazer, porque se formos partir por esse raciocínio, invés de chegarmos na Suécia e na Suíça daqui uns 20 anos, a vamos está pior do que os países da África Central em termo de qualidade de vida e em termo de qualidade humana. Então, na Caixa Econômica Federal, o Estado de Rondônia fez um empréstimo de 100 milhões de reais para investir em saneamento básico e a Caixa Econômica colocou como contrapartida, se é recurso federal que vem para Rondônia de 400 milhões... qual é o problema meus caros cidadãos portovelhenses, rondonienses? se nós não fizemos aplicação desse recurso, o Governo Federal está raspando tudo que tem por aí de recurso para devolver para Brasília a fim de resolver outro problema de caixa. Se nós não fizemos, se nós não aproveitarmos essa oportunidade histórica, nós simplesmente vamos perder esse recurso. Em 2007, 2008 daria para tratar 100% dos esgotos de Porto Velho e porque que isso não foi feito? Não vim aqui para denegrir a imagem de Governos que passaram, mas infelizmente por equívoco de natureza processual do ponto de vista de projeto, não foi possível fazer aplicações desses recursos mais de 05, 06 anos, nós poderíamos senhores, ter 100% da cidade de Porto Velho com esgoto tratado. Mas hoje, esse recurso, daria apenas para 40% da cidade de Porto Velho. Então, nós já perdemos nessa discussão, não essa, mas na demora do Estado de poder executar a sua função, nós perdemos 60% da oportunidade de combater a mortalidade infantil, de melhorar a qualidade de vida do povo de Porto Velho.

Esse aqui é o mapa que dispensa apresentação, inclusive Deputado Neidson, o que mais me chamou atenção e eu tenho muito respeito pelo senhor, é uma pessoa que no segundo dia do seu mandato, aliás, o primeiro dia do mandato, porque no

primeiro dia foi apenas a formalidade de posse, o senhor já abraçou uma causa social e eu não posso deixar de registrar o meu apreço, o meu carinho por ter um deputado com a sua preocupação. Mas, essa foto me chamou atenção, que os próprios moradores da localidade Dilma Rousseff, veja o número de pessoas que havia em 2013 naquela localidade. É cantado em prosa e verso que essa localidade é destinada a estação de tratamento. Esse conflito não foi o Estado que criou, as pessoas que estão hoje lá, com todo o respeito, sabia que aquilo ali era um local de uma estação de tratamento, tanto é, que o número era mínimo de pessoas que estavam lá dentro, daria até para qualquer um de nós, individualmente, resolver o problema, pouco mais de meia dúzia de pessoas como se ver na foto e a foto está aqui para quem... não precisa, não são palavras são fotografias que estão aqui para demonstrar.

Bom, o Antônio, já fez a justificativa e a questão que eu acho importante reforçar aqui... esse terreno já estava destinado a habitação social e aqueles que tinham por direito abriram mão para que fosse colocado lá a estação de tratamento, e Rosália.... vocês já estão colocados, morando nas suas casas? Ainda não estão. Já vou chegar lá. Com relação a questão, ao tomar conhecimento da situação por iniciativa do Deputado Neidson, a primeira coisa eu fiz como vice-governador, foi chamar todos os agentes públicos para discutirmos a situação e a Dra. Iacira nos deu a seguinte informação: nós não temos outro local para fazer a estação de tratamento. Se nós tivéssemos outra alternativa, nós não estaríamos discutindo isso aqui hoje, porque era muito mais cômodo para nós simplesmente fazer estação de tratamento numa outra localidade e não mexer com quem já estava assentado ou que viesse se assentar depois, naquela localidade.

Eu gostaria de dizer, Tenente Marcelo e Tenente Henrique, principalmente para o Tenente Henrique que compõe as tropas especiais da Polícia Militar do Estado de Rondônia, nós já vivemos momentos de sofrimento aqui no nosso Estado. Em 1995 se nós tivéssemos tido um juiz com a sensibilidade do Dr. Dimis, eu não seria, Tenente Marcelo, testemunha contra o Estado. Registre-se, num processo de indenização por danos morais pelo famoso caso conhecido como o massacre de Corumbiara, porque lá ao invés de um juiz sopesar o que estava em valor propriedade e vidas, simplesmente deu-se uma decisão judicial e escreveu embaixo "cumpra-se", não coube outra coisa a Polícia Militar se não ir lá e fazer o cumprimento, e nós pagamos muito caro por isso. Em 2010, nós tivemos aqui em Porto Velho um bairro que também homenageava um político de sobrenome importante, naquela localidade, Roberto Sobrinho. A população daquele local foi tirada de lá a força pelas tropas do Governo do Estado com gás lacrimogênio, com balas de borracha, inclusive com ex-integrante desta Casa sendo atingido, vereadores e tudo o mais. Em São Paulo, que é a maior cidade/Estado deste País, nós tivemos a retirada do Pinheirinhos, em 2012, centenas de pessoas machucadas, feridas com sequelas para toda a vida. Nós aqui do Estado de Rondônia fazemos a opção pelo processo de mediação. O processo de mediação foi muito bem destacado aqui pelo Tenente Henrique e pelo Tenente Marcelo e quem provocou essa situação de levar a alternativa da mediação ao Dr. Dimis, fomos nós do Governo do Estado, porque senão nós poderíamos pura e simplesmente fazer como sempre foi feito, tem uma

ordem judicial? Manda cumprir a ordem judicial e dane-se o resto. Não é esse o nosso pensamento. O nosso pensamento é o pensamento de fazer o levantamento, que está sendo feito, todo o meu gabinete está sendo utilizado para isso, toda força da Secretaria de Estado de Assistência Social está sendo utilizado para isso, para fazer o levantamento das pessoas que estão em situação de vulnerabilidade, nós temos a compreensão e a necessidade de dar assistência às pessoas que estão em condição de vulnerabilidade. Portanto, eu gostaria, Sr. Presidente, só para encerrar, fazer apenas três relatos para aqueles que estão aqui. O que hoje vos fala como vice-governador, em 85, foi despejado de uma fazenda chamada Guarajus, que hoje é o projeto Vitória da União de Corumbiara, e eu não fui despejado lá, Coronel Cantídeo, porque eu estava defendendo interesse meu, eu fui despejado porque eu estava defendendo interesse de terceiro, eu era professor e estava junto com os acampados lá. Mas valeu a pena. Nós pegamos e colocamos umas 500 pessoas lá dentro daquela área. Em 89, eu fui despejado da fazenda Adriana, também em Corumbiara, mas lá valeu a pena, nós tínhamos que fazer aquilo, hoje eles estão assentados, e aqui em, Porto Velho, em 2002, na avenida Mamoré eu estava casualmente passando no momento que estava acontecendo um despejo, uma área pública, a prefeitura tinha pedido o despejo, a Justiça tinha concedido e estava se cumprindo nos moldes tradicionais. Os policiais dando cobertura ao Oficial de Justiça e as máquinas da prefeitura roncando os motores para derrubar os barracos das pessoas, o que eu fiz? Liguei para o então prefeito Carlinhos Camurça, pedi para que ele solicitasse que fosse, ele como prefeito solicitasse que fosse suspensa a ordem de despejo e isso foi feito e a população está lá até agora, quem fez isso fui eu ao longo do tempo.

Então, quem sempre agiu desse tipo não veio de forma alguma, aqui, simplesmente por sadismo querer prejudicar pessoas que não tem onde morar. Agora, nós estamos diante de dois valores, nós temos que garantir as condições de ter o saneamento básico para pelo menos 40% da população de Porto Velho e temos o compromisso de ajudar a população que está em estado de vulnerabilidade, mas eu não posso também ser mentiroso e nem leviano com os senhores e com a sociedade.

O Estado de Rondônia no início do Governo Confúcio tinha um déficit de 40 mil moradias, a metade desse déficit foi resolvido em quatro anos, nós não podemos de forma alguma... vinte mil moradias foram entregues ou estão prestes a ser entregue, e nós temos o compromisso de produzir outro tanto de moradias para a nossa população. É um compromisso do Governo e nós vamos continuar fazendo, mas não podemos deixar de forma alguma, e me respeite, peço desculpa pela sinceridade, não seria justo, hoje, pegar o pessoal que está em situação de vulnerabilidade e colocar numa situação diferente daqueles que estavam lá na localidade, nós temos que tratar com o mesmo peso e com a mesma medida.

Portanto, quero reiterar aqui os elogios que nós fizemos a esta Casa, pela tentativa de resolver, mas eu quero fazer em cima da fala do nosso ilustre causídico, o advogado que tão brilhantemente defendeu a inviabilidade ou a invalidade do licenciamento ambiental. O Dr. Ulisses, é muito simples de ser resolvido, nós temos órgãos que fiscalizam licenciamento ambiental, procure o Ministério Público e consiga uma suspensão

da licença ambiental pelos argumentos aqui arrolados que ninguém vai discutir mais a questão de retirada de ninguém daquele local. Porque se nós não pudermos fazer a estação de tratamento lá nós não temos interesse em pleitear da União aquela área, nós só estamos pleiteando porque é a única localidade que nós podemos fazer a estação de tratamento.

Com relação à legitimidade do município ou não, eu acredito que isso é de menos porque o interesse em ter a estação de tratamento não é da União, não é do Estado, é dos municípios de Porto Velho, isso apenas ensejaria mais uma pessoa, sendo tratada no processo. Então, eu deixo isso daqui como sugestão, e é uma sugestão que eu nem deveria dar, mas se nós estamos tratando aqui de forma amistosa, amigável para resolver a solução, repito, nós não teríamos interesse na área se ela não fosse adequada para se cumprir a finalidade pela qual nós estamos requerendo ela de volt. Só tem um jeito de fazer isso, só tem um jeito, ou só teria um jeito, que é as partes que estão, porque nós não vamos, se nós temos o licenciamento feito correto, não somos nós que vamos questionar o licenciamento que fizemos. Até porque nós temos um órgão sério e responsável para fazer isso. Porque se quebra o licenciamento ambiental, acabou a Estação de Tratamento, e é claro que eu ficaria muito triste com isso. Porque quando eu assumi a função de Governador, o meu sonho era de tornar a vida da população do Estado de Rondônia melhor. E se daqui a quatro anos a gente continuar morando ainda nas mesmas situações sanitárias que nós moramos, hoje, infelizmente, eu vou olhar para trás e dizer que eu perdi o meu tempo.

Obrigado pela atenção de cada um dos senhores e esperamos que tenhamos uma feliz solução deste caso.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Boa tarde a todos. Como eu sou, também, proponente junto com o Deputado Neidson, eu vou acatar realmente a sua ideia, Vice-Governador, por qual motivo? A nossa Constituição, a Constituição no artigo 7º, diz que os Poderes são independentes: Legislativo, Executivo e Judiciário, é o artigo 7º. O artigo 18 do inciso 29, diz que no caso, esta Casa deve fiscalizar e controlar os atos do Executivo. E o que diz o 36? Vou fazer uma leitura bem tranquila. O 36 - Fiscalizar os administrativos e financeiros, o financeiro dá instruções normativas ao Poder Público, ou seja, é um convênio da União com o Estado e em contrapartida se existe a posição financeira o Estado vai entrar. Então, o compromisso, Deputado Neidson, dessa Casa aqui, o Doutor Dimis, ele está vendo a legitimidade da posse, é um mérito da Casa e o compromisso do Estado, que o próprio vice-Governador está falando aqui, se nós através desta Casa, que tem essa prerrogativa, que tem esse também, esse poder, nós iremos ingressar... Eu vou conversar com o Doutor Ceccato, com a nossa Procuradoria. Eu mesmo como Parlamentar através das Comissões inerentes, demandar uma ação, ou, encaminhar ofício para o Ministério Público, solicitando em caráter de urgência que seja homologado esse dispositivo, no caso, esse contrato. Então, é esse o compromisso desta Casa, e eu quero o compromisso, é o compromisso que vai para a AGU, para a SPU. Se não houver, então no caso, que não pudesse, chegarmos lá, mas a liminar, a liminar está transcorrendo, os trabalhos estão sendo feitos. Mas se não tiver a possibilidade da construção da ETE, a SPU, qual vai ser a tratativa, vai desistir da demanda? Como vai se portar essa

questão. O Estado não vai poder construir por conta? Exemplo, se houve a decisão dos órgãos fiscalizadores e ambientais, vão dizer: 'não, naquele local não pode ser construída a ETE'.

E aí? A gente também, eu quero dizer que a lei de improbidade administrativa, a Lei nº8.429 em seu caput no Artigo 10, diz que também é um ato de improbidade, e é o Estado, o Estado no caso, o ente, o servidor, que é o Governador a pessoa responsável, e vai deixar dilapidar, como foi mostrado aqui, o bem, o patrimônio público? Então, também está sob pena de responder por improbidade administrativa, também o senhor Governador responde por crime de responsabilidade no seu Artigo 66. Então a gente tem como poder, como bem disse aqui o magistrado, a gente tem que tomar medidas. Eu fui eleito pelo voto sufrágio, e esse mandato tem uma validade de quatro anos. E com certeza vou fazer jus a esse mandato de fiscalizar e controlar, essa é a prerrogativa. Aqui, eu não tenho, respeito à ação do vice-Governador, e eu quero deixar bem claro que a atuação que foi também do Deputado nesta Legislatura, nessa eleição nessa Casa, a atuação dele é a de vir, ir para o confronto. Ele poderia muito bem se eximir e mandar uma outra pessoa aqui para a gente ficar, como foi pela manhã, viu governador, mandaram uma pessoa numa Audiência Pública dos Concursados. Eu quero fazer uma reclamação. Que da próxima vez, essa pessoa venha responsável pela pasta. O senhor está vindo aqui encarando a realidade, eu entendo cada lado aqui que as pessoas ficam ali angustiadas, mas devem ser respeitadas. A posição dele aqui é de Executivo, e a gente também deve respeitar. Então, o nosso papel como legislativo é fiscalizar, controlar e atuar, e vamos fazer.

É só isso.

Passo a palavra para o Doutor Dimis, porque ele está na vez da fala.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Quero passar a palavra para a senhora Iaciara Azamor, Diretora e Presidente da CAERD.

A SRA. IACIARA AZAMOR – Boa tarde a todos.

Eu gostaria de observar alguns pontos que foram levantados pelo Geraldo, com relação, especificamente com relação ao tratamento de esgoto de Guajará-Mirim.

A Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia, não detém a concessão do tratamento de esgotos de Guajará-Mirim. A Prefeitura de Guajará-Mirim tem um débito para com a CAERD de R\$8.500.000,00. Nós temos projetos de água para concluir todo sistema de tratamento de água de Guajará-Mirim no valor de 9.6 milhões e no caso do esgoto de 61.7 milhões, no entanto nós não podemos efetuar nenhum tipo de tratamento ou de ação, enquanto não for concedida a concessão e a Companhia não receber os valores que são devidos por força dos trabalhos já desenvolvidos pela Companhia no Município.

Eu trago hoje, um ofício, esse ofício é da Caixa Econômica Federal que foi encaminhado ao Governo do Estado, que se no dia 30 de junho de 2015, a obra de esgoto não estiver em andamento esses recursos serão devolvidos automaticamente para a União. Eu tenho a licença que foi concedida pelo órgão estadual, que é a Licença do Sistema de

Esgotamento Sanitário do Sistema Sul de Porto Velho. Essa certidão de Viabilidade Ambiental, foi emitida pela Secretaria de Meio Ambiente de Porto Velho. Essa é a outorga do Sistema de Esgotamento Sanitário emitido pela ANA, e essa é a publicação da outorga da ANA. O Sistema de Esgotamento Sanitário de Porto Velho, quando foi designada a questão da área, foi baseada em dados técnicos, em topografia, sondagem, estudos de concepção, e seria irresponsabilidade de um profissional dizer que a área não é devida porque as pessoas que elaboraram essas licenças são pessoas que conhecem o projeto que vai ser desenvolvido lá e não tem como um profissional se manifestar sem conhecimento do projeto que vai ser desenvolvido e todo o Sistema Sul da cidade. O Sistema de Esgotamento Sanitário, mas especificamente a Estação de Tratamento que vai ser implantada naquela área, não é o sistema que foi apresentado aqui, que no caso o sistema de lagoas.

Eu vou passar a palavra para Engenheira Rosa, que vai explicar que tipo de tratamento vai ser executado na área.

O SR. EDUARDO VICENTE PEREIRA – Por favor, eu posso fazer uma pergunta para a Senhora, Dona Iacira? Posso fazer uma pergunta?

A SRA. IACIRA AZAMOR – Pois não.

O SR. EDUARDO VICENTE PEREIRA – A senhora está falando das autorizações sobre a viabilidade da obra, e porque lá no processo na pagina 156 diz: “sobre os 500 metros do perímetro urbano de moradia sede, e vai ser muro ao condomínio Morada Sul”?

A SRA. IACIRA AZAMOR – Não são 500 metros de moradia sede, são 500 metros de unidades habitacionais, inclusive, o documento que foi...

O SR. EDUARDO VICENTE PEREIRA – Diz assim: “a distância mínima da ETE - Estação de Tratamento de Esgoto, 500 metros do limite urbano do distrito sede”. Ora, não é o Condomínio Morada Sul?

A SRA. IACIRA AZAMOR – Estação de Tratamento de Esgoto, não é a área, é a locação dela, é onde ela vai ficar implantada e a divisa da área, por isso nós precisamos de uma área de 39 hectares, de 38 ponto alguma coisa de hectares.

O SR. EDUARDO VICENTE PEREIRA – Eu estou com dúvida da resposta que a senhora me deu, não foi esclarecedora.

A SRA. IACIRA AZAMOR – É que são informações realmente técnicas...

O SR. EDUARDO VICENTE PEREIRA – Não, porque aqui diz uma coisa e a senhora está dizendo outra.

A SRA. IACIRA AZAMOR – Eu vou passar para a Engenheira...

O SR. EDUARDO VICENTE PEREIRA – Aqui no processo diz que foi assinado pela senhora. A senhora disse uma coisa aqui no processo, e agora a senhora está dizendo outra.

A SRA. IACIRA AZAMOR – Não. Eu tenho diversas correspondências que eu assinei que citava exatamente esses termos, e citava sim. Muitos documentos eu assinei sim.

A engenheira vai falar a respeito do Sistema de Tratamento que vai ser implantado na área.

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Como é o seu nome, mesmo?

O SR. EDUARDO VICENTE PEREIRA – Eduardo.

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Eduardo, como eu falei agora, eu já acionei a Casa aqui através da Procuradoria, nós iremos, eu através do Deputado Neidson, as pessoas que estão aqui, os Deputados, ingressar, vou acionar, vou conversar com a Procuradoria desta Casa, iremos oficializar, o Presidente Maurão, porque ele que tem essa prerrogativa de acionar, no caso, a Procuradoria, se for necessário discutir e vê essas questões inerentes sobre locais adequados, porque é competência desta Casa. Então, se for essas questões da gente ficar discutindo papéis... vamos ouvir a engenheira, mas esta Casa não vai se abster só em ouvir uma parte, nós iremos se for necessário até no caso, convocar ou pedir o auxílio de um técnico independente para analisar, um engenheiro para vê a localidade. Então, pedimos isso, vamos deixar, porque tem muitos inscritos aqui para falar. Essas perguntas inerentes a essa questão, esta Casa vai tomar as medidas. Esse é o compromisso que já está sendo feito e já vai ser postulado.

O SR. EDUARDO VICENTE PEREIRA – Certo. Nós fizemos um Ofício, a Secretária, a dona Iacira citou, para saber se tal questionamento das licenças, se existem os estudos e até o momento não foi respondido esse ofício do Município, a Secretaria pertencente ao Município, mas verbalmente já adiantou que naquela localidade não existia nenhum estudo, mas que iria estar fazendo um levantamento e iria estar respondendo. Mas, ela tem em mãos um papel já com a resposta. Então, há várias informações, que assim, tem que ser colocadas uma ao lado da outra para vê qual é a real.

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Deixa eu te falar. Aqui nesta Casa existe um regimento e o regimento no seu artigo 102, salvo engano, ele diz: “se eu requisitar informação para, seja diretórios, seja outros órgãos inerentes ao Estado, ele tem o prazo de dez dias para informar a esta Casa”, sob pena de a gente convocar, no caso, as pessoas e documentação. Então fique tranquilo, o seu ofício vai ser, se você quiser também uma cópia a gente manda em anexo. Então, é só sobre isso, porque tem muitas pessoas inscritas, como eu estou lhe falando, nós estamos aqui para buscar uma solução e é o compromisso do Vice-Governador, das pessoas que estão fazendo parte aqui, de resolver essa questão.

A SRA. ROSALINA MOREIRA – Boa tarde a todos.

Meu nome é Rosalina Moreira, sou Engenheira Civil da CAERD e eu fui solicitada para explicar um pouco a respeito do tratamento que foi concebido para a área da ETE Sul.

O tratamento naquela localidade ele vai ser composto principalmente por: Tratamento Primário, que é constituído de um gradeamento de uma caixa de areia. O funcionamento dele é o início do sistema, ele serve para especialmente tirar os sólidos grosseiros, aqueles sólidos que adentram a tubulação por algum motivo, como plásticos, papéis e coisas semelhantes, que vão atrapalhar o funcionamento do sistema. Logo após, eu tenho a unidade mais importante, a unidade de tratamento que é chamada de DAFA – Digestor Anaeróbio de Fluxo Ascendente. Esse Digestor é o grande diferencial desse sistema e da sua concepção. Ele é um sistema feito em concreto armado e é totalmente fechado, diferente do sistema que foi citado logo após, anteriormente, que foi o sistema lá de Guajará-Mirim que é constituído de lagoas de estabilização. Nessas lagoas, as lagoas são taludes de terra que são constituídas através de uma terraplanagem e da forma que ela é constituída é completamente aberta. Então, ela fica, ela pode ficar mais a mercê de problemas, por exemplo, com animais, com pássaros.

Ela tem a situação de ser um espelho d'água, ela pode ser um complicante, por exemplo, para situações onde tenha aviação na proximidade. Esse sistema que nós estamos utilizando para o sistema ETE SUL, o sistema conhecido como DAFA, é fechado. Então, eu não tenho essa situação de ter um espelho d'água, de ter, por exemplo, problemas com animais ou com aves. E, também, pela constituição dele, eu preciso de um ambiente, e o digestor em si é muito menor do que uma lagoa de estabilização. Entre as suas principais vantagens eu poderia citar que ele se ajusta muito bem aos locais onde eu tenho a proximidade com áreas habitadas, áreas que já foram, como nós chamamos aqui, antropizadas. Porque, como foi citado, por exemplo, essa proximidade de quinhentos metros de uma área habitada, é um sistema que pode ser estruturado em um local como esse, porque pelo fato de ser fechado, não vai trazer nenhum incômodo como, por exemplo, poderia trazer a lagoa de estabilização. As lagoas de estabilização são naturalmente instaladas em locais bem mais distantes da população, locais de área rural, diferentes da nossa área. Uma outra vantagem dela, é que também não requer que eu use materiais ou equipamentos sofisticados demais. Então, ele é um sistema diferenciado, é um sistema que vai atender essa população do município lá da área Sul. E, em continuidade ao sistema que eu estava dizendo. Depois que eu tenho o DAFA, esse digestor, eu tenho também um decantador secundário que vai continuar o tratamento de forma secundária, tratando aquilo que vai sair do meu digestor anaeróbico. Depois, eu tenho uma centrífuga que serve para digerir o lodo que fica no final do processo. E, por final, esse é o sistema em sua concepção geral. Esse sistema pode ser locado em um local antropizado e foi por isso que ele foi escolhido dessa forma. A área, quando nós estávamos no período de estudo de concepção, foram estudadas as áreas onde melhor se adaptariam a uma condição, aonde poderia ser locada uma estação de tratamento que trouxesse menos problemas possíveis para a população do município. E essa área foi a área escolhida, foi a área já revista por muitos profissionais. Esses profissionais são do Estado de Rondônia, foram profissionais da Caixa Econômica Federal e até mesmo do Ministério das Cidades, representado pelo corpo técnico lá de Brasília. Então, de maneira geral, eu queria dizer

que o estudo de concepção que concedeu essa alternativa já foi visto, sim, por muitos profissionais. E isso nos traz uma certeza, uma confiabilidade de que ele é um processo que vai funcionar, que pode ser implantado no local aonde ele será implantado.

Quando nós estamos falando de recurso federal, eu gostaria só de comunicar isso a todos. O recurso federal é muito visto por técnicos, por órgãos de controle, não apenas do Estado, também do município e, em especial, por órgãos federais. Esse estudo de concepção já passou por todas as esferas e conseguiu obter a sua aprovação.

Enfim, era isso que eu queria trazer ao conhecimento.

O SR. EDUARDO VICENTE PEREIRA – Só quero fazer mais uma colocação para a engenheira, no seguinte sentido, uma não, são duas.

A primeira. Voltando à ideia, só para a gente passar para a outra questão, sobre o estudo, diz que, no estudo: “para a contratação da obra, o Governo do Estado contratou a empresa para a elaboração do projeto de engenharia. Um dos produtos apresentados pela empresa foi a concepção do sistema, sendo apresentadas quatro alternativas. Sendo então definido o parâmetro técnico ambientais mínimos”. Olha só, “sendo definidos parâmetros técnicos ambientais mínimos para a escolha das áreas da estação de tratamento”. O primeiro já contradiz o que a senhora acabou dizer. Contradiz o que a senhora acabou de dizer. A outra questão é: quantos projetos de estação de tratamento iguais a esse a senhora já acompanhou, ou que existe aqui no nosso Estado ou no país, que não tenha nenhum cheiro, que não tenha nenhum animal, que não tenha nenhum transtorno para os moradores da localidade? A senhora, por favor, tem condições de responder isso para mim, agora?

A SRA. IACIRA AZAMOR – Com relação à questão das alternativas, um estudo de concepção realmente definiu diversas alternativas e, entre elas, foi escolhida, logicamente, a que é compatível ao local, às necessidades e aos recursos.

Foi isso que foi feito.

Com relação ao sistema, eu passo a palavra para Rosa responder.

A SRA. ROSALINA MOREIRA – A nossa citação aqui, na nossa fala, foi com relação à minimização dos aspectos de incômodo, de maneira geral, à população. E como eu citei, querendo fazer um paralelo às lagoas de estabilização, essas lagoas são abertas. Imaginem um campo que, de repente, ele foi fechado apenas por cercas ou coisa do tipo, onde há facilidade para animais adentrarem e, em especial, as aves. Se ele é aberto, a possibilidade dessas aves virem e se locarem naquele lugar, e até se reproduzirem naquele lugar, é muito grande. Esse sistema, se eu ainda não me fiz entender, ele é um sistema em concreto armado, ele não tem uma lâmina d'água aonde você enxerga o seu tratamento, ele é fechado, ele tem tampa, ele é fechado mesmo. Então, não há possibilidade para acesso de aves ou para acesso de animais.

Quanto a incômodos, claro que ainda haverá incômodos, mas existe outra solução de engenharia que é feita nas áreas

onde são instaladas estações de tratamento que é quanto à locação de plantas, de cerca viva. Essa cerca, é colocada em toda região que cerca a estação de tratamento também para melhorar essa questão, que se ainda houver uma possibilidade de mau cheiro ou de algum cheiro escapar de repente por uma tubulação ou algo do tipo. Essa planta, essas árvores que através do seu funcionamento natural, que é retirar da atmosfera o gás carbônico, ela também faz essa purificação do ar, e a distância de quinhentos metros da população também faz com que essa população seja menos incomodada pela instalação desse tratamento.

O SR. EDUARDO VICENTE - A senhora falou, o que a senhora já tinha dito novamente. Mas a senhora não respondeu a minha pergunta, que eu fiz para a senhora certo? Mas que vai trazer mau cheiro, que vai trazer incômodo, vai.

Até onde eu sei do processo, os condomínios, eles foram feitos por obras e dinheiro da Caixa Econômica, financiando pela Caixa Econômica, e aquelas pessoas que lá residem ainda estão pagando aquele imóvel, certo? ao meu vê e aos estudos que serão feitos, e isso vai acontecer a desvalorização do imóvel, a caixa, vendeu o imóvel e automaticamente, ela vai desvalorizar esse imóvel com a obra. Ai a pergunta que eu fiz para a senhora.

Se senhora conhece algum lugar de Rondônia ou do País que foi feita essa obra, e não existe cheiro. A senhora não respondeu.

A SRA. IACIRA AZAMOR - O sistema de reatores de esgoto, é uma realidade, no Brasil tem muitos locais onde são feitos, em Mato Grosso do Sul, em São Paulo, em Minas Gerais, muitas localidades são feitas, em Rondônia ainda não, por isso exatamente a importância desse esgoto de Porto Velho. As cortinas, que são as cortinas vegetais, que são executadas nas áreas de esgotos, reduzem por sobre maneira a questão relativa, a questão de qualquer odor que possa ocorrer.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Agora, com a palavra o Excelentíssimo senhor Juiz Federal, Doutor Dimis da Costa Braga.

O SR. DIMIS DA COSTA BRAGA – Mais uma vez venho cumprimentar todos os presentes, e inicialmente cumprimento o povo de Rondônia, representado por todos esses que são os donos dessa Casa, que estão lá acompanhando esse debate atentamente, alguns já um pouco exaltados, compreendo perfeitamente o sentimento de cada um de vocês. E cumprimentando também a Mesa na pessoa do Deputado Neidson, que preside essa Sessão, cumprimento todos os membros do Poder Legislativo, e cumprimento o Governador do Estado na pessoa do seu vice-governador Doutor Daniel Pereira, que tem se mostrado muito sensível e com uma atenção especial a esta demanda, a demanda por moradia popular.

Cumprimento toda a Casa pela atitude democrática e participativa com que tem conduzido as grandes questões de interesse da população de Rondônia, convocando a sociedade para o debate franco e participativo com relação a esses temas que são aqui apresentados.

Informo que tenho sido surpreendido todos os dias com um ou dois convites para participação de Audiências Públicas

de questões que são de todos interesses. Na semana que passou, recebi um convite para discussão sobre a lei que se aplica as pessoas portadoras de autismo, e de imediato, convoquei o Serpa, que está aqui fazendo fotos para o informativo da Justiça Federal. Obrigado Serpa, por comparecer aqui. Esse é o bazonho, conhecido de toda Porto Velho, agitador cultural e nosso assessor de comunicação. Pedi para que ele me indicasse se havia algum servidor da justiça federal em Rondônia, que tivesse alguém na família com essa doença que é tão seria e tão grave e que precisa ser tratada com muita atenção e carinho por esta Casa, pelo Governo do Estado, da prefeitura e de todos os municípios, precisa de um tratamento muito especializado e muito adequado, precisa de que sejam oferecidas e divulgadas muito claramente, políticas públicas para que as pessoas possam, desconfiando que uma criança seja portadora do mau se dirigir aos responsáveis por essa política publica e que muitas vezes, isso não é colocada de uma maneira clara e divulgada. E acabei não tendo Serpa.

Você conseguiu, saber Serpa, se alguns dos nossos servidores teriam alguém nas famílias? Acabei sem saber e sem ter como indicar alguém para aqui comparecer, porque eu primeiro, não poderia por não ter conhecimento profundo da legislação aplicável à espécie e nem de todos os males as situações, mas, como eu sou uma pessoa de origem bem humilde, a minha família, quer dizer, a humildade, não diz respeito a dinheiro, não é? minha família é pobre mesmo, não é dinheiro, eu sou de uma família pobre. Então, eu procuro ajudar sempre aquelas pessoas que necessitam. Então, sempre que eu recebo algum pedido das pessoas que são da minha mesma origem, eu me desdubro dos modos possíveis e impossíveis para que isso aconteça. Então, várias vezes já procurei encaminhar a políticas públicas e até com dinheiro quando eu posso, porque quem tem uma doença dessa, carrega um filho com uma doença dessa que é de difícil tratamento não é fácil. É de difícil educação e desenvolvimento uma criança com autismo.

Eu parabeno esta Casa pela iniciativa Dr. Neidson, já não me lembro qual foi o proponente, mas parabeno o Deputado estadual que teve essa importante iniciativa, e espero que as discussões tenham sido muito propositivas e que possam ter trazido muitas soluções.

Eu peço desculpas por esse intróito, mas é que eu queria dizer para vocês todos que estão ali, do outro lado, o debate tem que ser franco, por isso eu parabeno o Vice-Governador, ele não se nega ao debate, ele comparece, ele vai, não manda, não está mandando o chefe de gabinete, está vindo pessoalmente, está diante de todos vocês, e isso é importante, eu também gosto muito disso.

Em 1982 eu contava 16 anos de idade, quando por não ter casa, minha mãe, eu me juntei a ela com enxadas e terçados.

A minha mãe, apesar dos mais de 30 anos de atividade meramente burocrática, ainda tem calos da minha juventude, para invadir um terreno atrás do hospital de Doenças Tropicais, na capital Manauara e ali tentar obter a sonhada casa própria.

E nós fomos expulsos pela polícia, porque era um imóvel particular. Depois de uma segunda e uma terceira invasão, eu já estava bem incorporado ao mercado de trabalho e juntando ali parques trocados para comprar a casa de minha mãe, que graças a Deus comprei num bairro popular da superintendência

de habitação do Amazonas, na zona norte, bem distante, mas a minha mãe teve a casinha dela lá. Numa segunda tentativa, antes de eu ter condições de comprar, e depois esse bairro virou... na terceira tentativa de invasão o Estado não conseguiu impedir. O Estado, o governo, o Estado autoritário que não busca soluções para os pobres, por quê? Porque em Manaus havia uma grande indústria da invasão e a indústria de interesse econômico, porque como o Estado estava nas mãos sempre de pessoas com esses interesses, não havia interesse nenhum de criar programas de habitação popular, assim como tem havido em muitos estados deste País desde 2003.

Tem se notado que o Estado tem investido muito em programa de moradias populares e vem investindo em diversos governos, quando eu falo Estado, estou falando Brasil, Governo Federal, Estado de Rondônia, Estado do Amazonas e demais Estados, hoje existe inclusive programas que constrói casas e dão gratuitamente para a população a um determinado nível de renda, baixa renda. Então, na terceira tentativa de invasão por populares aquilo virou o bairro tropical. Tem esse nome porque fica atrás do Hospital de Doenças Tropicais, onde trata malária, dengue e AIDS e etc. a exemplo do CEMETRON aqui no Estado de Rondônia. Talvez tenha se inspirado no hospital da capital amazonense para criar essa instituição aqui no Estado.

Depois de mais dois anos, aos 19 anos, antes ainda de ter o emprego público, embora ganhasse um salário mínimo nesse emprego público, eu participei da tentativa de invasão de um outro lugar para tentar comprar a casa da minha mãe, hoje se chama Bairro Zumbi II, no Distrito Industrial de Manaus, e de lá fui expulso pela polícia de novo, eu e uma multidão que chegamos lá sorrivelmente, às 11 horas da noite e não conseguimos esse intento de ter aquela área, porque a polícia era rápida, o Estado era forte a serviço do interesse econômico que muitas vezes preponderava naquela época. Hoje em dia a situação é tratada diferente, aqui pelo menos em Rondônia e no que tange aos imóveis federais que são submetidos à Jurisdição da Justiça Federal, especialmente da primeira vara.

Nós chamamos para o diálogo. Não cabe a juiz nenhum, fazer sustentação oral ou mesmo por escrito de suas decisões.

A minha decisão no processo foi dada com base no direito, com base no dispositivo legal, não existe dúvida alguma de que o imóvel, conforme comprovado nos autos era de propriedade da União e de que ele estava na posse da União no momento em que foi deferido a liminar, quanto a isso não existe dúvida.

Eu vou esclarecer uma coisa legalmente.

Posse é o estado de legalidade de ocupação de uma área, embora já houvesse no momento da liminar, março de 2013, alguns moradores lá e não é por outro motivo que houve uma liminar para eles saírem, a posse mansa e pacífica era da União, tanto que ela ocupava muitos anos aquela área para o controle de tráfego aéreo nos arredores do município de Porto Velho.

Então, no passado quando o controle era feito de maneira mais rudimentar, era ocupado naquela região. Por isso é que no corpo do processo, eu localizei para poder manter a decisão que o Juiz Marcelo Estivas tinha concedido. Eu localizei o lote 11 daquela gleba, ele é uma das partes do imóvel que a União não doou ao município de Porto Velho. Então, a primeira discussão era essa, não seria propriedade da União. A

propriedade é o que menos importa numa ação de reintegração de posse, mas a posse. Só que a propriedade está comprovada.

O que nós fazemos então? Primeiro: Dada a liminar, o oficial de justiça se dirigiu ao local no mês de março de 2013 e encontrou lá 50 famílias, que ele disse o nome de cada uma delas, dos treze que constavam na petição inicial da União só dois estavam no local. O oficial de justiça foi lá diversas vezes, ficou no local, procurou as pessoas, dos treze que estavam na petição da União, constava os nomes na petição da União para retirá-los do local, ele achou dois, onze não achou de jeito nenhum embora ficassem lá no local, relatou que a área era muito extensa, que havia muitos barracos vazios. Isso está relatado nos autos e o oficial de justiça é, na nossa linguagem jurídica 'um longa manus', quer dizer, a mão longa do juiz, a mão que alcança o local dos fatos, ele tem fé pública e ele relata com uma confiabilidade precisa. Os nossos oficiais de justiça, da Justiça Federal, nunca houve um só caso de informação de que algum tenha pedido ou recebido qualquer propina, eles recebem salários que ultimamente não tem sido muito condignos, lamentavelmente a política do Governo Federal tem sido essa, mas eles são de muita confiança nossa, dos magistrados. O quê que eu quero dizer com tudo isso? Que apesar dessa liminar ter sido concedida lá em 2013, em momento algum, juiz algum, mandou polícia dirigir-se ao local e arrancar a força. Poderia ter feito? Poderia. Aconteceu no Pinheiro em 2012, lá em São Paulo. Nós queremos sim, identificar quem são aproveitadores que lá estão meramente procurando mais um imóvel para si ou já garantiu um para o filho, ou seja, cada pessoa, o ideal é que seja cadastrado perante os órgãos de Assistência Social do Estado para ser beneficiado por uma causa própria ou por uma política pública habitacional do Governo. Agora, é legítimo os movimentos populares lutarem por causa própria? É. Eu sou a prova cabal disso, eu também queria uma casa para minha mãe, eu não tinha emprego, não tinha emprego fixo, mas trabalhar, já trabalhava desde os 09 anos de idade. Então, eu queria dizer para vocês, queria que vocês tivessem plena consciência disso, dentro da lei, a medida deverá ser cumprida, dentro da Constituição a medida deverá ser cumprida, as partes têm direito de dialogar e encontrar a melhor solução para esse conflito. Ao juiz, não cabe defender a sua decisão. Eu vir aqui humildemente ouvir Vossas Excelências, o povo, ouvir Vossas Excelências, as autoridades, e principalmente Vossas Excelências, os representantes do povo, porque nós juízes, hoje em dia, não nos cabe mais aquele comportamento alheio a realidade social, o juiz tem que está inteirado da realidade social e dos debates. Cancelei uma Audiência para aqui estar, já que fui surpreendido com menos de 49 horas dessa Audiência Pública. Mesmo assim... Ah, outro detalhe, existe um debate muito grande na questão: moradia popular, estação de tratamento de esgoto. Quando eu vi a Audiência Pública designada para esta data, esse horário, 14 horas, quando eu tinha uma Audiência na Justiça Federal, comecei a escrever um ofício para pedir ao Deputado Neidson e ao Deputado Jesuíno Boabaid e ao Presidente desta Casa que adiasse e que incluísse, que o debate fosse ocupação Dilma Rousseff e estação de tratamento de esgoto. Mas, vi que isso acabou acontecendo aqui, independente de Audiência Pública ter tido este nome, mas eu acho que deveria ter, já que existe um

conflito de duas partes, uma delas querendo que o imóvel seja garantido e mantido com destinação a moradia popular, e a outra parte querendo beneficiar as milhares de moradias, centenas de milhares de moradias populares que já existem na região com o tratamento adequado da água servida, visando a preservação da saúde pública. Uns querendo garantir o mínimo existencial de um teto para viver e o Estado buscando dentro da mesma área viabilizar a moradia popular. A mim me cabe apenas colocar as partes bem as claras da situação. O vice-governador do Estado, o Dr. Daniel Pereira, colocou a coisa de uma maneira muito técnica, quando se tem uma destinação de verba federal para construção de alguma coisa. Existe um prazo de convênios que geralmente são 18 meses, não executado nesse prazo, o dinheiro desaparece, e Rondônia não terá mais essa verba para aplicação e benefício de todos nós, isso se não for feito nesse prazo. Agora, eu sei que vocês todos que aqui estão e mais as centenas de famílias que não puderam vir, já aplicaram muito suor do rosto, muito recurso próprio, muito sofrimento, lágrima, dor e sangue próprio e dos filhos e dos pais como eu que via muito anos e anos a fio de trabalho e de sofrimento da minha mãe sem ter uma casa. Eu sei que já fizeram isso. Mas, tenho absoluta certeza que esta Casa, os Deputados Federais de Rondônia que eu conheço alguns deles e reconheço neles o interesse altíssimo de sempre trazer recursos para este Estado, para garantia dos investimentos públicos, eu sei que investimento público para moradia vai se continuar trabalhando, buscando porque isso é interesse também do Governo Federal e sei que o Estado de Rondônia também tem recursos para garantir moradia no futuro.

Também sei, de mais um convênio que o Governo perdeu em 2007 e 2008 e que ele pode perder novamente este ano pelo não uso de recurso. Esse, a cada ano que passa vai se perdendo e a vida de bebês, que muitos pais e mães não sabem que eles se vão por diarreia causada por contaminação. Isso, muita gente não contabiliza na ausência de investimento do Estado, no tratamento de esgoto, mas isso é obra social também, isso é obra ambiental para proteção do nosso majestoso Rio Madeira. Essas questões, eu sou obrigado a dizer aqui, e de minha parte uma coisa eu garanto, o meu desejo é que a justiça, na verdade, pretende, é que a decisão que foi dada e até agora está mantida, porque houve agravo de instrumento, é um recurso para o Tribunal que tem sede em Brasília, o Tribunal que eu reporto para mudar essa decisão e ela não foi mudada, ela foi mantida, ela vai ser cumprida com absoluto respeito a dignidade humana. O ideal, minha ótica, na minha humilde ótica, era que as pessoas compreendessem e procurassem junto ao Estado. Quer que a gente saia? Agilize, agilize porque eu estou desesperado e não tenho onde morar. É esse o fato.

Serei muito sincero com todos os senhores, foram feitos 604 formulários de cadastramento preenchidos pelos assistentes sociais do Estado. Quando, repito, quando o senhor Oduvaldo, hoje Oficial de Justiça aposentado da Justiça Federal, se dirigiu ao local em 2013, em março, encontrou 50 famílias lá no local, não garantindo que essas 50 moravam lá, mas estavam lá, transcreveu para os autos o nome de todos eles, e de lá para cá a população mesmo ciente de que aquela área se destinava ao tratamento de esgoto só aumentou no local, só aumentou no local. Eu poderia citar o nome de todos aqui,

os 50 que estavam lá para saber se algum dos 50 se encontra aqui, alguns dos 50 que receberam a citação do seu Oduvaldo está aí presente? Levante a mão para mim, por favor. Como é o nome do senhor? Alguém, por favor, coleta o nome dele, eu não consigo ouvir por isso eu peço que alguém pegue o nome dele completo porque eu quero ver no processo. Eu quero dizer com isso que a situação que aconteceu naquela região, hoje... muitos já venderam para outros a sua posse no local, posse precária. Não é, porque o titular da posse ainda é a União, e com isso uma situação que poderia ter se resolvido há mais tempo foi se perpetuando e criando um grave problema conflituoso, mas dentro das minhas forças eu vou conduzir esse processo de modo a que esse conflito seja solucionado.

Eu queria que as pessoas que realmente necessitam dessa moradia compreendessem e buscassem o Estado para num momento célere solucionar o problema dessa população. Assim como a minha família, sofria pela falta de moradia há muitos anos atrás, eu sinto na pele o sofrimento de cada um dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado Dr. Dimis. Então, já consultando a parte jurídica aqui desta Casa, através de um requerimento conjunto da Assembleia Legislativa vamos requerer os contratos, as licenças ambientais e os demais documentos referentes a essa questão que nós estamos tratando e se constatar alguma irregularidade nós vamos entrar com uma ação anulativa para que não se realize essa ETE. Se for constatada, já na próxima Sessão da Assembleia, nós vamos realizar esse requerimento para que possamos ter uma resposta o mais breve possível.

Quero passar a palavra ao Deputado Jesuíno Boabaid, que também foi um dos requerentes desta Audiência Pública.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Deputado, tem outros inscritos, ou já finalizou todas as pessoas?

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Tem a Rosalina que quer falar.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Então, nós ouvimos todas as partes, conforme disse o nobre magistrado com uma boa explanação, experiência também nessas questões, demonstrou categoricamente que não tem nenhum interesse em tomar uma medida drástica que é retirar de uma forma, usando da força policial necessária, ouvimos o vice-governador, ouvimos o Antônio da SPU e as demais autoridades, com referência a essa questão da ETE e a propriedade de vocês.

Senhores, o nosso papel é de fiscalizar, de controlar e de agir, necessariamente representar os senhores nesta Casa de leis, e nós iremos fazer. O Deputado Neidson já se comprometeu, assim como eu já falei agora há pouco com o Dr. Ceccatto que é o Procurador desta Casa, junto com o Manvailer discutimos quais são as medidas administrativas, e iremos requisitar cópias da questão da licença ambiental, dos contratos e demais documentos inerentes a essa questão da construção da ETE para a CAERD, no caso, a diretora da CAERD, no prazo razoável, enquanto isso está havendo o registro da questão das pessoas que se encontram no estado de

vulnerabilidade. Então são situações que iremos buscar resolver, esse é o intuito desta Audiência Pública, que para mim ficou também demonstrado interesse de todas as partes em resolver essa questão. Então, os senhores podem ter ciência de uma coisa, aqui como bem disse o vice-governador, nós apresentamos a propositura da Figura A, que já vem uma discussão de muitos e muitos anos e chegou-se a um consenso para sanar essa problemática, inclusive da SPU, prefeitura e Estado e iremos, se Deus quiser, resolver. Não é diferente com os senhores, nós iremos sempre que formos provocados, estaremos prontos para atuar. O Deputado Neidson é um Deputado atuante, o Deputado Cleiton Roque, todos que se encontram nesta Casa, nesta Legislatura, tem o intuito de resolver e vai resolver.

Antes, nesta Casa era aprovado, e isso eu quero bem frisar, as comissões tinham uma defasagem na questão das comissões, nos trabalhos, agora vocês podem vir na terça e na quarta-feira que as comissões vão estar ali trabalhando, quando há projetos está ali discutindo, então projetos, questão de propositura de leis e outras demandas inerentes a esta Casa, está andando. O próprio Presidente, Deputado Maurão, é sensível, assim como já conversamos com o Geraldo e alguns representantes a fim de resolvermos essa questão e a gente vai tentar resolver, os senhores podem ter certeza. Agora, tem gente que se encontra lá, como já foi analisado, visto que tem condições de buscar também ter uma posse, tem gente que parece que tem camionete, que tem condições de pagar um terreno, comprar uma casa. Então, precisamos analisar caso a caso, esse é o nosso papel. Agora, quem também investiu, na esperança de ver a sua casa própria sair, e ter um prejuízo, também temos que ver essas questões, esses prejuízos. Lógico que área da União não se discute, ali não tem usucapião, isso é fato, não só da União, mas tem outras questões também, com a questão do usucapião que não é aplicável.

Então, senhores, muito obrigado mesmo.

Eu vou passar a palavra para o presidente, porque ainda existe uma pessoa querendo se manifestar.

O SR. DIMIS DA COSTA BRAGA – Eu só quero fazer o registro.

O Sr. Elané Desili estava de fato morando na região e foi uma das pessoas citadas, ele é haitiano e está reconhecido nos autos, isso é para mostrar a cada um de vocês a seriedade do trabalho que é feito pela Justiça Federal.

Muito obrigado, Sr. Elané.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Então, senhores, isso foi deliberado aqui, lembrando que essas Atas vão ser publicadas no Diário desta Casa, e todos os documentos serão encaminhados para a Comissão de habitação, a qual eu sou membro. Vou informar o Presidente Laerte, também, que ele tem essa prerrogativa de requisitar paralelamente a questão nossa, informações e documentações para subsidiar essas discussões. Para mim não era aquilo que eu queria ouvir também: ‘olha a gente já tem uma localidade, já tem uma casa’, poderia ser melhor as informações aqui, mas para a gente ter, dar um sossego para aquelas pessoas. Mas o Vice-Governador já fez o compromisso, que irá analisar cada caso, inclusive aqui comigo, já falou com

o Deputado Neidson de que o Estado irá se responsabilizar pelos senhores.

No dia em que fui lá na ASPOMETRON tinha uma senhora desesperada, ela não tinha nada, praticamente, nem o que comer, ela falou para mim, com dois filhos, e pediu, suplicou ali, que não era para deixar ela abandonada. E a gente não vai deixar, o Estado também não vai deixar ninguém abandonado, não, porque esse não é o papel. Eu acho que o princípio da dignidade humana, como bem disse o Doutor Dimis, está consagrado na Constituição Federal, e é uma cláusula pétrea. Então, ninguém pode ser submetido a um tratamento desumano, desrespeitoso, deixando as pessoas no meio da rua, tirou, joga no meio da rua, a gente não pode deixar essas pessoas dessa forma. Eu acredito e vou acreditar que o Estado não irá fazer isso com as pessoas, jamais. Muito obrigado.

O SR. DOUTOR NEIDSON (Presidente) - Quero conceder a palavra a senhora Rosália.

A SRA. ROSÁLIA – Boa tarde.

Na pessoa do Daniel, que é meu amigo, eu quero cumprimentar a todos vocês da Mesa, e em especial as suas famílias que estão aqui defendendo as suas moradias. Com todo respeito eu vou fazer uma proposta para o Governo.

Que venha atender essa demanda que é muito sofrida e que a gente vem defendendo. O Daniel falou aqui em 20 anos, mas tem 20 anos que a gente se conhece, e eu já vinha no movimento de moradia, desde 1988, eu sou militante do movimento de moradia.

A Assembleia Legislativa foi feliz em convocar essa Audiência, e assim, nós temos proposta. Desde a primeira Conferência que a Iacira vem acompanhando também a Conferência da Cidade, e a gente vem pedindo a questão do Plano de Desenvolvimento Urbano para a nossa cidade e para o nosso Estado. O Plano Municipal nem saiu da metade do levantamento desde 2003, nós estamos em 2015 e o plano não saiu e nem vai ser aprovado por enquanto, tenho certeza disso.

Quero pedir para o Vice-Governador, Daniel Pereira para que dê posse ao Conselho Estadual das Cidades, porque o conselho é uma instância que pode estar trabalhando essas questões com o Governo do Estado. Se é de um Conselho forte ele decide quais são as políticas públicas de desenvolvimento urbano que o nosso Estado e a nossa cidade de Porto Velho precisam. É o controle social, é a participação das pessoas, da sociedade discutindo o que ele quer e o que é melhor para a nossa cidade, não descartando nenhuma família que precisa de uma moradia e que o aluguel, gente, quem morou de aluguel, graças a Deus eu nunca morei porque eu tinha a casa dos meus pais, e quando eu saí de lá eu já trabalhava no movimento e adquiri a minha casa com muita luta e com a ajuda da Universidade Federal de Rondônia e de outras pessoas, inclusive do Daniel, que era Deputado estadual na época, que ajudou muito o Movimento de Moradia. Sem demagogia nenhuma, eu falo isso aqui, quem me conhece aqui da Assembleia, está aqui os servidores da Assembleia que me conhecem, como o Marquinhos, o Fábio, muita gente mesmo aqui na Assembleia me conhece, sabe o tanto que o

Daniel ajudou o Movimento de Moradia aqui neste Estado. E a nossa proposta aqui... é que sabemos da necessidade que o nosso Estado tem de fazer o tratamento de esgoto na nossa cidade. Tudo o que foi falado aqui, gente, é verdade, cientificamente isso é comprovado, mas não podemos deixar nossas famílias desamparadas. A estação de Tratamento é importante? É. Tanto quanto a moradia, mas precisamos que o Estado nos ampare nesse momento. E a nossa proposta é que os Deputados estaduais que trouxeram o problema para a Assembleia e temos que sair com a solução daqui, hoje. O Juiz, doutor Dimis, ele foi muito feliz quando falou que ele também já lutou por uma moradia, mas graças a Deus na época dele ele conseguiu um emprego, conseguiu juntar o seu dinheirinho, comprou uma casa e deu de presente para a mãe dele, ou ajudou a mãe dele conforme o que ele falou aqui para nós. Mas nem todo mundo tem esse benefício durante a sua vida, de arrumar um bom emprego, de se formar e ter uma carreira exemplar como a carreira do Doutor Dimis, é uma carreira de sucesso, é um homem que veio das nossas origens, também, mas teve a felicidade de chegar aonde ele está hoje, não é o caso da maioria das nossas famílias. Eu conheço pessoas de 70 anos, que não tem onde morar e nunca teve, ou ele morou de favor, ou ele pagou aluguel, ou ele ficou jogado aí, largado na casa de um e de outro, mas não é o nosso caso aqui hoje, não.

Sabemos que a Estação de Tratamento é necessária ser construída, mas o Estado tem que nos dar uma resposta. Louvável é o trabalho da Comissão de Conflitos Fundiários, que é o papel do tenente Marcelo e do tenente Henrique, fazer esse levantamento. Mas a nossa proposta é que o Estado junto com a Assembleia Legislativa, adquira um terreno do mesmo tamanho que está lá ou maior, tanto faz, e que faça os projetos direcionados, porque se vocês forem esperar as casas do Projeto Minha Casa minha vida, quem é que vai pagar aluguel para vocês? Tem o auxílio moradia para todo mundo? Não tem.

Portanto, nossa proposta é que a Assembleia Legislativa destine de cada um dos Deputados Estaduais, que eu sei que tem, seus recursos de Emendas individuais, recurso para o Governo do Estado adquirir área para fazer um assentamento direcionado, para que atenda todos vocês. Que se faça uma parceria com o Município de Porto Velho, porque o Município de Porto Velho tem o Fundo Municipal de Habitação que tem recurso, para que dê o material de construção para vocês e que vocês façam suas casas em regime de mutirão com todo o projeto de infraestrutura cedido pelo Estado. Essa é a nossa proposta quanto ao movimento de moradia, e acredito que também é uma solução que o Estado precisa de imediato para atender essa demanda que é a demanda reprimida dos sem teto, dos sem casa. E nós queremos, gente, porque lá onde vocês moram na Estação de Tratamento é uma cidade sem cidade... vocês não tem nada, precisamos que o Estado adquira esse terreno onde vocês tenham o mínimo de acesso, de transporte, de energia, saúde, escola e outros benefícios que cada um de vocês que pagam os seus impostos todos os dias merecem. É isso que eu gostaria de deixar registrado aqui.

Quanto ao Movimento de Moradia, vocês podem contar com a minha ajuda, com o meu apoio, com a nossa instituição. A União por Moradia e nós, estamos prontos para lutar todos os dias por nossa causa, porque somos lutadores com causa, não somos lutadores sem causa.

Muito obrigada.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado Rosália.

Eu quero passar a palavra ao Exmº. Vice-Governador, Daniel Pereira, para encerrar.

O SR. DANIEL PEREIRA – Rosália, obrigado pela sua intervenção, e eu acho que você com a sua humildade, com a sua simplicidade, você que tanto serviço já prestou a população você acaba de apresentar uma proposta concreta. Sua proposta foi: “o Estado providenciar o terreno e a Assembleia providenciar das Emendas Parlamentares o recurso para comprar o material para atender o pessoal”.

Perfeito, em nome do Governo do Estado eu assumo o seguinte compromisso. Tão logo seja definido as pessoas que estão em estado de vulnerabilidade, nós teremos o terreno para assentar esse pessoal e digo mais, e digo mais: ‘a nossa CAERD se compromete a fazer todos os projetos básicos’, porque se nós estamos falando de saneamento básico, nós não podemos colocar esse pessoal em situação indigna de moradia, isso implica em ter um local que tenha água tratada e que tenha também energia. Mas, nós não temos. O DER se compromete a fazer toda a limpeza da área. Agora, nós não temos no orçamento o recurso disponível para fazer aquisição das moradias, isso tem que ser colocado aqui. Como cada Deputado tem o direito de um determinado número de Emendas, se os senhores Deputados, principalmente o Deputado Neidson e o Deputado Jesuíno, que são altamente comprometido com essa população, dispor das Emendas deles, eu conversarei com o Governador para a gente conversar com a PGE e fazer o modelo diferente, vamos ter que buscar o apoio da Procuradoria, o parecer da Procuradoria, e principalmente uma discussão com o Tribunal de Contas da União, porque nós não estamos dispondo de recursos nossos, mas eu acredito na possibilidade da gente convencer o Tribunal de Contas do Estado para pegarmos o recurso para que eles, comprovadamente o estado de vulnerabilidade receba o material para fazer a casa dele em regime de mutirão. Se for esse o entendimento Rosália, da minha parte está aceito.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhores, quero deixar bem claro também que nós temos Emendas realmente, lembrando que essas Emendas são destinadas valores que para mim, e nós não manuseamos valores e podem ter certeza, se destinar, só queremos a confirmação do quantitativo, esse é o nosso compromisso para se destinar, Deputado Neidson. Por mim, eu destino aí, meio milhão, o outro destina outro meio milhão e a gente vai mais além, a gente vai mais além, eu busco mais os Deputados aqui da capital, pedindo também valores para ajudar, uma Emenda coletiva, vamos chamar, lembrando que essa responsabilidade Vice-Governador não seria nossa, mas vamos assumir porque eu penso, eu penso, eu sou estadista, como diz estadista, eu penso Estado, eu não tenho amores a quem está no Governo, a quem está no comando, eu tenho que pensar na sociedade, num todo. Então, por mim está aqui o compromisso firmado, da minha parte eu disponibilizo meio milhão da minha Emenda, pronto, pronto. Está aqui o meu compromisso e eu acredito que o Deputado Neidson, também vai fazer esse compromisso e vamos chamar as demais responsabilidades, é viável para todas as partes. o Estado vai disponibilizar área, não é isso? É o compromisso, a área, aí as

demais situações... O Projeto vai sair da CAERD e vem o DER, vem tudo. Então, estamos chegando dentro de um acordo viável, daquilo que nós esperávamos Deputado Neidson, dentro daquilo que nós esperávamos.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO VICENTE PEREIRA – Eu posso fazer só uma pergunta?

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Só um minuto que o tempo já...

O SR. EDUARDO VICENTE PEREIRA – Só uma perguntinha, só.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Bem rápido.

O SR. EDUARDO VICENTE PEREIRA – Quando o Sr. Daniel falou do estado de vulnerabilidade, que essas pessoas se encaixam no estado de vulnerabilidade. E o que fazer, o que fazer com aquela pessoa que como disse o Sr. Dimis, usou do seu sangue, do seu suor, do seu trabalho e não se encaixar nesse tal perfil de vulnerabilidade, ele será excluído, ele será excluído? E vou mais além, vou mais além, como falava no início, que as terras, as três terras que foram destinadas, que foram destinadas ao processo estão desde 2010, nós estamos em 2015, faz cinco anos. Outra coisa, na última Audiência que teve o seu Dimis falou uma questão, que naquela ocasião, não tive a oportunidade, sobre a questão da imoralidade, que nós somos imorais em nos apropriarmos de um bem da União, certo? Mas nós fomos imorais, mas nós precisamos daquela localidade. Nessa questão de ser ou não ser imoral, estar vulnerável ou não, ela talvez seja momentânea. Talvez, seja momentânea para algumas pessoas. Mas, a meu ver, todos que estão lá, a não ser exceção de algumas pessoas que já teve casa ou tem casa em outro lugar, realmente eu acho desnecessário essa pessoa ser favorecida. Na outra Audiência, o senhor Sid Orleans propôs isso que a dona Rosária acabou de dizer. Que em parceria com o município, o Estado fosse, ele até falou das 65 máquinas que o município havia adquirido, que poderia ser colocada à disposição. Então, a minha preocupação, e estar aqui representando o pessoal, o Geraldo e o Daniel também, é alguma pessoa, por um momento, ser desfavorecida, não ter o direito àquela... uma outra pessoa se encaixar nesse perfil que o senhor falou...

O SR. DIMIS DA COSTA BRAGA - O Senhor me concede um Aparte?

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Concedido o Aparte ao Dr. Dimis.

O SR. DIMIS DA COSTA BRAGA - Porque eu fui citado, não é? Eu fui citado, então se faz necessário a minha manifestação.

Eu fui muito claro naquela ocasião, quando eu disse que era uma imoralidade uma pessoa chegar, sem precisar, quer dizer, já sendo dono ou possessor, porque muita gente tem outra posse num outro lugar, já assegurada, garantida sua casa e vai lá, da noite para o dia levanta a parede de alvenaria, coberta,

abre porta de ferro de rolar, vai lá e abre o comércio. Quer dizer, essa situação não existe em nenhum lugar. Isso é que eu considero uma imoralidade. Pessoas que não necessitam, aproveitando inclusive, do seu poderio econômico, porque chegam de Hilux. Sabe quanto custa uma Hilux? São quase duzentos mil reais. Dá para comprar uma moradia popular? Quem pode financiar, ela não é proprietário ainda, está alienado ao banco, mas quem pode financiar no banco uma Hilux, não pode financiar uma residência, para a própria moradia? É esse tipo de gente que nós temos que proteger? É ou não é uma imoralidade? Me desculpem, mas vocês que necessitam de casa para morar e não têm condições, como diz a senhora Rosário, têm que ser beneficiados. Defendo até o fim! Aquele que chegou desse jeito no lugar, e lá existe, tem que ser excluído, sim. Ele investiu, suou, trabalhou? Não vou negar, mas ele está buscando uma coisa que ele não tem direito, não tem direito. Se hoje, o que minha mãe tem, eu, graças a Deus, venci nessa luta aguerrida pela vida, mas sem passar por cima de ninguém. Posso dizer isso, graças a Deus, foi com meu estudo, com meu esforço e com a ajuda de muita gente.

Ninguém chega a lugar nenhum sem ajuda, sem uma mãozinha, sem uma força. Sempre saberei agradecer. Se eu chegasse e dissesse assim: 'embora lá, mãezinha, faça o seu cadastro!' Porque a minha mãe continua pobre. Ela tem o benefício social de um salário mínimo. Ela continua pobre.

Aquilo é a dignidade dela, ela não depende de mim e nem dos meus irmãos, e todos são muito, muito, infinitamente mais pobres do que eu. Se eu chegasse e dissesse para minha mãe fazer um cadastro, eu seria um grande imoral. Nunca eu faria uma coisa dessas. O Estado tem que servir a todos na medida da sua necessidade. O que eu preciso do Estado é o respeito como cidadão, que baixe esses impostos absurdos que nós pagamos, o seu Geraldo falou aí no início. Nós precisamos mudar tudo isso no Estado. O Estado precisa mudar, senhores Deputados, a sua forma de gastar o dinheiro público, de administrar. Está errado! Tem muita coisa errada! A forma de administrar o dinheiro público só pode estar errada, porque nunca dá, mas a gente é um dos que mais arrecada em todo mundo. Como é que pode ser desse jeito? Então, os senhores precisam revolucionar. Eu não tenho dúvida disso, que algo precisa ser feito. O Estado precisa melhorar. E esse encargo está no ombro desses cidadãos aqui e dos demais membros desta Casa e dos membros do Congresso Nacional. Vocês precisam entender verdadeiramente, principalmente o Congresso Nacional, que a forma de gerir do nosso país não vai levar ao desenvolvimento tão sonhado, lamentavelmente.

Eu falo isso como juiz que fica quieto, detrás das folhas do processo e, às vezes, a maioria deles hoje é virtual, eletrônico, não é mais folha de papel, eu falo isso como quem olha, observa de fora que nós não vamos a lugar nenhum, porque nunca o recurso dá. O recurso volta por falta de gestão, quando volta não se sabe o que é feito com ele, porque ele não existe depois no outro ano, ou existe de novo, e fica retrocedendo, nesse vai e vem. Nós, juízes, somos obrigados a julgar matérias que são devidas às políticas públicas do Estado, e não deveriam ser submetidas a nós. Era preciso que o Estado estivesse gerindo isso de uma maneira direta pelo governante. Mas, dentro da minha visão, eu necessito do Estado, é disso, é desse respeito, é dessa mudança de postura

do Estado brasileiro, para verdadeiramente servir ao povo, servir a si próprio porque também somos cidadãos, não é isso? Mas eu não preciso de moradia popular para a minha mãe, não. Eu posso ir lá e: 'mamãe, escolhe aí, mamãe. Escolha a casa que a senhora quer', e comprar para ela, não é? Entendeu porque é que disse imoralidade? Peço desculpa por eu ter me exaltado, mas tem hora se sente necessidade. Queria que vocês todos, cada um de vocês servissem também como fiscal para que não entrassem mais pessoas na comunidade, senhor Geraldo. Não sei por que isso aconteceu, mas isso não está certo, está bem?

Desculpem.

Obrigado.

O SR. EDUARDO VICENTE PEREIRA – Eu que peço desculpas ao senhor. Em nenhum momento eu quis dizer ao contrário do que o senhor falou. Eu até citei que quem tem bens no seu nome, que seja excluído, certo? Realmente essa pessoa é aproveitadora, vamos dizer assim, da situação, a pessoa que tinha lá o terreno e vendeu, ela também usou de má fé, ela foi imoral, certo? Mas o meu medo, como eu falei, quando, o Geraldo está aqui, eu, o Daniel, estamos representando todo mundo que está aqui atrás da gente, é que alguém dali seja desfavorecido, ou eu mesmo. Eu mesmo.

O SR. GERALDO SOUZA - Só complementando. O que o Eduardo acabou de perguntar aqui, o senhor Daniel vai responder, com certeza. Na questão de desfavorecer, de avaliar o cadastro que foi feito para ver a vulnerabilidade social, quais os critérios que realmente serão levados em consideração? Porque se fala um, se fala outro. Apresente os critérios para as famílias. Quais são os critérios que vão ser avaliados, e aí sim, eu concordo com qualquer acordo que seja feito, desde que seja esclarecido, porque nós não sabemos quais são os critérios que vão ser avaliados. Então, tem que ser colocados.

O Dr. Dimis, nossa excelência está falando da pessoa ter uma Hilux, é um absurdo, uma pessoa que tem uma Hilux está ali naquela localidade, é um absurdo. A questão de está lá como eu acabei de falar quando tinha as cinquenta famílias, eu procurei o Governo do Estado, estava fácil de resolver, se propuseram em resolver excelência, mas nem o Governo do Estado consegue impedir que esses aproveitadores estejam lá. Então, vamos resolver a situação, coloquem quais são os critérios de avaliação. Quem vai ficar de fora realmente, se fala em três salários mínimos, no cadastro lá, assistente social vai lá e pergunta, até, eu nem vou falar o resto, mais pergunta tudo. Então, eu quero que sejam esclarecidos os critérios para que essa família fique desamparada, tem que ser esclarecido, porque mais cedo ou mais tarde vai chegar lá, não... há, são cem pessoas que vão ser amparadas, o porquê, esclareçam os critérios. O senhor Daniel pode esclarecer e pode falar a respeito da proposta, do acordo que vai ser feito. Por mim, dependendo do povo, se vai aceitar. A gente faz qualquer acordo, não estamos para impedir obras.

Obrigado.

O SR. DANIEL PEREIRA - Senhor Geraldo, há muitos anos quando começamos a viver o processo da redemocratização do País, Tancredo Neves, que não conseguiu chegar a tomar

posse como presidente, ele deixou cunhado uma frase que ela se aplica nesse momento aqui. A frase dele dizia mais ou menos o seguinte: "Enquanto existir um homem, ou uma mulher sem pão, sem teto e sem letras, todo progresso será nulo". Ele disse isso já há muito tempo e infelizmente o número de pessoas sem teto, sem pão e sem letras invés de diminuir acabou aumentando, conforme muito magistralmente foi dito pelo Dr. Dimis, aqui nessa tarde. Os critérios, eles são estabelecidos pelos próprios programas do Governo Federal, e você está correto, as pessoas interessadas e envolvidas tem que saber quais são os critérios, e esses critérios não são segredos. Eu vou pedir para nossa secretária de ação social vir para cá e expor os critérios. Agora, eu gostaria também de pedir um apoio para a associação. Àqueles que não preenchem os requisitos, eu ainda digo mais, a gente pode verificar determinadas exceções, a gente pode admitir essa possibilidade de verificar exceções, porque às vezes você não preenche o requisito por um detalhe mínimo, e as pessoas que estão aqui, as pessoas que eu estou vendo aqui, não precisa nem dizer para mim que elas estão num estado de vulnerabilidade, a própria fisionomia de cada um, a maneira como cada um veste, a maneira como cada um se porta, eu sei que são pessoas que estão em estado de vulnerabilidade, eu reconheço isso, porque eu nasci e cresci e vivo nesse meio. Então, não tem nem um pingão de preocupação, por exemplo, Dr. Dimis. Sábado à noite, no início da noite, eu estava aqui, da União Bandeirantes, um local onde um pessoal está dentro de uma reserva federal, tentando tirar o pessoal, e eu estou trabalhando para que o pessoal fiquem lá, por quê? Porque aquele pessoal precisa está em algum local, precisa trabalhar, precisa produzir. Para não ser redundante, eu só estou trabalhando isso aqui, nessa situação, por razões que foram ricamente ilustradas aqui para não se perder oportunidade do saneamento básico, mas com a ajuda dos nossos Deputados, Deputado Neidson, que no primeiro dia de mandato se demonstrou comprometido com essa causa, e eu sei que a gente ainda vai ter que resolver alguns problemas de ordem jurídicas, porque nunca ninguém fez isso antes de pegar o recurso, comprar o material e entregar para as pessoas fazerem... Mas, eu tenho certeza que a nossa PGE, vai ter a sabedoria o suficiente para nos orientar de como fazer isso tecnicamente, ainda mais um processo acompanhado pelos olhos exigente do magistrado do nível do Dr. Dimis, eu tenho certeza que vamos conseguir fazer casas por um terço do preço, se fossemos contratar essas casas. Então, eu acredito que vamos sair daqui com a solução. A secretária Valdenice, vai expor quais são os pré-requisitos, mas até mesmo aquelas pessoas que tem uma diferença com relação ao pré-requisito não for muito grande, depois que tecnicamente for avaliado, vamos ver caso a caso.

Agora, uso as palavras do Dr. Dimis, para terminar a minha fala aqui. Eu passei a vida toda lutando por movimento social, eu já corri o risco de morrer mais de uma vez. Em 95, eu era Deputado desta Casa, o vereador de Corumbiara foi assassinado e uma mensagem que foi mandado para o Dr. Marcos Ranulfo, que é hoje promotor público da cidade de Pimenta Bueno, foi assassinado o Nelinho, e o próximo seria esse cidadão aqui, por sempre defender o interesse das pessoas mais humildes e mais sofridas, quanto aos interesses daqueles que tinha muito contra o interesse daqueles que tinham pouco.

Agora, eu nunca tirei proveito de um centavo em benefício próprio, passei toda a vida brigando pelo interesse dos outros.

Quero que isso fique muito claro. Então, vamos quantificar o pessoal, vamos vê quanto que isso custa, vamos sentar com os senhores Deputados, porque, eles são também nossos representantes, e eu tenho certeza que eles estão a fim de resolver isso com conosco. Não estou aqui, querendo ser leviano e jogar simplesmente a bola nas costas deles, é que nós temos uma realidade econômica no Estado, Dr. Dimis, que temos que nos submeter a ela, e se eu for ter despesa, eu tenho que buscar o recurso em algum lugar. Então, graças a Deus que esse anjo chamado Rosália, esteve aqui nessa tarde iluminada.

E Rosália, eu sei que você já fez muita coisa para te levar para o céu, mas se você não tivesse feito nada, o dia que você chegasse lá para São Pedro, você poderia dizer: olha, numa tarde, na Assembleia Legislativa de Rondônia, eu ajudei a resolver o problema de centenas de famílias. A solução desse negócio é sua.

Parabéns minha amiga.

A SRA. VALDENICE DOMINGUES – Boa tarde a todos.

O SR. DIMIS DA COSTA BRAGA – Eu posso pedir, eu queria agradecer muitíssimo o acolhimento e atenção de todos vocês à minha fala. Eu queria pedir desculpas porque existem muitos pedidos de liminares que desde ontem, porque foi um dia de Sessão no TER, pela tarde, eu tive audiências com o sistema penitenciário nacional, estava havendo um *workshop aqui e eu tinha aproveitado a vinda da representante de políticas públicas do sistema penitenciário nacional para fazer uma Audiência de dois processos sobre questão penitenciária, e depois teve a homenagem ao General Novais, do Exército, na Justiça Federal, e desde ontem que as liminares estão me aguardando. Hoje, foi a mesma situação, Sessão no TRE pela manhã, essa Audiência pública aqui. A Sessão no TRE terminou uma e meia da tarde, Deputado Neidson, e eu estou aqui com vocês, mas preciso me retirar, mas antes eu quero ouvir a Valdenice da Secretaria de Ação Social do Estado, quero ouvi-la sobre esses critérios, porque também me interessa, logicamente, e peço desculpas para depois eu poder me retirar, agradecendo mais uma vez a esta Casa e a todos vocês.*

Obrigado.

A SRA. VALDENICE DOMINGUES – Boa tarde a todos.

Quero agradecer em nome do Deputado Dr. Neidson, o convite a SEAS, para estar aqui presente. O nosso Vice-Governador, o Dr. Dimis, o senhor Geraldo, representante da comunidade, o Antônio, e todos aqui representados pelo advogado.

O intuito do levantamento socioeconômico que a SEAS realiza, como o senhor Geraldo disse que eram muitas perguntas, realmente se faz necessário que sejam muitas perguntas, quem respondeu o formulário sabe que são quatro laudas, que se pergunta de tudo, desde quantas pessoas tem na família, a renda, o que possui. Temos muito cuidado doutor, na hora de colher essas informações, para colocar nas observações até o valor que as pessoas que lá estão pagaram pelos seus terrenos.

Tomamos o máximo de cuidado na coleta dessas informações, por quê? A equipe que foi para lá, sexta, sábado

e domingo, eu fechei a Secretaria de Assistência Social do Estado na sexta-feira, nós fomos, toda a nossa equipe mais os assistentes sociais, dois do município, da CAERD, até a Polícia Militar nos cedeu uma servidora que é assistente social para fazer com agilidade esse levantamento socioeconômico, depois da coleta desses dados fizemos, já foi lançado uma planilha, por isso que chegamos ao número de 604 cadastros. Foram realizados muitos mais que isso, só que devido passar em algumas casas e o pai, não ter a informação do filho, voltamos depois, foi feito, teve duplicidade de cadastro, isso foi tudo selecionado pela equipe. Agora nós estamos lançando no sistema que é usado para o cadastro da Minha Casa Minha Vida da SEAS, nós temos um sistema, esses dados coletados in loco, nós não pegamos dados na rua, todo mundo sabe disso, os nossos técnicos estiveram nas casas, casa por casa, cadastramos, como disse aqui o tenente Henrique, todos os terrenos vazios que tinha pessoas disseram: - esse é meu terreno, e nós cadastramos. Tivemos o cuidado de anotar na ficha da pessoa o porquê ela não mora lá, onde ela mora, endereço, telefone. Tanto é que muitos de vocês receberam ligação dos técnicos para acabar de preencher a ficha, porque na hora de lançar no sistema faltava alguma informação. Esse cuidado todo é tomado pela nossa equipe, diante das informações lançadas nesse sistema da Secretaria Estadual de Assistência Social. Vem a fase final, que é realizada só por assistentes sociais, já não é mais a minha equipe técnica que vai colaborar, apenas assistentes sociais vão pegar dentro dos sistemas os dados que foram lançados e vão fazer avaliação socioeconômica de cada um. Os critérios que são usados, é renda familiar, quantidade de pessoas na família. São todos esses cuidados, e uma coisa vocês podem ter certeza, esse levantamento não é feito de qualquer jeito, tanto é que quem acompanhou sabe do programa Minha Casa Minha Vida, que os cadastros que foram feitos anteriormente são reavaliados.

Então, não vamos apenas jogar de qualquer jeito no sistema e dar um parecer final. Os assistentes sociais vão avaliar e reavaliar o cadastro. Quando tudo isso terminar, e que tivermos um número de quantas famílias realmente precisam ser acolhidas pelo Estado, porque como já foi dito aqui várias vezes, fomos surpreendidos quando nós chegamos lá que começou a chegar caminhonetes, pessoas procurando a nossa equipe, de Hilux, para cadastrar 15 terrenos. Isso não são dados que eu estou inventando aqui Deputados, isso ocorreu realmente, lá. Então a nossa equipe terá todos esses cuidados para realmente saber quem precisa, e essas pessoas que realmente precisam o Estado está de braços abertos para acolher e fazer o melhor por elas. Muita gente não sabe, a Rosária talvez lembre, tanto quanto o nosso Vice-Governador e a Rosário, eu também nasci dos movimentos sociais, eu não vim parar aqui como eu estou hoje como Secretária de Estado de Assistência Social por acaso. Aos 13 anos eu já militava dentro dos movimentos estudantis, movimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Rondônia e esses movimentos foram uma escola para o meu aprendizado, tanto quanto política, como pessoa. E como Vereadora no meu município, que é um município pequeno do interior do Estado de Rondônia, chamado Campo Novo de Rondônia, eu já defendia os interesses sociais, e hoje a frente da Secretaria de Estado de Assistência Social, vocês podem ter certeza que eu não vou cometer nenhuma injustiça. E não tem um dia sequer que eu não peça a Deus para me iluminar, para que eu tenha

discernimento na hora de tomar as minhas decisões. Então, quando a gente concluir esse levantamento, vocês podem ter certeza que as famílias que precisarem ser acolhidas pelo Estado de Rondônia, o nosso Vice-Governador já deu a palavra dele e só reforçamos isso, e assumindo juntos, esse compromisso enquanto Estado. Não é a Secretária Valdenice, é o Estado de Rondônia que tem a responsabilidade de ajudar as pessoas que precisam...

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Secretária, a senhora tem informações dos critérios que vão ser usados?

A SRA. VALDENICE DOMINGUES – Sim. Renda família, número de pessoas na família, se tem algum bem ou não.

Tudo isso é levado em consideração e vamos cruzar dados com DETRAN, com Cartórios, vai ser feito um levantamento bem criterioso.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Eu acho que seria importante nos informar por escrito os critérios para eles também saibam, porque eles estão aflitos com esses critérios também.

A SRA. VALDENICE DOMINGUES – Eles responderam os formulários e dentro daquelas perguntas, aquelas perguntas são os critérios. Agora, se o senhor quiser posso encaminhar a esta Casa.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Isso, é melhor encaminhar por escrito para que possamos saber e todos saberem também.

A SRA. VALDENICE DOMINGUES – Eu encaminho na quarta-feira para o senhor.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Com relação a proposta que foi feita pelo vice-governador, também a senhora Rosália.

Aqui nós podemos responder por dois Deputados, que sou eu, o Deputado Neidson e o Deputado Jesuíno. Eu acredito que seria mais viável até, até para conseguirmos mais apoio de vários Deputados, que possamos destinar as Emendas de bancada que muito mais iriam aderir a essa, e até mesmo seria mais fácil de liberar essas Emendas para que possamos ajudar a população, a adquirir a sua casa própria como já tem um acordo aqui com o Estado. Também temos que ver com os Deputados, porque nós podemos falar pelos dois, até mais de 500 mil nós podemos, desde que seja das Emendas de bancada, e com certeza o Governo vai acatar e vamos entrar num acordo para ajudar toda população que está necessitada. E já para finalizar...

O SR. JESUÍNO BOABAI – Só, a Secretária já se comprometeu, o Dr. Dimis também está aguardando a questão dos critérios, a senhora explicou que vai ter o cadastro. O que o povo queria ouvir, era: olha, até 03 salários mínimos... queríamos ter as informações e eu espero que quarta-feira a senhora encaminhe, para que nós possamos dar a devida publicidade, encaminhar para eles.

A SRA. VALDENICE DOMINGUES – Eu não posso usar os critérios como salário mínimo, porque às vezes a pessoa, e não depende só do salário mínimo, entendeu? Um dos critérios é a renda, só que não é só a renda, depende se a pessoa tem algum imóvel, se não tem, quantos dependentes, de que a família vive. Então, envolve toda uma questão social, não é só o salário. Eu estaria cometendo uma injustiça se eu falasse aqui que é até 03 salários mínimos, ou até 04 salários.

O SR. EDUARDO VICENTE PEREIRA – Só uma pergunta. Quando a senhora fala em imóveis. A senhora pode ser mais clara no que seria imóveis? Imóveis para mim são sítios, casas, fazendas. Isso seriam imóvel. Mas quando a senhora fala em imóvel, tem toda uma amplitude, certo? Mas, a pergunta que eu fiz é quais são? A senhora falou que vai se encaixar no perfil da Minha Casa, Minha Vida. O perfil da Minha Casa, Minha Vida se consegue na internet...

A SRA. VALDENICE DOMINGUES – Eu não disse no perfil da Minha Casa, Minha Vida. Eu disse que o formulário que a gente está usando na SEAS, é o formulário que a gente usa, porque para Minha Casa, Minha Vida, eu tenho que fazer o levantamento socioeconômico da família. Então, esse formulário é o mesmo formulário para o levantamento da Minha Casa, Minha Vida.

O SR. EDUARDO VICENTE PEREIRA – Eu posso fazer uma pergunta aos Deputados, aqui? Posso fazer uma pergunta aos Deputados, ao vice-governador e as autoridades que aqui estão? Porque a proposta vai ser feita pela SEAS, certo? A proposta vai ser feita pela SEAS, volto a dizer que na outra audiência o senhor Sid Orlans fez uma proposta parecida com a dona Rosália. Aí, o que acontece? como eu já disse a pouco instante, se aquela pessoa for desfavorecida por um critério mínimo, e ela não está vulnerável, mas por ela ter, vamos se dizer assim, quando fala de imóvel, uma moto financiada que ela paga cento e poucos reais lá, ela vai deixar de ganhar o teto dela e ela vai ficar vulnerável...

A SRA. VALDENICE DOMINGUES – Eu não disse uma moto...

O SR. EDUARDO VICENTE PEREIRA – Não estou dizendo que a senhora disse. É por isso que eu perguntei, quais eram os critérios, é por isso que eu perguntei da senhora.

A SRA. VALDENICE DOMINGUES – O senhor respondeu aquele formulário?

O SR. EDUARDO VICENTE PEREIRA – Sim. Passaram na minha casa.

A SRA. VALDENICE DOMINGUES – Então, aquele formulário todas as perguntas que o técnico fez para o senhor, é critério.

Quantas pessoas existem na sua família, se o senhor tem moto, ou se o senhor tem carro, se o senhor tem algum terreno em seu nome, qual é a sua renda mensal. Esses são os critérios. Agora, quando eu digo imóvel, um terreno vazio é um imóvel. Agora, para o senhor ver o tamanho da nossa preocupação com relação a isso, até quem era dono do terreno

que não mora lá, nós pegamos o endereço, porque o meu técnico vai na casa visitar, para ver se realmente a pessoa mora de favor, se ele paga aluguel ou se ele tem casa própria.

Então, o senhor pode ficar tranquilo que a gente vai fazer as coisas, como eu já disse, vamos avaliar e reavaliar, nós não vamos tomar nenhuma decisão... agora, o único ente que pode dizer se a família está em vulnerabilidade social ou não, é os assistentes sociais do município e do Estado. Eu, enquanto Secretária, não posso atestar nem ninguém pode, só o assistente social pode atestar se a pessoa está em vulnerabilidade social ou não.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Secretária, então fica acordado aqui, a senhora nos manda formalmente os critérios para que possamos divulgar para população.

E invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública, convidando a todos para um coquetel que será servido aqui no salão nobre desta Casa.

Obrigado.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 18 horas e 15 minutos)

**ATA DA 18ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 9ª LEGISLATURA**

(Em 28 de abril de 2015)

**Presidência do Sr.
Edson Martins - 1º Vice-Presidente**

**Secretariado pelo o Sr.
Luizinho Goebel - Deputado**

(Às 17 horas e 43 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (SD), Dr. Neidson (PT do B), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jesuíno Boabaid (PT de B), Laerte Gomes (PEN), Lazinho da Fetagro (PT), Lebrão (PTN), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PP) e Saulo Moreira (PDT).

DEPUTADOS AUSENTES: Cleiton Roque (PSB), Jean Oliveira (PSDB), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP), Ribamar Araújo (PT), Rosângela Donadon (PMDB) e Só Na Bença (PMDB).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 18ª Sessão Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (3º Secretário) – Solicito a dispensa da leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, Senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata da Sessão anterior e determino a sua publicação no Diário da Assembleia Legislativa.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das Matérias a serem apreciadas.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (3º Secretário) – PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL 004/2015 DA MESA DIRETORA - Dá nova Redação a dispositivo da Constituição Estadual.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Solicito aos senhores Deputados que estiverem em seus gabinetes ou nas galerias que possam vir ao plenário. Está faltando um Deputado para que possa encaminhar essa votação.

Em segunda discussão e votação.

Está aberto o painel.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- ausente
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- ausente

Com 17 votos favoráveis está aprovado em segunda discussão e votação.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria,
Senhor Secretário.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (3º Secretário) – PROJETO DE LEI 067/2015 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 070 - Autoriza o Poder Executivo a proceder à contratação de Professores, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 067/2015. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (3º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 12/15 DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA/OFÍCIO Nº 634/2015 - Dispõe sobre a paridade do Ministério Público com a magistratura e a observância do caráter nacional do Ministério Público e outras disposições.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 012/2015 do Ministério Público, que dispõe sobre a paridade do Ministério Público com a magistratura e a observância do caráter nacional do Ministério Público e outras disposições.

Votação nominal.

O painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- ausente
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- ausente
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lázinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- ausente

Com 16 votos favoráveis está aprovado em segunda discussão e votação.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (3º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 043/2015 DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO - Institui a “Semana de estudos sobre a epilepsia e suas manifestações neuropsiquiátricas e viscerais”, no Estado de Rondônia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 043/2015. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (3º Secretário) – Encerradas as Matérias da Ordem do Dia, Senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 29 de abril no horário regimental, ou seja, às 09 horas.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 17 horas e 49 minutos)

ATA DA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

(Em 05 de maio 2015)

Presidência dos Srs.

CLEITON ROQUE - Deputado

EDSON MARTINS - 1º Vice-Presidente

MARCELINO TENÓRIO - Deputado

MAURÃO DE CARVALHO - Presidente

Secretariado pelos Srs.

LAERTE GOMES - Deputado

CLEITON ROQUE - Deputado

(Às 15 horas e 13 minutos é aberta a Sessão.)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (SD), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PT do B), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Jesuíno Boabaid (PT de B), Laerte Gomes (PEN), Lázinho da Fetagro (PT), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PP), Ribamar Araújo (PT), Rosângela Donadon (PMDB), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Lebrão (PTN).

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 19ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LAERTE GOMES (Secretário ad hoc) – Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observações, dou-a por aprovada.

Solicito a Senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. LAERTE GOMES (Secretário *ad hoc*) – Procede à leitura do expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº 075/2015 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Autoriza a Assembleia Legislativa a criar Comissão Multi-institucional para elaborar o Projeto de Lei que instituirá o Código Estadual de Controle Externo, e dá outras providências”.

02 – Mensagem nº 077/2015 – Poder Executivo, solicitando que seja retirado de tramitação o Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Anulação e por Superávit Financeiro, até o montante de R\$ 37.682.893,65, em favor das Unidades Orçamentárias Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN e Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado – IDARON”.

03 – Mensagem nº 078/2015 – Poder Executivo, informando que Vetou Totalmente o Projeto de Lei que “Revoga o §5º do artigo 2º da Lei nº 3.526 que ‘Altera a Lei nº 2.913, de 3 de dezembro de 2012’”.

04 – Mensagem nº 079/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Anulação até o montante de R\$ 527.345,00, em favor da Unidade Orçamentária Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia – FAPERO”.

05 – Mensagem nº 080/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação até o montante de R\$ 2.250.000,00, em favor das Unidades Orçamentárias Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, Departamento de Estradas de Rodagem – DER, Fundo Estadual de Saúde – FES e Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS”.

06 – Mensagem nº 081/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro até o montante de R\$ 1.700.290,00, em favor da Unidade Orçamentária Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado – IDARON”.

07 – Ofício nº 132/2015 – Tribunal de Contas do Estado, encaminhando Relatório de Atividades do primeiro Trimestre de 2015.

08 – Ofício nº 1320 – Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 093/15, de autoria do Senhor Deputado Jean Oliveira.

09 – Ofício nº 1271/2015 – Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 102/15, de autoria do Senhor Deputado Edson Martins.

10 – Ofício nº 1169/2015 – Governo do Estado, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 054/15, de autoria do Senhor Deputado Maurão de Carvalho.

11 – Ofício nº 351/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 011/15, de autoria do Senhor Deputado Jean Oliveira.

12 – Ofício nº 443/2015 – COTEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 058/15, de autoria do Senhor Deputado Dr. Neidson.

13 – Ofício nº 441/2015 – COTEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 058/15, de autoria do Senhor Deputado Dr. Neidson.

14 – Ofício nº 473/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 164/15, de autoria do Senhor Deputado Só na Bença.

15 – Ofício nº 472/2015 – COTEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 058/15, de autoria do Senhor Deputado Dr. Neidson.

16 – Ofício nº 470/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nºs 144/15 e 173/15, de autoria do Senhor Deputado Alex Redano.

17 – Ofício nº 471/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 146/15, de autoria do Senhor Deputado Marcelino Tenório.

18 – Ofício nº 469/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 142/15, de autoria do Senhor Deputado Alex Redano.

19 – Ofício nº 468/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 103/15, de autoria do Senhor Deputado Airton Gurgacz.

20 – Ofício nº 467/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 165/15, de autoria do Senhor Deputado Só na Bença.

21 – Ofício nº 442/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 149/15, de autoria do Senhor Deputado Alex Redano.

22 – Ofício nº 422/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 075/15, de autoria do Senhor Deputado Maurão de Carvalho.

23 – Ofício nº 381/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 144/15, de autoria do Senhor Deputado Alex Redano.

24 – Ofício nº 382/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 125/15, de autoria do Senhor Deputado Lazinho da Fetagro.

25 – Ofício nº 383/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 078/15, de autoria do Senhor Deputado Maurão.

26 – Ofício nº 380/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 113/15, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

27 – Ofício nº 379/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 112/15, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

28 – Ofício nº 353/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 126/15, de autoria do Senhor Deputado Lazinho da Fetagro.

29 – Ofício nº 352/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 143/15, de autoria do Senhor Deputado Alex Redano.

30 – Ofício nº 350/2015 – COTEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 029/15, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

31 – Ofício nº 347/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 014/15, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Roque.

32 – Ofício nº 439/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 166/15, de autoria do Senhor Deputado Só na Bença.

33 – Ofício nº 440/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 098/15, de autoria do Senhor Deputado Dr. Neidson.

34 – Ofício nº 346/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 141/15, de autoria do Senhor Deputado Léo Moraes.

35 – Ofício nº 271/2015 – Tribunal de Justiça, informando que julgou inconstitucional a Lei nº 3.335 de 2014, objeto da ADIN nº 0004600-90.2014.8.22.0000.

36 – Ofício nº 665/2015 – Ministério Público do Estado, solicitando cópia do processo legislativo de elaboração e aprovação da Lei Complementar nº 784, de 30 de junho de 2014.

37 – Ofício nº 042/2015 – Movimento em Prol da Instalação do Município de Extrema de Rondônia, solicitando que a Assembleia Legislativa continue a interceder pela região de Extrema, e agradecendo pela Audiência Pública que será realizada no dia 15 de maio para tratar de assuntos de interesse da comunidade.

38 – Ofício nº 001/2015 – Associação dos Profissionais da Imprensa dos Municípios do Vale do Jamari, solicitando a disponibilização do Plenário para a realização do 3º Encontro dos Profissionais da Imprensa.

39 – Ofícios Circular nº 001/2015 – Associação de Desenvolvimento da Papiloscopia, prestando esclarecimentos acerca do Ofício Circular nº 035/15/SINPEC.

40 – Ofício nº 2976/2015 – Secretaria de Estado da Educação, solicitando, a título de empréstimo, a liberação de 24 microfones *gooseneck* para a Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Secretários de Educação.

41 – Ofício nº 994/2015 – Secretaria de Estado de Assistência Social, esclarecendo fatos relevantes expostos na sessão solene realizada no dia 16 de abril de 2015, referente às famílias que estão no Assentamento Dilma Rousseff.

42 – Ofício nº 118/2015 – Hospital Santa Marcelina, solicitando a emissão do Atestado de funcionamento regular da Casa de Saúde Santa Marcelina.

43 – Ofício nº 822/2015 – SEPOG, solicitando a indicação de um representante para participar das reuniões preparatórias da “XII Semana Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação”.

44 – Ofício nº 52/2014 – Diretório Central dos Estudantes/UNIR, solicitando a realização de uma Audiência Pública para discutir a implantação do passe livre para todos os estudantes de Porto Velho.

45 – Ofício nº 073/2014 – SINTERO, informando da realização de uma concentração dos Trabalhadores em Educação no dia 30 de abril de 2015.

46 – Ofício s/n – Senhora Eliazani Miranda Costa, relatando problemas relacionados à demarcação de terras no Distrito de São Domingos do Guaporé.

47 – Ofício nº 278/2015 – Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, encaminhando fotocópia do Termo de Acordo de Cooperação Técnica entre Estados e o Departamento Nacional de Produção Mineral.

48 – Ofício nº 1376/2015 – Secretaria de Estado da Saúde – SESAU, apresentando documentação comprobatória dos trabalhos realizados por esta Secretaria na finalização da implantação dos serviços oftalmológicos no Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro.

49 – Ofício nº 289/2015 – Tribunal de Justiça, solicitando informações sobre o Processo Legislativo da Emenda Constitucional nº 092/2014.

50 – Ofício nº 297/2015 – Prefeitura Municipal de Cáceres, informando a realização de um fórum para debate sobre a Ferrovia Rondonópolis/MT a Porto Velho/RO.

51 – Requerimento, do Senhor Deputado Jean Oliveira, justificando ausência na sessão do dia 29 de abril de 2015.

52 – Requerimento, do Senhor Deputado Alex Redano, justificando ausência na sessão do dia 29 de abril de 2015.

53 – Requerimento, do Senhor Deputado Airton Gurgacz, justificando ausência na sessão do dia 29 de abril de 2015.

54 – Requerimento, do Senhor Deputado Saulo Moreira, justificando ausência na sessão do dia 29 de abril de 2015.

55 – Requerimento, do Senhor Deputado Edson Martins, justificando ausência na sessão do dia 29 de abril de 2015.

56 – Comunicado nº AL084963/2015 – do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução do programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

(Às 15 horas e 25 minutos O senhor Cleiton Roque passa a presidência ao senhor Edson Martins).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Lido o Expediente recebido, passamos às Breves Comunicações.

Com a palavra o nobre Deputado Lazineiro da Fetagro, por 05 minutos, sem apertes.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Sr. Presidente, Mesa composta pelos Deputados Edson, Deputado Laerte, Deputado Luizinho, Deputado Ribamar, todos os membros desta Casa, quero aqui cumprimentar todos os funcionários, o público aqui presente; cumprimentar a Associação dos Pescadores de Jaci-Paraná, seus líderes se fazem aqui presentes, Presidente Joel, sejam bem-vindos, e todo o público presente; Vereadores do município de Jarú que se fazem presentes nesta Casa; Secretário de Esporte e Cultura, SECEL, Rodney, prazer e obrigado pela presença.

Dizer, Senhor Presidente, esse final de semana nós tivemos na mídia nacional um ato sendo divulgado muito deplorável, ainda que se trate das ações da Polícia Militar, claro que ordenado pelo Governador do Paraná, Sr. Beto Richa, onde mais de duzentas pessoas ficaram feridas naquele ato. Uma atitude igual às atitudes tomadas ainda na época da ditadura militar. É inconcebível nós vivermos num país democrático, onde as mobilizações acontecem no Brasil inteiro, e você não vê atitude tomada daquela forma. Principalmente atitude tomada com relação aos professores daquele Estado. Professores que recebem um salário nesse país ainda longe, muito longe do que merecem, Deputado Cleiton, e quando tentam reivindicar ou segurar aquilo que eles já conquistaram, porque atitude

dos professores lá no Paraná não é pedindo aumento, eles não estão pedindo aumento de salário. O Governador está retirando do Fundo de Pensão do Paraná os recursos que ao longo dos anos foram acumulados para assegurar a vida na idade avançada dos professores, para suas aposentadorias, e utilizando, pedindo autorização para tirar aqueles direitos que eles têm. Ou seja, estão mexendo, o Governador está mexendo naquilo que é deles já. E aí, quando os professores reagem, vão para a rua reivindicar, é recebido com pancada, é recebido com maus tratos. Eu acho que é muito bonito o povo poder ir para a rua. Quem viveu a época da ditadura sabe as dificuldades que era, naquele tempo, você tentar fazer uma reunião sequer, Deputado Ribamar. E aí, um Governador imaturo e irresponsável toma aquela atitude junto ao Estado.

O Deputado Aécio outro dia estava falando: *“Eles não estão reivindicando aumento, não, eles estão tentando não deixar mexer nos direitos que eles já conquistaram, que é com relação a sua aposentadoria”*. Esse é um ato deplorável, e não estou dizendo aqui contra Partido, não, porque é muito comum tudo que é de ruim neste país, e quando se refere ao meu partido, que é o Partido dos Trabalhadores, já vem logo na frente dizendo que é do PT. Não estou falando disso, estou falando da pessoa, do ato do Governador que é do PSDB, mas estou falando do ato da pessoa que não poderia tomar uma atitude irresponsável daquela, como ele tomou. Não é admissível mais, num país igual ao nosso, essas atitudes. E está, nesta Casa, um pedido de repúdio à atitude do Governador que nós protocolamos, eu e o Deputado Ribamar, da pessoa dele como Governador do Estado, para apreciação desta Casa, para que esta Casa torne visível no Brasil para que isso nunca mais aconteça.

Outro ponto, Sr. Presidente, que eu queria trazer aqui, nós estamos tratando no Estado de muitos problemas com relação a obras e dentro do Estado tem um órgão federal que trabalha, que é o DNIT. Nós estamos entrando com um pedido para chamar, para convidar para que o DNIT possa vir a esta Casa apresentar o planejamento que ele tem para o ano de 2015 e 2016 para o Estado de Rondônia. Estamos protocolando, estamos pedindo para que seja registrado, virá oficialmente esse pedido, quero pedir o apoio dos Deputados, porque a intenção é que a gente possa trazer o DNIT aqui, Deputado Ezequiel, e eles fazerem para nós a explanação do que ele tem de planejamento, como é que está o problema das nossas BRs, que está virando novamente buraco puro. Foi feito o ano passado, de Ji-Paraná, Deputado Airton, até Cacoal, já está buraco puro. Então, explicar o que está acontecendo e o que é que tem de planejamento para o ano de 2015 e 2016. Não dá mais para a gente aceitar sem que a Assembleia, sem que esta Casa interceda pelo Estado de Rondônia nesse caso.

E o outro ponto, eu pedi hoje ao Diretor do DNIT para que ele olhasse melhor, com mais carinho um quebra-molas existente ali 15 quilômetros antes de Jarú, que nos últimos 15 dias causou 3 ou 4 acidentes gravíssimos. Pedir para melhorar a sinalização ali, Deputado Airton, o senhor conhece, todos os pares conhecem, ali, indo daqui para lá, acaba a descida, é um quebra-mola, tem uma linha, o quebra-molas se justifica porque tem uma escola na esquina da linha vicinal municipal, duzentos metros de distância da BR, então precisa. Agora, o que precisa é melhorar a sinalização daquele setor, porque as

carretas, e do lado direito, indo daqui para lá, tem um buraco, tem um local lá que dá mais de 3 metros de profundidade e acontecem acidentes, duas carretas de uma vez só, mais outra sozinha nos últimos 15 dias. Então, nós fizemos esse pedido e já avisamos o diretor que iríamos convocá-lo aqui para Assembleia, para que ele apresentasse para nós o que nós temos para o Estado de Rondônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Lazinho. Quero registrar a presença do Presidente da Câmara de Vereadores de Alvorada D'Oeste, Vereador Cícero, e o meu amigo João Martins, que está acompanhando aí. Obrigado pela presença, João Martins. Também o Jair Calado, meu amigo lá do Vale do Anari, registrar a presença aqui do Rodney, ex-Vereador de Rolim de Moura, hoje Secretário de Esportes do Estado de Rondônia. Muito obrigado, Secretário. O Rodney que é um Vereador, um desportista, com certeza está fazendo e vai fazer, tem muita condição para isso, tem conhecimento para fazer um grande trabalho frente à Secretaria de Esporte e Cultura do Estado de Rondônia. Registrar também a presença do Sr. Carlos Alberto Resuíno, Presidente da Associação Comercial e Industrial do Distrito de Jaci-Paraná. Registrar a presença dos senhores pescadores moradores do distrito de Jaci-Paraná, aqui presentes; também do Pastor Joel de Jesus, Presidente da Associação de Moradores e Pescadores do Distrito de Jaci-Paraná. Muito obrigado pela presença de vocês.

Encerradas as Breves Comunicações, passamos ao Grande Expediente. Com a palavra o Deputado Ezequiel Júnior, pelo prazo de 20 minutos, com apartes.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente. Quero aqui cumprimentar também o Secretário da SECEL, Rodney Paes, que inicia um grande trabalho à frente da SECEL aqui. Rodney, parabéns pelo seu trabalho e pela atenção com que atende os Parlamentares quando vão à SECEL em busca de informações e de apoio à cultura e ao esporte no nosso Estado.

Trago a esta tribuna aqui uma preocupação do povo trabalhador da Linha MA-28 do município de Machadinho do Oeste. Quero externar aqui a nossa preocupação com um possível derramamento de sangue no campo, na Linha MA-28, Deputado Lazinho. Cerca de 50 famílias, segundo o Superintendente do INCRA com quem eu conversei hoje para falar desse problema, me falou que são 50 famílias ligadas à Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia que estão lá ocupando uma área de terra na MA-28. E, segundo informações dos agricultores daquela região, estão esperando a chegada de mais de 300 famílias, é o que se comenta lá, para ocuparem mais propriedades na MA-28. Isso nos preocupa porque nós sabemos que todo brasileiro têm esse direito de ter seu pedaço de terra, de ter o seu pedaço de chão, mas também tem aqueles cidadãos que hoje têm mais de uma parcela e que conquistaram à custa de muito trabalho, foram perseverantes, trabalharam, produziram e conseguiram recursos para comprar outras propriedades vizinhas. Há inclusive a possibilidade, Deputado Ribamar, de um confronto armado, porque os proprietários que estão sendo ameaçados naquela Linha de terem as suas propriedades invadidas, eles estão dispostos a

não ceder um palmo de terra sequer, porque não tomaram de ninguém e nem roubaram de ninguém as suas propriedades lá na Linha MA-28, precisamente na Linha SM-15. Sábado, inclusive, aconteceu uma reunião dos produtores onde ficou claro, evidenciado de que se for preciso haver confronto vai haver, mas não vão permitir a ocupação de suas terras. Ontem, em conversa, no período da manhã, com o Governador Confúcio Moura, informei a ele essa problemática, hoje conversei com o Superintendente do INCRA, o Luiz Flávio de Carvalho Ribeiro, que demonstrou a sua preocupação. E eu quero pedir ao Superintendente que tome uma providência o mais rápido possível, antes que um confronto aconteça, antes que nós vejamos o velho filme de confronto agrário se repetir neste Estado. Está na iminência de acontecer isso lá em Machadinho do Oeste, na Linha MA-28.

E eu quero aqui alertar as autoridades do Estado, alertar o Governo do Estado, mas principalmente o INCRA que precisa interceder o mais rápido possível para que isso não venha ocorrer, para que um conflito não venha ocorrer lá no município de Machadinho do Oeste. O alerta está dado aqui em nome dos agricultores, em nome de quem trabalha, de quem produz.

Eu acredito que os camponeses não querem um confronto, assim como também os proprietários não querem.

Agora, as autoridades aqui têm que entrar com as medidas necessárias para que o pior não venha acontecer lá no município de Machadinho do Oeste. Quero aqui falar também sobre uma grave denúncia que a Comissão de Fiscalização e Controle, da qual eu sou presidente, recebeu na semana passada, uma denúncia recebida pelo atuante líder da oposição nesta Casa, Deputado Jesuíno, onde um ex-servidor do DER, aliás um servidor hoje aposentado, servidor aposentado do DER, fez uma denúncia por escrito ao Deputado Jesuíno, relatando, denunciando venda de máquinas por parte de servidores do DER, venda de máquinas e cujo recurso angariado com este crime foi rateado entre alguns servidores.

Eu quero dizer aqui ao Diretor Geral do DER, Coronel Caetano, sabemos que se esse crime aconteceu não foi na sua gestão agora como Diretor Geral do DER, mas que a nossa Comissão, foi formada uma comissão para averiguar, para investigar de perto esta denúncia que é muito grave, que essa comissão vai ser guiada pela luz da verdade, investigar para saber se realmente tem fundamento. E eu já comuniquei ao Coronel Caetano e já exigi do DER que nos informe, Deputado Lazinho, V.Ex^a que faz parte da comissão juntamente com o Deputado Edson Martins, Deputado Neidson, nós quatro formamos essa comissão, eu quero saber e amanhã ficou de chegar no meu gabinete as informações de quais medidas o DER tomou porque é um caso de polícia, porque está sumindo, se esteve sumindo ou estava sumindo máquina do DER, imagine só o que acontece com coisas de menor porte. Porque uma máquina é algo grande e que não existe um comércio tão grande de receptação de furto de máquina agrícola, de máquina pesada.

Então, a comissão está formada e amanhã ficou de chegar ao nosso gabinete, Deputado Laerte, as informações de quais medidas o DER tomou até agora. Porque a imprensa vem noticiando isso desde o ano passado e eu não vi nenhuma nota na imprensa até agora de alguma providência que foi tomada para elucidação, para o esclarecimento de uma denúncia

tão grave como essa que é o furto de máquinas, a venda e o rateio do dinheiro desse furto entre os servidores do DER. Amanhã eu estou aguardando essas informações. É um caso de Polícia que nós vamos até as últimas consequências em busca da verdade.

O Sr. Jean Oliveira – Permita-me um aparte, Deputado Ezequiel?

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Sim, Deputado Jean.

O Sr. Jean Oliveira – Deputado, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento pertinente ao ato de fiscalizar, principalmente fiscalizar o DER, que é tido como o Departamento de Estradas de Rodagem, de grande valia para o Estado de Rondônia, tendo em vista o trabalho do DER em meio a todo Estado de Rondônia.

A gente sabe que o Estado precisa do DER e precisa desse grandioso pátio de máquinas que o DER detém. Eu não me canso de recordar do pronunciamento do ex-Diretor do DER, Lúcio Mosquini, que hoje é Deputado Federal. Na época, havia, não me lembro se era comprado, adquirido, o que é que ele tinha feito com o programa de acompanhamento integral das máquinas do DER, que as máquinas do DER eram monitoradas.

Não podiam sair fora de onde era o perímetro de trabalho que acusava no sistema e eles vinham e monitoravam e sequestravam a máquina

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR - Até o consumo da máquina havia naquele programa.

O Sr. Jean Oliveira – Então, eu queria aqui não só colaborar com Vossa Excelência, mas trazer mais um assunto, também uma denúncia que está sendo formalizada, uma denúncia de que residentes do DER estão utilizando maquinário do DER para poder trabalhar em propriedades privadas, de gente do DER, não é qualquer privado, não. Porque existe uma Lei nesta Casa que concede, em troca do cascalho, o DER pode trocar, através de serviço de hora/máquina, o cascalho, mas são pessoas do DER que estão se utilizando de máquinas desse Departamento para uso próprio, para benefício particular. E o que é pior, que nem no Estado de Rondônia as propriedades são, propriedades do Estado do Mato Grosso. Gente do DER de Rondônia usando maquinário na sua própria propriedade no Estado Mato Grosso.

Isso é sério! Esse programa não funciona, e é máquina nova, não é máquina velha. E essa denúncia está sendo formulada para que ela chegue com todo amparo legal, para que a gente possa averiguar, como Vossa Excelência está fazendo com o sumiço dessa máquina aí, que é pior ainda do que essa denúncia que chegou até nós.

Então, o DER não está protegido, não está blindado. E a gestão atual do Coronel Caetano precisa abrir bem os olhos, porque daqui a pouco o Coronel Caetano está envolvido também, mesmo não sabendo ele vai estar envolvido, porque é culpa do gestor, de toda maneira. Se o gestor não abrir os olhos, daqui a pouco ele estará envolvido nas ações civis públicas que irão cair sobre aquele órgão. Então, quero aqui comungar com Vossa Excelência no seu trabalho de fiscalização, através da Comissão de Fiscalização e Controle. E, também, adicionar essa denúncia ao seu portfólio de trabalho, perante esse órgão tão importante do Estado de Rondônia.

O Sr. Edson Martins (Presidente) – Permite um aparte, Deputado?

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Já, já, Deputado Edson, eu vou conceder o aparte a Vossa Excelência, deixa só eu concluir aqui o raciocínio. A Comissão de Fiscalização e Controle decidiu, por maioria absoluta, na quarta-feira, convocar esse servidor do DER para prestar esclarecimentos, porque essa Comissão tem esse poder de convocar. Não só o servidor público, mas até um Secretário, de convocar mesmo, tem poder jurídico essa Comissão. Convocar esse servidor para que ele possa prestar esclarecimentos, para que ele possa dizer em detalhes os fundamentos do que aconteceu para reforçar alguns detalhes sobre essa denúncia na Comissão. Estamos tentando localizar esse servidor, até hoje não foi possível, mas ele está na região. Se não for possível para amanhã, na semana que vem ele estará na Comissão de Fiscalização e Controle para prestar esclarecimentos sobre essa importante denúncia, porque se trata de um patrimônio público, um patrimônio do nosso povo. E uma máquina, gente, não é uma requisição de óleo diesel, não. Não é requisição de peça, não. Nós estamos falando de uma máquina, de algo grande!

Deputado Edson Martins.

O Sr. Edson Martins (Presidente) – Quero lhe parabenizar, Deputado Ezequiel Júnior, pelo seu discurso, sua preocupação na condição de Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle. Eu diria que essa Comissão ficou muito em boas mãos. Vossa Excelência, que tive assim o maior prazer de conhecer aqui, quando chegou a esta Casa e assumiu na condição de Deputado Estadual, e pelo grande trabalho, a sua seriedade, o seu conhecimento, a forma com que Vossa Excelência vem se conduzindo nesta Casa como Parlamentar, também na condição de Presidente da Comissão de Controle e Fiscalização. Acho que realmente é uma preocupação, eu participei aí de uma reunião, é muito grave essa situação, até falaram de desvio, de venda mesmo, de máquina, ratear dinheiro. Eu não quero crer que seja verdade, mas eu acho que é um fato que precisa ser apurado. Ficou deliberado ali que vão vir, realmente, as pessoas denunciantes para depor na Comissão, que seja o mais rápido possível para ouvir essas pessoas. Também aqui a denúncia do Deputado Jean Oliveira, e eu gostaria também de fazer aqui para Vossa Excelência uma denúncia lá da sua região. Já há alguns dias, pessoas me procuraram fazendo uma denúncia, Deputado Ezequiel, do município de Vale do Anari, onde diz que a ex-chefe da CIRETRAN ali do distrito, funcionava na sua casa. A casa da própria chefe do CIRETRAN que foi substituída, mas disse que está voltando novamente para um cargo lá na CIRETRAN, e diz que a casa é um imóvel da ex-chefe da CIRETRAN e com aluguel muito alto. Então, gostaria que Vossa Excelência também, como Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, lá na sua região, que Vossa Excelência pudesse estar averiguando essa denúncia lá do município de Vale do Anari e pudesse trazer para esta Casa, que com certeza nós somos cobrados. Porque nós fomos eleitos para legislar e fiscalizar.

Eu acho que está no nosso papel e parabéns pela sua grande atuação. Tem o meu respeito e o meu reconhecimento pelo seu trabalho aqui nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Vou também em busca das informações dessa denúncia, que eu recebi hoje, também, Deputado Edson Martins, de que o ponto onde funciona o CIRETRAN de Vale do Anari é de propriedade de um Vereador.

E esse Vereador tem pelo menos três membros da família ainda empregados no CIRETRAN de lá. Não é difícil a gente checar essa informação. Eu vou em busca da verdade.

O Sr. Laerte Gomes – Permita-me um aparte, Deputado?

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Pois não, Deputado.

O Sr. Laerte Gomes – Nobre Deputado Ezequiel, mais uma vez, traz aqui temas, na tribuna, temas relevantes. Preocupado com toda essa situação, as denúncias que chegam a sua Comissão e Vossa Excelência tem feito realmente um trabalho exemplar naquela Comissão. E eu, vendo Vossa Excelência falar aqui, Deputado Edson, sobre as denúncias que Vossa Excelência traz, começa me alegrar nesta Casa. Nosso Vice-Presidente da Casa, do PMDB, mas fazendo o seu papel de legislar e denunciar aquilo que acha que não está correto. Eu nunca tive dúvidas desse papel de Vossa Excelência. Parabéns. E, Deputado Jean, também com certeza ficou feliz. Mas dizer, Deputado Ezequiel, Vossa Excelência traz essas denúncias do DER, essas denúncias de sumiço de máquina e várias outras ações. O Deputado Jean traz a questão de máquinas públicas trabalhando em propriedades particulares, e a gente vê, a cada dia, nomeações do DER de membros da diretoria anterior a essa. Agora mesmo, segundo a imprensa noticiou, Deputado Luizinho, foi nomeado Rodrigo, que era ex-diretor do DER, como interlocutor do DER junto aos Prefeitos e Vereadores, como se não tivesse Deputado aqui para fazer interlocução, que também é um dos papéis dos Deputados. Então, se não tiver criado ele num cargo, Deputado Adelino, mas essa é a função dele, fazer a interlocução entre os Prefeitos e os Vereadores. Os mesmos que estavam no DER, quando aconteceram esses fatos que Vossa Excelência está aqui nos passando, que vai apurar através da sua Comissão de Fiscalização.

Então, isso nos preocupa. Aqui eu quero, mais uma vez, sempre que eu toco no DER, Deputado Luizinho, gosto de separar um pouco o diretor. O Coronel Caetano, por sinal, me recebeu semana passada muito bem, a gente percebe nele uma vontade de mudança, uma vontade que as coisas aconteçam, mas parece que aos pouco vai se formando uma equipe em volta do Coronel Caetano que não é a equipe que ele queria. Não sei indicada por quem, colocada por quem, mas está voltando tudo aquilo que estava no passado, que está chegando um monte de denúncias. E agora, o que nós ficamos aqui sabendo é da nomeação do Rodrigo para fazer interlocução dos Prefeitos e Vereadores, Deputada Lúcia, junto ao DER. Então, os Deputados, logicamente que a gente percebe que parece que nos querem só aqui para votar os projetos.

Mas mais uma vez, eu parableno Vossa Excelência pelo trabalho que tem feito junto a sua Comissão. E não tenho dúvida nenhuma que Vossa Excelência vai até o final das apurações, que eu conheço o caráter de Vossa Excelência. A Deputada Lúcia diz aqui, Deputado Luizinho, que daqui a pouco, nobre Deputado, não vai sobrar nada para os Deputados fazerem aqui. Obrigado pelo aparte.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Inclusive é bom a gente saber, a gente conhece um pouco da biografia, Deputado Laerte, do Coronel Caetano, vendo ele se cercar de pessoas que já estiveram no DER e vendo a biografia dele, é importante ele estar atento de quem o está rodeando à frente do DER. Porque o Coronel Caetano tem uma biografia e tem um passado limpo.

Então, ele tem que ver até onde compensa ele estar à frente do DER. E mais uma que eu recebi hoje lá do meu município e eu quero saber por quê. A família, Deputado Laerte, a família do Rodrigo, que Vossa Excelência falou agora há pouco, está de volta ao DER, não é, Rodrigo Viana, é esse? Adquiriu um posto de gasolina em Machadinho, recentemente, e adivinha o que é que aconteceu? As máquinas do DER que abasteciam num posto estão abastecendo aonde? Quem adivinhar ganha um doce. Vai faltar doce! Está abastecendo nesse posto. Vou à busca também dessa denúncia, dessa informação para trazer às claras e à luz da verdade.

O Sr. Adelino Follador – Um aparte, Deputado?

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR - Deputado Adelino, com a palavra.

O Sr. Adelino Follador – Quero parabenizá-lo, Deputado, pelo pronunciamento, pelo trabalho à frente da Comissão e dizer que essas denúncias são graves e com certeza a Comissão deve apurar até comprovar a veracidade dos fatos. E nós temos que dar uma resposta à população. Essa questão dos postos de gasolina serem direcionados para alguns postos, para alguém que é proprietário, a gente sabe quem é que está na retaguarda disso. Tem que averiguar. Nós sabemos que muitos postos aqui de Porto Velho e do interior estão abastecendo todos numa bandeira que a gente sabe de quem que é. Então, tem que chegar, como está me falando agora que o Rodrigo comprou esse posto, você sabe que nós sabemos que não é do Rodrigo. Então, tem que ir a fundo, tem que averiguar. Eu já denunciei nesta Casa a respeito dos maquinários que foram comprados, 240 máquinas que foram entregues lá em Jarú. Na época onde o ex-Diretor Geral falou que essas máquinas tinham controle com GPS, que nem o Deputado Jean citou, que se elas saíssem da rota onde era para trabalhar eles bloqueavam a máquina, que a máquina tinha um controle total e que aquilo era uma segurança que o Governo tinha, parecia que era tudo perfeito. E nessas máquinas, em nenhuma foi feita a revisão, não foi trocado o óleo, não foi feita a revisão e todas perderam a garantia. E eu recebi a denúncia e já falei aqui na Tribuna que tem máquinas que hoje fica mais caro para consertar do que comprar outra nova. Por quê? Por irresponsabilidade.

Então, eu acho que nesse levantamento que está sendo feito desse sumiço de máquinas que foi citado aqui, poderia ver também essa questão de como está sendo feito a manutenção. E agora, também, eu já tinha anotado que eu vou falar hoje, eu ia falar sobre o DER, mas já vou concluir. Faz mais de 06 meses que o DER não compra detergente, não compra material de limpeza, não compra nada para as residências. Não tem cartão habilitado, não compra peça, tem residência que tem três patrol, só faltando filtro e não saiu do pátio. E eu falei com o Coronel Caetano há 20 dias e ele disse que no outro dia, na outra semana ia autorizar. Eu falei na

semana passada: “*Não, amanhã está autorizado*”. E ele não está mandando. Eu concordo que quando o Deputado Laerte fala que o Coronel Caetano, eu conheço, e ele também está tentando fazer tudo dentro da legalidade, mas ele não está tendo autonomia financeira para poder liberar e fazer as coisas acontecerem. Da Linha de Cacaupê à Linha C-0 estourou, deu uma tromba d’água, está lá interrompida a estrada, estourou todo o aterro e o DER está lá, mas sem condições.

Inclusive as máquinas não conseguiram chegar ao local onde interrompeu a estrada que teve atoleiro antes de chegar, estão arrumando a ponte do Rio Pardo hoje para poder chegar lá. E os residentes, eu conversei com três residentes, faz mais de 06 meses que eles não recebem material para nada.

Então, eu gostaria que o Governo do Estado, através dos Secretários que estão mandando nesse Governo, porque tem umas coisas que os Secretários não têm autonomia, precisa preparar esse maquinário, aliás, já era para estar preparado, mas preparar para começar a trabalhar, que agora estão acabando as chuvas, é a hora de trabalhar, e vai passar a seca e não vai ser feito nada. Então, gostaria de deixar esse alerta e parabenizar, Deputado Ezequiel Júnior, pelo seu pronunciamento, e conte comigo. Eu acho que nós temos que esclarecer a população para os fatos que estão acontecendo e o que é verdade e o que não é tem que ser esclarecido.

Obrigado.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Deputado, o senhor falando das dificuldades aí, lá na minha cidade, Machadinho do Oeste, para se ter uma ideia, tem servidores que foram colocados para trabalhar na residência do DER lá em outubro, logo após a eleição, eleição vitoriosa e tal, tinha uns compromissos, até a semana passada, pelo menos, não tinham recebido, seis meses, praticamente, sem receber. Quando quebra uma máquina lá, o residente está comprando no nome dele, vai ter que pagar do bolso, porque o Governo não pode comprar fiado, deve mais de cinco mil reais particularmente do seu bolso em autopeças para poder levantar as máquinas.

O Sr. Adelino Follador – Mais de seis meses, nem papel higiênico está tendo, nem detergente para cozinha, nada, tudo é comprado do bolso.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Eu quero deixar bem claro.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Permita-me um aparte, Deputado?

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Pois não, Deputado.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Só complementando, eu acho que as denúncias estão aí, nós vamos ter que apurar não só essas denúncias. Nós temos que apurar quem é que está mandando no DER. Tem que apurar, porque eu tenho a convicção de que é o Coronel Caetano que está mandando no DER, não é isso, Deputado Adelino? Então, nós vamos ter que apurar, porque se posto não tem dono e fornece combustível, nós temos que apurar, para não ficar só nessa denúncia, não é, Deputado Edson? E apurar principalmente quem é o mentor, quem é que manda no DER, porque nós, Deputados, não podemos ficar nesse dilema de não saber quem é que manda. Para mim é o Coronel

Caetano, e se tem interferência de fora o Governador precisa saber e o Estado precisa saber, cada um na sua. Obrigado, Deputado.

O Sr. Cleiton Roque – Conceda-me um aparte, Deputado Ezequiel Júnior?

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – O meu tempo terminou, Presidente?

O SR. EDSON MARTINS - (Presidente) – Eu só gostaria de pedir ao Deputado para concluir, que na verdade já estourou quatro minutos. Só por uma Questão de Ordem, não é? Se for possível, Deputado, eu lhe inscrevo no próximo Expediente, com certeza o seu discurso é pertinente.

O Sr. Cleiton Roque – Dois minutinhos só, Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não.

O Sr. Cleiton Roque - Deputado Ezequiel Júnior, parabenizar Vossa Excelência que tem demonstrado aqui uma condição de um Deputado atuante, sempre preocupado com os principais problemas enfrentados pelo nosso Estado. Quero dizer a Vossa Excelência que eu me solidarizo a esse questionamento que Vossa Excelência está fazendo aí, naturalmente eu faço parte aqui nesta Casa da base de apoio do Governador Confúcio Moura, tenho ajudado e construído ponte para que a gente possa cada vez mais estabelecer o diálogo entre poder Legislativo e o Executivo. Agora, veja bem, tem coisas que nós não podemos permitir de maneira alguma, e uma delas são essas situações aí. Eu confio na capacidade de comando do Coronel Caetano, eu acredito na pessoa dele como gestor, fez um excelente trabalho à frente do Comando Geral do Corpo de Bombeiro e o que o que nós precisamos é que ele se imponha à frente do DER, que ele assuma de fato o controle e o comando dos órgãos mais importantes do Estado, que sem esse todo setor produtivo para. Têm chegado também a mim vários questionamentos, situações espalhadas pelo interior que precisam, sim, de uma atenção, e eu acredito e confio na capacidade gerencial do Coronel Caetano, que as medidas serão tomadas, doa a quem doer. Eu acredito que cada um tem o seu CPF, cada um assume a sua responsabilidade. O que não pode é a gente ter agora, no início de uma nova gestão, influências de pessoas que não têm hoje condições de estar influenciando a gestão do DER. Eu tenho certeza que essa posição ele tem tomado e nos próximos dias ele tomará medidas ainda mais enérgicas para que apure essas denúncias que estão tendo. Eu estive, hoje pela manhã, Deputado Ezequiel Júnior, com o Coronel Caetano, justamente cobrando, Deputado Adelino, situações como essa que Vossa Excelência está colocando aí, para que não exponha ainda mais do que está exposto o Governo Confúcio Moura.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Só para esclarecer para o povo de Rondônia que essa denúncia é do roubo, do sumiço de pelo menos três máquinas da 13ª Residência do DER, que é localizada aqui na capital. E quero informar também que a nossa comissão estará fazendo um trabalho equilibrado, sem fazer pré-julgamento, em busca da verdade, respeitando as

prerrogativas de cada dirigente, de cada autoridade deste Estado.

É o que eu tinha para a tarde de hoje, senhor Presidente. Muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu gostaria de registrar a presença do senhor Rodrigo Amélio, Presidente do Parque de Exposição dos Agropecuaristas de Alvorada d'Oeste.

Em nome do Deputado Laerte, registrar a presença do Rodriguinho.

O SR. LAERTE GOMES – Rodrigo Cardoso, nosso Presidente do Parque de Exposição e também acompanhado, como já foi citado aqui, mas eu gostaria de citar aqui o Presidente da Câmara do Município de Alvorada d'Oeste, nosso companheiro, amigo, Vereador Cícero, o qual é do meu partido, e o João Martins também, que é um companheiro nosso lá do município de Alvorada.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Presidente Cícero, João Martins, Rodrigo. Registrar também a presença do Ozinaldo de Costa, Presidente da Associação dos Extrativistas do município de Cujubim; registrar também a presença do Vereador Altemir Graebin, Câmara Municipal de Cujubim.

Obrigado pela presença. Também registrar a presença da Vereadora Sueli Clara, Câmara Municipal de Campo Novo de Rondônia; também registrar a presença do Vereador Piauí, da Câmara Municipal de Campo Novo, e também registrar a presença do Oscimar Aparecido Ferreira, Prefeito do Município de Campo Novo. Muito obrigado aí pelas presenças de vocês.

Registrar e agradecer a presença de todas as pessoas que compõem o Plenário desta Casa. Registrar também a presença, em nome da nossa querida Deputada Lúcia Tereza, do primeiro Comandante da Polícia Militar do município de Espigão d'Oeste, hoje Comandante de Vilhena, o Tenente-Coronel Firmino. Muito obrigado, Comandante Firmino, em nome da nossa querida Deputada Lúcia Tereza, grande liderança lá do município de Espigão d'Oeste, nossa querida ex-Prefeita, ex-Deputada e nossa amiga experiente, Deputada atuante nesta Casa. Muito obrigado.

Ainda no Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Adelino Follador, por vinte minutos, com apartes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente, senhores Deputados, pessoal aqui presente, para nós um prazer mais uma vez, estar vindo a esta tribuna, imprensa em geral. Primeiro agradecer, parabenizar a bancada federal, que nós cobramos, mandamos um ofício pedindo para prolongar o prazo do CAR.

O CAR, os agricultores não iam conseguir, não conseguiram, não teriam a possibilidade de conseguir no tempo hábil todo mundo fazer a declaração. Então, houve um empenho da bancada federal, também a Confederação Nacional da Agricultura, a Comissão da Agricultura, também o Senador Acir também mandou as correspondências, nós cobramos e graças a Deus foi prorrogada mais um ano. Embora nós saibamos que foi a lei mais injusta que o Código Florestal, foi a lei mais injusta aprovada neste país, principalmente para a região Norte. Nós sabemos hoje que essa Lei confiscou de todos os agricultores, para quem derrubou até 2008, até 11 de

julho de 2008, confiscaram 50% da propriedade. E aquele que não derrubou, confiscou 80% da propriedade. Quem tem 100 alqueires hoje, só pode derrubar 20 alqueires. É uma injustiça, que não tem cabimento neste país. Eu quero ver qual é a empresa lá de São Paulo, do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul que concorda em dar para o bem comum 50% da sua empresa.

Os proprietários rurais, que são proprietários, não são invasores, são proprietários iguais aos empresários, Deputada Lucia Tereza, em São Paulo, Rio de Janeiro, qualquer lugar deste país, simplesmente foi confiscado 80% da sua propriedade hoje ou 50% quem conseguiu derrubar antes de 2008. Então, achamos que é a lei mais injusta neste país. E nós vimos lá no Sul que a maioria dos Estados, que só tinha 20%, a obrigação de manter 20%, ou reflorestar 20%, não fez o CAR, e está entrando na Justiça. Rio Grande do Sul entrou na Justiça para não aceitar esse confisco de 20% e nós aqui somos condenados, condenados sem direito a defesa, condenados a entregar 80% da propriedade ou 50% sem direito a reclamação, e ainda nós temos que cuidar dos 50% e dos 80%. Nós temos que zelar porque nós somos responsáveis e pagar ITR ainda sobre essa propriedade. Numa reunião de piscicultores de Ariquemes, quando todo mundo estava falando, elogiando o Deputado Moreira Mendes, numa oportunidade: *‘- Deputado, o senhor trabalhou o Código Florestal, parabéns porque o senhor trabalhou’*. E aquilo foi me entalando, foi me entalando, até que chegou a minha vez e eu pedi para o Deputado Federal: *‘- Deputado, fala para mim, tira essa dúvida que eu tenho sobre essa lei do Código Florestal: o que é que o senhor conseguiu para a Região Norte, o que é que o senhor trouxe de bom que o pessoal está elogiando o senhor, se eu tenho que entregar 50% da minha propriedade, outros têm que entregar 80% da sua propriedade? Qual o favor que o senhor fez para nós?’* Aí ele falou e foi honesto. Falou: *“- Infelizmente, para salvar o Brasil, lascaram a Região Norte”*. E eu faço aqui um desafio, qual o Deputado Federal de Rondônia, qual o Senador de Rondônia que abriu o bico, que falou alguma coisa sobre isso? E hoje nós fazendo CAR, nós estamos declarando todos os crimes que nós fizemos, possíveis crimes que hoje o Congresso Nacional pôs nas nossas costas, pôs nas costas do agricultor, seja de um alqueire, ou seja 10 alqueires, ou seja de 100 ou de 1.000 alqueires. Todos têm, o próprio IBAMA, os órgãos ambientais podem fazer a multa e mandar pelo correio. Porque a partir do momento que nós declaramos isso é uma prova, e a coisa mais difícil de você defender é o réu confesso. E a partir do momento que eu vou sentar lá e fazer o CAR, eu estou declarando todas as minhas ilegalidades que têm dentro de minha propriedade. Então, eu me preocupo muito, mas nós ganhamos um ano para discutir esse assunto, Deputado Lazineho.

Nós temos que discutir isso, porque eu acho injusto isso, todo mundo tem que trabalhar para o bem comum, mas por que só o agricultor tem que tirar a propriedade dele e entregar ao bem comum do país, Sem indenização, sem nem ser consultado? Eu vi lá em Alto Paraíso o IBAMA entregando as multas nas propriedades das pessoas, com mapa antes de 2008, com mapa depois de 2008 e destacando as multas para os agricultores. Naquele momento tinha lá em Alto Paraíso dois Senadores e o Governador e nós denunciarmos e o IBAMA saiu de lá. Mas a qualquer momento eles podem voltar lá, podem voltar em qualquer propriedade e começar a dizer: *‘- Olha,*

você está errado porque fez isso'. E nós viemos para Rondônia integrar para não entregar. Nós viemos chamados pelo Governo Federal e agora nós somos taxados, simplesmente mudam as regras e aí você é condenado por uma coisa que aconteceu lá atrás. A maioria dos proprietários não foram eles que fizeram o crime. Eles já compraram a propriedade, eles compraram e pagaram, não ganharam de graça, não. Agora, injustamente eles são saqueados em 50% ou 80%. Agora, se você comprar uma propriedade aqui para compensar, só conta 20%, porque 80% você tem que manter de mata. Então, olha a situação que nós estamos hoje. E eu quero deixar aqui esse desafio à bancada federal, que venha para Rondônia e explique para a população, por que ninguém falou nada na época, por que todo mundo ficou quieto. Tinha uma emenda, tinha um artigo que dizia que as áreas consolidadas seriam respeitadas. A Dilma vetou e ninguém teve a coragem de derrubar o veto. E aí piorou mais ainda a situação, porque se tivesse pelo menos mantido aquelas áreas que estavam pelo menos recuperando só as APPs, beira de córrego, que eu sou favorável, melhoraria um pouquinho a situação dos agricultores. Então, eu quero aqui deixar registrado isso. Deputada Lúcia Tereza, quer usar a palavra...

A Sra. Lúcia Tereza – Quero um aparte, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Pois não, Deputada Lúcia Tereza.

A Sra. Lúcia Tereza – Tudo o que o senhor está falando é o que a gente sente na pele. E eu quero aqui parabenizá-lo pelo conhecimento profundo, *in loco* vivenciando esse problema. Então, isso já é ponto pacífico, não vou nem falar, nem discursar sobre isso, que seria uma pauta de um discurso nosso. Eu gostaria de, junto, que todos aqui têm a origem, nós moramos na zona rural, mesmo os que moram aqui em Porto Velho têm suas propriedades, e é 70% de Rondônia, que era muito mais, agora a gente vê que é 30% só que está ficando na zona...

O SR. ADELINO FOLLADOR – 20%.

A Sra. Lúcia Tereza – 20, 30%. Então, isso me assusta em todos os sentidos, porque eu só acredito no progresso e na permanência de um povo através da produção, do trabalho e da produção. E hoje realmente é ser até ilusionista ficar na zona rural, esse é o entrave maior. Agora, eu gostaria que o senhor, com tanto conhecimento, mais junto com os outros nomes, como é o caso do Deputado Lazinho e outros que têm conhecimento profundo dessa situação, dizer que na Audiência Pública, infelizmente eu não pude estar aqui, mas pedi que me representasse, foi até o ex-Deputado Dedé meu colaborador que veio fazer as perguntas em meu nome, estamos aguardando que venham para esta Casa os dois projetos que o Coronel se comprometeu em mandar, que ele envie. Mas eu gostaria de fazer uma pergunta: tudo que esta nesse projeto é irreversível?

Não tem nada que possamos fazer enquanto Estado? E eu quero aqui, mais uma vez, Deputado Follador, dizer e testemunhar o tanto que Vossa Excelência trabalha, o tanto que Vossa Excelência traz temas que realmente afligem. Queria dizer para Vossa Excelência que Vossa Excelência não está só. Mas gostaríamos de fazer alguma coisa.

Aí, veja bem, estar só e falar e não resolver nada é como o Deputado Lazinho falou, se faz denúncia, mas nós não vamos ficar aqui falando. Eu tenho certeza que tem coisas irreversíveis nessa aprovação dessa lei, mas tem coisas que ainda podemos consertar, modificar, substituir. E eu peço a Vossa Excelência que faça isso, que ajude, que eu quero aqui estar assim, não só em duas mãos, todos nós aqui queremos essa modificação. Não é para desmatar, para acabar com o meio ambiente, para acabar com a nossa floresta, é para preservar a dignidade do homem que ainda, apesar dos pesares, quer plantar e quer colher.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Quero agradecer as palavras da Deputada Lúcia Tereza, uma pessoa experiente, uma pessoa que tem uma história política. E de fato o que nós temos que brigar existe possibilidade, do jeito que existiu a possibilidade de aprovar esse Código Florestal, existe possibilidade de alterar. Mas nós temos também aqui a tribuna, que é um momento da gente trazer os assuntos, dar repercussão para que consiga chegar lá.

Então, eu quero deixar aqui registrada essa questão de ter prolongado um ano, eu acho que é um momento importante para a gente abrir uma discussão, mas que pelo menos as áreas consolidadas permaneçam, não sou a favor que derruba mais, não, mas as áreas já derrubadas, consolidadas, eu sou a favor que sejam respeitadas, só recuperando as APP's que seriam morros e beira de córregos.

O Sr. Ezequiel Júnior – Deputado, me concede um aparte?

O SR. ADELINO FOLLADOR - Pois não, Deputado Ezequiel.

O Sr. Ezequiel JÚNIOR – Deputado Adelino, quero parabenizar o senhor pelo tema que traz aqui de interesse da agricultura do nosso Estado. Parabéns. Comungo do mesmo pensamento que o seu, neste caso, porque o produtor rondoniense está sendo penalizado pelas mudanças de regras ambientais ao longo desses últimos anos. E o interessante é o seguinte: que o produtor rural, para ser multado, para ser humilhado por polícia, por agente do IBAMA, ele é o dono da propriedade, ele é identificado e o CPF vai para o espaço, Deputado Airton, ele é o dono da propriedade. Agora, quando ele vai ao Banco para pegar um financiamento, aí ele não é o dono da propriedade, ele não tem direito a financiamento porque ele não tem o documento. Agora, para ferrar o produtor, ele é o dono de fato e de direito da terra. Parabéns, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Com certeza, gostaria de agradecer as suas palavras...

O Sr. Alex Redano – Deputado?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Pois não, Deputado Alex.

O Sr. Alex Redano – Eu agradeço o aparte. Eu até tinha feito a inscrição agora para abordar esse mesmo tema, mas como Vossa Excelência já está nesse assunto, eu peço permissão para fazer esse aparte e agradecer a presença de uma comitiva do município de Cujubim, está aqui o Vereador Jean, Vereador

Grande, Vereador Hélio e também acompanhados de amigos da reserva Angelin e da reserva Mutum.

Senhor Deputado, o que eu trago aqui é uma denúncia.

Estava junto com o Presidente Maurão de Carvalho, atendemos os amigos, teve uma operação neste final de semana, sexta e sábado, Deputado Só na Bença, mas com truculência da própria SEDAM, da Polícia Ambiental. Queimaram o barracão da própria Associação, prenderam diversas pessoas, efetuaram disparos com armas de fogo, queimaram um caminhão e um trator na Reserva Mutum. E quem está denunciando, Deputado, está aqui no Plenário, a própria comunidade, os Vereadores que vieram aqui trazer a esta Casa de Leis essa grave denúncia. Inclusive, uma pena não ter as filmagens, mas tem as fotos que mostram os caminhões queimados, o barracão depredado, queimado...

O SR. ADELINO FOLLADOR - Pela SEDAM?

O Sr. Alex Redano – Segundo a denúncia, pela SEDAM e pela Polícia Ambiental. A própria Polícia, Patrulha Rural também. Então, é uma denúncia, mais uma denúncia grave que chega a esta Casa de Leis e precisamos apurar, porque cumpra a Lei, mas não fazer terrorismo. Eu tive oportunidade de conversar com os moradores, pessoas humildes, pessoas que estão residindo, Deputado Ezequiel, há mais de 10 anos. Então, que se cumpra a Lei, mas se cumpra com dignidade, com respeito, não é com truculência, não é com terrorismo que vai impor a lei.

Então, está aí mais uma denúncia. Eu gostaria até de pedir para os Vereadores, se possível, imprimir as fotos para nós entregarmos a todos os demais Deputados.

Meu muito obrigado pelo aparte, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu agradeço. É uma denúncia muito grave. Eu acho que o caminhão, essas coisas, se tivesse feito alguma coisa irregular tinha como apreender, como ver.

Agora, colocar fogo, aí é querer... Eu acho que tem que ver inclusive com o Secretário da SEDAM para ele vir esclarecer o que aconteceu, não é, Deputado Lazinho? Eu acho que nós temos que ir a fundo nisso porque não podemos deixar acontecer essas arbitrariedades. Eu quero aqui também aproveitar mais os minutos que eu tenho para hoje, uma aflição muito grande, uma preocupação muito grande com as Prefeituras e os Estados. Hoje cedo quem assistiu o *Jornal Nacional* viu que em dez Estados estão todos os professores em greve. Dez Estados já estão em greve e os municípios não têm contagem de quantos municípios estão em greve. A educação hoje, e nós sabemos que os Governadores estão numa situação cada vez mais difícil, os Prefeitos em situações cada vez mais difíceis e os recursos que são compartilhados com os municípios cada vez mais escassos, com os municípios e os Estados, e está sempre só mingando e colocando os Prefeitos e os Governadores numa situação muito difícil. Porque a partir do momento que baixa a arrecadação, sobe o índice de pessoal e aí cada semana dois, três Estados a mais de greve. Isso está acabando com a população, que a população mora nos municípios, não mora no Governo Federal, isso nos preocupa muito. Eu quero aqui dizer que o Governo Federal tem que fazer alguma coisa para melhorar a situação deste país, sob pena... E agora Rondônia também está sendo

descontada a dívida do BERON e provavelmente agora vai voltar a ser cobrado, porque foi suspensa em função das enchentes e o Estado de Rondônia também vai ficar numa situação muito difícil e o Governo Federal parece que não está preocupado.

Então, nós estamos aqui denunciando e registrando aqui a situação, o caos dos municípios de Rondônia, os municípios do Brasil e também os Estados. Nós sabemos que têm muitas creches aí nos Estados que não estão conseguindo inaugurar, que o Governo Federal manda dinheiro para fazer o posto de saúde, mas não dá o dinheiro para manutenção, não dá para contratar mais pessoal. E as Prefeituras, os Prefeitos estão cada vez mais sacrificados, o Ministério Público obriga abrir e ao mesmo tempo a Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe contratação de pessoal, não tem condições mais de dar aumento. Quero parabenizar o Governo do Estado, o Secretário, nós também da Comissão de Educação, muitos Deputados que estiveram lá também, conseguimos então aprovar os 10% e esses 10% evitaram uma greve no Estado de Rondônia. Então, tem que parabenizar os professores também, que mesmo com salário defasado, mesmo só dando 10% sobre o salário base, concordaram em voltar em função da crise que se alastra no país. Então, mesmo com dificuldades, eles voltaram.

Nós queremos deixar aqui registrada a preocupação da falência dos municípios e a falência dos Estados, e o Governo Federal parece que não está preocupado com essa situação e o povo mora nos municípios. O Governo Federal cortou, eu estive ontem no IFRO, o IFRO recebeu uma notícia que cortaria 30% dos recursos federais, mas até agora foi sancionado o orçamento da União e ainda não foi assinada nenhuma portaria.

Então, os diretores das IFROs, até hoje, Deputado Hermínio, não sabem o quanto vão receber. Então, todos os cursos que estão para abrir foram suspensos, vai abrir só no segundo semestre. Não tem previsão de quanto eles vão receber. A notícia é que seriam cortados 30%, mas ainda não tem segurança nisso porque as portarias não saíram e não tem recursos para repassar. Tem o orçamento, mas não tem o recurso. E agora o financiamento também do FIES já acabou o dinheiro. Então, nos preocupa muito essa situação dos municípios e dos Estados.

Estas são minhas palavras, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Adelino Follador. Parabéns pelo seu discurso importante em defesa de nosso povo.

Ainda no Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Laerte Gomes, por 20 minutos, com apartes.

O SR. LAERTE GOMES – Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, vou ser bem rápido, até porque temos muitos oradores ainda para fazer uso da palavra. Agradecer o Deputado Jesuíno e o Deputado Leo que nos cederam o espaço.

Dizer, Sr. Presidente, que nós estivemos no município de Costa Marques a semana passada, fazendo uma visita em toda BR-429, e nos preocupou muito, primeiro a situação em que a BR se encontra do município de Presidente Médici até o município de Alvorada. Uma BR nova ainda, com quatro anos, cinco anos de pavimentação, mas, infelizmente, Deputado Edson, já em total deteriorização do seu pavimento asfáltico, principalmente o trecho que liga Presidente Médici, o trecho

mais específico da Nona Linha até o município de São Miguel do Guaporé e chegando ao município de Costa Marques. Além de alguns trechos que não foram ainda concluídos, alguns perímetros urbanos que estão sem fazer, como, por exemplo, o município de Alvorada que falta concretizar o perímetro urbano e o município de São Miguel que ainda não foi feito nada.

Eu estive com o diretor do DNIT, Dr. Fabiano, por sinal nos recebeu muito bem, e ele dizia do trabalho que o DNIT pretende implantar na BR-429, dizendo que o trecho do perímetro urbano de São Miguel já está licitado, que as pontes, até o final do ano, vão ser concluídas, mas que a parte mais crítica que diz respeito a Presidente Médici e ao município de São Miguel ainda vai ser feito levantamento para se fazer o projeto para se licitar para se contratar. Então, a gente pode ver que este ano, por essa informação que ele nos passou, este ano nós vamos continuar a ter aquela estrada que já está, Deputado Saulo, praticamente intransitável, inclusive já teve dois acidentes com óbito devido aos buracos da BR-429. E chegando ao município de Costa Marques, onde tivemos a companhia da ex-Prefeita Jaqueline, do Vereador Gonçalves, o Vereador Cleiton e do ex-Prefeito Dinho, visitamos o município, assim como o Prefeito Chico Território, com o Secretário de Saúde, Cláudio, e onde pudemos constatar, fazendo uma visita *in loco* ao hospital, Deputado Dr. Neidson, a calamidade pública em que se encontra a saúde pública do município de Costa Marques.

Infelizmente, já faz um ano e meio que não se faz um parto sequer no município de Costa Marques. As mulheres que vão dar à luz no município de Costa Marques têm que vir até o município de São Francisco, no Hospital Regional, cento e poucos quilômetros de distância, Deputado Adelino. O município de Costa Marques, hoje, a saúde pública se encontra em estado de calamidade. E a própria população, onde nós visitamos, eu fiquei o dia todo visitando, pede socorro. Pede socorro para que a Assembleia, para que o Governo possa ajudar, porque o município não tem condições de resolver essa situação, devido à sua receita, Deputado Doutor Neidson, e o Secretário até me passou a arrecadação que tem a Saúde, nós que já fomos Prefeitos, mal dá para pagar a Folha de Pagamento. Faltam médicos, não tem um aparelho de Raios-X, Deputado Luizinho, Vossa Excelência que também tem um trabalho naquela região, não tem um aparelho de Raios-X. O cidadão machucou um braço, uma perna, ele tem que ir s São Francisco para tirar um Raio-X para saber se fraturou ou não. Isso tanto no município de Costa Marques como do distrito de São Domingos. Não tem um aparelho de Ultrassonografia. A saúde encontra-se numa calamidade, ambulâncias quebradas. E nós estivemos hoje da Comissão de Constituição e Justiça, tivemos a alegria de receber lá a visita, que nos acompanhou na sessão, o Deputado Doutor Neidson, que é Presidente da Comissão de Saúde, e conversamos com ele, já fizemos o Requerimento para que a Comissão de Saúde aqui da Assembleia Legislativa faça uma visita *in loco* ao município de Costa Marques, que levante dados junto à Secretária de Saúde, junto à população, olhando, avaliando, para trazer ao Secretário de Saúde do Estado e ao Governador, para sensibilizar, para sensibilizar o Governo e o Secretário de Saúde do Estado a dar a mão à população do município de Costa Marques, assim como fez no Município de Cacoal, assim como fez em outros lugares. Costa Marques pede socorro, Deputado Alex Redano, o município de Costa Marques

pede socorro. Pede socorro em várias áreas, mas principalmente na área da saúde. E nós esperamos que com essa visita da Comissão de Saúde ao município de Costa Marques que disso possa resultar em uma ação efetiva do Governo do Estado naquela localidade, que fica distante da BR-364, na fronteira com a Bolívia, e que como o Prefeito disse:

"Promessa tem desde o ano passado, mas, infelizmente, as coisas não estão acontecendo."

O Sr. Doutor Neidson – Permita-me um aparte, Deputado Laerte?

O SR. LAERTE GOMES – Pois não, Deputado Doutor Neidson.

O Sr. Doutor Neidson – Parabéns pela cobrança que está sendo realizada até o momento. Tivemos também a mesma situação no município de Guajará-Mirim, no qual, já no início do mandato, já fiz as cobranças junto ao Secretário Estadual de Saúde e o Governador do Estado. E ele fez, pediu para que fosse realizada uma Força-Tarefa para dar o diagnóstico no município de Guajará-Mirim. No qual se realizou essa Força-Tarefa e realizaram-se algumas consultas que não resolveram ainda 100% dos problemas, deu uma amenizada, mas resolver não. Então, nós podemos estar, através da Comissão de Saúde, além da visita *in loco*, cobrar também do Governador do Estado e do Secretário Estadual de Saúde que se realize essa Força-Tarefa lá no município de Costa Marques. Porque já tive também algumas visitas até do Prefeito de Costa Marques, que também já tinha me dito sobre essa deficiência lá no município. Mas, infelizmente, também temos algumas situações de responsabilidade do município, do Executivo Municipal, como é esse caso das partes de Raios-X, que é um procedimento de baixa complexidade e que o Prefeito mesmo deveria resolver através do Secretário Municipal de Saúde. Mas outras situações a gente vai tentar intervir junto ao Governo do Estado para tentar dar uma solução a esse problema. E parabéns, Deputado, pela cobrança.

O SR. LAERTE GOMES – E eu, Deputado Doutor Neidson, recebendo aqui um documento das carências que o Secretário de Saúde do Município de Costa Marques nos repassou, e são todas: ambulância, médicos, Vans, micro-ônibus, equipamentos para sala de Raios-X, medicamentos, combustível, laboratórios para exames, móveis para posto de saúde, ar-condicionado para posto de saúde, móveis para Vigilância Sanitária, veículos para Vigilância Sanitária, enfim. A gente percebe que a saúde do município de Costa Marques está à mercê. E quem está pagando o preço, sofrendo, é a população, Deputado Luizinho.

O Sr. Luizinho Goebel – Permita-me um aparte, Deputado Laerte?

O SR. LAERTE GOMES – Pois não, Deputado Luizinho.

O Sr. Luizinho Goebel – Obrigado, Deputado Laerte. Um tema importante que Vossa Excelência traz à tribuna desta Casa. E nós vemos aqui o nosso médico da Assembleia Legislativa, Deputado Doutor Neidson, quando fala das responsabilidades do Estado e do município, mas a gente sabe que os municípios

de Rondônia, principalmente esses pequenos municípios, e é o caso do município de Costa Marques, não têm a condição financeira, hoje, de bancar a aquisição deles, como exemplo, Deputado Follador, um aparelho de Raios-X, um aparelho de Ultrassonografia, e que, com certeza, se houver a possibilidade do Estado ir ao encontro com esses problemas e buscar uma solução até na ajuda ao município para a aquisição desses equipamentos, naturalmente que será um alívio para os hospitais do Estado. É o caso de São Francisco, nós podemos deixar o Hospital de São Francisco para fazer aquele atendimento de média e alta complexidade.

O SR. LAERTE GOMES – Média e alta complexidade.

O Sr. Luizinho Goebel – Ficando assim o município com essas coisas corriqueiras do dia a dia, vou falar, essa baixa complexidade. E eu fico pensando no município que hoje não tenha a condição de comprar um aparelho, automaticamente ele tem que ficar fracionando a despesa todo mês, pagando o motorista, a diária do motorista, fazendo com que se pague a manutenção do veículo, ambulância e também o próprio combustível dessa ambulância. E eu acredito que no somar do ano, provavelmente é só esse serviço que se faz, que poderia ser feito o atendimento no município com essas ambulâncias, com transporte, combustível e diária, acaba pagando quase o preço de um equipamento. Então, realmente, a gente tem que unir as forças. É importante a Comissão da Assembleia ir ao município e mais importante ainda é que o Estado se solidarize com isso, com essa questão, e que realmente a gente possa buscar uma solução, não exclusivamente só para o município de Costa Marques, mas para a maioria dos pequenos municípios do Estado de Rondônia. Parabéns, Deputado Laerte.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputado Luizinho. E a gente aqui, o Deputado Luizinho, como muito bem falou, Deputado Luizinho, o município está sem condições até de reformar a sala com aparelho de Raios-X, tem que ser chumbada, tem um custo maior, quanto mais um aparelho de Raios-X que o Governo já se sensibilizou a mandar enviar o aparelho de Raios-X, mas não chegou ainda. Mas eu estive na sala da reforma em que vai ser instalado o aparelho de Raios-X, Deputado Luizinho, Deputado Adelino, já tem três meses e não conseguiu concluir aquilo, porque não tem receita, a conta, a conta não fecha. Como é um município antigo, um município mais velho, tem um índice de Folha, um custo de Folha mais alto, isso é natural. Então, a preocupação da gente ela é muito grande. Costa Marques, Deputado Airton, é um município até diferenciado, tem que ser tratado, como Guajará também eu entendo, tem que ser tratado de uma forma diferenciada.

Primeiro que você não acha profissionais para trabalhar lá, é difícil médicos, pela distância. Segundo que é um município antigo, um município muito pequeno, com orçamento pequeno, que tem um índice de Folha de servidores alto, porque há muito tempo é o município mais antigo que os outros. Então, a gente sabe que a crise da Saúde é em todos os municípios, município de Alvorada, do qual fui Prefeito, há um ano e meio não se faz um parto, leva tudo para Ji-Paraná. Hoje uma mãe, no município de Alvorada D'Oeste, ela não tem o prazer de ganhar o seu filho na cidade que mora. Ela tem que ir para Ji-Paraná porque

o hospital municipal, infelizmente, há um ano e meio não faz um parto.

A gente sabe da dificuldade, mas Costa Marques eu acredito que o Governo tem que ter um olhar diferenciado para aquele município.

O Sr. Adelino Follador – Um aparte, Deputado?

O SR. LAERTE GOMES – Deputado Adelino.

O Sr. Adelino Follador – Eu quero parabenizar o Deputado Laerte pelo seu pronunciamento, pelo assunto que Vossa Excelência trouxe hoje. Quando se trata de saúde principalmente, essas pessoas que estão se deslocando lá de Costa Marques para Cacoal, lá de Costa Marques para Porto Velho e Ji-Paraná. Eu já fui Executivo, Deputado Laerte, e Vossa Excelência também foi, e eu defendo, já falei nesta tribuna outras vezes que em vez de montar os aparelhos e dar manutenção, que às vezes é difícil, às vezes falta profissional, é fazer o Estado fazer, baseado na população de Rondônia, criar vagas para os exames de alta complexidade, para que faça lá na região, Deputado Dr. Neidson, que é Presidente da Comissão de Saúde sabe do que estou falando, eu fui Prefeito 12 anos e conheço.

Então, que baseado na população, que eu já defendi que em vez de assumir o segundo hospital lá em Cacoal, na época, que vai custar mais onze milhões por ano para tocar, que tivesse usado, que use esse recurso e disponibilize “x” exames de alta complexidade para cada município, baseado no número da população. E usar a rede privada, que ela é muito mais barata do que montar o serviço e dar manutenção e manter profissional que nem sempre tem.

Então, São Francisco, Costa Marques, baseado na população, ele tem “x”. Então, distribuir no Estado de Rondônia conforme a população e evita isso. Eu fiz uma Emenda para Jorge Teixeira, para Cacaúlândia, agora fizeram para outros municípios para colocar ônibus para trazer, para fazer exame em Porto Velho. Olha a despesa que esse exame fica, o deslocamento fica mais caro que o exame muitas vezes e nós precisamos nos preocupar em descentralizar isso. Muitas vezes, aqui em Porto Velho o próprio Governo do Estado está pagando exame. Por que não paga lá em Ariquemes? Por que não paga em Ji-Paraná? Por que não paga em Cacoal ou Rolim de Moura que têm esses profissionais e têm estrutura para fazer na rede privada? É muito mais barato do que você montar o serviço pelo Estado dentro dos municípios.

Então, eu volto a frisar, parabenizar o Deputado Laerte por esse assunto, mas eu sou favorável, em vez de comprar maquinário, em vez de montar profissional, que seja colocado esse recurso disponível e dividir para os municípios conforme a necessidade e aquilo que o Estado puder abrir para cada lugar.

Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputado.

O Sr. Dr. Neidson – Um aparte, Deputado?

O SR. LAERTE GOMES - Deputado Dr. Neidson, com a palavra.

O Sr. Dr. Neidson – Já que estamos falando da saúde, Deputado Laerte, nós temos uma Mensagem aqui nº 072, do Governo do Estado, na qual consta: “*Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por anulação, até o montante de R\$ 11.352.633,29, em favor da Superintendência Estadual de Recursos Humanos, Secretaria de Estado de Finanças, Departamento de Obras e o Fundo Estadual de Saúde e Defensoria Pública do Estado de Rondônia*”. Na qual anula o crédito, reduz R\$ 6.235.000,00 dos hospitais de Base Dr. Ary Pinheiro, Hospital Regional de Cacoal e Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia, que é o FHEMERON, para ser aplicado somente R\$ 3.000.000,00 e para assegurar o atendimento de saúde em algumas Unidades Hospitalares.

Então, estão tirando seis milhões para aplicar três. Se nós já temos uma deficiência na área da saúde em vários municípios, eu sugiro até ao Governo do Estado que reduza esse valor ou que aplique esses outros três milhões que estão querendo tirar do Hospital Ary Pinheiro, do FHEMERON e do Hospital de Cacoal para aplicar nesses outros municípios também que já temos nessa Mensagem aqui de nº 072.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputado Dr. Neidson.

O Sr. Dr. Neidson – E lembrando também que Costa Marques é uma cidade fronteira, ela pode ter também alguns recursos federais pela localização da cidade.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Dr. Neidson, Deputado Adelino, e as sugestões estão aí, basta o Governo acolher e executá-las. Muitas vezes é verdade, o Deputado Adelino falou isso, é que nem a história da creche, fácil é colocar o dinheiro para construir a creche, difícil é manter a creche, e da mesma forma essa questão de saúde. Muitas vezes você terceirizar, fazer uma parceria fica mais barato do que você colocar lá o equipamento, até muitas vezes como cidades mais distantes porque não possui técnicos qualificados.

Dizer também, Sr. Presidente, que eu li um artigo semana passada, Deputado Edson, e que até me espantou eu olhando, analisando o acúmulo de cargo gerando salário de ministro na folha do Estado, Deputado Luizinho. Eu não sei se já foi tomada alguma posição pelo Governo, vou até ler um pedaço do artigo que eu vi: “que na folha de pagamento do Estado de Rondônia pelo o menos dois servidores são privilegiados com vultosas gratificações e acúmulos de cargos, que somados ultrapassam rendimento mensal de R\$ 29.000,00. Ambos são cedidos das Procuradorias dos Municípios de Ariquemes e Monte Negro e estão lotados na Secretaria de Finanças – SEFIN e Desenvolvimento Ambiental – SEDAM. O acúmulo de cargos no Governo é proibido, está expressamente vetado por força do artigo 87 da Lei Complementar 733, de outubro de 2013, assinado pelo Governador Confúcio Moura. Mas em fevereiro do ano passado, o Governo publicou o Decreto 18.729 para a criação de um Grupo Ocupacional Transitório – GOT na SEDAM, liberando o acúmulo de cargos art. 8º e violando a hierarquia das normas jurídicas vigentes. No escalonamento das leis brasileiras, conhecida no Direito como *Pirâmide de Kelsen*, um Decreto é inferior a uma Lei Complementar, cuja formação decorre dos Poderes Executivos e Legislativo. Trocando em miúdos, um Decreto não pode estar na contramão de uma Lei,

muito menos acima dela. Nesse caso os servidores públicos que acumulam cargos no Governo, estão recebendo gratificações de forma ilegal e podem ser condenados por enriquecimento ilícito, improbidades, enfim, outros termos. Os nomes dos servidores são Mauro Pereira dos Santos (está aqui no artigo) e Márcio Leandro Borges da Costa”.

Então, é um artigo que eu vi, parece que o Governo já tinha tomado uma posição de exonerar ou não, mas é importante a gente estar colocando isso aqui, até para o Governo não incorrer nesses erros aqui, como uma forma de a gente estar mostrando ao Governo que existem alguns atos ilegais e que há tempo do Governo corrigi-los. Então, passar esse artigo que eu li aqui, achei interessante, deixar aqui.

Na semana passada não tive a oportunidade de vir à tribuna, que foi a Semana do Idoso. Eu quero aqui me congratular e cumprimentar todos os idosos do Estado de Rondônia. No último senso do IBGE parece que são mais de 120 ou 130 mil idosos que nós temos no Estado. Apresentei dois Projetos de Lei aqui nesta Casa, um Projeto de Lei que é a questão dos carrinhos elétricos nos hipermercados, supermercados e shopping acima de 10 caixas, cada unidade dessa tem de ter no mínimo dois carrinhos elétricos para atender aos deficientes físicos, idosos, enfim, como já existe hoje nos grandes centros do Brasil. Esse Projeto já está tramitando na Casa e o outro Projeto nosso é a isenção do IPVA para quem tem mais de 60 anos, com renda de 0 a 5 salários mínimos. São pessoas que contribuíram com o Estado, pessoas que contribuíram com os municípios e que eu acho que nós devemos ter um olhar diferenciado para eles, dando essa isenção do IPVA àqueles que só podem ter, logicamente, um carro no seu nome, quando vender o carro ou transferir já perde o benefício. Assim como é feito, Deputado Dr. Neidson, em vários municípios com o IPTU, que os idosos têm isenção do IPTU. E a gente está atendendo a essas pessoas que tanto contribuíram com os municípios, com o Estado de Rondônia e com o Brasil. São projetos que estão tramitando na Casa, que vão passar pelas Comissões.

Dizer também, para finalizar, senhor Presidente, de uma denúncia que nos chega da questão do posto fiscal do município de Vilhena. Deputado Luizinho, Vossa Excelência, Deputada Rosângela, que é lá do município de Vilhena, da falta de policiais militares para fazer a fiscalização no município de Vilhena, no posto fiscal. Essas denúncias que nos chegam, dizem que está praticamente lá a deus-dará, abandonado, transitando de lá para cá, levando mercadoria para fora do Estado, sem ter condições de um contingente mínimo para poder estar fazendo a fiscalização. E aí, Deputado Luizinho, nós tivemos audiência aqui na SEDAM, Deputado Adelino, e as informações que nós temos, tem mais de vinte policiais na SEDAM trabalhando internamente, administrativamente, enquanto que no outro eixo, na arrecadação, se fala tanto em crise, a hora de a gente apertar essa receita dos sonegadores nas divisas dos Estados, faltam policiais militares para fazer esse trabalho. Então, essa denúncia que chega a esta Casa, cita isso e cita também que vinte policiais já dariam para fazer um trabalho adequado lá no posto fiscal da fronteira. E eu gostaria que fosse levado isso até ao Comando da Polícia Militar, ao Governador do Estado, porque se há crise, nós devemos arrumar mecanismos e meios de cobrar, de aumentar receita,

Deputado Doutor Neidson, através daqueles que tentam burlar o fisco, não através daqueles que estão trabalhando e produzindo.

O Sr. Luizinho Goebel – Um aparte, Deputado?

O SR. LAERTE GOMES – Deputado Luizinho.

O Sr. Luizinho Goebel – Deputado Laerte, eu vejo Vossa Excelência falando aqui da questão do tanto de policiais militares à disposição de outros setores do poder público, e me estranha isso. Quando eu disse aqui há poucos dias causou até revolta no Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia, aonde ele disse que há pouco tempo ele mandou um documento inclusive para o Ministério Público, a Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, enfim, os Poderes, principalmente para o Ministério Público, solicitando a devolução dos militares que estão à disposição, alegando que tinha muito militar fora do quadro da Polícia Militar do Estado de Rondônia à disposição dos Poderes. E quando eu falo que o discurso do Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia, o Coronel Pretz, não condiz com a realidade ainda, ele diz que fica bravo, como foi o caso essa semana de muitas pessoas que vieram me falar que ele estava bravo comigo porque eu o critiquei aqui.

Mas eu quero, mais uma vez, dizer que realmente reafirmo que o discurso dele é um, mas a prática é outra. Isso aí, se realmente estiver acontecendo, eu gostaria até que Vossa Excelência apresentasse um requerimento à Mesa desta Casa solicitando informação de todos os militares que estão à disposição e dos órgãos que estão prestando os seus serviços.

Por quê? Porque a sociedade precisa saber disso, porque a sociedade está clamando por segurança, e nós temos, acima de tudo, como homem público, fazer tudo para dar condições para que a nossa polícia proteja nossa sociedade.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputado Luizinho. E dizendo que essa denúncia que nos chegou, essa informação, ela sendo atendida pela PM, sendo atendida pelo Governo, porque eu acho que o Governo está sinalizando que há uma crise de arrecadação e está procurando meios, e aqui está um meio, isso vai permitir que exista um controle melhor sobre os veículos do pátio, esses policiais militares e transitados por eles. E também, Deputado Cleiton Roque, com certeza vai dar segurança aos servidores da SEFIN que estão trabalhando no apoio da fiscalização das mercadorias em trânsito.

Então, eu acho que isso é importante. E para concluir, senhor Presidente, eu queria falar sobre a questão dos incentivos fiscais, Deputada Lúcia. Vou ser bem breve, porque nós tivemos uma comissão em Mato Grosso, nós acompanhamos, relatamos o que vimos lá, estava aqui o Deputado Só Na Bença, esteve conosco, Deputado Edson, o qual preside aqui a Sessão neste momento, e mais dois Deputados, o Deputado Jean Oliveira e outro Deputado que me faltou à memória. Parece que o assunto morreu. A CPI dos incentivos fiscais parece que morreu, não sei se é pressão dos empresários, o que aconteceu, mas nós precisamos dar uma resposta à sociedade. Nós precisamos exercer o nosso papel, nós precisamos ter o controle dessa fiscalização dos incentivos fiscais. Muitas empresas têm e cumprem aquilo que está no

contrato, Deputado Adelino. A gente já percebe, e no Mato Grosso já puxaram isso mais de 20% das empresas só têm o benefício, não cumprem nada daquilo que está ali e aí passa ser uma concorrência desleal, porque enquanto o outro está pagando imposto, produzindo e cumprindo, esse está ganhando benefício de isenção, que quem paga na verdade é o cidadão, e não está cumprindo com a sua obrigação. Então, eu queria deixar isso aqui com o Deputado Maurão, que foi quem puxou esse tema, para nós, imediatamente, rápido, poder dar uma resposta a isso e criar um meio, um mecanismo aqui de estar fiscalizando as empresas que tiverem incentivos fiscais dados pelos governos atuais e pelos governos anteriores, Deputada Lúcia. Deixar só um abraço ao nosso amigo e parceiro Cleber Serafim, que está aqui, que se faz presente aqui conosco, amigo desde lá de Mirassol do Oeste, companheiro da gente e está aqui. Vereador Tonhão também, que eu vi aqui, que se faz presente, acompanhado de outros Vereadores, e vamos ao DER para uma audiência para ver algumas questões. No mais, senhor Presidente, agradeço aí a sua paciência pelo tempo que ultrapassou e pela oportunidade que o Deputado Leo Moraes e Deputado Jesuíno nos cederam a vez aqui para fazer uso da palavra.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Laerte Gomes. Parabéns aí pelo seu discurso. Registrar a presença do Vereador Sorriso, do município de Buritis, em nome do Deputado Maurão, Vereador Sorriso, que é um grande aliado do Presidente desta Casa, Deputado Maurão, ali no município de Buritis. Registrar também a presença do Vereador Adriano Confecções, Presidente da Câmara Municipal de Buritis, e registrar a presença do Luiz do Ônibus e Antônio Cabral, da Câmara Municipal de Jarú. Obrigado pela presença de vocês.

Ainda no Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Jesuíno Boabaid, por vinte minutos, com apartes.

O SR. LAERTE GOMES – Questão de Ordem, senhor Presidente?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LAERTE GOMES – Só para colocar aqui, enquanto o Deputado Jesuíno vai à tribuna. Eu coloquei alguns requerimentos, colocando informações e cópias de documentos ao Governo e vou invocar aqui o artigo 172 do nosso Regimento Interno, que dá dez dias de prazo para responder sobre crime de responsabilidade. Nós temos que melhorar o nosso Regimento, para haver penalização, porque só fala crime de responsabilidade, informa ao Presidente, o Presidente informa ao Governador e não diz mais nada. E até agora eu não recebi a documentação que eu solicitei.

Então, gostaria que Vossa Excelência, como Presidente da Casa no momento, gostaria que a Deputada Lúcia, também estendo aqui as minhas palavras, gostaria que fosse comunicado ao Governador que nós não obtivemos resposta, conforme fala o artigo 172 do Regimento Interno. Nós temos que fazer, Deputado Leo, Deputado Cleiton, mudar essa questão do Regimento urgentemente para haver penalização. Um Prefeito, Deputado Jesuíno, quando ele não responde a um requerimento da Câmara em 15 dias, ele pode ser cassado do seu mandato. E nós já tivemos exemplos em Rondônia, o Prefeito

Don, de Campo Novo, que perdeu o mandato por não responder ao Requerimento, às informações das Câmaras de Vereadores.

Então, é preciso adequar o nosso Regimento Interno a isso.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Questão de Ordem, Deputado?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Só complementar e agradecer a presença dos Vereadores de Jaru, Tonhão e Luiz do Ônibus, que fazem aqui a sua presença e nos honram com as suas presenças aqui nesta Casa.

Obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Registrar também a presença do Vereador Jean, do município de Cujubim. Vereador Jean, de Cujubim, muito obrigado pela sua presença.

Com a palavra o nobre Deputado Jesuíno Boabaid, por 20 minutos, com apartes.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente. Em nome do Presidente, cumprimento a Mesa, os Parlamentares, Deputados que se encontram na plenária, os que se encontra na galeria, os demais profissionais que ajudam que haja o pleno exercício do direito nosso, ou seja, da nossa manifestação como Parlamentar aqui dentro desta Casa. Eu quero fazer aqui uma denúncia, que é grave, referente à questão fundiária que Rondônia hoje passa. Eu tive acesso, porque quando nós somos provocados, que nós já fizemos, eu e o Deputado Dr. Neidson nesta Casa aqui, a questão da discussão fundiária referente ao litígio do Dilma Rousseff, estão sendo provocadas a questão do Planalto e demais questões da figura A. E hoje eu tive acesso, hoje não, ontem eu tive acesso a vários documentos, inclusive parecer de 1990, que foi suscitado pelo Governador Jerônimo Santana. E tem um parecer da Procuradoria também, de 2014, aonde comprova que a terra onde está se discutindo o litígio da Figura A, inclusive a Assembleia Legislativa faz parte, esse espaço geográfico é do Estado de Rondônia e não da União. E o que é que a União vem através da SPU? Tenho o maior respeito pelo Superintendente, o senhor Antônio, ditar regras aqui, porque na inércia do Estado, na inércia do Poder Público, a outra pessoa vem e começa a fazer aquilo que era de direito. Então, ontem eu fiquei até as 23 horas estudando, fazendo um apanhado e tive a plêiade de certezas, hoje apresentei na Comissão de Habitação, junto com o Presidente, o Deputado Laerte, e estava o Deputado Ezequiel Júnior, a gente vai apresentar um ofício, encaminhar para o Governo do Estado de Rondônia, para que aja, ele faça a matrícula dessa situação da Figura A, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade, crime de improbidade, e nós iremos pedir nesse ofício. Então, já vou alertando a toda assessoria do Governo do Estado de Rondônia, que ele faça a matrícula, porque essa doação feita pela União para o município é ilegal. Essas terras não têm sombras de dúvidas, a Lei Complementar 41, a questão na Constituição no artigo 20, tudo disciplina que essas terras são do Estado de Rondônia. Então, Rondônia, eu não posso falar, porque eu não gosto também de blá, blá, blá, eu não gosto de conversinha, mas dizem que o Governo tem boas

relações com o INCRA, e não quer qualquer entrave. Mas ele tem que saber que se as terras são do Estado, tudo que for doado tem que passar pela Assembleia. E a Assembleia Legislativa não pode ficar na inércia de aceitar que venha a União e diga: - *Não, essas terras são da União e vou doar*. A gente, como fiscal e controlador que está lá, eu sempre digo e volto a frisar, e vou falar até o final do meu mandato: compete exclusivamente à Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, em seu artigo 29, fiscalizar e controlar os atos do Executivo, inclusive da administração indireta. Então, nós, como fiscais, temos que tomar essa medida. Então, Deputado Dr. Neidson, a gente tem que tomar os devidos encaminhamentos de não aceitar, a terra é do Estado. Então, o que vai ficar para a União, Deputado Lazinho, é só a área ali que pertence realmente a eles, que é a área parte dos rios, mananciais, a questão do Exército, é área realmente da União, e as demais vão ficar para o Estado. É por isso que a gente também tem que ver, havia um Instituto de Terras que foi extinto. Hoje tem uma Coordenadoria, que é feita inclusive pela Doutora Quílvia, que veio fazer um trabalho também brilhante, com pouco recurso, ela esteve aqui conosco, falou, e ela vem atuando, a gente tem que pensar em criar no mínimo uma Superintendência para que aja... O Estado de Rondônia está deixando de arrecadar vinte e oito milhões. Vinte e oito milhões e a gente não pode aceitar. A arrecadação é para o quê? Melhorias de condições, é para contratação do efetivo da polícia, que a gente vive falando, é na saúde, é na educação, em todos os aspectos. Quer dizer então que é viável que haja essa discussão, esse prejuízo para os cofres públicos? A gente tem que trazer essa matéria.

O Sr. Cleiton Roque – Concede um aparte, Deputado Jesuíno?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pois não.

O Sr. Cleiton Roque – Não poderia deixar passar essa oportunidade. V.Ex.^a, mais uma vez, utilizando a tribuna para falar justamente de um tema que se trata do desenvolvimento do Estado de Rondônia. Uma das coisas que mais afetam o progresso do nosso Estado é a regularização fundiária, Deputado Jesuíno. Hoje, na área urbana, nós não chegamos ainda a 40% de regularização, e olha que já avançou nos últimos quatro anos. Na área rural, da mesma forma, houve uma expedição de títulos e não podemos descartar essa situação, mas está muito aquém da necessidade do Estado. E uma das alternativas que tem de fato é o Estado assumir aquilo que já está previsto desde o mandato do Governador Jerônimo Santana, e V.Ex.^a foi muito correto ao afirmar, e de posse desse parecer datado do início de 1990, situações que outros Estados como Roraima, como Tocantins, como vários outros Estados da Região Norte já fazem a sua regularização fundiária rural, já é o Estado que organiza e que administra essa questão. E o Estado de Rondônia, de fato, deixa passar essa oportunidade. Cabe, neste momento, uma intervenção do Governo do Estado junto ao Governo Federal para assumir algo que já é nosso. E que de fato nessa reforma ele junta V.Ex.^a num apelo para que dê uma melhor condição à Coordenadoria, a COREFUR, no caso que hoje é responsável pela regularização fundiária urbana, para que se amplie as suas condições para que nós possamos, para que possa ser

feita ainda muito mais regularizações fundiárias, dando condição para o proprietário ter acesso ao crédito, enfim.

Da mesma forma, parabenizar V.Ex.^a por não deixar despercebida essa questão e principalmente em estar atento e a par nesse *imbróglío* que envolve a figura A em Porto Velho.

V.Ex.^a, Deputado Jesuíno, e outros Deputados que estão junto com V.Ex.^a, trabalhando duro para resolver essa situação.

Então eu quero parabenizar e me juntar a V.Ex.^a. Muito obrigado, Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu agradeço Deputado Cleiton. E a coisa vai mais além. O Estado tem denúncia de que está pagando por terra que é dele. Tipo, um vem e fala: - *Não essa terra é da União*. E o Estado paga por uma terra que é dele. Já pensou? Eu estou buscando informações também, são denúncias graves que a gente tem que apurar, e se for fato verídico, com certeza os gestores vão ser responsabilizados e doa onde doer. Nem que a gente faça expedição de ofício para o Ministério Público e ele cumpra lá o seu papel de *custos legis*, em fiscal da Lei também em peticionar com as devidas demandas. Então, é isso, eu não vou também delongar.

Outro fato, na época que eu assumi o mandato, teve duas matérias que foram discutidas aqui, que foi a questão da extinção do serviço voluntário. Eu falei, alertei, realmente foi votado e hoje já se tem notícia que a escala de serviço dos militares será reduzida para 12x24, 12x48. Já não temos efetivo, com certeza a tropa já é doente, não tem o auxílio psicológico, ainda agora, porque não tem efetivo, vai reduzir escala. E foi o compromisso em não reduzir as escalas de serviço e o militar não iria trabalhar de forma gratuita para o Estado e está trabalhando. Eu provo para vocês, está tendo escala de Carnaval, está tendo futebol, está tendo uma série de coisas e o militar está trabalhando de graça. E aí eu pergunto agora ao Sr. Governador do Estado de Rondônia: qual foi a medida paliativa para resolver a situação dos militares? Que aumento foi esse aonde militar recebia setecentos e trinta, hoje recebe trezentos e trinta no seu contracheque? Então é isso. Quando eu subo aqui, não com incoerência, eu falo com conhecimento. Estou sendo, toda hora, informado de várias denúncias sobre a situação de escalas abusivas perante o interior, perante a situação do próprio batalhão aqui do Estado de Rondônia, 1º e 5º Batalhão, e como fica isso? A gente vai tomar medidas.

O Sr. Adelino Follador – Um aparte, Deputado?

O SR. JESUÍNO BOABAID - Com aparte, Deputado Adelino.

O Sr. Adelino Follador – Inclusive o Comandante Geral esteve aqui, o senhor ainda não era Deputado, mas participou da discussão, e ele assumiu compromisso que a escala não ia mudar. Aqui o líder, foi feito um acordo e eles têm que manter isso, porque é o mínimo necessário, é o mínimo que pode ser feito, porque já está em falta policiais. Então, com certeza, isso nós somos prova dessa negociação, e tem que chamar urgentemente o pessoal do concurso, que nunca acontece, tem que fazer academia, tem que ir e é só são duzentos e poucos, não é? Só no final de ano passado até este ano já foi para a reserva quase essa quantidade, porque...

O SR. JESUÍNO BOABAID – 400

O Sr. Adelino Follador – Aqueles policiais que foram para a transposição, que ganharam na Justiça, a maioria já tinha idade, e foi para a reserva e aí precisa de policiais, e está cada vez mais crítica a situação do Estado de Rondônia na segurança pública por falta também de gente.

Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Obrigado, Deputado. Qual é a proposta que o Estado poderia no mínimo...

O Sr. Dr. Neidson – Um aparte, Deputado?

O SR. JESUÍNO BOABAID - Deputado Neidson.

O Sr. Dr. Neidson – Infelizmente, pela manutenção daquele veto que foi de uma emenda para manter as escalas extraordinárias, as extras, que é o voluntário, a população hoje em dia está pagando por isso. Porque todos os dias, todas as sessões nós vemos aqui vários Deputados reclamando da segurança pública, principalmente em Cujubim, que é da região ali aonde o Deputado Ezequiel JÚNIOR sempre vem cobrando a situação. Então, também pedimos, além das escalas dos serviços voluntários, que possa ser cobrado também a contratação de mais profissionais na área da Polícia Militar. V.Ex.^a, Deputado Jesuíno, que esteve em Guajará-Mirim, fomos visitar o quartel de lá, onde presenciou também que havia somente cinco policiais na ronda no município que tem quarenta e quatro mil habitantes, e não é cabível para cinco policiais manterem a segurança. Então, eles estão fazendo o quê? Eles estão escolhendo quais são as ocorrências que eles vão atender.

Se tiver alguém vamos dizer: foi esfaqueado um.

“vamos lá, espera ele morrer lá, que vamos que tem outro aqui mais grave”. Então é isso que está acontecendo.

Então, cabe a nós cobrarmos o Governo também, ou que volte os serviços voluntários e que possa contratar mais policiais militares também para realizar a segurança pública.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Obrigado, Deputado Neidson, sempre atento também, parceiro da segurança. Na verdade, todos os Deputados aqui são sensíveis à questão da segurança. Eu quero dizer que a coisa tende a se agravar mais, não são duzentos e quarenta que vão para a reserva, são quase seiscentos militares que irão para a reserva. E outra coisa, o militar não está obrigado a cumprir a escala, aquilo que não está dentro do serviço ordinário. Mas a Lei para nós, que eu falo nós por estar ainda afastado, mas com certeza retornarei em breve e me sinto policial militar, ela não é extensiva à questão do limite de horas, dedicação exclusiva. Então o Estado pode alterar. Só que há um prejuízo: desmotivação, há doença, os militares sabem que vão passar por uma série de problemas psicológicos. Então, vai ter prejuízos de tudo que é aspecto, se arrochar as escalas com certeza vão ter baixa na Polícia, isso é fato, ninguém vai trabalhar doente também. Então, eu peço, conversei ontem com o George Braga, que é o Secretário de Planejamento, pedi para ele ser sensível, pelo menos chamar seiscentos e quarenta para fazer academia e contratando conforme a necessidade. Ele falou para mim que não vai chamar,

que só vai chamar os duzentos e quarenta e que irá fazer conforme a necessidade. É por isso que nós temos que estar atentos aqui, vai ter uma reforma administrativa nesta Casa, tem que estar analisando todos esses aspectos de onde vai ser cortado, criação de novos quadros, como vai ser feito isso para que não haja prejuízo maior.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Concede um aparte, Deputado?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pois não, Deputado.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Deputado, eu não entendo muito da Polícia Militar, mas eu continuo com a mesma visão de que você instituir trabalho voluntário é sacrificar também o trabalhador. O policial tem que ter a hora dele, tem que ter polícia, tem que ter quadro, tem que ter funcionário suficiente para poder dar conta do recado. O que nós temos que brigar aqui nesta Casa é para que os funcionários que servem à segurança do nosso Estado tenham condições de trabalho, condições de salário, quantidade suficiente. Nós não podemos imaginar que o trabalho voluntário vai suprir a vaga que o Estado não está tendo condições de cobrir. Então, nós temos que brigar para que o Estado tenha e dê condições para que esses plantões sejam menores ainda e tenha gente suficiente para isso. Então, é essa briga que nós temos que entrar nesta Casa. E Vossa Excelência sabe, é profissional da área, vai cumprir o plantão, vai cumprir o trabalho voluntário, vai também ficar doente, vai ter problema também. Então, não dá para a gente tapar o sol com a peneira, o problema é mais profundo do que o horário voluntário. Voluntário uma ova! Quem é que é voluntário? Você é obrigado a ir, e de graça, não é? Então, qual é a briga? Qual é a nossa, qual é a obrigação do Estado? Pôr quadro de funcionário suficiente. Segurança é obrigação do Estado, e não é sacrificando um soldado, sacrificando o funcionário que vai ter segurança, vai estar esgotado, cansado da mesma forma.

Então, Vossa Excelência está corretíssimo, eu acho que esta Casa tem a obrigação de estar todos os dias cobrando, não dá para cinco policiais fazerem segurança em quarenta mil habitantes, não dá para fazer de conta que tem segurança.

Antigamente tinha segurança nas escolas particulares, hoje não tem mais, é a polícia militar que tem que dar sustentação, ou seja, tudo, e não tem condições de trabalho.

Então, eu acho que a condição de trabalho é o primeiro ponto que a gente tem que dar ao funcionalismo público, e principalmente no caso da segurança do nosso Estado.

Obrigado, Deputado.

A Sra. Lúcia Tereza – Um aparte, nobre Deputado?

O SR. JESUINO BOABAID – Pois não, Deputada.

A Sra. Lúcia Tereza – E sabia que o Deputado Lazinho está cheio de razão? Ele fez a gente raciocinar. Porque se o policial militar tem que fazer o serviço voluntário para cobrir falta de mais um, ele vai estar cansado, esgotado, porque ele vai trabalhar, não vai fazer de conta, V.Ex.^a sabe disso que o Policial, tanto a Civil como a Militar, quando vai em campo é para trabalhar, é porque precisa, é urgente, é nítido, e o Deputado Lazinho colocou muito bem colocado, tem que contratar.

Quando eu insisto em fazer, todo dia a gente pedir para contratar militar aqui, que é a classe que tem menos funcionário em percentual, V.Ex.^a pode acreditar que nós estaremos juntos, Deputado. E eu gostaria de dizer que não estou eximindo culpa de quem está no comando, correto? Quem não pode com mandinga não carrega patuá. Mas eu queria aqui deixar claro que isso é o Governador que tem que dar condição para o Comandante contratar e fazer, ou V.Ex.^a acha que qualquer um, desde o Soldado até o Coronel, ele não quer ter mais condição de trabalho, como disse o Deputado Lazinho, Deputado Jesuíno, que o Deputado Jesuíno é Deputado, mas ele é PM, ele tem o espírito de PM, V.Ex.^a é PM.

Então, o Governador que tem que autorizar porque o Comandante gostaria muito de ter mais condições de comandar, seria muito mais fácil, mais prazeroso, mais rendoso, menos críticas com certeza. Mas eu gostaria de dizer a V.Ex.^a que nós temos que pedir, queria me juntar com V.Ex.^a e aos demais Deputados, para pedir todo dia para o Governador contratar não 200, mas 600, nós sabemos que tem condição de pelo menos e de imediato, não é para demorar, fazer concurso, já tem concurso, é só chamar, fazer academia e fazer rápido, está passando da hora, em tempo ainda. Eu queria parabenizar mais uma vez da vigilância e da atenção que V.Ex.^a tem tido muito. Meus parabéns.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Muito obrigado, Deputada. Mas assim deixar bem claro, Deputado Lazinho, Deputada Lúcia, que o projeto que veio para cá era instituindo o serviço extra, o militar não iria trabalhar de forma gratuita. Concordo realmente, não, serviço extra, se ele passasse do serviço que ele iria receber, ele tem que ser pago, mas hoje não está pagando, está trabalhando igual escravo, entendeu? E hoje qual foi o prejuízo? A própria sociedade está sentindo na pele o aumento da criminalidade. Uma Juíza e um Promotor sofreram um atentado ontem, inclusive com bomba. Então, a coisa não está só com o cidadão comum, não, está atingindo a todas as classes, amanhã ou depois pode ser nós que poderemos sofrer um atentado, isso é passivo, hoje os meliantes não respeitam ninguém, fazem todo tipo de barbárie e está aí. A polícia prende e, às vezes, por questões das legislações que são flexíveis tem que soltar. Então temos que começar, não é só, se a gente for tratar da questão de segurança pública, inclusive quero convidar a todos a participar no dia 8 e dia 9 aqui nesta Casa a gente vai fazer a 1ª Conferência Interna de Segurança Pública, então é interessante porque vão vir todas as pessoas da Segurança Pública para a gente discutir a questão interna.

Então, é isso, a minha preocupação é que houve a retirada, o serviço voluntário foi extinto, que serviço voluntário, como disse o Deputado, é voluntário, mas a garantia que foi proposta pelo Deputado Hermínio foi que o militar não iria trabalhar de forma gratuita no serviço, exemplo como está sendo feito hoje, está tendo evento lá não sei onde, coloca o militar. Então hoje está sendo isso, sacrifício, sacrifício, toda categoria tem o serviço extra, somente os militares por conta ainda de sermos ainda força auxiliar do Exército temos legislações próprias diferenciadas dos servidores civis, então é isso que acontece.

O Sr. Adelino Follador – Um aparte, Deputado?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pois não, Deputado.

O Sr. Adelino Follador – E depois, é o seguinte: eles querem, porque quem fazia as horas extras eram poucos, 30%, 40%, talvez 35% dos policiais, aí pegaram o dinheiro deles e dividiram para todo mundo e agora querem que eles trabalhem sozinhos. Isso existe aonde? Aonde que esses policiais vão fazer as horas extras porque pegaram dinheiro que gastavam com hora extra e embutiram no salário, melhorou o salário, não sou contra, não, mas agora quer que os outros vão lá trabalhar de graça, aqueles que estão à disposição de outros órgãos, que estão na parte burocrática recebendo dinheiro e não vão fazer nada e eles vão aguentar as pontas lá? É injusto! Não tem lógica exigir que os policiais que estão lá na ponta, que são os que seguram, pegam o boi pelo chifre, são eles que agora vão fazer, vão trabalhar de graça. Não existe isso, não. Se alguém pensou nisso é porque não tem noção do que está pensando.

Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – É realmente, eu quero também propor a esta Casa que, Deputado Lazinho, Deputada Lúcia, Deputado Hermínio, aqui em Rondônia, Capitão não vai para a rua, Capitão vai lá para o CIOF, só fica lá na rua Tenente, diferente lá na região Nordeste, lá naqueles Estados onde o Coronel sobe no morro e troca tiro com vagabundo. Vocês já viram alguma entrevista com Oficial superior dando entrevista aqui? Raramente. Oficial superior é para estar com a tropa, é para estar lá junto, no front, trocando tiros, mas aqui não, chegou a Capitão já vai para o CIOF, coordenador.

Então, concordo com V.Ex.^a, Deputado Adelino, concordo, tem que alterar essa lei. Quando vier aqui a reforma, nós temos que colocar que Oficial superior deve coordenar também para dar exemplo para os Praças, porque os Praças são os subordinados, ele tem que ter um chefe, ele tem que ter um líder, mas o líder dele fica lá sempre numa outra situação. Quero dizer, senhores, que hoje a Polícia Militar tem 18 Coronéis, 18 Coronéis, por conta da lei que rege a situação que foi alterada, hoje tem Oficial no quadro da União e Oficial do Estado. Então, promoveram hoje 18, então não há mais desculpa, não, tem Oficial suficiente, 21 Tenentes-Coronéis foram promovidos, hoje tem Oficial para estar junto, então, se é para sofrer escala arrojada, coloca Oficial superior. Eu quero fazer esse pedido através desta Casa para mandar para o Comandante Pretz, que a partir de hoje o coordenador é o Oficial mais graduado, porque de coordenação existe o CEPOC. O que é o CEPOC? É o que coordena o policiamento da capital, é Tenente, então que coloque Tenente-Coronel, que coloque Major, que coloque Coronel para comandar. É essa a revolta, por isso que é o meu repúdio aqui, e vim falar em nome dos Praças, eu não só defendo Praça, eu defendo a instituição policial e Bombeiro Militar, mas eu falo mais em nome da Polícia Militar porque também estão sofrendo por essas questões.

O Sr. Hermínio Coelho – Um aparte, Deputado?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Deputado Hermínio.

A Sra. Lúcia Tereza – Aparte, Deputado? Mas eu tenho o maior prazer que V.Ex.^a conclua o seu pensamento.

O Sr. Hermínio Coelho – Eu também ia deixar a senhora falar porque a senhora é mais velha do que eu, e bem mais velha.

A Sra. Lúcia Tereza – É, eu vou perdoá-lo porque...

O Sr. Hermínio Coelho – Deputada Lúcia, não, eu estou vendo vocês falarem aqui essa questão de ficar cobrando. É lógico você ficar cobrando, pelo menos ficar cobrando, mas que não resolve nada. Aqui, Deputado Lazinho, a gente pode ficar todo dia aqui falando, reclamando que a segurança não presta, que a educação não presta, que a saúde não presta, porque nada que é de responsabilidade do Estado presta no nosso Estado e não vai resolver nada que eles não estão nem aí e não vai resolver. Os senhores pensam que o Confúcio está preocupado porque o Deputado Jesuíno ou eu está falando aqui na tribuna? Não está nem aí. Rondônia está pior do que o Estado Islâmico para matar, estão matando na maior covardia, todas as horas aqui no nosso Estado. A cidade do nosso Presidente aqui, Ministro Andreazza, lá mata um e amarra outro para o outro dia. Matando Vereadores, empresários, enfim. E chega às sete horas, dentro da empresa, o maior empresário lá da região, 120 funcionários ele tinha, e os caras chegaram, chega um moleque dentro da empresa e dá um tiro na cabeça do rapaz e vai embora e ninguém sabe quem foi e ninguém sabe quem mandou e fica por isso mesmo. Isso já acontece há anos, inclusive o Prefeito, o Prefeito de Ministro Andreazza anda se borrando de medo de ser o próximo, e ninguém faz nada, Deputado Lazinho. Isso eu estou falando de Ministro Andreazza, mas é em todas as cidades de nosso Estado e da nossa capital, aqui a atrocidade acontece toda hora. E esse negócio de colocar os trabalhadores para trabalharem a mais ou a menos, isso não vai resolver também. Porque, primeiro, não é só com o policial armado fazendo blitz ou fazendo batida que vai resolver o problema. Para você mudar essa realidade precisava de toda uma cadeia de atitudes para que essa realidade fosse ficando diferente, fosse melhorando, Deputado Lazinho. O que é que nós temos que fazer? Se a gente quiser fazer alguma coisa de verdade aqui, nós teríamos que responsabilizar, chamar, convocar aqui o Governador, convocar o Comandante, os Secretários, e enquadrar, responsabilizar pelas mortes que tem nos hospitais à míngua, pelos cidadãos que estão morrendo covardemente aí na violência e ninguém faz nada. E responsabilizar todo mundo, porque senão alguém um dia vai ter que responsabilizar inclusive nós por omissão. Porque falar não adianta, Deputado Jesuíno, falar não adianta. Falar não adianta. Falar, daqui a pouco você é falastrão, você só fala, não faz nada, por isso que eu digo, a gente tinha que tomar era a atitude da prática, de chamar os caras aqui e responsabilizar pela omissão. Infelizmente, está assim a situação do nosso Estado.

Eu estou falando isso aqui desse pessoal lá de Ministro Andreazza, que ninguém tem coragem de falar. Diz que os caras lá matam mesmo, os caras não são de brincadeira, não. Mas já como tem tantas espingardas apontadas para mim, uma a mais, outra a menos não vai fazer diferença. Mas a situação, eu parei até de falar porque não adianta, Deputado

Jesuíno, ou nós tomamos uma atitude, tomamos medidas diferentes, porque só falar não resolve nada. E isso, infelizmente, porque se falasse, se falar resolvesse, nós não teríamos problema em canto nenhum dos municípios nem no nosso Estado. As cinquenta e duas Câmaras, você pode ir lá às sessões deles, todos os dias estão os Vereadores reclamando dos problemas que têm nas cidades. Você vê na Assembleia todos os Deputados estão reclamando dos problemas que tem no Estado, e solução para um, Deputada Lúcia, você não vê. Aí é como o outro falou: - a gente está aqui de 'h' para enganar o povo, os Deputados estão trabalhando, estão fazendo alguma coisa. Mas que, para falar a verdade, na prática mesmo não vai mudar nada porque ninguém tem medo do nosso discurso aqui da Assembleia, não.

A Sra. Lúcia Tereza – Permita-me um aparte, Deputado?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pois não, Deputada.

A Sra. Lúcia Tereza – Deputado Hermínio, Vossa Excelência me deixa tão triste falando assim. Porque parece que nós não estamos valendo nada mesmo. Está parecendo que Deputado é como a *Hora do Brasil*, que eu já falei hoje, todo mundo ouve, mas ninguém está prestando atenção. Então, nós temos que sentar e mudarmos as nossas atitudes, as nossas estratégias. Pedir a Deus para nos dar sabedoria para mudar o que pode ser mudado e rogar a Jesus Cristo para que Ele nos dê forças para conservar o que não pode ser mudado, mas que Ele nos dê inteligência e união nesta Casa para que possamos aceitar as coisas que podem ser mudadas e as coisas que não podem ser mudadas. Mas eu tenho certeza que tem o que fazer, e somos nós que vamos fazer, nós temos o Deputado Jesuíno, que está aí dentro, ele sabe, está na entranha, me falou agora que de Capitão para cima está não sei aonde. Vamos chamar, vamos convocar, mas não é só Secretário, Deputado Hermínio, não é só Secretário, chama o Governador, vai nos ouvir porque nós prestamos para sermos Deputado estadual.

Nós prestamos para exigir o mandato nosso, nós temos atribuições e nós vamos fazer valer as nossas atribuições. Nós temos tudo, nós temos tudo, temos um povo que trabalha, um povo que quer trabalhar, temos funcionários bons, obviamente que toda regra tem exceção. Nós temos Deputados preparados em todas as áreas aqui. Nós temos que nos valer do que nós temos e fazer valer esse mandato, senão, Deputado Hermínio, nós temos que ir embora, nós temos que ir embora. Se não estamos fazendo nada, eu vou embora.

O Sr. Hermínio Coelho – O que eu falei aqui, Deputada Lúcia Tereza e Deputado Jesuíno, só para Vossas Excelências terem ou para confirmar que tudo o que a gente falou aqui é o que acontece. Há uns dois anos, há um ano e meio, o povo de Alto Paraíso, lá estava em um faroeste danado, lá matava gente todo dia. Inclusive lá, quando eram seis horas da tarde, que Vossa Excelência estava na Audiência comigo lá na Audiência Pública que eles pediram, o povo de Alto Paraíso pediu. Alto ou é Vale Paraíso?

O Sr. Adelino Follador – Alto Paraíso.

O Sr. Hermínio Coelho – Alto Paraíso. Chegando lá, chegando lá. Lá, Deputada Lúcia, seis horas da tarde o Quartel General lá da Polícia Militar, que parece que tem cinco ou é seis policiais e um carro velho, oitenta e poucos, seis horas da tarde eles se trancam dentro da casa e passam o cadeado com medo dos bandidos, dos marginais. Isso eles falaram, quem falou isso foi o pessoal da Polícia Militar lá na Audiência Pública. Aí estava lá um delegadinho lá da região de Ariquemes, chamado, que foi candidato a Deputado, um tal de Flores lá, Flores. Aí ele lá na Audiência Pública, com o revólver na cintura, parecia um xerife. E falou, inclusive no dia estava lá um rapaz que é jornalista, que o irmão dele tinha sido assassinado lá em Alto Paraíso. E o Delegado, o Flores, falou que sabia já de tudo, quem matava e quem mandava na grande Ariquemes, quem mandava matar e quem matava. E que pediu 30 dias, falou para nós, garantiu que em 30 dias ele iria colocar os matadores, Deputado Redano, e os mandantes na cadeia. Já está com quase dois anos, vê se alguém foi preso? Saber, saber quem é que mata e quem é que manda, ele sabe, eles sabem. Os Delegados sabem, as autoridades, as principais autoridades deste Estado sabem. Agora, ou eles têm medo demais ou então tem gente de dentro das próprias instituições participando desse trem. É a mesma situação que está acontecendo lá em Ministro Andreazza. É um absurdo, cara! É uma matança em Ministro Andreazza e lá mata todo dia! E eu não estou falando nem de pessoas comuns, não, estão matando empresários, Vereadores, é o Prefeito ameaçado de morte, é o Procurador Geral do município ameaçado de morte, e ninguém... Agora, se eu falo, pode ver que o meu celular velho está grampeado. Se eu falar uma putaria no celular o tal do *Guardião* lá sabe o que é que eu estou fazendo. Agora, eles não sabem grampear esses esquemas para botar na cadeia. Porque eu, meu amigo, se eu falar uma putaria no celular, no outro dia está nos sites: "*o Hermínio falou isso*".

Agora, infelizmente, porque para poder... O Confúcio Moura falou na posse, autorizou a Polícia Civil e uma estrutura do Estado que ele criou para isso, para investigar, para investigar, e vê se pega alguém? Vai pegar nós, Deputada Lúcia.

O Sr. Adelino Follador – Para grampear.

O Sr. Hermínio Coelho – Vai me pegar de novo.

A Sr. Lúcia Tereza – Eu não. Ele não vai me pegar nunca, porque o que eu falo no celular eu falo em qualquer lugar, Vossa Excelência também.

O Sr. Hermínio Coelho - Daqui a pouco vai pegar Vossa Excelência, vai pegar eu, vai pegar o Deputado Jesuíno.

Entendeu, Deputado Jesuíno? Porque a bandidagem deste Estado eles não pegam, porque eles fazem parte da bandidagem. Ele faz parte de toda essa bandidagem, como é que eles vão pegar? Eles vão pegar eles mesmos? Não vão pegar nunca. Agora, o que eu estou falando, Deputado Jesuíno, a Assembleia tem, eu não estou falando... O que é que nós temos que fazer? É enquadrar esse povo. Vamos chamar o Confúcio Moura aqui e vamos fazê-lo tomar atitude, as pessoas que morrem à míngua por falta de segurança, que morrem à míngua no trânsito maluco, chamar, que tudo bem que de

qualquer maneira tem uma responsabilidade, tem responsabilidade também o Estado sobre a segurança de trânsito e sobre tudo, sobre todos os problemas que tem no nosso Estado.

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Só para finalizar, até porque já foram 32 minutos, dizer, Deputado, eu entrei nesta Casa, sempre admirei o posicionamento de Vossa Excelência, de todos aqui, mas como exemplo eu quero dizer, na Comissão de Segurança Pública eu tive duas denúncias e todas as denúncias, inclusive foi o Deputado Leo Moraes o relator, e o Deputado Dr. Neidson, eu chamo na lide, eu chamo a responsabilidade para os órgãos, no caso o Ministério Público. Então, nós iremos, através desta Casa, qualquer denúncia que tiver a gente vai ter que chamar à responsabilidade dos órgãos também. E concordo que a gente tem que alterar o Regimento, tem que alterar a Constituição, se for necessário, porque chega! O Governo também manda e ninguém cumpre! A gente tem que tomar os nossos posicionamentos também de forma mais rígida. Muito obrigado.

(Às 17 horas e 30 minutos o senhor Edson Martins passou a Presidência ao senhor Marcelino Tenório)

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – Parabenizar Vossa Excelência, Deputado Jesuíno Boabaid, por trazer a esta tribuna a situação da Segurança Pública do nosso Estado de Rondônia. Um assunto, Deputado Hermínio, muito pertinente e que a sensação, Deputado Adelino Follador, do nosso país, não é só no Estado de Rondônia, não, não é só pontual, é que a população ela tem insegurança, não tem segurança e isso é proveniente de quê? De falta de efetivo, melhor aparelhamento da polícia, inteligência nela, para que assim possa desvendar todos esses crimes que acontecem em nosso país. Mas nós vimos recentemente, quem assistiu o *Jornal Nacional*, a Globo mostrando no Rio de Janeiro, ponto de ônibus, Deputado Luizinho Goebel, quantas e quantas vezes aquelas pessoas foram assaltadas, Deputado Dr. Neidson, e em seguida foi esfaqueado por três jovens naquele momento e isso estava a Globo filmando tudo isso. Então, nós temos nesse país uma insegurança, temos uma falta de segurança do cidadão.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Até o repórter que estava dando entrevista ele foi saqueado, tomaram a câmera dele, jogaram no chão e tomaram a correntinha do repórter que estava filmando no meio da rua. Isso é lá no Rio de Janeiro, São Paulo, isso é o fim da picada! Com certeza, Deputado Marcelino, é no Brasil, toda a situação caótica está acabando com a estrutura do país. A Presidente da República está acabando com a estrutura do país que se chama município e Estado, e o Estado cada vez mais pobre, falta dinheiro na Segurança, falta dinheiro na Educação, falta dinheiro na Agricultura, falta dinheiro em tudo. Deputado Lazinho, eu tenho a maior admiração pelo seu trabalho, mas não do seu partido, não dos seus

companheiros, o Deputado Ribamar aqui também eu tenho a maior atenção, mas com certeza sua companheira está devendo muito para o país.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – E mais ainda, para piorar, para o futuro, o Governo Federal, ela fez... Ontem saiu no *Jornal Nacional* também que o FIES, que é aquele financiamento às pessoas que não têm condições financeiras de cursar uma faculdade, caiu 50%. Então, como, Deputado Adelino Follador, quando nós queremos ser um grande país, ter uma boa educação e ter uma boa segurança? Deputado Dr. Neidson, nós não vamos conseguir dessa maneira.

Mas, encerrado o Grande Expediente, passamos às Comunicações de Lideranças. Com a palavra, pelo prazo de 20 minutos, com apartes, a ilustre Deputada Lúcia Tereza.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Minha Deputada, eu só queria pegar um pedacinho aqui, uma parte sua, Vossa Excelência, eu só queria aqui registrar a presença dos pescadores lá de Jaci, acompanhados aqui pelo Pastor Joel, que é o Presidente da Associação. Daqui a pouco nós vamos votar o Projeto de Lei da nossa autoria, “*que autoriza os pescadores a pescar o pirarucu*”. É um peixe predador e nós aprontamos o Projeto e está na pauta para ser votado. Então, eu queria aqui pedir a paciência dos nossos pescadores que daqui a pouco já está encerrando aqui a sessão dos discursos, as falas dos Deputados, nós vamos suspender a Sessão por um prazo aí no máximo de uns 10, 15 minutos só para discutir a pauta aqui atrás e aí já vamos votar os Projetos, uns 10, 15 Projetos hoje que estão na pauta para serem votados e aí vai ser votado o Projeto, que é pedido do Pastor Joel, em nome dele todos os pescadores que pescam o pirarucu. O pirarucu é o peixe doutor, que tem bastante hoje na região do Jaci e que as pessoas, os pescadores não estão podendo pescar e com essa Lei nós vamos fazer esse Projeto que vai ser aprovado hoje, vai autorizar os pescadores poderem pescar o peixe que é o pirarucu, pelo menos nós vamos dar condições para que os pescadores possam continuar pescando. E um peixe hoje que é um peixe bom que é o pirarucu, que hoje tem um volume grande de peixe no rio Jaci. Então, é um pedido dos pescadores aqui, nós devemos ter quase 40 pescadores, representando aqui os pescadores, que são mais de dois mil pescadores hoje que vivem da pesca aqui na região do Madeira, do Jaci. Era isso, meu Presidente.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – Está bom, Presidente, Deputado Maurão. Com a palavra a nobre Deputada Lúcia Tereza.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Senhor Presidente, Senhores Deputados, senhora Deputada, presentes.

Eu venho a esta tribuna, serei bem breve, e endossando tudo que os colegas Deputados falaram aqui, eu vim aqui

agradecer a Deus publicamente e agradecer as pessoas que oraram na pessoa do Deputado Presidente Maurão e do Deputado Hermínio Coelho, ainda mais com os amigos outros que oraram por meu neto. Aí a gente tem que melhorar, a gente sabe que existe, quando Vv.Ex^{as} falam, eu falo também, a falta de policial dá briga, dá mortes, essas desavenças, Deputado Gurgacz, eu fico pensando: será que é só policial que falta? Será que é só dinheiro que falta? Será que não está faltando amor? Será que não está faltando de nós, agora Dia das Mães, eu estava pensando, será que não cabe às mães retomarem esse lar, retomar esse amor maternal, fraternal que ela tem, para conquistar novamente o diálogo, a paz, o amor, o equilíbrio entre as famílias? Será que o homem, o homem hoje que é parlamentar, que é autoridade, o quê que nós estamos fazendo para melhorar? Já que nós não podemos contratar policial, já que a gente fez um Requerimento e o Secretário não responde no tempo hábil que determina a Lei, já que eu não posso falar vinte minutos, tem que falar só dez.

Já que nós não podemos tanta coisa, o que podemos? Vamos pensar. Quem vai mandar no mundo não é quem tem dinheiro, que tem *status* e cargos, quem vai mandar no mundo é quem tem ideias, quem tem atitude, e mais do que isso amizade. Eu quero aqui agradecer de coração, e não foi por merecimento que meu neto recebeu a bênção de um dia para o outro, foi porque Deus existe. E eu gostaria aqui de muitas vezes Vv. Ex.^a vão me achar incoerente, conflitante, talvez eu seja mesmo, mas eu gostaria aqui, não é nem agradecer ao seu Governador com a Secretaria de Saúde, de todos os envolvidos, que aquele dia que bateu o desespero e que todos os Deputados me deram apoio ali e que eu pedi um mutirão porque tinha gente apodrecendo, gente morrendo, não é que a Deputada foi atendida, a urgência e a emergência foram. E eu estou feliz, eu só estou melhor, eu quero ficar muito feliz quando isso acontecer naturalmente a toda hora, porque o Estado de Rondônia pode, Doutor, o Estado de Rondônia merece, que foi o mutirão ortopédico.

Então, eu queria passar aos amigos que de Ji-Paraná, Rolim de Moura, Pimenta, Cacoal, toda nossa região ali já foi feito, Deputado, começou no dia 23, começou o mutirão. Então, aqueles trâmites vieram e aí os porquês depois, eu não vou falar, depois que Vv. Ex^{as} quiserem saber e o público quiser saber também os porquês que teve que trazer gente do Rio de Janeiro, ortopedista do Instituto Brasileiro de Políticas Públicas.

É aí que eu quero enaltecer o trabalho do Secretário, apesar de que a gente briga muito, porque tem hora que ele ultrapassa os limites da intolerância na maneira dele falar que me assusta, que eu gosto que falem mais manso comigo, mas eu quero aqui enaltecer o trabalho dele trazendo os ortopedistas do Instituto Brasileiro de Políticas Públicas. Então, eu queria dizer ao senhor Governador, que foi uma atitude que ele tomou, eu dei dois dias para que ele me desse a resposta, demorou mais, mas graças a Deus começou, vamos torcer para não parar e para ser feito isso todo dia, não é, Deputado? Então, foi feito só de mão da demanda represada, só de mão foram feitas dezessete cirurgias, de braço trinta e duas; de fêmur, dezesseis; de tibia, vinte e duas; de pés, cinco. Vai até dia 7 e daqui a trinta dias, trinta e cinco dias retorna. O que nós temos que lutar, o que nós podemos fazer? Elogiar o trabalho, que é mais do que obrigação; é o mínimo, é operar imediatamente o fêmur

de uma mulher de setenta anos ou de um senhor de oitenta anos para ele não ficar quatro meses, seis meses jogado numa cama, criando escaras, todo mundo sabe; de uma criança, de um trabalhador que corta a mão e demora cinco meses para se fazer a cirurgia. Então, que isso acontecesse de imediato, não é o top, não é do Primeiro Mundo, é o necessário, é o mínimo que nós temos que fazer para quem precisa do trabalho dos serviços médicos do SUS. Mas, de toda maneira, eu quero agradecer, porque às vezes agradecendo, olha, às vezes incentiva, a pessoa se sensibiliza, porque senão a gente tem as críticas também para fazer. Mas eu quero aqui mostrar o que pode ser feito, está sendo feito, quero agradecer, porque realmente o mutirão foi uma coisa muito boa.

Eu gostaria de passar para V. Ex^a, se nós fizermos um trabalho em conjunto, nós não vamos precisar ficar pedindo mutirão para ser eu a mãe e V. Ex^a o pai do mutirão. Olha que glória, o Deputado conseguiu! E se não tivesse Deputado? Estão vendo como a gente ainda está prestando? Então, eu gostaria aqui de agradecer a pessoa do senhor Governador e a toda Secretaria lá do hospital Regional de Cacoal, mas que isso não fosse mutirão de dois em dois anos, de quatro e quatro anos, que isso fosse um mutirão diário, a gente vê que pode ser feito.

Então, eu gostaria aqui de agradecer a todos que tiveram a compreensão da minha falta semana passada, não é, Deputado Adelino Follador e o Deputado Jesuino que me deram uma força, todos os Deputados, outra vez, eu vou dizer, Vv. Ex.^{as} são a minha segunda família, por isso que eu quero estar bem com Vv. Ex.^{as}, mas vamos ver se a gente faz mais, porque o nosso mandato está terminado, nosso mandato está terminando e nós queremos saber o que fazer.

O Sr. Laerte Gomes – Deputada Lúcia.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Pois não.

O Sr. Laerte Gomes – Deputada Lúcia, eu queria, primeiro, V. Ex.^a quando sobe a esta tribuna, fala com propriedade, sua experiência, sua história de vida, sua militância na política. Primeiro me externar com a dor que com certeza V. Ex.^a e sua família passou na questão do seu neto, e uma avó sofre em dobro, ela tem alegria em dobro, mas também sofre em dobro.

Como V.Ex.^a falou, a fé em Deus, Ele é o médico dos médicos, senhor dos senhores. Com certeza trouxe essa bênção para a sua família e as pessoas que gostam da senhora, como eu tenho certeza que todos os Pares aqui. Segundo essa reivindicação de V.Ex.^a, na região do município de Cacoal, esse mutirão que deveria ser uma ação contínua do Estado. Mas como não é, e como o verdadeiro interlocutor dos sentimentos do povo é o Parlamentar, é o Deputado, nós falávamos aqui agora há pouco da questão do DER, colocaram o interlocutor para os Prefeitos e Vereadores e talvez esqueceram da nossa missão, do nosso papel do Parlamento e do Parlamentar que também é esse interlocutor e representante da população. Mas V.Ex.^a, com muita sabedoria, com muita propriedade, solicitou ao Governo do Estado esse mutirão e aconteceu.

Tomara que isso se estenda, a gente queria mesmo que fosse uma ação continuada, que não precisasse de mutirão, que as pessoas não sofressem na fila, não sofressem nos

corredores de hospitais esperando uma cirurgia. Eu conheço pessoas que ficaram 60 dias esperando uma cirurgia, Deputado Cleiton, ortopédica, de quebra-dura, em cima de uma cama, com sofrimento. Mas a gente também tem que ressaltar aí o Governo que fez, lógico que é uma obrigação dele, mas fez, é de muitos, mas alguns não fazem e ele fez esse mutirão, atendeu Vossa Excelência.

Então, quero ressaltar e parabenizar a iniciativa que a Deputada Lúcia Tereza teve em toda região de Cacoal, de Pimenta, de Espigão, olhando por toda a região. Olhando, logicamente, principalmente para as pessoas que mais precisam, que eu fui Prefeito como V.Ex.^a, e essa é uma característica sua de estar exercendo o seu mandato aos que mais precisam. Ontem, eu pude observar hoje de manhã, o Deputado Adelino estava lá junto, o momento, um fato que eu achei que não ia ver, V.Ex.^a mostrou maturidade, com muita experiência que tem, junto com o Prefeito de Espigão. A gente que conhece a história política de Espigão, sabe que são adversários históricos, de muito tempo, sentaram juntos, conversaram com certeza para o bem de Espigão D'Oeste. Então, V.Ex.^a a cada dia mostra para a gente que realmente é uma pessoa inteligente, experiente, mas sensível, que sabe cobrar duro quando precisa, mas também tem a sensibilidade, como mostrou aqui, Deputado Lazinho, para a gente, o respeito que todos aqui tem por V.Ex.^a. Então, eu fico muito feliz em poder apartear-lá. V.Ex.^a concedeu o aparte para mim porque sou seu fã, eu gosto do seu jeito. Desde as reuniões de CNM em Brasília, quando V.Ex.^a não olhava de falar um palavrão, vamos dizer aqui, ou para uma pessoa ali ou para um Ministro.

A cobrança de V. Ex.^a é a mesma, pode ser para alguém que não tenha cargo nenhum ou Ministro de Estado, é por isso que V.Ex.^a tem meu respeito. Parabéns.

A SRA. LÚCIA TEREZA – E V.Ex.^a tem o meu. Eu gostaria de dizer que nós estendemos esse pleito de mutirão para todos os Deputados, os 24 Deputados. Eu não sou avó, nem a mãe do mutirão. É a Assembleia que exigiu que fizesse urgentemente. Só gostaria de dizer para V.Ex.^a que é mais novo, e o Deputado Hermínio insiste em me chamar de velha, eu gostaria de dar, que velho serve muito para dar conselhos, porque é assim: *Ah se a juventude soubesse e a velhice pudesse*, a política ainda é a arte de engolir sapo sem água.

Como V. Ex.^a disse do episódio de hoje, às vezes, por causa do santo você beija o altar.

A Sra. Rosângela Donadon – Um aparte, Deputada?

A SRA. LÚCIA TEREZA – Pois não.

A Sra. Rosângela Donadon – Eu quero aqui parabenizar nossa colega Lúcia pelo seu empenho, Deputada Lúcia, dedicação, para que houvesse esse mutirão. Parabéns mesmo. A gente sabe da sua luta, são mais de quarenta anos, Deputada Lúcia, dedicada ao bem da comunidade, a gente sabe do seu discurso, é um discurso sempre pautado no bem da população.

Parabéns, V.Ex.^a para nós é uma referência em trabalho, em dinamismo, e esse projeto que V.Ex.^a encampou para que houvesse esse mutirão lá, com certeza V.Ex.^a ajudou muitas pessoas que estavam num sofrimento profundo, aguardando.

Há uma demanda reprimida nessas cirurgias de alta complexidade e, com certeza, V.Ex.^a ajudou essas pessoas e hoje estão podendo sorrir, podendo caminhar, podendo dar continuidade na sua vida, no seu dia a dia, com menos sofrimento. Eu quero parabenizá-la, parabenizar também o nosso Secretário Pimentel, que merece todo o nosso respeito, a nossa admiração. É uma pessoa também que é referência como V.Ex.^a em trabalho, em dinamismo, sempre buscando ajudar a melhorar a situação da Saúde, que não é fácil, a gente reconhece que avançou, mas que tem muita coisa ainda para ser resolvida.

Parabéns, mais uma vez, Deputada Lúcia, e eu também vou lutar para que este mutirão aconteça lá na nossa região, lá no Cone Sul, que também há uma procura muito grande, o povo esperando para que aconteçam essas cirurgias. Parabéns.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Eu agradeço, minha Deputada querida, tão jovem e com uma bagagem e com uma sensibilidade tão grande. Quando V.Ex.^a chegar na minha idade, V.Ex.^a vai ser 'trocentas' vezes melhor que eu.

O Sr. Dr. Neidson – Um aparte, Deputada Lúcia?

A SRA. LÚCIA TEREZA – Pois não.

O Sr. Dr. Neidson – Parabéns também pela iniciativa que teve.

Isso demonstra o compromisso de V.Ex.^a com a população em geral, não é só por certas pessoas, mas pelo coletivo. Claro que esse mutirão que foi realizado lá em Cacoal atendeu várias pessoas de vários municípios, mas não vai resolver. Vai resolver temporariamente, porque o índice de acidente de trânsito é muito alto e é uma das maiores causas de lesões, fraturas, principalmente da parte ortopédica, que é um dos gargalos que nós temos no Estado na área da saúde. Então, fica aqui o meu agradecimento a V.Ex.^a pelo excelente trabalho que tem realizado e pedir também, às vezes, quero até parabenizar o Secretário de Saúde, o senhor Pimentel e ao adjunto que é o Dr. Maiorquim, que ambos fazem uma dupla que parece que foram feitos um para o outro. Um cobra e o outro apazigua e faz aquela estratégia.

A SRA. LÚCIA TEREZA – É verdade, Vossa Excelência conhece bem aquela região.

O Sr. Dr. Neidson – E estive também com o Secretário de Saúde e o Dr. Maiorquim junto, e ele já me explicou a situação do hospital, do pronto-socorro, o qual foi assumido pelo Estado, lá em Cacoal, Deputado Adelino. Ele me disse que é uma das formas que eles têm de descentralizar a saúde e colocou como exemplo aqui o Hospital João Paulo II e o Hospital de Base no qual a porta de entrada fica pelo Hospital João Paulo II e encaminha para o Hospital de Base. Vai ser da mesma forma o tratamento lá naquela região, que vai dar assistência a Vilhena, Rolim de Moura e as cidades da redondeza ali, para tentar descentralizar a saúde. Mas eu poderia também dar até uma...

Eu dei uma entrevista, na semana passada, para uma repórter do Conselho Regional de Medicina, a qual me perguntou se esse mutirão iria resolver o problema. Resolve temporariamente, mas os acidentes, as fraturas são variadas.

Fica a minha sugestão até para o Secretário, que possa contratar ortopedistas para tentar colocar em pontos estratégicos em alguns hospitais e que dê assistência, os materiais necessários, o anestesista para tentar diminuir esse índice de encaminhamentos agora. Por enquanto é no João Paulo II, porque a maior demanda lá é a ortopedia, não tem como, são uns setenta, oitenta por cento é ortopedia. Então, se descentralizar pelo menos a parte de ortopedia, vai diminuir muito aqui esse índice de pessoas que são encaminhadas aqui para o Hospital João Paulo II. Fica uma sugestão também. E quero lhe parabenizar novamente por essa dedicação que tem para a população do Estado de Rondônia.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Eu é que agradeço, Excelência. Eu gostaria que com o conhecimento que Vossa Excelência tem, que Vossa Excelência encaminhasse que todos nós vamos assinar, para que isso aconteça. Faça isso, nós estamos juntos.

O Sr. Doutor Neidson – Vamos fazer. E tem uma frasezinha que tivemos numa campanha de vacinação dos idosos lá em Guajará-Mirim, que diz que velho é o seu preconceito, viu? Isso serve para o Deputado Hermínio Coelho.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Então Vossas Excelências façam um requerimento, mandando, falando para o Deputado Hermínio, falando o que é velho, porque eu estou inibida de dizer a ele o que é velho.

O Sr. Alex Redano – Deputada, me permite um aparte?

O Sr. Adelino Follador – Deputada, um aparte?

A SRA. LÚCIA TEREZA - Deputado Redano, por gentileza.

O Sr. Alex Redano – Obrigado pelo aparte.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Ele tinha pedido, Deputado Follador.

O Sr. Alex Redano – Serei breve, obrigado pelo aparte, Deputada. E eu gostaria aqui realmente de parabenizá-la pela sua atuação. E falar, senhores Deputados, que devido à convivência nós conseguimos ver quem aqui verdadeiramente é. A pessoa externa o que ela realmente é. E a Deputada tem sido uma grande professora. Não a conhecia pessoalmente, eu conhecia já a trajetória política e aqui nós analisamos a atuação de cada Deputado e eu me coloco também como eleitor. E eu, as pessoas, os outros Deputados elogiando Vossa Excelência aqui, e eu pensei comigo mesmo: *'está aí, se eu não estivesse no meio, fosse eleitor, seria uma pessoa em quem eu votaria'*, porque Vossa Excelência, além da experiência, Deputada, Vossa Excelência age com transparência. Se tiver uma palavra que define a Deputada Lúcia é transparência. A mesma coisa que ela fala conosco aqui numa simples reunião, ela fala aí para o Presidente da República, para o Ministro, ela tem transparência e coragem. E com uma atuação comprometida, realmente preocupada com a população, com a ponta da linha. Aquela reunião em que Vossa Excelência demonstrou a sua emoção, realmente chorou perto de todo mundo, eu também fiquei emocionado, porque eu vi o quanto Vossa Excelência se preocupa

com seus eleitores, se preocupa com sua cidade, se preocupa com o Estado, e é isso que é bonito de se ver. Muitas pessoas criticam a política, mas poucas pessoas sabem que existem ainda muitos políticos comprometidos com a população, e aqui nesta Casa de Leis estou aprendendo isso. Vejo vários companheiros comprometidos com a política. E Vossa Excelência, também concordo com o Deputado, não é velha, é experiente, vem dando uma verdadeira aula para nós. Eu agradeço tudo o que tenho aprendido com Vossa Excelência.

Parabéns e muito obrigado por ser essa pessoa maravilhosa.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Eu é que agradeço e Vossa Excelência me dá mais responsabilidades e partindo de um jovem como Vossa Excelência, Vossa Excelência imagina qual é a responsabilidade da gente. Oxalá Deus nos dê força para sermos, para melhorarmos.

É isso. Obrigada, Deputado.

O Sr. Adelino Follador – Deputada, me concede um aparte?

A SRA. LÚCIA TEREZA – Pois não, Deputado.

O Sr. Adelino Follador – Deputada Lúcia Tereza, queria parabenizá-la por seu pronunciamento, parabenizá-la pelo trabalho que vem fazendo nesta Casa, não só neste mandato, a história, eu conheci a senhora em 83, 82, 83, lá na época do Teixeira, lá em Ji-paraná, a senhora lembra? A primeira reunião que nós tivemos, a senhora representando a Ala Feminina e eu representando a Ala Jovem, junto com o Governador Teixeira. E lá eu vi uma senhora elegante, levantou, chamou a atenção do plenário, falou muito bem e aí eu me lembro de Vossa Excelência desde aquela época. Então, e de lá para cá, Vossa Excelência tem que ter orgulho da sua história. Como nós viemos trabalhando, viemos participando da criação do Estado de Rondônia, cada etapa participamos, e eu, nós temos que ter satisfação, orgulho do nosso passado, porque poucos conseguiram estar aqui. Inclusive muitos que estavam junto conosco naquela época, hoje já não estão mais. Então, esses tempos eu fui olhar fotos antigas e eu fiquei triste no começo, porque eu vi que não tinha nem vinte por cento, vinte e cinco por cento vivos. E eu fiquei triste. Depois fiquei alegre, porque nós estamos dentro dos vinte e cinco por cento.

É, nós fizemos o que fizemos nessa história de Rondônia e ajudamos a criar o Estado de Rondônia praticamente, Vossa Excelência na região de Espigão e eu na região de Ariquemes, desde 77, a gente participou etapa por etapa e hoje estamos aqui marcando presença, fazendo o nosso dever, a nossa obrigação e defendendo o Estado de Rondônia.

Então, para mim é uma alegria muito grande estar aqui junto com Vossa Excelência. Sabe, eu fico triste quando as pessoas falam *'ah, mas nós talvez não estamos conseguindo'*, às vezes Vossa Excelência também, porque Vossa Excelência tem um perfil e Vossa Excelência também foi executiva, eu também fui, e às vezes no Legislativo a gente se sente um pouco inútil. Mas o trabalho, a tribuna também é uma ação do Parlamentar, do Legislativo, que nós temos que usar, porque isso tem ressonância, tem a imprensa que divulga, chama a atenção da sociedade, o cidadão lá que não consegue vir aqui na tribuna quer que a gente o represente, que a gente

desabafe, que a gente fale o problema dele, para que alguém faça alguma coisa. Então, eu considero a tribuna, principalmente no Legislativo, uma das maiores armas nossas que temos que usar. E além disso, os projetos que vêm aqui são discutidos, como hoje esta Casa nas comissões está discutindo, vem aqui para a tribuna e discute, participa. E eu quero que este mandato continue desta maneira e a gente dê opinião, tenha liberdade de agir quando precisa agir. E, Deputada Lúcia Tereza, eu tenho a maior satisfação de tê-la como colega aqui na Assembleia, porque eu conheço a sua história, a senhora conhece a minha história e junto com esses 23 colegas que temos aqui nós vamos fazer um grande trabalho. Nós temos que fazer o que estiver ao nosso alcance, aquilo que não está ao nosso alcance, a população não cobra, não, mas precisa que cada um faça a sua parte, nós não podemos nos omitir em momento nenhum.

Agora, aquilo que não é de nossa competência, que foge do nosso alcance, a população não cobra, não.

Mas eu quero parabenizar V.Exª por essa conquista nesse mutirão, e me preocupa muito, esses dias eu fui ao João Paulo, numa ala, e eu vi 18 pessoas quebradas, 14 era de acidente de moto, 1 era de bicicleta, outro de carro e outra, uma senhora de idade que quebrou porque o osso estava frágil. Então, nós temos que fazer alguma coisa, sei lá, para evitar esses acidentes de moto, 80% desses acidentes hoje são de moto. Eu não sei o que a gente pode fazer, mas tem que se preocupar.

Eu acho que o DETRAN devia fazer alguma ação de conscientização para prevenir, para não acontecer aquilo que está acontecendo hoje, que é um desastre a questão da moto.

Obrigado, Deputada.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Eu que agradeço e sinto orgulho, no bom sentido, de ser sua colega e mais do que colega, amiga desde 1982. Eu que agradeço.

O Sr. Leo Moraes – Um aparte, Deputada?

A SRA. LÚCIA TEREZA – Deputado Leo, com aparte.

O Sr. Leo Moraes – Eu vou ser breve, após esse flerte do Deputado Adelino Follador, eu gostaria de parabenizar o Deputado Adelino, sempre muito sensível, e a nobre Deputada justamente pela coerência que lhe é peculiar, isso é muito importante discorrer da sensibilidade, mas também do reconhecimento do trabalho que é executado. Nós sabemos da dificuldade de implementar políticas públicas na área da saúde, nós sabemos, assim como o Dr. Neidson já alertou a respeito dos traumas e fraturas que hoje tomam conta dos corredores dos hospitais, principalmente do Hospital João Paulo II, hospital esse que é destinado a atender média e alta complexidade, infelizmente enfrenta essa grande celeuma, fruto também, além da falta da educação, da conscientização dos nossos motoristas, também de recursos perdidos por parte do Governo municipal, haja vista que noventa milhões de reais voltaram para o Ministério das Cidades porque não foi elaborada uma política pública direcionada pelo nosso Prefeito aqui da capital, Deputado Adelino Follador.

Então, Deputada, gostaria aqui de parabenizar pelo discurso, principalmente pela coerência, V.Exª é pragmática, é muito cética em relação, e está certa porque nós temos que

ter um senso crítico aguçado, mas reconhece na hora que tem que reconhecer. Então, eu gostaria de enaltecer a sua postura e a sua coerência e contar sempre conosco nessa peleja.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Obrigada, meu querido Deputado.

E, para encerrar, eu gostaria de dizer, vocês que estão ouvindo nossos discursos, vocês, Senhores Deputados, viram que todos os Deputados é a mesma preocupação e todos sabem o que a população precisa, o que está passando, o que está faltando, o que está sobrando. Então, nós somos todos sociedade, como o Deputado Follador falou, nós somos povo, nós representamos aqueles que não puderam estar aqui, isso aqui para mim é sagrado. Aqui só podia falar a verdade, a reivindicar a verdade, falar o que o coração sente, não ter dúvidas. Então, todos os Deputados sabem o que a população, o que nós precisamos para melhorar, minimizar os problemas, então vamos juntar mais?

Eu fico feliz, eu só queria dizer muito obrigada.

O Sr. Cleiton Roque – Um aparte, nobre Deputada?

A SRA. LÚCIA TEREZA – Pois não, Deputado Cleiton.

O Sr. Cleiton Roque – Deputada Lúcia, eu vou ser breve, sei que o seu tempo se esgotou, mas não posso passar este momento sem saudá-la. E, na verdade, hoje o comportamento dos Deputados, no momento que V.Exª está utilizando a tribuna, demonstra o carinho que esta Casa tem com a experiência, aquilo que V.Exª representa aqui. Nós somos vizinhos e eu tenho a oportunidade de talvez conhecer ainda mais a história de V. Exª e o trabalho que V. Exª desempenha principalmente para a população de Espigão do Oeste e região. Eu me lembro que na década de 90 V.Exª estava exercendo o seu mandato e atendeu, de maneira assim muito rápida, uma demanda na minha cidade, da minha família, a pessoa ficou aos cuidados de V.Exª, e vendo todo esse trabalho contínuo, o qual lhe deu em Espigão do Oeste nesta eleição mais de 80% dos votos de Espigão, eu acredito que isso é algo inédito na região e no Estado de Rondônia, porque realmente a população de Espigão entendeu a necessidade da Deputada Lúcia Tereza aqui na Assembleia representando. Dizer a V.Exª que atendendo a um apelo também, logo nos primeiros dias de mandato, V.Exª cobrando uma resposta rápida para essa situação toda que envolve a saúde, principalmente no interior do Estado, daqueles municípios que foi tomada a decisão de regionalizar aquelas unidades hospitalares, em Cacoal o hospital Regional e agora a antiga Unidade Mista que vai ser o pronto-socorro que vem para substituir o João Paulo. Porque se acontece um acidente lá em Pimenteiras, qual é a referência para o pronto-socorro de alta complexidade? É o João Paulo. Desses 18 pacientes que o Deputado Adelino citou, pode ter certeza que uma boa parte é do interior. Nós acompanhamos casos de sete ou oito a semana passada, Deputado Leo, então João Paulo é a única referência do Estado inteiro para pronto-socorro de alta complexidade. A ideia hoje é dividir o Estado em dois e a parte do Cone Sul, região da Mata, região Central se deslocar para Cacoal e os demais municípios ter, continuar tendo o João Paulo como referência. O João Paulo foi construído na execução da Usina Samuel, na qual a população do Estado era três vezes

menos, a população praticamente triplicou enquanto que a estrutura continua a mesma.

Mas eu quero parabenizar V.Ex^a pela importante intervenção, de maneira justa, vindo agradecer um avanço que teve, apesar de todos nós sabermos que temos muito a caminhar e é através da atitude de V.Ex^a e da atitude de todos os Deputados aqui, que cobram de maneira justa, de maneira eficaz, que estão sendo pressionados, todo dia nós acordamos, muitas vezes com dez, quinze ligações...

A SRA. LÚCIA TEREZA – Nem dormimos.

O Sr. Cleiton Roque - Às vezes nem dormimos, exatamente. Essa madrugada, Deputada, eram 4:30 horas da manhã, eu estava recebendo ligação de situações, principalmente envolvendo a área de saúde, e que a gente se solidariza, UTI, enfim, e outras coisas. Então, parabéns a V.Ex^a e agradeço pelo aparte. Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Eu que agradeço. Agradeço a Deus sempre em primeiro lugar, queria aqui agradecer e dizer a todos os meus colegas, porque diz que quem ocupa o mesmo cargo é colega, mas, meus queridos amigos, com certeza farei de tudo para poder melhorar, não só como ser humano, mas como Parlamentar, eu queria que vocês me ajudassem a melhorar e dizer a vocês que nós somos responsáveis por tudo aquilo que nós cativamos. Então, eu ainda acredito muito no trabalho desta Assembleia, eu acredito em todos os senhores, nós podemos e nós devemos fazer mais e mais rápido. Nós vamos juntos, quando se quer, se une; nós vamos conseguir.

Então, eu peço a Vossas Excelências que me ajudem a melhorar e vou fazer de tudo para não decepcioná-los. Muito obrigada e que Deus abençoe a todos.

A Vossa Excelência, Deputado Hermínio, Vossa Excelência não estava aqui para escutar, mas eu agradei a todos em seu nome, na hora do meu desespero a gente procura sempre as pessoas que a gente vê que gostam da gente, mas eu estou percebendo que Vossa Excelência não gosta muito de mim, não, porque toda vez me chama de velha e sai. Vossa Excelência não fica para escutar, mas, brincadeiras à parte, porque Deus nos dá alegria de conviver e de viver.

Muito obrigada.

(Às 18 horas e 07 minutos o Senhor Marcelino Tenório passa a presidência ao Senhor Edson Martins)

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputada Lúcia Tereza. Deputada Lúcia, uma Deputada com grande atuação, muito conhecimento, tanto no Executivo quanto no Legislativo. Brilhante discurso, Deputada Lúcia, parabéns pela sua atuação na área social também, um grande trabalho que Vossa Excelência tem feito, que com certeza é uma referência no Estado.

Ainda nas Comunicações de Lideranças, eu concedo a palavra ao nobre Deputado Luizinho Goebel, por vinte minutos, com apartes.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Cumprimentar todos os Pares, colegas Deputados e Deputadas, toda imprensa, as pessoas que nos visitam, em especial o nosso amigo Vereador Cícero,

lá do município, Presidente da Câmara do município de Alvorada do Oeste; Rodriguinho, Presidente da Associação dos Agropecuaristas de Alvorada e também o senhor João Martins, que é agricultor daquele município.

E eu ouvi aqui a Deputada Lúcia falando de boas notícias, e hoje, Deputado Edson, nós tivemos uma Sessão até o momento que veio a esta tribuna, de péssimas notícias, mas também vemos aqui a Deputada Lúcia quando vem dizendo algumas coisas em que a gente está avançando e que está melhorando, e é exatamente nesse mesmo caminho, Deputado Follador, eu quero trazer aqui uma boa nova para o Estado de Rondônia, uma boa notícia para o Estado de Rondônia, e nós que já estamos a um bom tempo neste Parlamento, Deputada Lúcia, por muitas e muitas vezes nós lembramos lá do seu município de Espigão D'Oeste, de Pimenta Bueno, que é o município do nosso Deputado Cleiton, Deputado Só na Bença, quando a gente falava daquilo que é muito importante para o Estado de Rondônia, porque nós entendemos que uma coisa que é muito importante para o Estado de Rondônia é o aumento da produção. Quando a gente vem aqui falando que nós precisamos de mais investimentos na Saúde, mais investimento na Educação, mais investimento para as nossas Polícias, automaticamente para se fazer tudo isso, Deputado Lazinho, para apoiar os agricultores, principalmente da agricultura familiar, nós precisamos de dinheiro, nós precisamos de recursos públicos, Deputado Follador, e esses recursos, de algum lugar eles têm que vir e eles para chegarem aos cofres do Estado, geralmente eles têm que vir por aquilo que Rondônia tem de melhor, que são as terras e o povo trabalhador. Terra que produz e povo que trabalha e para isso nós precisamos dar condições, buscar mecanismos, ferramentas que serão importantes para o aumento dessa produção, porque através do aumento da produção nós vamos gerar mais empregos e mais renda para a nossa população. Nós vamos fazer com que as nossas indústrias de Rondônia possam não só vender o milho, que é produzido no nosso Estado, em forma de grãos para exportar para o mundo todo, mas sim industrializar e de fazer talvez, o fubá, a farinha de fubá. Não é diferente quando nós vemos aqui, nós mandando, Deputada Rosângela, que é de uma grande região produtiva do nosso Estado, o milho da pipoca a granel para outros Estados, e muitas vezes a população de Rondônia compra pipoca ensacada, empacotada e naquele momento aquilo se agrega valor, porque é muito diferente de se vender uma saca de soja por R\$ 60,00 e muitas vezes a gente ir ao mercado e comprar um quilo de soja num pacotinho embalado de um quilo por R\$ 6,00 a R\$ 8,00. Então essa boa nova que nós trazemos hoje, e aí nós temos que reconhecer o trabalho do Governo do Estado, na pessoa do Governador Confúcio Moura, é em relação à extração e produção do calcário, e aí é aonde eu falo que exatamente vem lá da região do Deputado Cleiton Roque, da região da Deputada Lúcia Tereza, as boas novas para Rondônia.

Nós estamos preparados para produzir calcário e os ajustes através do Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Agricultura estão sendo feitos para que nós possamos aumentar a produção do calcário no nosso Estado.

Mas nós vamos além, nós temos que enaltecer que a pessoa do empresário César Cassol, que hoje é proprietário de uma grande jazida de calcário no Estado de Rondônia e

com muita coragem fez um grande investimento na usina de calcário e que nós, nos próximos dias, mais provável no próximo mês, só essa usina de calcário do empresário César Cassol terá a capacidade diária de produção de 03 mil toneladas de calcário/diária. Isso significa em torno de 80 carretas de calcário, Deputados, 80 carretas diárias de calcário e esta produção de calcário será distribuída para o Estado de Rondônia inteiro e isso significa 30% a mais na produção de leite. Se hoje Rondônia produz 100 mil litros de leite/dia, que é uma exemplificação que eu estou fazendo, quando nós aplicarmos o calcário na terra, num período muito pequeno, em torno de seis a oito meses, eu tenho certeza que nós já estaremos produzindo, no mínimo, 30% a mais de leite. E se nós produzirmos 30% a mais de leite, nós vamos gerar mais emprego, mais emprego na roça, mais emprego nos laticínios, mais emprego para o transporte desse produto e isso automaticamente vai gerar 30% a mais de imposto para o nosso Estado de Rondônia. Na propriedade rural, Deputado Jesuíno, Deputado Follador, Deputado Lazinho, numa propriedade rural com aplicação do calcário na área degradada, nós vamos ter a capacidade em vez de ter três a quatro bois, Deputado Edson, nós vamos ter cinco ou seis bois, praticamente nós vamos dobrar. E isso, automaticamente, também é mais produção de carne, é mais produção de corô, é mais geração de emprego, é mais renda, mas principalmente mais impostos para os cofres do Estado para que nós possamos distribuir esses recursos nos mais diversos setores do Governo.

Então, aqui eu quero enaltecer o nome da pessoa do Governador Confúcio Moura, que há poucos dias, Deputado Cleiton, quando eu e Vossa Excelência convidamos o Governador Confúcio Moura para descer até essa região lá de Parecis para conhecer essa nova usina de calcário, prontamente se colocou à disposição, Deputada Lúcia Tereza, exatamente neste momento que Vossa Excelência não pôde estar presente, mas foi justificada a sua ausência...

A Sra. Lúcia Tereza – Eu agradeço.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Quando Vossa Excelência estava lá acolhendo o seu neto, no momento que ele precisava de ajuda.

A Sra. Lúcia Tereza – Eu agradeço, Deputado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Então, Deputada Lúcia, nós temos que reconhecer as boas ações do Governo do Estado e essa é uma boa ação, porque o Governador, além de ir à jazida de Espigão/Pimenta, também foi lá na jazida de Parecis e fez a garantia a todos os produtores daquela grande região, fez a garantia, Deputado Follador, ao empresário César Cassol de que o Governo do Estado, através do DER, vai dar condições de trato em todas as estradas de responsabilidade do Governo do Estado, e isso é muito bom. E, além disso, o Governador se colocou à disposição como “*garoto propaganda*” do calcário produzido no Estado de Rondônia, produzido naquela região de Pimenta e Parecis, mas que exatamente de lá vai sair a riqueza do Estado de Rondônia, que será distribuído para o Estado de Rondônia inteiro. E hoje o Amazonas, e principalmente o Acre, já estão com os olhos voltados para o calcário que será produzido aqui no Estado de Rondônia. Então, essa boa

nova nós temos que anunciar e para aqueles produtores, para aqueles agricultores que já esperavam há muitos e muitos anos a possibilidade do acesso à aquisição de calcário, hoje isso já será possível, nos próximos dias, uma realidade para os pequenos, para os médios e para os grandes.

Então, eu quero parabenizar em especial aqui a Deputada Lúcia Tereza, que desde quando Prefeita, quando Deputada, mas assim mesmo não estando com mandato, sempre esteve solicitando de quem estava representando o poder público do Estado de Rondônia que esses Poderes voltassem os olhos para o futuro de Rondônia, para o futuro da produção de Rondônia que é exatamente a jazida de calcário de Pimenta/Espigão. E hoje não é diferente com Parecis, que tem a força do Deputado Cleiton e do Deputado Só Na Bença e o apoio dos demais Deputados, mas principalmente eles que estão lá e que estão atentos diariamente aos problemas que nós precisamos enfrentar para poder fazer essa riqueza ser distribuída para o Estado de Rondônia. E esse compromisso é exatamente a recuperação das pontes, a substituição das pequenas pontes de madeira por bueiros definitivos de concreto, mas, acima de tudo, a recuperação das nossas estradas com qualidade, para que essas carretas que hoje transportam até 50 toneladas por carga possam transitar tranquilamente por toda aquela região.

A Sra. Lúcia Tereza – Um aparte, Deputado?

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Quero aqui ceder o aparte à nobre Deputada Lúcia Tereza.

A Sra. Lúcia Tereza – Quero parabenizá-lo, que consciência! Vossa Excelência não é só líder, defender por defender, mas a consciência, isso é muito bom. E o César Cassol que acredita em Rondônia, isso é muito importante, apesar de bandeiras diferentes a gente soma quando o objetivo é um só para o engrandecimento. Logicamente que o César Cassol não está, a intenção do só engrandecimento de Rondônia, logicamente ele é empresário, ele é homem de atitude, ele investe, ele tem coragem, então parabéns a todos nós e parabéns ao Governador pela humildade de ir até lá junto dar as mãos aos Deputados Cleiton e Só Na Bença também. Deputado Luizinho, eu gostaria de ver se a gente, a 10 mãos, pudesse fazer um requerimento ao Sr. Governador, e Vossa Excelência como Líder e o Deputado Cleiton como vice-Líder, para saber a posição do projeto que já estava no BNDES da estrada do calcário. E nós, o Deputado Cleiton, o Deputado Só Na Bença e a Deputada Lúcia Tereza estão reivindicando que o asfalto comece do trevo de Espigão para calcário e não do calcário lá para a BR – 367...

O Sr. Cleiton Roque - Passando pela Rodovia do Agreste.

A Sra. Lúcia Tereza – É. Então nós estamos reivindicando, gostaria que Vossa Excelência pusesse esse cacaio nosso nas costas e fosse até o Governador e a gente precisa saber quando começa esse asfalto, um asfalto classe A, porque realmente é trânsito pesado e nós precisamos do trânsito também desses caminhões para trazer algum dividendo para Pimenta e para Espigão D'Oeste, não só levar o nosso calcário, mas para deixar mais coisas para o nosso Estado.

Parabenizar pela seriedade com que Vossa Excelência exerce a função de Líder. Que bom que Vossa Excelência sabe discernir as coisas que realmente são boas para todos nós e que não defende o indefensável muitas vezes.

Muito obrigada.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Obrigado, Deputada Lúcia Tereza, e pode ter certeza que as palavras de Vossa Excelência nos agradam pela experiência e acima de tudo o compromisso e a paixão que Vossa Excelência sempre teve pelo Estado de Rondônia.

Quero dizer, Deputado Edson e Deputado Cleiton, que eu sou extremamente solidário ao posicionamento da Deputada Lúcia Tereza em relação à estrada. A estrada chamada *Estrada do Agreste* ou a *Estrada do Calcário*, de fato é uma estrada que contempla, sim, a nossa região mais, Deputada Rosângela, mas a nossa região é que menos precisa de calcário no Estado de Rondônia. Então, se nós deixarmos de olhar com os olhos de construir, de investir naquela *Estrada do Agreste* neste momento, que ela é uma estrada difícil, uma estrada que tem muito serviço para ser feito e a gente priorizar a pavimentação da rodovia que liga hoje Espigão D'Oeste à usina de calcário, eu sou solidário extremamente a essa ideia, porque eu entendo que economia que esses caminhões vão fazer, sendo tudo asfaltado compensa aquele tráfego, que vai ficar mesmo que uma estrada boa de chão. Então, eu sou solidário a essa demanda e eu entendo que das prioridades, a prioridade para Rondônia hoje na questão de pavimentação asfáltica é dar o acesso para o futuro promissor para o Estado de Rondônia, quer trazer calcário para todos os quatro cantos do Estado de Rondônia. E hoje, Deputado Laerte, V. EX^a, que sempre defendeu o setor produtivo, o agronegócio, tanto quanto Prefeito e hoje como Deputado, sabe que nós particularmente, Deputado Luizinho, Deputada Rosângela, nós estamos na região mais produtiva do Estado de Rondônia. Mas a partir do momento que essas terras dessa grande região de Porto Velho tiverem a condição de ser melhoradas, principalmente com aplicação desses insumos, ela se tornará uma região muito mais produtiva do que a nossa. Por quê? Porque nós temos uma região de grande produção, mas de pequeno território, e aqui é ao contrário, não temos produção hoje, portanto, temos um grande território.

O Sr. Adelino Follador – Uma Questão de Ordem, Deputado?

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Na ordem, Deputado Adelino Follador.

O Sr. Adelino Follador – Quero parabenizar, Deputado Luizinho, pelo seu pronunciamento, um assunto tão importante, aquilo que é uma realidade, que nós podemos triplicar a quantidade de vaca, por exemplo, quem mexe com leite, para triplicar a quantidade de animais do que está hoje, com o calcário e adubo.

Eu considero nesse financiamento que foi feito pelo BNDES hoje, o Governo do Estado, uma das obras mais importantes dele é a usina de calcário, mas sem o asfalto lá, sem a cobertura, sem concluir o projeto, porque ficou trinta dias sem produzir um grão de calcário, por quê? Porque não tinha cobertura e precisa organizar melhor, e a estrada também tem atoleiros lá que não está passando, precisa ter asfaltamento para garantir o transporte durante o ano todo. E agora

parabenizar o César Cassol também pela iniciativa de montar outra usina, que vai poder fornecer também calcário com quantidade, com as duas usinas pode ser fornecido para o Estado todo. Com certeza hoje nós temos que melhorar a produtividade e melhorar a produtividade sem calcário é impossível, seja para lavoura, ou seja para pecuária, ou seja para gado leiteiro. Nós temos uma área lá que nós recuperamos com calcário e adubo, hoje ela produz mais do dobro, a média é cinco cabeças na nossa região por alqueire e aonde tem, se for piquetear como deve ser piqueteado os pastos, pode aumentar duas vezes, até vinte cabeças está se mantendo num alqueire desses, desde que você tenha uma capineira para completar na época da seca, até vinte cabeças de gado você pode manter num alqueire de terra. Tem gente que está mantendo vinte cabeças de gado, mas ele está piqueteando dezenove piquetes, então cada dia o gado come num piquete.

Então, nós precisamos da tecnologia, agora tem a Exposição em Ji-Paraná, a *Rondônia Rural Show*, que eu quero também parabenizar o Governador pela iniciativa, na época o ex-Secretário e hoje o atual Secretário, mas uma iniciativa de Governo que deu certo, porque lá com novas tecnologias, com novas opções, com maquinário, com a exposição, com palestras, estamos incrementando, estamos fazendo com que o agricultor se anime mais e invista na agricultura. Então a agricultura não é gasto, é investimento. Nós temos que investir também no transporte de calcário para o pequeno produtor, porque o pequeno produtor para ir buscar o custo, principalmente na nossa região, a região de vocês é próxima lá, a nossa região hoje o custo de transporte é o mais caro, não é nem o preço do calcário. Então, nós temos que ajudar o pequeno agricultor a incrementar mais a sua propriedade, porque eu tenho certeza que isso dá retorno para o Estado também e automaticamente dá emprego para a população de Rondônia, que é um resultado positivo para o Estado de Rondônia. Parabéns, Deputado Luizinho, pelo assunto, parabéns ao Governo do Estado pela usina de calcário, parabéns também ao César Cassol pela iniciativa, pela coragem de investir nessa área que é muito importante.

Obrigado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Obrigado, Deputado Follador, e me alegra muito como o senhor, como um bom gaúcho, mas que é agricultor, já foi Prefeito de um município de importância muito grande na produção agrícola no Estado de Rondônia, como Secretário de Agricultura que já foi da cidade de Ariquemes, o senhor me traz essa boa notícia que nós estamos além daquilo que era previsto. Eu disse que nós poderíamos aumentar em 30% a produção de gado com a mesma quantidade de terras no Estado de Rondônia, mas melhorando a qualidade da terra. O senhor já me fala que a gente tem a capacidade de dobrar isso. Então, isso é muito importante, não é pouco se falar que se nós temos hoje onze milhões de cabeças de gado no Estado de Rondônia, nós temos a capacidade de dobrar isso e se nós dobrarmos a quantidade de gado no Estado de Rondônia, nós vamos ser o segundo maior produtor de gado do país, perdendo somente para Mato Grosso, que hoje tem em torno de vinte e nove milhões de cabeças. Então, realmente essa é a boa nova que nós temos para o Estado de Rondônia e a imprensa pode ter a certeza e

a segurança de divulgar que nos próximos 90 dias Rondônia terá calcário em abundância para a sua população.

O Sr. Edson Martins (Presidente) – Um aparte, Deputado?

O Sr. Laerte Gomes – Um aparte, Deputado?

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Na ordem, o Deputado Edson Martins e logo após o Deputado Laerte.

O Sr. Edson Martins (Presidente) – Deputado Luizinho, eu só queria parabenizá-lo pelo seu discurso. Ontem, lá no lançamento do Rondônia Rural Show, vários Deputados presentes, no mínimo dez Deputados presentes. Na minha fala representando a Assembleia Legislativa, eu destaquei também a questão da usina de calcário. A Rondônia Rural Show, que é uma feira de tecnologia que vem crescendo a cada ano, os números que apresentaram lá ontem, a primeira feira para a terceira feira já dobrou, o número de negócios aonde atalha todas as burocracias para que os produtores possam adquirir os seus equipamentos e implementos agrícolas. Mas de nada adiantaria a tecnologia no campo, o trator, a máquina, se realmente não tivesse o calcário para corrigir as áreas degradadas, porque o trator geralmente vai mexer com a área já degradada e quaisquer outros insumos pode-se transportar de outro Estado, o calcário não. O calcário é diferente, é impossível, fica inviabilizada a agricultura que depende de transportar o calcário de outro Estado. Então, por isso a importância dessa usina de calcário.

Quero parabenizar pelo seu discurso, realmente muito pertinente e nós podemos, sim, dobrar a produção agrícola do nosso Estado. Não só a produção agrícola, como também a produção agropecuária de corte e leite e, com certeza, se nós dobrarmos a nossa produção, nós vamos gerar emprego e nós vamos também gerar economia, melhorar a arrecadação, e só assim que a saúde vai mais recurso para investir, a educação vai ter mais recurso para investir, os servidores públicos, no momento que arrecadar mais, vão melhorar o orçamento, vai ter folga no orçamento também que possa implementar o salário dos servidores que com certeza é reivindicação justa que todos os servidores fazem. Então, parabéns ao Governo do Estado que teve essa visão realmente de um Governo que se preocupa com a economia do Estado. Preocupa com o setor principal do Estado, que é a agricultura, é onde gera emprego e gera renda e aonde não tem erro.

Quando se produz alimento com certeza esse tem comércio garantido no mercado, no mundo, porque realmente o mundo, nós sabemos que tem muitos países que não produzem, e o mundo tem fome. Então, eu acho que está de parabéns neste momento V.Ex^a, com esse discurso e ontem também eu parabenizo o Governo do Estado ali naquele momento pelo grande investimento na usina de calcário. Esse, sim, é o apoio verdadeiro para a agricultura. É aquele apoio que realmente vai dar condições de melhorar muito a nossa economia, a nossa produção agrícola e pecuária no nosso Estado.

Parabéns e muito obrigado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Obrigado, Deputado Edson. E quando a gente fala aqui do milho, do arroz, do feijão, da

carne, do leite, nós vemos também já o setor de hortifrutigranjeiros, fruticultura, então vai ser uma cadeia produtiva e, com certeza, ela ampliada, nós muito vamos ganhar com isso, e mais uma questão importante, que é importante frisar, principalmente para que a imprensa possa informar a população de Rondônia, que essa jazida tem uma capacidade de exploração de mais de cem anos. Se nós pegarmos hoje, o maquinário que está montado, eles podem ficar mais de cem anos extraíndo, ou seja, nós vamos ter calcário para toda a vida. A terra vai estar totalmente preparada, por quê? Porque elas são realmente grandes jazidas, grandes jazidas, talvez uma das maiores jazidas de calcário do país, que se concentra ali naquela região.

Com a palavra o Deputado Laerte.

O Sr. Laerte Gomes – Deputado Luizinho, Vossa Excelência traz um tema aqui fundamental para o futuro do Estado de Rondônia. Gostaria eu que esse nosso Plenário, nossos nobres colegas e nós temos Sessão ainda, são seis e trinta da tarde, eu gostaria que estivessem todos presentes aqui para escutar e ouvir um tema desses para a gente poder discutir, mas infelizmente, como sempre, vai chegando às cinco e meia, seis horas, o Plenário vai esvaziando. Presidente Edson, Presidente desta Casa, Vossa Excelência aqui, representando a Presidência, tem que tomar uma posição quanto a isso. Nós não podemos esvaziar o Plenário, Deputado Adelino, dessa forma, antes de terminar a Sessão. Isso é uma falta de respeito para com os Parlamentares que aqui permanecem e também com os amigos que vêm aqui, nossos visitantes que vêm aqui acompanhar a Sessão.

Eu gostaria de dizer que Vossa Excelência traz esse tema importante e quem ganhou muito com isso foi a nossa região, a Zona da Mata, a região central do Estado, que vai ter uma jazida de calcário de uma qualidade até superior a que já existe, a que já existe aqui no Estado, lá na região de Espigão, que vai ter um frete mais barato, um custo menor aos nossos produtores. Nós estamos ali numa região de assentamento, de pequenos produtores rurais e vamos poder fazer uma grande transformação naquela região. Falou-se muito aqui na questão da bacia leiteira, da produtividade de leite, no aumento da capacidade de animais por hectare ou por alqueire, mas tem que se falar também na cafeicultura que é um produto que pesa muito na economia dos nossos municípios ali da região central, da região da Zona da Mata, da questão da produção do feijão, da pimenta, do tomate, do inhame na nossa região lá, do arroz, da soja, enfim, está se transformando aquela região e com isso os nossos produtores vão ter acesso com isso, a um custo mais barato. E a gente espera que com isso o Governo do Estado também possa criar programas. Nós temos ali em Alvorada, Deputado Adelino, a transformação do café comum para o café clonal, o café modificado, que é onde nós estamos tendo uma produção quatro, cinco vezes maior que o café atual. Mas infelizmente, Deputado Luizinho, Vossa Excelência tem acompanhado isso muito lá, essa transformação, Deputado Aécio, tem acontecido por mérito do produtor e que a gente cobra de políticas públicas do Estado, de Governo, não é de Governador nem de Secretários, é que isso possa ser subsidiado pelo Governo do Estado, não é, por exemplo, trazendo o calcário agora vai ficar mais barato, o

próprio Parlamento, os Deputados com emendas, o Deputado Lazinho já foi lá e se propôs a colocar uma emenda para comprar mudas de café, estocagem do café velho, enfim, a irrigação, arrumando linhas de crédito através do Banco do Povo, com juros subsidiados também ao produtor, para que os produtores possam passar de uma safra de trinta, quarenta sacas por alqueire, para uma safra, que hoje os que plantaram estão colhendo de duzentos e cinquenta saca num mesmo espaço de tempo. É isso que a gente discute, é isso que vai trazer o desenvolvimento, principalmente para os pequenos e médios municípios de Rondônia. Aquecer o comércio, gerar empregos e melhorar a qualidade de vida do produtor. Hoje a gente fala tanto, antigamente se falava no êxodo rural, os filhos dos produtores indo para a cidade, hoje está o contrário, porque hoje tudo que planta tem preço, hoje você vai produzir mais para o filho do produtor voltar, Deputado Lazinho, Vossa Excelência que defende muito isso, voltar à sua propriedade, que é uma empresa. Como o Deputado Adelino falou aqui hoje, a propriedade rural hoje, Deputado Luizinho, virou uma empresa. Então, os filhos fazendo os cursos técnicos, eles têm que voltar às propriedades do pai para fazer aquilo dar lucro. E hoje há condições e mecanismos para isso. Então, eu parabeno Vossa Excelência pelo discurso, quero parabenizar aqui o empresário Trevisan, César Cassol que montou essa usina naquela região nossa, que eu acho que vai ser a mais beneficiada de todas, lógico que é para o Estado todo, para o Acre também vai vender, mas ali, devido ao custo do frete, nós temos condições de aumentar muito a nossa produção naquela região. Parabéns.

O Sr. Cleiton Roque – Deputado, me permite um aparte?

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Obrigado, Deputado Laerte. Com a palavra o Deputado Cleiton Roque.

O Sr. Cleiton Roque – Parabenizá-lo, registrando que Vossa Excelência vem desempenhando um grande papel à frente da liderança do Governo, e hoje utiliza a tribuna de maneira muito lúcida, e tem colocado uma das molas mestras da economia rondoniense de um investimento que tem de fato mantido o Governo do Estado de Rondônia no azul. O que tem mantido, Deputado Luizinho, as contas do Governo do Estado no azul é o setor produtivo. Se nós observarmos o aumento da arrecadação, vou fazer hoje um diagnóstico simplificado, nós vamos chegar a esse denominador. É o setor produtivo que tem mantido a conta do Estado, o crescimento da arrecadação aumentando, de fato um investimento visionário como foi feito há alguns anos atrás. Quando o Deputado Adelino Follador cita propriedades de hoje, propriedades de um alqueire com vinte cabeças de gado, é verdade. Eu conheço o senhor Irineu Reuma, em Pimenta Bueno, na Linha 50, em frente à escola polo Luiz Cabral, ele foi um dos primeiros produtores a começar a fazer a correção do solo com calcário, quando poucos acreditavam que era possível fazer a recuperação. E hoje ele tem lá, Deputado Adelino, em quatro alqueires de terra, ele tem sessenta cabeças de vaca leiteira. Ele faz um manejo de pasto e o resultado vem. Então, está provado e isso é em todas as áreas, por exemplo, o Mário Português, um empresário produzindo grãos em larga escala, aqui na região de Porto Velho e seus distritos, tem locais que a média já está em

cinquenta sacas de soja por hectare. Ele falou o seguinte: tem região que ele está fazendo a devida recuperação com calcário, que está chegando a setenta sacas de soja. Esse índice, Deputada Rosângela, é só lá do Cone Sul, aonde tem o solo de melhor qualidade do Estado de Rondônia. Esse é o número do Paraná, Deputado Adelino, que Vossa Excelência conhece muito bem, sabe do que nós estamos falando. Então, essa resposta, ela está acontecendo e tem jogado a economia rondoniense para cima. Uma das grandes ações da SEAGRI, e nós temos que parabenizar o Governador Confúcio Moura e o Secretário de Agricultura Padovani, Deputado Luizinho, é a aquisição de dez bitrens que estão em fase final de licitação para que nós possamos baratear o custo desse calcário. O custo do calcário, talvez não seja nem a tonelada do calcário, é o frete. De acordo com o sindicato que administra o transporte deste setor, está em torno de quatro reais o quilômetro em média, que foi fechado na última reunião deles. Então, que o Governo pode contribuir muito, e é decisiva essa ação do Governo, para que esses veículos de fato possam transportar esse calcário para centros de distribuições regionais e aí, através de uma parceria entre Governo do Estado, Prefeituras municipais, através de suas Secretarias de Agricultura, fazer a boa distribuição. Então, eu quero parabenizar. O Estado de Rondônia não pode virar as costas para a sua vocação. A vocação econômica, de fato, é o setor produtivo, tem avançado, valorizando uma das bandeiras que o Deputado Lazinho defende muito, que é a agricultura familiar. A agricultura familiar tem condição de crescer muito, abastecendo o mercado interno e nós aumentarmos, e muito, a produção em larga escala, agregando aí, Deputado Luizinho, a industrialização desses produtos. Eu entendo que o maior desafio desta nossa geração é fazer a industrialização no nosso Estado, agregar valor ao produto. Por exemplo, já temos aí misturador de adubos sendo construído em Porto Velho pelo grupo Maggi, isso nós não tínhamos até o momento, isso pode ser feito; o moedor de grãos, temos um pequeno moedor de grãos em Vilhena, na cidade que vocês representam. Então, de fato, temos condição de avançarmos muito.

Mas aqui, para finalizar, Deputado Luizinho, eu quero parabenizar V.Ex^a. Eu tenho andado bastante neste Estado e por onde eu tenho ido tenho visto o trabalho praticamente de muitos Deputados desta Casa, em cada cidade que eu chego eu vejo ali uma semente plantada de V.Ex^a, está indo no seu terceiro mandato, então V.Ex^a está de parabéns pelo mandato que desempenha.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Obrigado, Deputado Cleiton, pelas palavras. E realmente todos os Deputados que se pronunciaram, reafirmaram aquilo que eu disse em relação ao aumento da produção pela melhoria das nossas terras e pelas palavras de reconhecimento ao nosso trabalho, Deputado Cleiton, mas quero dizer que V.Ex^a está no caminho certo porque tem seguido o nosso rastro aí e pode ter certeza que já chegou e chegou para fazer sucesso e vai dar tudo certo.

Obrigado, que Deus abençoe o nosso Estado de Rondônia.

O SR. CLEITON ROQUE – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. CLEITON ROQUE - Só quero registrar a presença aqui na galeria da Assembleia do ex-Prefeito de Parecis, Marcondes Carvalho, que está nos auxiliando, prestando a sua experiência, que tem como nosso assessor lá e dizer ao Marcondes que tenho visitado Parecis e a população de lá tem saudade do grande mandato que o meu amigo Marcondes Carvalho fez naquele município.

Muito obrigado, Marcondes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Eu, depois desse discurso do Deputado Luizinho, eu lembrei de uma coisa, Deputado Lazinho, saber o que aconteceu com a denúncia do café, a do técnico que falou, se não deram resposta eu não quero deixar no esquecimento. Eu quero deixar aqui registrado que nós estamos aguardando o que o Governo do Estado apurou, o que é que fez.

Inclusive estão aqui o líder e o vice-líder, que o Governo dê uma resposta a esta Casa, se é que existe essa contaminação do café e se não existe que puna quem falou. Eu acho que é uma coisa que não devemos deixar no esquecimento, que é uma coisa muito grave. O Deputado Marcelino sabe, que mexe com compra de café, sabe o quanto é grave uma denúncia dessas se ela for vazia. Então, eu quero deixar aqui registrado que o Governo, na Comissão nós vamos oficializar, se até a próxima reunião, amanhã nós temos uma reunião, se o Governo não se posicionar até lá, nós vamos oficializar para que o Governo traga uma resposta sobre uma denúncia tão grave para o mercado cafeeiro, para a cafeicultura do Estado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Adelino, Presidente da Comissão de Agricultura. Vamos oficializar para que realmente possa vir esse esclarecimento por essa denúncia que com certeza vem denegrir a imagem da nossa cafeicultura no Estado de Rondônia.

Ainda nas Comunicações de Lideranças, concedo a palavra ao nobre Deputado Alex Redano.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, senhor Presidente?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – São só dois minutos. Eu só queria dizer que nós estamos com três horas e trinta e cinco minutos de discurso e tem alguns projetos para votar, tem vários projetos para votar e nós estamos aqui com três horas e trinta e cinco minutos só discursando. Não sei onde é que nós estamos encontrando tanto discurso para falar, porque eu...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O Deputado Alex pediu cinco minutos para fazer um comunicado. Eu acho que até o Presidente Maurão disse para reduzir o tempo. Realmente nós precisamos, de repente, na reunião a gente discutir isso daí, o que precisamos fazer. Entendi que às vezes se alongam as conversas, realmente alongam muito e atrapalha até a

votação. Eu entendo que a tribuna realmente é necessária para que cada Deputado faça os seus discursos, mas, na verdade...

O SR. ADELINO FOLLADOR – É só seguir o Regimento, nós não precisamos votar nada, é só seguir o Regimento.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Mas para seguir o Regimento, Deputado Adelino, eu acho que nós temos que ter a compreensão dos Deputados, tem que ter a compreensão.

Tem Deputado que às vezes pede um aparte e pega o discurso do orador e realmente vai longe.

Então, realmente, é só questão de bom senso, compreensão para que a gente não precise nem de mexer no Regimento. O Deputado Hermínio tem razão, alongam muito os discursos e prejudicam as votações.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Edson, só Questão de Ordem. O nosso Deputado Redano está inscrito e ele tem o direito de falar, que está no Regimento, fique à vontade, não estou falando com relação ao Deputado Redano que vai falar agora. Primeiro, nós não estamos cumprindo o Regimento, porque se nós formos cumprir o Regimento, parece que são cinco, no máximo, no Grande Expediente, três, e tem uma quantidade ainda no Pequeno. Se somar isso tudinho não vai dar três horas e trinta e cinco minutos, entendeu, Deputado Adelino? Porque é cansativo. A nossa galeria estava lotada de pessoas que talvez quisessem até acompanhar a votação de alguns projetos e a gente fica aqui... Eu acho que o debate, eu sou o maior defensor do debate no Parlamento, mas talvez estejamos num debate muito cansativo e temos exceções.

Inclusive eu vou propor para a gente primeiro votar os projetos e depois fazer os discursos. Porque eu acho que tem que ter o bom senso, sim, a gente tem que debater, mas fica muito cansativo.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Com a palavra o nobre Deputado Alex Redano, por vinte minutos, com apartes.

O SR. ALEX REDANO – Obrigado, Senhor Presidente e nobres companheiros. Concordo também com a limitação do tempo.

Eu até sou suspeito de falar, Deputado Hermínio, eu uso pouco a tribuna, e quando uso sou bem rápido. E na verdade fiz compromisso, eles não estão mais presentes, o compromisso de reforçar, Presidente Maurão, a denúncia recebida pelos Vereadores do município de Cujubim e dos moradores da Reserva Angelim e da Reserva Mutum.

Eu gostaria, Senhores Deputados, se possível nós encaminharmos, Senhor Presidente, pedirmos para eles mandarem essas fotos, documentar essa denúncia para nós realmente apurarmos. Eu até achei estranho esses relatos.

Então, não estou aqui, senhores Deputados, fazendo uma acusação. Estou aqui relatando o recebimento de uma denúncia da truculência como foi feita a liberação do SEDAM, a operação da Polícia Ambiental, destruindo a associação, o barracão da associação dos moradores, destruindo, colocando fogo, incendiando tratores, caminhões e essa denúncia é séria, uma denúncia muito grave. Então, que esta Casa, vamos requerer essa denúncia por escrito para também não cometermos, Deputado Laerte, injustiças. Vamos averiguar se realmente foi

isso que aconteceu, mas as denúncias são de moradores que estão lá há mais de 10 anos e foram unânimes em falar que realmente teve truculência, teve as prisões, e que eu não sei se é praxe, está aqui o nosso grande colega Deputado Jesuíno, mas eu achei estranho a afirmação quanto à questão de incendiar caminhão, incendiar um trator. Então, seria bom que eles trouxessem essa denúncia por escrito para averiguarmos.

Agora, que é uma denúncia séria, com certeza é.

O Sr. Jesuíno Boabaid – Um aparte, Deputado?

O SR. ALEX REDANO – Tem o aparte, Deputado Jesuíno.

O Sr. Jesuíno Boabaid – Só para colaborar com Vossa Excelência. Sobre a questão, esta Casa, no Regimento Interno, artigo 102, diz que as denúncias podem ser propostas, desde que não haja anonimato. Então, se houver anonimato a gente não pode nem receber as denúncias. Agora, Deputado, inerente questão de exemplo, tratores são encontrados dentro da mata cometendo atos que atentam contra a Lei, no caso, crimes ambientais, o IBAMA, no caso, se tiver, a SEDAM, por não ter meios para conduzir o trator, aí eles podem tomar essas medidas, inclusive tem filmagem. Mas é muito assim, é algo que tem que ter documento, o objeto deve ser guardado lá dentro, foi pego em flagrante junto com... Então, é uma série de conjectura, não chegar dentro de uma associação, que é muito grave, incendiar uma associação. Se isso ocorreu, a gente tem que tomar um posicionamento, sim, e esta Casa não pode ficar na inércia de não apurar. Então, a gente vai, sim, se for necessário, tem o meu total apoio para a gente buscar essas informações e fiscalizar e buscar responsabilizar os autores.

O SR. ALEX REDANO – Obrigado pelo aparte. O que eu vou pedir para os Vereadores e para os moradores das reservas é documentar; trazer fotos e não realmente trazer uma denúncia assinada, num abaixo-assinado dos moradores, e é novidade, eu não sabia dessa questão que a Polícia pode realmente incendiar se for pego em flagrante delito, para mim é novidade.

Mas eu penso que isso seja extremo, isso é em último e último caso.

O Sr. Maurão de Carvalho – Um aparte, Deputado?

O SR. ALEX REDANO – Tem um aparte, Presidente Maurão.

O Sr. Maurão de Carvalho – Deputado Alex, a denúncia que Vossa Excelência faz nesta tribuna, eu conversei também com os Vereadores, eu pude acompanhar Vossa Excelência e eu sei que é uma denúncia séria. A SEDAM, que é a Secretaria, a Polícia Ambiental esteve no local queimando alguns barracos, queimando carros, segundo a denúncia dos Vereadores, eu conheço essas reservas, que é a Reserva do Periquito, o Papagaio, do Mutum, são várias reservas, o Deputado Adelino que é da região, o Deputado conhece muito bem, são reservas que estão, não são mais reservas, já estão todas desmatadas...

O SR. ALEX REDANO – Estão lá há 10 anos.

O Sr. Maurão de Carvalho – Estão dentro da cidade, pega telefone celular e eu já estive com a ex-Secretária Nanci por algumas vezes olhando essa reserva e nós já estamos trabalhando para que o plano, o zoneamento venha para cá, justamente para que seja resolvida a situação dessas reservas.

Se tem uma reserva das 40 reservas que tem no Estado, que hoje já não é reserva, essa reserva, que diz que são reservas, Reserva do Papagaio, do Periquito, do Mutum, que esse monte de passarinho que estão aí, então, veja bem, são áreas de terras pequenas com muita gente, com muitos moradores, não são nem sítios, são chácaras. São terrenos com 05 alqueires, 10 alqueires, 20 alqueires, não são fazendas, não são, nem são sítios, são chacareiros que moram e não existe mais mata.

Então, eu não acho justo a SEDAM, a Polícia Ambiental hoje, sabendo que tem um projeto, que semana passada nós discutimos aqui na Audiência Pública, que tem um projeto que está licitando, que é o zoneamento e que vem para cá para que nós possamos regularizar essas reservas, regularizar essas áreas que não são reservas. E hoje a SEDAM pegar e ir num local desses, queimar caminhão, queimar o barraco das pessoas que estão lá há 10, 20 anos, são famílias que estão trabalhando, produzindo, e que nós todos somos conscientes que esta Casa tem o dever de realmente aprovar esse projeto e mudar essas reservas que não são reservas, essas áreas que eram reservas, que não são reservas, que vão se adequar e que já está no propósito desta Casa, assim que chegar esse projeto, de mudar essas áreas para que essas pessoas possam continuar morando nela e tendo as suas propriedades, produzindo nela.

Então, muito bem colocada a vossa denúncia a pedido aqui dos Vereadores. O Deputado Adelino que conhece uma das reservas, que são 07, 08 reservas juntas, que vai ser a primeira a ser discutida nesta Casa e que nós vamos regularizar com a Lei do Zoneamento. E a SEDAM, e o Secretário Vilson e a Polícia Ambiental sabem muito bem.

Então, o Ministério Público, a Dra. Aidée também sabe que esta Casa é o único Poder que tem condições de mudar e fazer qualquer alteração nessas reservas para que essas pessoas possam ter direito de morar lá. Por quê? Se o Governo quisesse, quando eles entraram nas reservas, se eles colocassem alguém que fiscalizasse, não deixasse desmatar.

Hoje não existe madeira mais, existe muito pouca mata e hoje é tudo quase plantação, e essas pessoas estão lá e agora tirar não é justo. Isso já aconteceu em outras regiões como na região de Bandeirantes, na região de Nova Mamoré, Nova Dimensão, na região do São Francisco, São Miguel, Seringueiras, que foram alteradas com Projeto de Lei do Zoneamento e esta vai ser alterada nesta Casa. Então, não é justo e a SEDAM deveria estar cuidando dos Projetos de Manejos, os projetos estão aí paralisados, que dizem que precisa de tempo, precisa ser fiscalizado, e devia estar cuidando destas áreas para que nós pudéssemos, para que o Estado pudesse dar condições para as pessoas trabalharem.

Era isso.

O Sr. Adelino Follador – Deputado, me concede um aparte?

O SR. ALEX REDANO – Muito obrigado pelo aparte. E, Deputado Adelino, antes de dar o aparte a Vossa Excelência,

as fotos, eu vi as fotos, eles pegaram o celular, abriram as fotos, eu vi realmente as fotos, principalmente a Associação totalmente destruída. Passo o aparte ao Deputado Adelino.

O Sr. Adelino Follador – Não justifica isso. Eu queria parabenizar por trazer um assunto tão sério aqui na tribuna, Deputado Alex. Eu quero me colocar à disposição, eu acho que o Deputado Jesuíno falou que há possibilidade de queimar se não puder transportar. Houve lá na Uru-Eu-Wau-Wau, por exemplo, o IBAMA incendiou trator uma vez lá, mas não é o caso lá, porque lá é cheio de residências. Então, seria o caso de então incendiar todas as residências também, tirar todo mundo. Lá, quando a Uru-Eu-Wau-Wau era dentro da mata, tirando madeira ilegal lá dentro da mata, aí eles chegaram lá, destruíram os caminhões, colocaram fogo, concordo, estava lá dentro, mas ali não, é um assentamento. Então, teria que ter incendiado todas as casas, por que incendiou a Associação? Se nós temos moradores lá dentro também, por que o caminhão? Se está cheio de moradores então, deveria se fosse um despejo, se fosse... Se está todo mundo ilegal, então tinha que começar tirar primeiro a população e depois destruir as benfeitorias. Então, eu acho que com certeza isso tem alguma coisa, se isso comprovar, trazer as fotos e trazer as provas, nós temos que chamar o Secretário aqui e ele tem que dar uma explicação. Nós temos que exigir, inclusive, uma indenização, porque a SEDAM é que criou essa expectativa na população da regularização dessa área, além de eles estarem lá dentro há tantos anos, a SEDAM já faz muito tempo, a Secretária Nanci, é aquilo que Vossa Excelência falou, Presidente, criou uma expectativa de ter legalizado isso há anos atrás, o ano passado. Nós ficamos aqui nesta Casa no final do ano de plantão, esperando esse projeto que iam mandar para cá e até agora não aconteceu. Então, se tiver alguém errado, no momento, se aconteceu isso, tem que responsabilizar a SEDAM, que ela não poderia ter feito isso, jamais, naquela área que a gente conhece lá. Eu quero ser parceiro do Deputado Alex naquilo que precisar para que a gente cobre a responsabilidade de quem fez isso, se é que aconteceu. Obrigado.

(Às 18 horas e 54 minutos o senhor Edson Martins passa a presidência ao senhor Maurão de Carvalho)

O SR. ALEX REDANO – Obrigado pelo aparte. Meus amigos, eu teria outros temas para trazer, mas devido ao tempo eu vou...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado, eu gostaria se Vossa Excelência pudesse concluir que os nossos Deputados estão já meio angustiados para sair. Eu sei que o tema é importante.

O SR. ALEX REDANO – Eu teria outros temas para falar, mas eu deixo a oportunidade para amanhã, na próxima Sessão...

O Sr. Cleiton Roque – Sr. Presidente, antes do Deputado Alex Redano concluir, é importante também, porque quando ele me colocou, logo que chegou aqui, essa situação, eu imediatamente entrei em contato com o Secretário da SEDAM sobre essa

situação. Ele alegou desconhecer o fato, inclusive citou o seguinte: que se foi órgão do Governo do Estado, da SEDAM, foi um ato ilegal e certamente se os servidores fizeram isso vão responder. Porque isso aconteceu no passado e os servidores respondem isso na Justiça. Quem adota essa situação é o Governo Federal através do IBAMA. O IBAMA tem tido uma prática, aconteceu recentemente em Parecis uma situação parecida com essa, foi na reserva indígena, foram destruídos tratores, caminhões e, enfim, mas aí eu acredito que ainda hoje essa situação será esclarecida. Assim que eu obtiver uma informação também, Deputado Alex Redano, vou passar a Vossa Excelência.

Obrigado.

O SR. ALEX REDANO – Muito obrigado, e eu...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Bem justificado aqui pelo vice-líder do Governo. Ele fez o papel, está começando a fazer o trabalho aqui de liderança.

O SR. ALEX REDANO – Eu teria outros temas, mas eu deixo para a próxima Sessão para abordar outros temas. Muito obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Encerradas as Comunicações de Lideranças, passamos à Ordem do Dia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas. Nós vamos ler a Ordem do Dia e eu vou suspender a Sessão por dez minutos, Deputado Ribamar, para que a gente discuta aqui na sala de reunião, rápido. São mais de dez Projetos e os Projetos que os Deputados entenderem que nós vamos votar hoje, nós vamos votar, e os que não, ficam para próxima Sessão. Agora, eu queria propor novamente a proposta do Deputado Ribamar e de outros Deputados, que já tramita o Projeto de mudar a Sessão, os Projetos votamos primeiro. Porque os Deputados eu sei que estão gostando de debater, eu acho que é justo debater, discutir, mas aquele Deputado que não queira debater, discutir o Projeto aqui, ele por certo tem uma emenda, tem o recurso, tem uma Secretaria para visitar, aí ele fica liberado para ele poder deliberar os Projetos que tramitam no Governo ou as audiências.

O SR. LAERTE GOMES – Isso vai tramitar nas Comissões, não é, senhor Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto já está tramitando na Comissão, e eu gostaria que a gente votasse e deliberasse isso para que os Deputados que queiram ficar na Sessão, eles ficam e o que não queira ficar, ele possa ter sua audiência... Às vezes o Deputado, na terça ou na quarta-feira, às vezes tem que ficar aqui esperando debater e discutir os projetos ou alguns discursos que os Deputados têm que fazer.

E aí uma hora dessas, já são quase dezenove horas, nós não votamos nada.

O SR. LAZINHO DA FETRAGRO – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – O que eu acho, com a minha pouca experiência, é que nós não estamos cumprindo o Regimento...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Se cumprissem, dava certo, mas, normalmente, os Deputados...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – São vinte e quatro Deputados, se a gente não consegue, corta a palavra. Deu vinte minutos, corta.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Mas mesmo assim, Deputado, se todo mundo for cumprir mesmo o Regimento, vai tomar muito tempo. Se você faz a conta aqui, se doze Deputados, a metade cumprir o Regimento, veja quanto tempo que vai, vai pela noite. E, normalmente, eu estou vendo que os Deputados...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Nós precisamos nos policiar dentro desta Casa, porque senão não funciona.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – No Regimento, só podem se inscrever três, no Grande Expediente. Então, vamos fazer assim, enquanto vota, nós vamos seguir o Regimento na íntegra.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Na íntegra, corta o microfone, não fala mais e acabou.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – A partir de hoje, nós vamos chegar enquanto vota, se não chegar a um entendimento e não cumprir o Regimento, a gente vai mudar.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Exatamente, então, vamos cumprir direitinho, porque tudo mundo aqui tem informação suficiente para cumprir o Regimento.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Regimento permite três Deputados no Grande Expediente e três nas Comunicações de Lideranças.

SR. LAERTE GOMES – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Pois não, Deputado.

O SR. LAERTE GOMES – Eu concordo aqui, Senhor Presidente, com o nobre Deputado Lazinho do PT, e sobre a questão que ele colocou, é só cumprir o que está aí. Os colegas Deputados têm a sua sensibilidade, Presidente, a sua sensibilidade...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – A partir de amanhã, nós não vamos mais exceder, vamos cortar os Deputados, não fiquem chateados.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, Excelência, é importante os Parlamentares terem a voz aqui, porque se você for votar primeiro e deixar para depois, só vão ficar as cadeiras aqui. Então, eu acho que o Parlamentar tem que ter a voz, ele tem que se pronunciar, tem que levar os seus pensamentos

dos Projetos para eles. E nós estamos aqui, senhor Presidente, justamente para isso, esse é o nosso trabalho.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – Procede à leitura das proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIA

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA. Concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Dr. Héverton Alves de Aguiar, Procurador do Ministério Público do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Altera o parágrafo único do artigo 27, da Lei nº 1038, de 22 de janeiro de 2002.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA. Suspende a execução das Leis nº 2.386, de 28 de dezembro de 2010, e nº 2.515, de 11 de julho de 2011.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Dispõe sobre a proibição de fabricar, vender e comercializar armas de fogo de brinquedo no Território do Estado de Rondônia e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Fica estabelecido que as concessionárias de veículo automotor sediadas no Estado de Rondônia plantem uma árvore para cada veículo novo vendido e dá outras providências.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO E ADELINO FOLLADOR. Concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia a Dom Moacyr Grechi.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO E DEPUTADA LÚCIA TEREZA. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a realização de uma Sessão Solene para entrega de Títulos Honoríficos, no dia 12 de maio de 2015, às 10 horas.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEO MORAES. Requer à Mesa Diretora que seja aprovado Voto de Repúdio por parte desta Casa Legislativa contra o atentado realizado na madrugada do dia 03 de maio contra Juíza de Direito Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida e o Promotor de Justiça André Luiz Rocha de Almeida, no município de Pimenta Bueno/RO.

- REQUERIMENTO DE AUTORIA COLETIVA. Requer à Mesa Diretora que seja concedida Moção de Repúdio à ação de força truculenta, desproporcional e violenta do Governo do Paraná/PSDB contra os professores em legítima manifestação, ocorrida

na entrada da Assembleia Legislativa do Estado, na cidade de Curitiba/PR, cujo resultado de quase 200 feridos comprometeu a imagem do Poder Público local.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE. Requer à Mesa Diretora o adiamento da Audiência Pública que seria realizada no dia 07 de maio de 2015, às 15:00 horas, para o dia 20 de maio no mesmo horário, com o objetivo de discutir sobre o Estatuto do Artesão (Lei nº 3.926/2004), que define profissão de Artesão e da unidade produtiva artesanal.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Requer à Mesa Diretora o adiamento da Audiência Pública que seria realizada no dia 21 de maio de 2015, às 09 horas, para o dia 19 de junho, às 15 horas, no município de Vilhena, com o objetivo de debater sobre o Sistema de Segurança Pública do Estado de Rondônia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de recapeamento asfáltico urbano, 10 quilômetros, bem como a pavimentação de 05 quilômetros de Ruas e Avenidas do município de Alvorada do Oeste – RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade da estadualização da Linha 634, no município de Jaru – RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de instalar a Secretaria da SEDAM no município de São Miguel do Guaporé – RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de criar o Núcleo de Ensino da SEDUC no município de São Miguel do Guaporé.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de recuperação asfáltica urgente da BR – 364 até o Distrito de Estrela de Rondônia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de recuperação, patrolamento e cascalhamento da Linha 52 que dá acesso à Reserva Extrativista do rio Cautário, em Costa Marques-RO.

- INDICAÇÃO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado sobre a necessidade de viabilizar junto ao DER sobre a possibilidade da realização de Patrolamento e Cascalhamento da Linha C-14 e C-18 do PA Santa Helena, no município de Buritis.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO SÓ NA BENÇA. Indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia que interceda junto à Secretária de Estado da Educação – SEDUC sobre a necessidade de construção de um refeitório na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Marechal Cordeiro de Farias, localizada no Município de Pimenta Bueno – RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO SÓ NA BENÇA. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia que interceda junto ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER sobre a necessidade de estadualizar a estrada velha do calcário e da Linha 45, localizada no Município de Pimenta Bueno – RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Indica ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópias aos órgãos competentes, a necessidade de Revitalização do Museu histórico localizado no Município de Guajará-Mirim.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA. Indica ao ilustríssimo Senhor Governador do Estado, através da DETIC – Diretoria Executiva de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado de Rondônia, sobre a necessidade de funcionamento da Torre Celular do distrito de Flor da Serra (14 de abril), no município de Espigão D'Oeste – RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Indica ao Exmo. Governador do Estado de Rondônia, c/c ao Ilmo. Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte de Rondônia – DER da necessidade de recuperação de 22 quilômetros da rodovia RO – 490, que liga o Município de Rolim de Moura ao Município de Alto Alegre do Parecis.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE E DEPUTADO SÓ NA BENÇA. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária – SEAGRI, a necessidade de implantação imediata de uma Agência do Banco do Povo no Município de São Felipe D'Oeste.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia à Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos – SEAE, a necessidade de implantação de serviço de telefonia móvel nos Distritos abaixo relacionados.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Indica ao Governo do Estado, com cópia ao DER, a necessidade de patrolamento e cascalhamento de 19 quilômetros da linha C-06 do marco 0 entre a linha 01 até o rio Rio Branco, no município de Buritis – RO.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA ROSANGELA DONADON. Indica ao Poder Executivo Estadual, por meio da Secretaria de Estado da Educação, construção em alvenaria na Escola Marizete Mendes de Oliveira.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Indica ao Poder Executivo Estadual a pavimentação, recuperação e manutenção de estrada rural que abrange os municípios de Theobroma e Ariquemes.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Indica ao Poder Executivo Estadual a renovação da Lei que trata da isenção de

ICMS sobre a industrialização de peixe produzido no Estado de Rondônia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Indica ao Poder Executivo Estadual a distribuição de academias para a terceira idade nos distritos de Três Coqueiros, Rio Branco e Vila União.
Lido, Senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Requer à Mesa Diretora o adiamento da Audiência Pública que seria realizada no dia 21 de maio de 2015, às 09 horas, para o dia 19 de junho, às 15 horas, no Município de Vilhena, com o objetivo de debater sobre o Sistema de Segurança Pública do Estado de Rondônia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Luizinho Goebel. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai ao Expediente.
Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE. Requer à Mesa Diretora o adiamento da Audiência Pública que seria realizada no dia 07 de maio de 2015, às 15 horas, para o dia 20 de maio, no mesmo horário, com o objetivo de discutir sobre o Estatuto do Artesão (Lei nº 3.926/2004), que define a profissão de Artesão e da unidade produtiva artesanal.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Cleiton Roque. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai ao Expediente.
Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO COLETIVO. Requer à Mesa Diretora que seja concedida MOÇÃO DE REPÚDIO à ação de força truculenta, desproporcional e violenta do Governo do Paraná/PSDB contra os professores em legítima manifestação, ocorrida na entrada da Assembleia Legislativa do Estado, na cidade de Curitiba/PR, cujo resultado de quase 200 feridos comprometeu a imagem do Poder Público local.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento de autoria Coletiva – Moção de Repúdio. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai ao Expediente.
Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO E DEPUTADA LÚCIA TEREZA. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a realização de uma Sessão Solene para entrega de Títulos Honoríficos, no dia 12 de maio de 2015, às 10 horas.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Hermínio Coelho e Deputada Lúcia Tereza. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai ao Expediente.
Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEO MORAES. Requer à Mesa Diretora que seja aprovado Voto de Repúdio por parte desta Casa Legislativa contra o atentado realizado na madrugada do dia 03 de maio contra Juíza de Direito Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida e o Promotor de Justiça André Luiz Rocha de Almeida, no município de Pimenta Bueno-RO.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Leo Moraes, que acaba de ser lido. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários que se manifestem.

Está aprovado.
Vai ao Expediente.

Suspendo a Sessão por 10 minutos, para discutir as matérias para Ordem do Dia.

Está suspensa a Sessão.

(Suspende-se esta Sessão Ordinária às 19 horas e 13 minutos e reabre-se às 19 horas e 23 minutos).

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está reaberta a Sessão.

Solicito do Senhor Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI nº 078/15 DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Altera o parágrafo único do artigo 27, da Lei nº 1038, de 22 de janeiro de 2002.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto nº 78/15, do Deputado Maurão, é do Projeto do Pirarucu. Solicito ao Deputado Jesuíno para emitir o Parecer pelas Comissões.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Trata-se do Projeto de Lei nº 078/15, Deputado Maurão de Carvalho, que altera o parágrafo único do artigo 27, da Lei nº 1038, de 22 de janeiro de 2002.

Somos pelo parecer favorável, pela aprovação da matéria.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o Parecer do Deputado Jesuíno Boabaid. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº078/15 de autoria Deputado Maurão de Carvalho. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários que se manifestem.

Está aprovado.

Vai a segunda discussão e votação.

Cadê o líder do Governo, o Deputado Luizinho Goebel, não está por aí? Se estiver no gabinete, para comparecer ao Plenário, mas está aqui o vice-líder, Deputado Cleiton, para pedir ao Governo do Estado que não vete esse Projeto dos pescadores. É um projeto importante, está aqui o Pastor Joel que é o Presidente da Associação dos Pescadores, nós temos aqui quarenta pescadores que estão aqui acompanhando esse projeto. Quero pedir ao líder do Governo, neste ato representando aqui a liderança, o Deputado Cleiton, para pedir ao Governo para que sancione este projeto, Deputado. Que é de grande importância para os nossos pescadores, os pescadores que neste momento temos peixe hoje que é pirarucu, que é um peixe que tem uma grande quantidade, tem o pessoal que pesca com rede, com tarrafa e às vezes arma tarrafa e amanhece muitos peixes mortos. Então, foi o que me passaram, nós estamos perdendo esse peixe que as pessoas poderiam estar pescando e estar alimentando muitas famílias. Então é um pedido aqui dos pescadores e se eu tiver oportunidade de conversar com o Governador eu vou pedir ao Governo que sancione este projeto, que é de grande importância para os pescadores, neste momento que nós temos as usinas que impedem, hoje, alguns peixes subir. São peixes que vão até as usinas e ele não vai. Então, tem uma variedade de peixes hoje que os pescadores estão deixando de pescar, Deputado Adelino, porque tem as usinas. Infelizmente, as usinas deveriam ter se projetado para os peixes ter a liberdade de subir e descer.

Hoje os peixes não sobem e eles estão sendo prejudicados, os pescadores, porque hoje não tem os peixes que tem das usinas para baixo. A piracema, por exemplo, não sobe porque as usinas impedem e eles estão sendo prejudicados, as pessoas que moram depois das usinas, principalmente os pescadores que moram em Jaci. E hoje o peixe que tem de grande quantidade é o pirarucu, é por isso que estou pedindo o apoio, já conversando aqui com os Deputados na aprovação deste projeto, para que esse projeto seja aprovado e possa dar liberdade dos nossos pescadores poderem pescar.

O Sr. Adelino Follador - Senhor Presidente Maurão, me permita um aparte?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado Adelino.

O Sr. Adelino Follador – Deputado Maurão, teve uma condenação agora nas usinas do rio Canaã e Jamari, a empresa que está construída lá foi multada em um milhão e duzentos e eles vão ter que construir o espaço para os peixes subirem. Além de tirar o dano ele foi condenado por danos morais em um milhão e duzentos mil. Eu acho que está acontecendo isso, tem que acionar o Ministério Público para que a empresa pare ali com a usina até terminar o serviço para que conserte esse problema que é um dano ambiental que tem que ser consertado dentro das exigências e ainda a empresa pode ser condenada,

como foi condenada pelo Ministério Público lá em Ariquemes, no rio Canaã, rio Jamari, as três mini usinas lá foram condenadas em um milhão e duzentos, mas o impacto ambiental lá é pequeno e aqui é grande. Eu acho que tem que exigir que o Ministério Público também, que eu acho o projeto lá louvável, mas temos que também provocar o Ministério Público para que ele veja esse problema. Obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Verdade, Deputado Adelino, muito bom aparte e bem lembrado, Deputado Adelino. Nós tivemos audiência com a usina, audiência que é do Presidente da Comissão do Meio Ambiente, do Deputado Jean, e foi feita uma proposta para eles. Eu vou pedir para ver se está nessa proposta e se foi encaminhada essa liberação, abertura para que possa o peixe subir. E se ainda não foi, vou pedir para que inclua nessa proposta e encaminhe o vosso pedido ao Ministério Público para que ele acompanhe de perto e exija das usinas o passe do peixe, que ele possa subir e descer e ter essa liberdade para que os nossos pescadores não tenham esse prejuízo. Então, quero já deixar registrado nos Anais desta Casa que a fala do Deputado Adelino Follador muito bem colocada e a Presidência desta Casa, que fique registrado que seja encaminhado ao Ministério Público para que tome providências e as usinas venham abrir esse canal para que os peixes possam subir e os nossos pescadores não fiquem no prejuízo, com tantos peixes que às vezes morrem e não conseguem subir a cachoeira porque não ficou o espaço adequado para que os peixes pudessem subir. Então, já fica aqui o nosso registro nos Anais desta Casa e que seja encaminhado o ofício e uma proposta para que sejam tomadas providências por parte dos Ministérios Públicos Estadual e Federal.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Só para registrar a presença do Senhor Vereador Benildo e da primeira dama Maria Lúcia, de Jarú, que estão presentes aqui. Obrigado pela presença.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE LEI Nº 014/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 026. Altera dispositivo da Lei nº 2.840, de 03 de setembro de 2012, que institui o Programa de Recuperação de Créditos da Fazenda Pública estadual, REFAZ, para adequação aos termos do Convênio ICMS 66, de 09 de julho de 2014.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Já está com Parecer pelas Comissões.

O Próximo projeto aqui, a Mensagem 014/15, em primeira discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – Senhor Presidente, antes de ler a próxima matéria, só quero registrar e parabenizar o trabalho desempenhado pela nossa Assessoria de Comunicação, a DECOM, que é o terceiro elogio que eu acompanho pela internet, o jornalista Rubson Luiz Duarte elogiando o jornalista Homéidine Ramos lá em Pimenta Bueno, acompanhando a sessão e a imagem sendo de boa qualidade, então parabenizá-los e agradecer.

- PROJETO DE LEI 023/2015 DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Dispõe sobre horário especial de trabalho do Policial e do Bombeiro Militar estudante, matriculado em estabelecimento de ensino superior.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Falta parecer no projeto de autoria do Deputado Jesuíno, com emenda. O Projeto de Lei recebeu parecer de uma emenda na Comissão de Segurança Pública. E agora, para emitir parecer pela Comissão de Justiça, o Deputado Leo Moraes para emitir o parecer ao projeto com emenda apresentada na Comissão de Segurança Pública. Deputado Leo Moraes para emitir o parecer.

Enquanto o Deputado Leo chega à tribuna, agradecer a presença de todos os pescadores. Já foi aprovado em primeira votação o projeto, vai ser votado em segunda, mas vocês fiquem à vontade.

O SR. LEO MORAES – Sr. Presidente, representando as Comissões pertinentes, Comissão de Constituição, leio agora o Projeto de Lei 23/2015, de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid, que sofreu uma emenda na Comissão de Segurança Pública e a Comissão de Constituição e Justiça acata e opina com parecer favorável em relação ao referido Projeto de Lei.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Favorável e acatando a emenda, em discussão o Parecer do Deputado Leo Moraes em relação à emenda. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o projeto. Para discutir, Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu quero só dizer o seguinte: que o projeto é bom, Deputado Jesuíno, mas qualquer projeto que nós, qualquer Deputado invente de apresentar aqui nesta Casa, com relação a servidor público, para eles é inconstitucional.

Não tem jeito, todos os projetos que nós, Deputados, apresentamos, pode não causar nenhum tipo de custo para o Estado, mas eles alegam que nós, Deputados, não podemos nos meter em nada com relação a servidor público. E para falar a verdade, eles não deixam de ter certa razão, porque nós teríamos que mudar o artigo, o parágrafo do artigo, parece que 39 da Constituição, é isso? É o 39, parece que fala que só o Estado, só o Executivo pode legislar sobre o servidor público.

Eu acho que isso tudo, eu acho que é questão de razoabilidade caso decida aqui, mas nós temos que colocar na Constituição do Estado que nós podemos legislar, não aumentar salário de servidor ou criar cargo ou coisa parecida.

Mas, veja bem, o que está na Constituição, ela veta nós Deputados de apresentar qualquer proposta com relação aos nossos servidores, eles alegam, e pode até não alegar, mas quando eles não vetam e, digamos, quando veta e nós derrubamos o veto, ele vai e entra com ADIN contra a Lei. Por isso, Deputado Jesuíno, eu acredito que nós temos, Vossa Excelência que é muito bom nessa área, Vossa Excelência e o Deputado Leo, dá uma analisada no artigo 39 da nossa Constituição e vamos colocar que tudo bem, quando é para votar salário de servidor, para criar cargo ou coisa parecida, nós não temos autonomia, mas colocar alguma coisa que a gente possa legislar, como é o caso aqui, que eu acredito que não teria nenhuma questão de aumento de impacto orçamentário.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Só Questão de Ordem, Deputado. Como eu disse na Comissão de Constituição e Justiça, o artigo 29, 39, parágrafo 1º, ele disciplina realmente os servidores públicos. Só que nós, militares, nós temos regulamento próprio, somos regidos por Leis próprias. E o artigo 30 no inciso XI: direitos, deveres e garantias, está consagrado lá que compete também à Assembleia Legislativa legislar, concorrentemente, também a questão, no caso, do Executivo.

Então, é matéria que ainda não foi superada nos tribunais, existe uma ADIN, que foi a Lei de Anistia que foi consagrada por esta Casa e está lá no Tribunal de Justiça e hoje eu estou acompanhando ela de perto, como também *Amicus Curiae*, que é amigo da Corte, que a associação entrou e essa matéria vai para o STF. Por quê? Existe questões que é especificamente do Governo, matéria que vai legislar realmente contra o servidor público, exemplo, a gente vai entrar em matérias inerentes à questão do estatuto e regulamento. Mas quanto à questão de uma garantia constitucional, está consagrado na própria Constituição Federal que é garantia, direito do servidor ao estudo, então isso não cabe ao Executivo, cabe também ao Parlamento. Então, é por isso que a gente está apresentando essa proposta, esse projeto, porque jamais a gente iria apresentar um projeto inconstitucional que possa trazer, ele pode entrar com ação de inconstitucionalidade, pode, a Procuradoria pode entrar, mas essa Procuradoria vai também ter como subir, porque existe muito substancialmente muitas questões relevantes, que essa matéria vai subir e que vai tomar a decisão final vai ser o Supremo Tribunal Federal. Então, é por isso que a gente tem essa questão aí e muitas coisas poderiam ser alteradas, mas quanto a esse direito de garantia, apenas um horário especial, o próprio servidor civil tem e o militar não tem. Então, por isso que eu peço o apoio dos pares para a gente aprovar e vamos ver o que vai dar, porque isso eu garanto para vocês, a gente vai acompanhar e vamos acatar essa questão da sua opinião, eu, o Deputado Leo e os demais interessados para a gente tentar alterar a Constituição para a gente mudar essa ótica aí.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em primeira discussão e votação o projeto com emenda. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE LEI Nº 061/15 DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Dispõe sobre a permanência e ingresso de cães-guia nos locais que especifica e estabelece outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto de Lei de autoria do Deputado Maurão de Carvalho, Projeto 061/15, com emenda. O Deputado Adelino aqui para emitir o parecer pela Comissão de Justiça, com relação à emenda do Deputado Neidson.

O SR. DOUTOR NEIDSON – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. DOUTOR NEIDSON - Só esclarecer que a emenda se refere que se colocou no parágrafo 4º, que eu acredito que colocava, que pode ser aplicado multa. Mas não tinha o valor da multa e quem iria aplicar a multa. Então, a gente colocou, eu coloquei como 300 UFIR.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Para emitir o parecer, o Deputado Adelino Follador. Ainda antes de emitir o parecer, registrar aqui a presença do Bosco, do Secretário adjunto, o Dr. Bosco, adjunto da SEJUS, aqui no Plenário nos prestigiando. Obrigado pela presença.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de autoria do Deputado Maurão de Carvalho, Projeto nº 061/15, que dispõe sobre a permanência e ingresso de cães-guia nos locais que especifica e estabelece outras providências. De parecer favorável, com a emenda, emenda do Deputado Neidson, onde estipula 300 UFIR de multa para não cumprimento dessa pena. Então, somos de parecer favorável, Presidente. Eu acho que é uma novidade, o primeiro caso que tem em Rondônia, a Lei do Cão, especificou aqui. Mas eu acho que é importante, eu acho que se há um cidadão que tem o cão treinado e precisa usar, ter uma legislação é muito importante para legislar sobre isso. Eu estou acatando, sou de parecer favorável com a Emenda do Deputado Neidson pelas Comissões pertinentes.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Questão de Ordem ao Deputado Hermínio Coelho.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu queria, Presidente, eu não olhei esse projeto ainda e eu não quero aqui desqualificar o projeto, mas eu tenho uma preocupação nesse tipo de projeto depois servir para que as pessoas venham satirizar a Assembleia, achar que... Eu queria, eu vou, eu quero pedir vista do projeto. Peço vista do projeto para ver, eu garanto que na próxima semana, quarta-feira, eu devolvo ele para o Plenário para que os Deputados discutam e votem. Porque primeiro, antes de querer tirar sarro, fazer gozação com o tipo de “lei do cão”, mas é que é uma coisa, se o cachorro é o melhor amigo

do homem, que eu acredito que é mesmo, o cachorro, mas tem o mesmo nome, como é que chama, do satanás, é esse que é o tal do cão, que você pode levar, daqui a pouco vai querer até tirar... Dizer até assim: ‘Poxa! Como é que um Deputado evangélico, temente a Deus, que o Deputado Maurão é uma pessoa muito religiosa, vai inventar um projeto, vai criar a lei do cão?’. Vão querer levar para o outro cão, para o outro sentido. Eu acredito que devo pedir vista porque eu lembro que uma época em que eu era Vereador, o Vereador apresentou a “lei do Viagra” querendo obrigar o município a dar Viagra, e na época foi uma gozação danada contra a Câmara, e eu não estou dizendo que aqui é o mesmo caso, mas ver realmente se... Eu não quero ver a nossa Assembleia que está tão, que vem a cada dia melhorando, parabenizar o Presidente e todos os Deputados dessa nova legislatura, que vem conduzindo, a cada dia a gente tem trabalhado muito para que essa questão de resgatar a credibilidade a esta Casa, que sempre foi uma Casa muito desmoralizada e é importante sim a gente ter o cuidado para que ninguém venha depois fazer...

O Sr. Adelino Follador – Um aparte, Deputado Hermínio?

O SR. HERMÍNIO COELHO – Pois não, Deputado.

O Sr. Adelino Follador - Eu acho que a preocupação sua é válida, mas eu acho que se Vossa Excelência pedir vista vai criar mais polêmica ainda, já é pública, eu acho que tem que votar porque tem um caso específico. O Deputado Maurão disse que tem um caso específico, que uma pessoa tem o cachorro, tem o cão, o cachorro precisa de uma legislação para ele poder ser respeitado aonde ele quer entrar, desde que o cachorro seja autorizado. Eu não sei quem que autoriza esse cachorro, quem é que reconhece que esse cachorro foi adestrado o suficiente para andar... Gostaria de ter uma informação melhor, Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Adelino, Deputado Adelino, mas primeiro, no hospital é proibido entrar animal.

Outra coisa, aí de repente você, o cara, a pessoa, eu dou uma de santo, pego um cachorro violento, aí entro aqui no... Eu acho que tem que ver, a gente tem que ver, é um projeto que não pode ser... Porque eu acredito o seguinte, se for para rua, tudo bem, mas para entrar num... É esquisito, é um negócio que a gente tem que analisar direitinho, eu nunca vi ninguém...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Deputado Hermínio está pedindo vista do projeto, vou deferir para que Vossa Excelência possa analisar e discutir depois. O projeto, são pessoas deficientes que pediram para que aprovasse esse projeto para que ele pudesse ter, hoje no Brasil, eu penso que já existe, já tem no Brasil e em outros países mais avançados esse projeto já é aprovado, já fora aprovado. Então, foram os deficientes mesmo, a Associação que pediu.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Mas, Deputado Maurão, Vossa Excelência que conhece o pessoal que pediu, eu gostaria que também a assessoria da Casa aqui fizesse uma pesquisa quem é que credencia esse cão para poder...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Como é que funciona isso.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Quando ele vai estar adestrado o suficiente para andar? Senão daqui a pouco alguém anda com cachorro na rua e pode ter acidente. Então, teria que saber quem é, qual a instituição que vai credenciar esse cão, que ele tenha, que ele seja apto a andar nos órgãos e andar na rua. Eu acho que teria que ter alguém que seja, que tenha uma credencial para poder...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Deputado, é só cão adestrado, ele sendo adestrado...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Então, mas esse adestrado, qual o certificado que ele vai ter para comprovar que ele está adestrado?

O SR. DOUTOR NEIDSON – Presidente, Questão de Ordem?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado Dr. Neidson.

O SR. DR. NEIDSON – No projeto já tem quem emite o certificado...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O projeto já foi tirado de pauta.

O SR. DOUTOR NEIDSON - Uma carteirinha do cão adestrado já.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Como que é, Deputado Dr. Neidson?

O SR. DOUTOR NEIDSON – No projeto já tem já quem vai emitir a carteirinha do cão que ele é adestrado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto já tem, tem que ter. O Deputado Hermínio vai analisar e é um direito dele, eu acho que é um projeto que está fazendo a boa fé de averiguar e, portanto, está concedido aí o visto e aí a gente pode discutir na próxima Sessão.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE LEI Nº 077/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM Nº 081. Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro, até o montante de R\$ 1.700.290,00, em favor da Unidade Orçamentária Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado – IDARON.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Lei nº 077, Mensagem do Governo nº 081/15. O Projeto está sem parecer. Designo o Deputado Jesuíno Boabaid para emitir parecer pelas Comissões pertinentes, Comissão de Finanças e Justiça. Deputado Jesuíno, para emitir parecer.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Projeto de Lei 077/15, do Poder Executivo, Mensagem nº 081. Projeto de Lei nº 077/15, que autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro, até o montante de R\$ 1.700.290,00, em favor da Unidade Orçamentária Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado – IDARON. O valor, ele está suplementando no caso o valor para agência. Somos de parecer favorável pela aprovação do Projeto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o Parecer do eminente Deputado Jesuíno. Esse é o Projeto de Lei do IDARON. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em votação o Projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Não há Deputados para discutir.

Está aprovado o Projeto.

Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE 076/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 080. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o montante de R\$ 2.250.000,00, em favor das Unidades Orçamentárias Secretaria de Estado do planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, Departamento de Estradas de Rodagem – DER, FUNDO Estadual de Saúde – FES e Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Falta o Parecer das Comissões. Pedir ao Deputado Leo Moraes para emitir o Parecer pelas Comissões no Projeto de Lei. Vamos atender as emendas do Deputado Só Na Bença. É um Projeto de R\$ 2.250.000,00, Deputado Leo, que as emendas que foram remanejadas não foram transferidos os recursos. Deputado, pode emitir o parecer, era só uma dúvida que eu tinha, que são os quinhentos mil que vêm para a Assembleia, eu estava pensando que estava indo para outro, mas eu já tirei a dúvida. Era só isso.

O SR. LEO MORAES – Deputado, pelas Comissões pertinentes, o Projeto de Lei nº 076/15, que diz respeito ao Poder Executivo, a Mensagem 080, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o montante de R\$ 2.250.000,00, em favor das Unidades Orçamentárias Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; Departamento de Estradas e Rodagem; Fundo Estadual de Saúde e Secretaria de Estado e Assistência Social. E a Comissão de Constituição e Justiça opina de forma favorável ao referido Projeto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o Parecer favorável do Deputado Leo Moraes. Não havendo Deputado para discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto nº 076/16. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE LEI Nº 046/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 061. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação, até o montante de R\$ 1.171.516,50, em favor da Unidade Orçamentária Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto se encontra sem parecer da Comissão de Finanças. Eu vou designar aqui o Deputado Cleiton Roque para emitir o Parecer pela Comissão de Finanças.

O SR. CLEITON ROQUE – Projeto de Lei nº 046/15 de autoria do Poder Executivo Estadual, que autoriza a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação, até o montante de R\$ 1.171.516,50, em favor da Unidade Orçamentária Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS. Senhor Presidente, atendendo ao pedido, somos de parecer favorável quanto ao Projeto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o Parecer favorável do eminente Deputado Cleiton Roque. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 046/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE LEI Nº 026/15 DO DEPUTADO

ADELINO FOLLADOR. Declara de utilidade pública a Associação Amor e Vida – AMOREVI, no município de Ariquemes.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de lei de autoria do Deputado Adelino Follador nº 026/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 013/15 DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA – OFÍCIO Nº 600/2015. Dispõe sobre a criação de cargos de motorista para compor o Quadro

Administrativo do Ministério Público do Estado de Rondônia e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em primeira discussão e votação Projeto de Lei Complementar nº 013/15 do Ministério Público do Estado de Rondônia, com emenda. Falta o Parecer das Comissões pertinentes. Para emitir o parecer pelas Comissões, o Deputado Laerte Gomes.

O SR. LAERTE GOMES – Projeto do Ministério Público do Estado de Rondônia, ofício nº 600/2015. Dispõe sobre a criação de cargos de motorista para compor o Quadro Administrativo do Ministério Público do Estado de Rondônia e dá outras providências.

Senhor Presidente, o nosso parecer, seguindo a orientação da Deputada Lúcia Tereza, o nosso Parecer pela legalidade, pela aprovação com a emenda. Seguindo a orientação da nobre Deputada Lúcia Tereza.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Laerte Gomes, com a orientação da nobre Deputada Lúcia Tereza, o Parecer é favorável. Em discussão o Parecer. Para discutir a Deputada Lúcia Tereza.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Obrigada. É o seguinte, é que o Deputado Jesuíno foi muito feliz para que não haja mais desigualdade do que está tendo, com a mesma função, o mesmo trabalho e ser um salário diferenciado. É uma oportunidade que nós temos de diminuir as diferenças, as desigualdades no setor para evitar problema. E o Deputado Laerte foi muito feliz também na sua colocação, por isso que a emenda do Deputado Jesuíno vem a calhar para tentar diminuir essas diferenças. Parabéns aos dois, um que emendou e o outro que sustentou.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Ainda em discussão o parecer. Deputada Lúcia Tereza já discursou, Deputado Jesuíno ainda com a palavra.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu quero deixar, porque não foi lida a Emenda. E a Emenda diz o seguinte: Aos servidores públicos efetivos integrantes do cargo motorista nível fundamental, será assegurada a equiparação salarial com cargos criados no *caput*, criando uma gratificação, onde deverá ser incorporada com a aposentadoria dos atuais ocupantes destes cargos, estendendo-se também aos aposentados. Eles mudaram a lei, o Ministério Público, e hoje o cargo deve ser para o nível médio e como ficariam as pessoas que já estão exercendo a função de motorista. E se não houvesse essa emenda eles ficariam à mercê da *discricionariedade* do Ministério Público. Então essa emenda vai disciplinar e estender esse direito aos servidores, no caso, os motoristas.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Ainda algum Deputado que queira discutir? Em votação o Parecer do Deputado favorável ao Projeto e acatando a emenda do Deputado Jesuíno. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram. Os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em primeira discussão e votação Projeto de Lei Complementar 013/15, com emenda. Votação nominal. O painel já está aberto para votação.

O SR. LAERTE GOMES – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não.

O SR. LAERTE GOMES – Cumprimentar aqui a presença do nosso Prefeito de Parecis, Luiz Amaral, e nosso Vereador lá do município também, o Vereador Fuzil, irmão do nosso companheiro Secretário de Planejamento lá do município de Castanheiras, Deusdete.

O SR. SÓ NA BENÇA - Questão de Ordem, Senhor Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não.

O SR. SÓ NA BENÇA – Quero aqui agradecer a presença da minha esposa, Maria José. O Prefeito Luiz Amaral, de Parecis; o Fuzil, Vereador; o Luiz Carlos, e assim todos os presentes. Obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em votação. O painel está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Leo Moraes	- sim
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosangela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

Com 19 votos favoráveis, está aprovado em primeira discussão e votação.

Vai à segunda discussão.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 005/15 DO

DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Concede Título de Cidadão do Estado de Rondônia ao Juiz Dr. Dimis da Costa Braga.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Decreto Legislativo 05/15, de autoria do Deputado Maurão de Carvalho. Pedir ao Deputado Marcelino Tenório para emitir o parecer.

O SR. MARCELINO TENÓRIO - Projeto de Decreto Legislativo 005/15, de autoria do Deputado Maurão de Carvalho, que concede Título de Cidadão do Estado de Rondônia ao Juiz Dr. Dimis da Costa Braga. Deputados, pela legalidade, constitucionalidade do projeto, o meu parecer é favorável à aprovação do projeto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Parecer do eminente Deputado Marcelino Tenório favorável. Em discussão o parecer. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado o Parecer.

Em discussão e votação única. O painel já está aberto, o Projeto de Decreto Legislativo 05/15.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosangela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

Com 17 votos favoráveis, o projeto está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 06/15 DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA. Concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia

ao Dr. Héverton Alves de Aguiar, Procurador do Ministério Público do Estado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Decreto 006/15 da Deputada Lúcia Tereza. O ilustre Deputado Laerte Gomes para emitir o Parecer.

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo 006/15, de autoria da Deputada Lúcia Tereza, concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Dr. Héverton Alves de Aguiar, Procurador do Ministério Público do Estado.

Sr. Presidente, o nosso parecer nesse projeto é pela aprovação e já está justificado aqui, pela prestação de serviço que o nobre Procurador tem serviço prestado no Estado de Rondônia, o nosso parecer pela legalidade, admissibilidade, constitucionalidade, é de Parecer favorável ao projeto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o parecer do ilustre Deputado Laerte Gomes. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em discussão e votação única o Projeto de Decreto Legislativo 006/15. Votação nominal.

O painel já está aberto para votação.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lázinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Leo Moraes	- sim
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente? Parabenizar todos os Deputados aqui presentes, só falta um Deputado, oito e quinze da noite, 23 Deputados votando, parabenizar esta Casa que os Deputados estão com vontade de trabalhar mesmo.

O SR. CLEITON ROQUE – Com certeza, Deputado Adelino. E nós não estamos fazendo nada mais do que a nossa obrigação, fomos eleitos para isso e não podemos reclamar do que ganhamos.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Só dizer, Deputado Cleiton, que no Brasil o político que faz a obrigação merece sim, merece, a gente tem que tirar o chapéu. A gente sabe que é uma obrigação, mas a maioria não faz nem a obrigação. Presidente, Presidente, eu só queria Presidente, questão de ordem, Presidente. Só para parabenizar nossa Deputada Lúcia Tereza, que é a proponente do Título de Cidadão Honorário para o Doutor Héverton, dizer que a nossa Assembleia, Deputado Maurão, a nossa Assembleia, a Assembleia Legislativa, que sempre, muitas vezes na legislatura passada foi alvo do Ministério Público, e nós, a nossa Assembleia, nos últimos tempos, tem apoiado todas as ações do Ministério Público, muitas vezes até cortando na nossa própria carne. Nós temos feito, temos trabalhado muito para fortalecer tanto o Ministério Público como o Tribunal de Contas, os órgãos de controle. E o Doutor Héverton merece, Deputado Cleiton, porque aqui neste Estado o Ministério Público, na gestão dele, na direção, no comando do Doutor Héverton, todos, ele não alisou ninguém.

Quem pisou na bola, o Ministério Público, ele cumpriu a missão. Eu espero que o Doutor Airton junto com sua equipe continue na mesma linha de combate à corrupção no nosso Estado. A gente sabe que não é fácil, porque a corrupção no Brasil é uma desgraça, mas o Ministério Público de Rondônia, tanto o Doutor Héverton como muita gente lá, o Doutor Eriberto, toda a equipe lá do GAECO, e os Promotores do Ministério Público, quase todos que eu conheço, a grande maioria, são pessoas do bem que lutam pelo zelo e pela coisa certa no nosso Estado. Por isso, a Assembleia Legislativa está de parabéns aqui. Nós não temos problema nenhum, além de votar projeto que fortaleça o Ministério Público, homenagear o Doutor Héverton que comandou o Ministério Público nos últimos quatro anos.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Posso falar? Questão de Ordem, senhor Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputada.

A SRA. LÚCIA TEREZA - Dando prosseguimento à fala do Deputado Hermínio Coelho, esta Assembleia, esta Casa não está só demonstrando maturidade, mas nós estamos aqui homenageando o Doutor Héverton para homenagear a todos os bons Promotores, os Promotores que trabalham como promotores, resguardando a coisa pública, a criança, o adolescente, para ser parceiro das pessoas menos favorecidas e não serem individualistas, não serem oportunistas. Nós estamos aqui homenageando os bons Promotores, porque não é só na classe política que tem maus políticos. Nós sabemos

que em todos os segmentos da sociedade tem os bons, os ruins e os péssimos. Esta Casa está homenageando os Promotores que prestam serviços de fato e bons serviços às comunidades.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Aprovado o Projeto de Decreto Legislativo 006/15, com 19 votos. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE. Dispensa de interstício. Senhor Presidente, requeiro à Mesa, nos termos do parágrafo único do artigo 199 do Regimento Interno, seja dispensado interstício regimental para apreciação em segunda discussão e votação dos Projetos de Lei: PLC 013/2015; PL 014/2015; PL 023/2015; PL 026/2015; PL 046/2015; PL 076/2015; PL 077/2015; PL 078/2015.

Plenário das Deliberações, 05/05/2015.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação, o Requerimento do Deputado Cleiton Roque. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários que se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – Esgotadas as matérias da Ordem do Dia, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Solicito ao senhor Secretário que leia o comunicado do eminente Deputado Luizinho Goebel, na íntegra.

O SR. CLEITON ROQUE (Secretário *ad hoc*) – Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – “COMUNICADO.

O parlamentar que o presente subscreve comunica, nos termos do inciso II, artigo 10 do Regimento Interno, a sua renúncia do cargo de 3º Secretário da Mesa Diretora, face ao disposto no que disciplina o § 4º do artigo 95 do Regimento Interno, que não permite membro da Mesa Diretora exercer concomitantemente o cargo de líder, a partir desta data.

Porto Velho, 30 de abril de 2015. Deputado Luizinho Goebel – 3º Secretário da Mesa Diretora”.

Lido, Senhor Presidente.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Com a palavra o Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Foi lido o Requerimento, só a título de informação, hoje está sendo o Deputado Luizinho, está renunciando à cadeira no caso, a cadeira não, à função dele, então eu acho importante, se ele está assumindo a presidência, se ele já vem exercendo a presidência, exercendo a liderança, então é importante sim que haja a renúncia. Agora nós temos total certeza, já vi a atuação do Deputado Luizinho aqui, sempre

solidário à nossa causa aqui, buscando, junto com o Deputado Cleiton Roque também, a sua atuação perante o Governo.

Então, que haja boa atuação por parte do Deputado, espero, que hoje está consagrado à atuação do Executivo em dar esse espaço para o Deputado Luizinho, para os senhores buscarem junto ao Executivo as soluções. Porque aqui ninguém pede questão pessoal, aqui a gente pede soluções inerentes ao coletivo. Isso Vossas Excelências podem ter certeza, este que vos fala e os demais que se encontram presentes, quando nós procurarmos Vossa Excelência, é para discussão em busca de soluções para o coletivo, isso pode ter certeza. E o que a gente deseja realmente é que o Líder do Governo aqui atue e que o Executivo, volto a frisar, dê essa autonomia e essa liberdade para ele atuar, que o Líder aqui, acabou de ser lido o requerimento dele renunciando à função dele na questão da Mesa Diretora.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Ainda algum Deputado que queira discutir, falar sobre liderança do Deputado Luizinho Goebel? O Requerimento do Deputado Luizinho Goebel, com esse Requerimento ele renuncia à Mesa Diretora como 3º Secretário, que é o comunicado, e assume a Liderança.

Nós vamos ler o Requerimento.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Já foi lido o Requerimento?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Amanhã nós vamos ler a mensagem do Governo indicando o Deputado na Liderança do Governo. Hoje ele fez o comunicado da renúncia. Porque o Regimento, Deputado Hermínio, não permite que o Deputado seja líder e exerça o cargo na Mesa, o Deputado Luizinho Goebel renuncia à Mesa para assumir a Liderança do Governo do Estado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Sim. Questão de Ordem, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Qual é o prazo para se fazer a eleição do cargo que vai ficar vago na Mesa?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – A partir de amanhã.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Já vai ser amanhã?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Não, a partir de amanhã.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Quantos dias?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Com o prazo de três sessões.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Para preencher a vaga, aí, no caso, qualquer Deputado pode se candidatar, não é isso?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pode.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Pode se candidatar. Eu só quero que...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Deputado Adelino que colocou o nome à disposição dos colegas e parece que o Deputado Ezequiel Júnio também colocou o nome.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Sim. Aqueles que estiverem dispostos a disputar, é só pedir o voto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pedir voto e fazer a eleição para preencher a vaga de 3º Secretário. Tem que ser preenchida no máximo em quatro sessões.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente, com relação à liderança, eu, por exemplo, para mim o Deputado Luizinho, não sei o que ele está fazendo, se vai ser bom para o Deputado Luizinho, se vai ser bom para a Assembleia. Mas, de qualquer maneira, de qualquer forma eu desejo ao Deputado Luizinho sucesso na Liderança. Eu sempre me dei muito bem com os Líderes de Governo aqui. Eu me dava muito bem com o Deputado Kaká, me dava bem com o Deputado Edson, e vou continuar sendo amigo e vou me dar muito bem com o nosso Deputado Luizinho. É lógico que eu não vou fazer parte desse Governo nunca, isso aí não tem como, não tem como, mas o Deputado Luizinho eu vou lhe respeitar como Líder. As votações boas que tiverem para o Estado, os debates que forem bons para o Estado, eu vou ajudar o Governo, como sempre ajudei. E desejo a Vossa Excelência muita sorte, que Vossa Excelência tenha sucesso na Liderança do Governo, principalmente para encaminhar as questões aqui da Casa com o Executivo.

Como eu falei, para mim, mesmo a gente fazendo oposição ao Governo, eu sempre vou me relacionar bem com o líder do Governo, nunca tive problema e logo com Vossa Excelência que eu vou ter problema. Desejar sorte para o Governo e para Vossa Excelência. Que Vossa Excelência possa liderar bem e dar resultado, principalmente nas articulações, nos debates aqui da Casa com o Executivo. Boa sorte para Vossa Excelência.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Com a palavra o Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente e demais colegas, Deputado Ezequiel, Deputado Laerte, Deputado Leo, Deputado Aécio, Deputado Dr. Neidson, Deputado Jesuino, Deputada Rosângela, Deputado Hermínio, Deputado Follador, Deputado Lazinho, Deputado Maurão, Deputado Alex, Deputado Airton, Deputado Cleiton Roque, nosso vice-líder, quero dizer que suas palavras, Deputado Hermínio, elas nos fortalecem, realmente nos alegram e essa função na qual foi debatida entre todos os Pares e de consenso a gente acabou aceitando esse convite do Governo, não é por vaidade nenhuma de liderança, até porque eu não carrego essa questão dentro do meu mandato, mas eu tive a oportunidade de hoje estar aqui nesta Casa no terceiro mandato e também com o terceiro Governo. E a gente sabe, no decorrer do mandato passado, que os muitos desencontros

e dificuldades que a gente teve foram vários e hoje eu venho mais com essa missão de assumir esta tarefa, que não é fácil, porque ela vai tirando mais tempo da gente, quando a gente cuida mais da Casa, que vai cuidar dos Pares, que vai cuidar da relação Governo e Assembleia, muitas vezes a gente deixa de estar lá na ponta atendendo efetivamente aqueles que nos elegem, aqueles que nos trazem para a Assembleia Legislativa, que são os nossos eleitores. E esta liderança, ela também acaba nos trazendo um distanciamento com a nossa base, porque nós temos que nos dedicar mais aqui, mas a gente não pode correr da raia, nós temos que assumir as dificuldades e fazer com que nós pelo menos amenizemos essas dificuldades que possamos ter e essa é a missão que eu estou assumindo para que nós, a Assembleia, tenhamos realmente voz e para que o Governo, acima de tudo, tenha ouvidos para ouvir aquilo que muitas vezes os Deputados têm para falar e que com certeza vão melhorar o próprio andamento do Poder Executivo, que é o que de fato vai fazer as ações voltadas para a população do Estado de Rondônia.

Então, eu quero que vocês tenham paciência, que vocês sejam de fato companheiros para que nós possamos efetivamente melhorar, melhorar. E quando a gente fala melhorar, a gente sabe que tem muita coisa que o Governo tem que ter sintonia com a Assembleia, que o Governo tem que ter sintonia com a população. E quando eu falo o Governo, não é o Governador Confúcio Moura, mas o Governo como um todo, todos os setores do Governo. E esses setores do Governo, que, naturalmente, se eles tiverem a sensibilidade e nos dar condições do acesso com as nossas ideias, as nossas sugestões, naturalmente nós vamos contribuir. Porque a pessoa mais presente hoje no extremo do Estado de Rondônia, eu posso citar aqui o Deputado Neidson, que está lá na grande região do Mamoré, é a pessoa mais presente que representa aquela região, não só dentro da Assembleia Legislativa, mas dentro do Poder Executivo. Não é diferente que a Deputada Rosângela que está lá no outro extremo do Estado, na pequena Pimenteiras, mas que está mais próxima, mais presente e que vai trazer a demanda da comunidade e assim vai se dividindo na grande região do Deputado Follador, do Deputado Lazinho, aqui na capital com o Deputado Hermínio, lá no Machadinho com o Deputado Ezequiel, aqui na capital com o Deputado Leo, o Deputado Ribamar, com o Deputado Aécio, lá na grande região da 429 com o Deputado Lebrão, com o Deputado Laerte, e assim por diante, Pimenta Bueno com o Deputado Só Na Bença, com o Deputado Cleiton, com a Deputada Lúcia Tereza, lá na região do café com a Deputada Glaucione, lá na região da bacia leiteira com o Deputado Marcelino, e assim por diante.

Então, gente, vocês podem saber que jamais eu vou abrir mão de ser Parlamentar para ser Executivo, mas com certeza eu quero construir, juntamente com os meus pares, os meus colegas, uma sintonia, uma sintonia entre Executivo e Legislativo, para que o Executivo continue executando, mas que esta Casa seja a caixa de ressonância que vai ligar os municípios e a sua gente com o Poder Executivo do Estado de Rondônia. Então, obrigado.

O Sr. Adelino Follador – Um aparte, Deputado?

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Com a palavra o Deputado Adelino Follador.

O Sr. Adelino Follador – Eu quero parabenizar o Deputado Luizinho por aceitar esse desafio, que não é fácil, principalmente o Governo que passa por algumas dificuldades, mas nós sabemos da sua experiência, da sua capacidade, e com certeza pode contar comigo, acho que nós temos que trabalhar em conjunto para fortificar cada vez mais este Parlamento. Esse elo de ligação tem que ser forte, nós temos que nos impor para que esta Casa seja respeitada.

Então, conte conosco e quero desejar sucesso, conte comigo naquilo que for possível. Eu tenho certeza que Vossa Excelência tem capacidade, se o Governo prestigiar o líder, ele vai prestigiar esta Casa e automaticamente nós vamos ter um bom relacionamento, isso é muito bom para o Estado de Rondônia.

Obrigado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Fico muito agradecido, Deputado Adelino Follador, e sua experiência é incomparável dentro desta Casa. Vossa Excelência, talvez, aqui, é o Deputado que tem mais anos de vida pública e uma história bonita de luta pelo Estado de Rondônia e paixão por Rondônia. E os seus conselhos, o seu apoio e, acima de tudo, o seu comprometimento e o seu conhecimento com certeza vai colaborar para a gente ter sucesso nessa nova missão.

Então, obrigado a Vossa Excelência e obrigado, Presidente Maurão.

O SR. LAERTE GOMES – Questão de Ordem, Sr. Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LAERTE GOMES – Deputado Luizinho, Vossa Excelência nunca deixa de ser Presidente, mesmo o nosso companheiro Presidente também da CCJ. Parabenizar aqui o Deputado Luizinho e com certeza vai exercer porque tem habilidade política, tem aqui o companheirismo na Casa. Espero que o Governo cumpra, Deputado Luizinho, cumpra com a palavra, os acordos republicanos que foram tratados aqui nesta Casa, porque a gente percebe que, infelizmente, os Deputados vêm aqui da base, se esforçam, dialogam, mas chega lá nada acontece. Espero que realmente o Governo não deixe Vossa Excelência passar vergonha, Vossa Excelência e o nosso querido amigo pessoal, também assim como Vossa Excelência, o Deputado Cleiton Roque. E dizer também, Sr. Presidente, que na pauta de amanhã tem alguns projetos nossos que já passaram pela CCJ, o Deputado Jesuíno que foi relator, o Projeto do IPVA e outros Projetos, nós gostaríamos que fossem colocados na pauta, já faz dias que estão aqui na Casa e são projetos importantes para a sociedade rondoniense.

(Às 20 horas e 31 minutos o senhor Maurão de Carvalho passa a presidência ao senhor Marcelino Tenório)

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – Com a palavra o Deputado Maurão de Carvalho.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Luizinho, quero aqui parabenizá-lo por Vossa Excelência assumir esse cargo, que não é tão fácil ser líder do Governo, o seu trabalho vai aumentar bastante, a responsabilidade de Vossa Excelência vai aumentar muito, mas para a Casa é importante, para o Governo também é importante que nós tenhamos o Deputado Líder do Governo, o Vice-Líder, que é o Deputado Cleiton Roque, que esteja atualizado nos projetos que vão aprovar nesta Casa, fica mais fácil na tramitação dos projetos aqui e também os Deputados que têm as suas Emendas, que têm as suas reivindicações junto ao Governo do Estado, que Vossa Excelência tenha as portas abertas para tramitar todas essas reivindicações dos Deputados, e esse é o papel do Líder do Governo. É isso que eu peço ao Governo do Estado, ao Chefe da Casa Civil, que venha dar essa liberdade e abrir esse espaço para que Vossa Excelência tenha verdadeiramente esse espaço como líder do Governo na tramitação de todas as Emendas. É isso que os Deputados querem, as reivindicações, os pedidos que os Deputados recebem, que encaminhe ao Governo do Estado e que seja encaminhado ao líder do Governo, é isso que o Governo precisa dar a Vossa Excelência, abertura com os Secretários, com o Governo do Estado na tramitação de todos esses processos, facilitando o trabalho de cada Parlamentar desta Casa.

Eu pedi ao Governo do Estado que precisava o quanto antes ser indicado um nome para ser líder do Governo. Nós tivemos aqui o seu nome como líder, o nome do Deputado Laerte também foi indicado por vários colegas para ser líder do Governo, são duas lideranças, e o Deputado Cleiton, que é o vice-líder hoje da Casa, Deputado Luizinho, eu sei que já aumentou o trabalho bastante seu como líder do Governo, mesmo não assumindo a liderança, porque Vossa Excelência está assumindo de fato é agora, é amanhã, hoje renunciando à Mesa Diretora e amanhã lendo a mensagem do Governo que vai ser lida amanhã. Então, a liderança vai ser de fato daqui para frente. Mas Vossa Excelência já vem fazendo aí há uns 30 dias o trabalho de líder, justamente para fazer esse apanhado com os Deputados, com o Governo, para que o Governo realmente venha entender o que é o papel do líder do Governo.

Então, espero, Deputado Luizinho, que Vossa Excelência tenha sucesso e o seu sucesso é o sucesso desta Casa. Conte com o meu apoio como Presidente da Casa, apoiando Vossa Excelência como líder do Governo em todos os projetos desta Casa, isso vai facilitar o nosso trabalho como Parlamentar e o trabalho do Executivo. Então, é muito importante. E Vossa Excelência que já tem experiência por três mandatos desta Casa, que conhece o lado parlamentar e o Executivo. Portanto, eu desejo boa sorte, felicidade e saúde para que Vossa Excelência trabalhe muito como líder do Governo e venha fazer o melhor para esta Casa, para o povo de Rondônia, liderando nesta Casa a liderança do Governo, para nós vai ser de grande importância, eu acredito e torço, vou trabalhar para que Vossa Excelência faça uma grande liderança como líder do Governo nesta Casa.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Obrigado, Presidente, Deputado Maurão. E também de antemão lhe agradeço pela oportunidade de fazer parte da sua chapa, Vossa Excelência que teve

unanimidade dos votos deste Parlamento na sua eleição e hoje eu deixo este cargo, no qual fui eleito de 3º Secretário, agradecendo e parabenizando e também lhe desejando muito sucesso, porque eu tenho certeza absoluta que, se Deus quiser, daqui a 04 anos, quando nós estaremos terminando esta legislatura, nós vamos poder olhar para trás e deixar aqui uma história bonita do momento que Vossa Excelência teve à frente conduzindo de fato os trabalhos deste Parlamento, como Presidente eleito por todos os Parlamentares, que também é um fato histórico deste Parlamento.

Então, obrigado, Presidente, da mesma forma, o senhor pode contar comigo tanto quanto Vossa Excelência nos deseja sucesso, é o que lhe desejamos e pode ter a grande certeza que o intuito de todos os Pares aqui é o mesmo e hoje eu me sinto muito à vontade, Deputado Cleiton Roque, pela sua amizade, pela amizade com todos os Parlamentares, porque realmente a gente já está, como eu disse, numa composição de terceira legislatura, são três legislaturas, passaram por aqui diversos Deputados, Deputado Dr. Neidson, Deputado Jesuíno, o ambiente entre esses Parlamentares, comparando até com as outras legislaturas, está muito bom, começando muito bem e eu tenho fé que se nós todos continuarmos solidários uns aos outros, nós só vamos nos fortalecer e o que eu tenho sempre dito que aqui nenhum colega Deputado é concorrente de nenhum, estão aqui asseguradas as nossas 24 cadeiras e para mim será prazeroso e honroso quando eu puder, através da minha pessoa, do meu mandato, eu ir lá ao reduto eleitoral de cada um de vocês. Deputado Jesuíno, a Polícia Militar é marcado território e nós vamos respeitar e vamos, acima de tudo, evidenciar sua luta em defesa dessa importante categoria. Deputado Leo Moraes, que vem de uma história de defesa da Polícia Civil, um trabalho social que nem a Deputada Rosângela faz, enfim, o Deputado Follador, pela questão da agricultura, na saúde, o Deputado Dr. Neidson, é assim que nós vamos trabalhar, cada um dando a toada dentro daquilo que ele realmente é bom e é o que nós vamos, acima de tudo, valorizar e evidenciar nesta esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – Com a palavra o Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Só para, assim, já começar uma atuação, está publicado nos sites hoje que o Governo do Estado de Rondônia, através do ofício 003/15, determina a redução dos gastos com combustível dos veículos da Polícia Civil, Polícia Militar, além dos Bombeiros e da SESDEC. Olha o corte como é que ficou: A Polícia Militar terá R\$ 494.000,00 para gastar por mês; a Polícia Civil, R\$ 194.000,00, os Bombeiros, R\$ 70.000,00 e a SESDEC R\$ 45.000,00.

Então, o que eu quero falar é algo totalmente incoerente por parte do Estado. Eu acredito que o Governo Confúcio Moura vai analisar isso aqui e ele assina. Então, a gente pede, através de Vossa Excelência, que busque sanar, porque a partir do momento que há o corte dos gastos referente ao policiamento ostensivo, você está limitando, que o patrulhamento, isso aqui é algo que não é para cortar. Então, faltam realmente pessoas

que analisem a coisa de uma forma mais ampla. Vai cortar onde não deve. Isso aqui é onde não deve. Então, já leva essa mensagem para ele, que ele reveja esse ofício e que faça o ajuste em outro local, mas não aqui, na segurança pública, aonde clamamos diuturnamente, diariamente neste Parlamento aqui a questão dos assassinatos, dos furtos e roubos que acontecem e ainda vai regular combustível aonde não deve. Então, eu peço a Vossa Excelência que entre em contato com o Governo e busque sanar esse problema, que eu tenho certeza que isso parte de uma pessoa, George Braga.

Muito obrigado.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – Quero aqui também, Deputado Luizinho, desejar a Vossa Excelência sucesso. É que este Parlamento, Deputado Luizinho, como Vossa Excelência tem três, está no terceiro mandato, tem conhecimento do Parlamento, que Vossa Excelência possa fazer junto, que este Parlamento precisa e necessita é de um interlocutor à sua altura para que possamos ter essa comunicação mais integral e mais presente do Governo com a Assembleia Legislativa. Eu só quero, mais uma vez, Deputado, desejar sucesso e que Deus o abençoe nessa nova caminhada.

O SR. LEO MORAES - Uma Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – Questão de Ordem, Deputado Leo Moraes.

O SR. LEO MORAES - Deputado Luizinho Goebel, gostaria de desejar muito sucesso nessa nova jornada de V.Ex.^a, não tenho dúvida da sua habilidade no trato, no tino com os nobres Parlamentares, com os colegas Deputados estaduais. Eu comungo com o seu pensamento, eu imagino que o líder do Governo tem de ser personificado dessa maneira, sem vaidade, sem exclusivismo, pensando na área e na demanda de cada Deputado Estadual. Eu acho que é louvável essa iniciativa e esse discurso ora pronunciado de se fazer presente no reduto de cada Deputado que aqui está e contados os méritos e das benfeitorias alcançadas por esse Parlamentar. Eu acho que esse é um bom começo, eu imagino que essa luta, de certa forma e por um certo prisma, é inglória, por isso que eu lhe desejo muita sorte, muito sucesso, um trabalho profícuo, um trabalho de dedicação integral para que V.Ex.^a alcance o sucesso desejado, não somente para a sua trajetória política, mas como uma boa relação institucional. O senhor está muito bem municiado, amparado e alicerçado pelo vice-líder do Governo, o Deputado Cleiton Roque, que tem conhecimento de causa, é o detentor da realidade do Governo do Estado de Rondônia, porque por lá passou e fez um grande trabalho, tem amizade, tem simpatia e carisma suficientes para permear e penetrar nos locais que o senhor ainda não conhece. E quero lhe fazer esse pedido, que trate todos os iguais de forma igualitária e que V. Ex.^a se dedique profundamente em prol da instituição Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e no que diz respeito ao diálogo, à comunicação e ao interesse social V.Ex.^a, pode contar sempre com a minha porta lá, que estará sempre aberta para V. Ex.^a. Parabéns e muito sucesso.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Senhor Presidente, só uma Questão de Ordem?

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – Questão de Ordem, Deputado Ezequiel Júnior.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – É até um pouco complicado falar depois de um brilhante advogado como este aqui, uma verdadeira enciclopédia do Direito aqui no nosso Estado. Mas em simples palavras, mas que vêm do coração, Deputado Luizinho, quero desejar ao senhor um trabalho exitoso. Quero parabenizar o Governo por escolher uma dupla deste naipe, desta qualidade, como o Deputado Luizinho, líder do Governo, Deputado Cleiton Roque, vice, pessoas do diálogo, pessoas que vão ser, sem dúvida nenhuma, o fiel da balança, vão ser o equilíbrio que é tão necessário entre os dois Poderes para que a nossa Constituição brasileira ela seja realmente respeitada e cumprida, que haja harmonia entre o Executivo e o Legislativo.

E eu tenho certeza que o senhor tem preparo Deputado Luizinho, para ajudar nesse processo, para manter essa paz, essa harmonia, esse equilíbrio entre os Poderes. Conte comigo, parabéns pelo trabalho que V.Ex.^a inicia, em poucas semanas já, mesmo extraoficialmente sendo líder do Governo já vem demonstrando sua capacidade, a sua forma de manter esse diálogo entre os dois Poderes. E parabéns, mais uma vez, ao Governo e desejo a V.Ex.^a, ao Deputado Cleiton Roque um bom trabalho e tenham na figura do Deputado Ezequiel um colaborador para essa harmonia.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – Deputado Ezequiel Júnior, V.Ex.^a diz que o Deputado Leo Moraes é uma enciclopédia ambulante, mas V.Ex.^a é radialista e tem o dom da palavra, então é mais que justo, os dois estão aí muito perto um do outro.

E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária, no prazo de um minuto, com a finalidade de apreciar as matérias em segunda discussão e votação, as matérias votadas e aprovadas em primeira votação nesta Sessão.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 20 horas e 44 minutos).

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

E R R A T A

No Diário Oficial da Assembleia Legislativa nº071, pag.1244, publicado no dia 06 de maio de 2015, promovendo a seguinte alteração no ATO Nº38/2015-SRH/D/P/ALE do servidor **Celso Ceccatto**.

ONDE SE LÊ:

02 (duas) diárias...

LEIA-SE:

04 (quatro) diárias...

Cleucineide de Oliveira Santana
Superintendente

SECRETARIA GERAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 004/2015

O Secretário Geral, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, neste ato representada pelo Senhor **Arildo Lopes da Silva**, mediante o Processo Administrativo nº 4963/2015-05 da Assembleia Legislativa do estado de Rondônia, processado orçamentariamente através do empenho 2015NE00512.

ORDENA, a Pessoa Jurídica Empresa **SANTA PAULINA TRANSPORTE LTDA-EPP**, devidamente inscrita sob nº 84.555.028/0001-85, com à sede à Rua das Crianças, nº 4635 - Bairro Floresta, nesta Capital, neste ato legalmente representada pelo Srº. Luiz Fernando Kaszewski, devidamente inscrito no RG sob nº 756.470 SSP/RO.

A prestação de Serviços de Transporte, Estadual e Municipal de pessoas, por meio de veículos do tipo ônibus Executivo, para atender a demanda da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme especificações e exigências descritas no contrato.

Porto Velho, 13 de maio de 2015.

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL/ALE/RO

ATO DA SECRETARIA GERAL Nº 005/2015 – SG

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, com base no inciso XIII do § 1º do art. 15 do Ato nº19/2012–MD/ALE, de 17 de dezembro de 2012, concomitantemente com o Ato nº 029/2008-MD/ALE.

RESOLVE:

Designar o servidor Carlos Alberto Martins Manvailer, ocupante da função de Secretário Legislativo, para acompanhar a viagem e garantir a conferência da quilometragem rodada registrada no hodômetro (início e final do percurso), diária em deslocamento, preencher e assinar, juntamente com o motorista, o controle de viagem nos termos do que dispõe a alínea d, da Cláusula Décima Quinta do Contrato nº 04/2015.

Porto Velho, 14 de maio de 2015.

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL/ALE/RO

De acordo

DEP. MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO